

BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • v. 16 • n. 3 • OUT./DEZ. 2006

ISSN 0103 8117

RETROSPECTIVA 2006 E PERSPECTIVAS





ISSN 0103 8117

BAHIA ANÁLISE & DADOS

Salvador, SEI, v.16, n.3, p.367-518, trimestral, out./dez. 2006



Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento – SEPLAN
Ronald Lobato

Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia
José Geraldo dos Reis Santos

Coordenação de Análise Conjuntural
Luiz Mário Ribeiro Vieira



BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores.

Esta publicação está indexada na *Ulrich's International Periodicals Directory* e na *Library of Congress*.

Conselho Editorial

André Garcez Ghirardi, Ângela Borges, Angela Franco, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto, Eduardo Pereira Nunes, Fernando Cardoso Pedrão, Guaraci Adeodato A. de Souza, Inaiá Carvalho, José Célio Silveira Andrade, José Eli da Veiga, José Ribeiro Soares Guimarães, Lino Mosquera Navarro, Luiz Antônio Pinto de Oliveira, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Mauro Eduardo Del Grossi, Moema José de Carvalho Augusto, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Paulo Gonzalez, Renata Proserpio, Ricardo Carneiro, Ricardo Lima, Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu, Vitor de Athayde Couto

Editor

Celso Lopes Serpa

Coordenação Editorial

Carla Janira Souza do Nascimento

Normalização

Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

Revisão de Linguagem

Maria José Bacelar

Coordenação Gráfica

Coordenação de Disseminação da Informação - CODIN

Fotos

Arquivo ALBA
Arquivo AGECON
Arquivo PETROBRAS

Capa

Humberto Farias

Editoração

A Cor da Voz

Bahia Análise e Dados, v. 1 (1991-)

Salvador: Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia, 2007.

v. 16

n. 3

Trimestral

ISSN 0103 8117

1. Planejamento econômico - Bahia. 2. Índices
econômicos. 3. Conjuntura econômica.

I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia

CDU

342.7 (05)

CEPO: 0110

Tiragem: 1.000 exemplares
Av. Luiz Viana Filho, 435, 4ª Avenida
CEP: 41.745-002 Salvador – Bahia
Fone: (0**71) 3115-4823/3115-4704
Fax: (0**71) 3371-1853
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Apresentação | 371 |
| RETROSPECTIVA 2006 E PERSPECTIVAS | |
| Economia baiana: retrospectiva 2006 | 373 |
| <i>Alynon Rocha, Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Fabiana Pacheco, João Paulo C. Santos, Joseanie Mendonça, Rosangela Conceição</i> | |
| Agronegócio na Bahia: dinâmica atual e perspectivas | 389 |
| <i>Augusto Sávio Mesquita, Patrícia da Silva Cerqueira</i> | |
| Mudanças recentes no padrão das exportações baianas | 407 |
| <i>Celeste Philigret</i> | |
| (Re)leitura da economia baiana pela ótica do PIB | 413 |
| <i>Cesar Vaz de Carvalho Junior, Gustavo Casseb Pessoti, Ítalo Guanais Aguiar Pereira</i> | |
| Inserção da mulher no mercado de trabalho: uma análise realizada na Região Metropolitana de Salvador | 431 |
| <i>Monica dos Santos, Lúcio Flávio da Silva Freitas, Fábio Batista Mota</i> | |
| Determinantes do rendimento na Região Metropolitana de Salvador: uma avaliação à luz da teoria do capital humano | 441 |
| <i>Urandi Roberto Paiva Freitas, Lúcio Flávio da Silva Freitas</i> | |
| Turismo na Chapada Diamantina e os percalços socioeconômicos e ambientais | 449 |
| <i>Francisco Emanuel Matos Brito</i> | |
| Dinâmica demográfica e econômica das regiões da Bahia | 461 |
| <i>Luiz Mário Ribeiro Vieira</i> | |
| Mudanças sociodemográficas recentes no estado da Bahia: oportunidades e desafios para o desenvolvimento | 469 |
| <i>José Ribeiro S. Guimarães</i> | |
| Configuração territorial da Bahia | 483 |
| <i>José Eli da Veiga</i> | |
| Características gerais dos gastos e dos rendimentos das famílias brasileiras e baianas | 495 |
| <i>Jorge Tadeu Dantas Caffé, Zélia Abreu Góis</i> | |
| Considerações sobre o mercado de música independente em Salvador | 505 |
| <i>Archimedes Ribas Amazonas, Carmen Lúcia Castro Lima, Carolina Santos Petitinga, Mércia Queiroz</i> | |



APRESENTAÇÃO

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), preocupada com as transformações que vêm ocorrendo na sociedade baiana, vem propor, na edição de Retrospectiva 2006 da Revista Bahia Análise & Dados, um retorno ao debate de temas diretamente relacionados à economia baiana.

A Revista publica artigos sobre as diversas áreas das ciências econômicas e sociais, sob seus aspectos científico, teórico e aplicado, respondendo a uma das missões da SEI, como órgão a serviço das pesquisas e do debate objetivo e imparcial da realidade socioeconômica do país e da Bahia.

Busca-se, neste número, fomentar o debate sobre os resultados da política econômica recente, bem como fornecer subsídios para uma reflexão crítica sobre o desempenho socioeconômico do Brasil e mais especificamente da Bahia. Por outro lado, pretende-se estimular a reflexão sobre aspectos sociais e culturais do estado.

Esses cenários são destacados na organização dos artigos, que privilegiam inicialmente temáticas conjunturais e seguem com a apresentação de contribuições diversas, desde o agronegócio, passando por mercado externo, turismo, demografia até entretenimento.

As reflexões acerca da conjuntura baiana estão expostas em artigos que refletem sobre os resultados dos indicadores do estado para 2006, mostrando um desempenho satisfatório para o fim do ano. Destaque especial para os resultados da indústria de transformação, comércio varejista e comércio exterior. No setor agropecuário, são apontadas dificuldades, ao mesmo tempo em que é ressaltado o dinamismo que o setor de agronegócio tem atingido nos últimos anos.

Outros artigos dão atenção especial a determinadas características do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, destacando-se a inserção das mulheres e os determinantes dos rendimentos de acordo com o grau de escolaridade e experiência profissional dos trabalhadores.

As demais contribuições destacam o papel do turismo no desenvolvimento socioeconômico local; a dinâmica demográfica nas regiões econômicas da Bahia, bem como as políticas públicas que podem ser encaminhadas em razão dessas mudanças; e ainda, de acordo com a densidade populacional, tem-se uma proposta de nova configuração territorial do estado; apresenta-se uma visão dos gastos e rendimentos dos baianos comparativamente aos dos brasileiros; e, por fim, expõe-se o lado da cultura baiana na reflexão sobre o mercado de música independente em Salvador.

Mais uma edição com uma gama variada de artigos, de considerações de autores que apontam, com base em suas reflexões, proposições e análises, indicações de alguns rumos possíveis para o desenvolvimento na Bahia. A SEI, nesta oportunidade, agradece a valiosa colaboração de todos que tornaram possível trazer ao público mais um número de sua Revista.

Economia baiana: retrospectiva 2006

*Alynson Rocha, Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Fabiana Pacheco,
João Paulo C. Santos, Joseanie Mendonça, Rosangela Ferreira**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo descrever o desempenho das economias brasileira e baiana durante o ano de 2006, com base nas estatísticas oficiais. Inicialmente, mostra-se o cenário da economia brasileira, em que está inserida a economia baiana, que reage de acordo com os fundamentos macroeconômicos atuantes. Em seguida, são analisados, setorialmente, os principais fatores que influenciaram a atividade econômica do estado durante o ano, as previsões para o Produto Interno Bruto da Bahia para o ano de 2006, assim como são delineadas algumas expectativas para o ano seguinte.

Palavras-chave: economia baiana, PIB, indústria, agricultura, varejo.

Abstract

This paper aims to describe the performance of both Brazilian and Bahian economies during the year of 2006, based on official statistics. Initially we present the Brazilian economy scenario, of which Bahia's economy is part, as well as its reaction according to macroeconomic grounds in force. Subsequently, the main factors that influenced the state's economic activity during the year and anticipations for Bahia's GDP 2006 are analyzed per sector, while a few expectations for the next year are also outlined.

Key words: Bahian economy, GDP, industry, agriculture, retail.

ECONOMIA BRASILEIRA: tímida expansão

A economia brasileira deparou-se, no primeiro semestre de 2006, com algumas contradições: se, por um lado, o mercado interno apresentou elementos expansionistas, do lado do mercado externo (exportações) verificaram-se contribuições negativas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Entre os elementos que impulsionaram o mercado doméstico tem-se: aumento da massa salarial real; expansão do crédito, principalmente para pessoas físicas; e aumento dos gastos do governo.

Da análise do mercado externo extrai-se que a apreciação cambial tem provocado a desaceleração das exportações em *quantum*, ao mesmo tempo em

que provoca um aumento nas importações. Ainda assim, os saldos correntes mantêm-se elevados devido aos elevados preços das exportações.

Entre os fatores que desanimam os analistas de mercado, além da apreciação cambial, a taxa do PIB trimestral que, na comparação quatro trimestres em relação aos quatro trimestres anteriores vem decrescendo desde o quarto trimestre de 2004, quando passou de uma taxa de 4,9%, no primeiro trimestre, para 1,7% no segundo trimestre de 2006.

A propósito do PIB trimestral, que apresentou crescimento de 0,5% na comparação do segundo trimestre com o primeiro trimestre de 2006, levando-se em conta a série com ajuste sazonal (IBGE, 2006a), observa-se que esse resultado pouco satisfatório foi obtido em razão da queda do setor industrial (-0,3%), nesta comparação. Pode-se destacar o fato de que

* Economistas, integrantes da equipe técnica da Coordenação de Análise Conjuntural da SEI. cac@sei.ba.gov.br

os bens produzidos pela indústria nacional são exportáveis e, sendo assim, este setor sofre mais as consequências da apreciação cambial.

Neste contexto, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006e), o crescimento total da indústria (transformação e extrativa mineral), no período de janeiro a julho de 2006, foi de 2,7%, comparada ao mesmo período de 2005. Esta taxa foi resultado do aumento em 21 atividades, podendo-se destacar: fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática (56,8%), indústria extrativa (8,1%) e máquinas, aparelhos e material elétrico (14,3%). Houve aumento na produção de monitores e computadores, na extração de petróleo e minérios de ferro e na produção de transformadores.

Considerando-se os índices por categoria de uso, destacam-se os bens de consumo duráveis (6,6%) e os bens de capital (5,5%), influenciados pela maior oferta de crédito, crescimento do rendimento médio real e pela desaceleração da inflação. Segundo alguns analistas, o desempenho do setor de bens de capital (investimento industrial) pode estar relacionado às importações, cujo aumento vem superando a média do total das importações (no primeiro semestre, observou-se um aumento de 23,3%). Outro ponto a se destacar é que a produção de bens de capital agrícola tem pressionado negativamente a produção industrial, devido à crise no setor agrícola e à redução nas exportações desses produtos.

Segundo prognósticos da Confederação Nacional da Indústria (2006), pode ser esperado um crescimento de 3,7% do PIB e de 5,0% do PIB industrial em 2006. Isso porque, a despeito do ciclo virtuoso que permeia a economia, com a inflação reduzida, dinamismo do mercado de trabalho, juros em queda e crescimento da economia mundial, existe a possibilidade de descontinuidade do crescimento, considerando-se, sobretudo, o forte aumento dos gastos correntes e a perda do ritmo das exportações, assim como a baixa capacidade de investimento público atual.

Com relação à produção agrícola, fatores como a estiagem, o veranico e, sobretudo, os preços dos produtos influenciaram prognósticos negativos para o setor. Como exemplos, citam-se: a redução da área plantada do trigo, devido à baixa cotação no mercado interno; a dificuldade de estocagem do mi-

lho, por conta da soja que ainda está armazenada, aguardando melhores preços; e a estiagem na maioria das regiões produtoras de café e de cana-de-açúcar, a despeito desta última cultura apresentar boas perspectivas, devido à alta dos preços externos, aumento das exportações de álcool e maior demanda interna com os veículos bicombustíveis. Espera-se, contudo, um crescimento de 3,5% da safra nacional de oleaginosas, cereais e leguminosas em 2006, comparando-se com 2005, com destaque para as culturas de milho e soja, não obstante a expectativa de redução de 4,1% da área de cultivo.

Outro fator que caracteriza o mercado interno como responsável pelo crescimento é a *performance* do comércio varejista. Seguindo as tendências altistas, na comparação entre o período de janeiro a julho de 2006 e o mesmo período de 2005, o varejo apresentou crescimento de 5,2% no volume de vendas, conforme os dados apurados pelo IBGE (2006c), na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC). No tocante à receita nominal, obteve-se aumento de 6,9% no mesmo período de comparação. Por setor de atividade, no tocante a volume de vendas, hiper e supermercados foi o destaque, com crescimento de 7,2%, seguido por outros artigos de uso pessoal e doméstico, que apresentou incremento de 14,3%. Quanto a móveis e eletrodomésticos, a despeito da redução do ritmo de crescimento e da forte base de comparação que foi o ano de 2004, registrou crescimento de 9,0% comparando-se com o primeiro semestre de 2006 e com o primeiro semestre de 2005.

A recomposição da renda explica esse desempenho, assim como a geração de postos de trabalho com carteira assinada no período; entretanto, não é demais lembrar que a maior oferta de crédito e, mais ainda, do crédito consignado em folha de pagamento têm relevância significativa nesses números. A atividade de combustíveis e lubrificantes apresentou mais uma queda, registrando redução de 10,0% – não obstante o discreto aumento do volume de vendas de veículos (1,8%) –, assim como material de construção, que obteve incremento de 0,9%, comparando-se os primeiros semestres dos anos de 2006 e 2005.

Após um início de ano moderado com relação à criação de novas ocupações, o mercado de trabalho apresentou resultados favoráveis no final do semestre. Com base nos dados da Pesquisa Mensal de

Emprego (PME), realizada pelo IBGE (2006d), a taxa de participação era de 56,0% em janeiro, para todas as regiões metropolitanas pesquisadas. Em julho, essa taxa alcançou 57,2%. No período compreendido entre janeiro e julho de 2006, a taxa média alcançou 56,5% semelhante à observada no mesmo período de 2005 (56,6%). O aumento lento da ocupação se dá de forma heterogênea entre os setores de atividade econômica e posições ocupacionais, refletindo o ambiente de pouco dinamismo da economia brasileira. Ressalta-se o emprego com carteira do setor privado, que continua crescendo mais que o sem carteira e conta-própria, cuja variação do mês de julho alcançou 5,3% em relação ao mesmo mês do ano de 2005.

A despeito do aumento verificado na taxa de ocupação, a taxa de desemprego aumentou, passando de 9,2% em janeiro para 10,7% em julho. A elevação da taxa de desemprego se deu pela maior dificuldade do mercado de trabalho absorver o maior volume de pessoas que entrou na População Economicamente Ativa (PEA) nos últimos meses. A recomposição dos rendimentos dos ocupados também foi verificada pelo IBGE na PME. O aumento do salário mínimo e dos proventos do servidor público, concomitantemente com os reajustes salariais do setor privado, impulsionaram o progresso dos rendimentos. Os rendimentos efetivamente recebidos tiveram um aumento de 4,0% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2005.

Considerando-se os resultados do PIB trimestral para o primeiro semestre de 2006, comparado ao mesmo período de 2005, verifica-se acréscimo de 2,2%. Nesta mesma comparação, os setores agregados da indústria e serviços cresceram 2,6% e 2,3%, respectivamente, e a agropecuária, 0,3% (IBGE, 2006a).

Por fim, a sustentabilidade do bom desempenho para o próximo semestre está atrelada à manutenção da inflação reduzida e do dinamismo do mercado de trabalho, como também à continuidade do crescimento da economia mundial.

Relativamente ao crescimento mundial, as estimativas de crescimento do Brasil são bastante modestas. Segundo relatório da ONU, o país deverá crescer 3,7%, enquanto Rússia, China e Índia esperam taxas mais significativas de crescimento –

6,0%, 9,6% e 7,4%, respectivamente. Na América Latina, a Argentina deve crescer 6,5% (INSTITUTO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2006).

ECONOMIA BAIANA

Após as considerações sobre o desempenho da economia brasileira, esta seção apresenta os resultados dos principais setores da economia baiana – agricultura, indústria, comércio exterior e serviços –, destacando-se as atividades de comércio varejista e turismo.

A princípio, destacam-se os resultados do PIB trimestral baiano. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006), o produto interno baiano cresceu 2,2% no segundo trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. O bom resultado da economia baiana deve-se principalmente à indústria, que cresceu 4,6% no segundo trimestre. O setor de serviços apresentou incremento de 3,5% e a agropecuária repetiu resultado negativo com taxa de -7,2%.

No primeiro semestre, o PIB baiano apresentou crescimento de 2,5%, pautado no incremento dos setores industrial e de serviços de 4,3% e 3,3%, respectivamente. A agropecuária acumula decréscimo de 8,4%. Os motivos para esses resultados estão apresentados nas próximas seções.

Safras 2006: ano difícil para a agricultura baiana

A agricultura baiana enfrenta dificuldades observadas em outras regiões produtoras brasileiras: a conjuntura desfavorável de câmbio, os preços dos produtos e as condições climáticas influenciaram decisivamente nos resultados do campo. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006b), realizado em agosto de 2006, para os grãos, outrora destaques de produtividade, a queda foi de 18,7%. Some-se aos fatores citados a estocagem de alguns produtos, como a soja, que afeta a produção e a comercialização do milho, como contribuição aos resultados. Os destaques nega-

tivos são: milho (-28,3%), feijão (-22%) e soja (-17%). Somente café e cana-de-açúcar apresentam estimativas positivas para a safra (26% e 2,7%, respectivamente). Esses dados estão ilustrados na Tabela 1.

As lavouras baianas de grãos não somente apresentam redução de área plantada e colhida, como, à exceção do algodão, mostra também queda de rendimento por hectare. Esse fato reflete, além da redução das áreas de cultivo, a menor aplicação de adubos e defensivos agrícolas. Isso se deve ao fato de que, com a tendência à queda do dólar, os agricultores preferem reduzir custos com tratos culturais, uma vez que a maioria dos insumos é cotada em moeda estrangeira. Desse modo, no momento da colheita e comercialização, o dólar mais barato representa redução dos ganhos e/ou prejuízos com as lavouras.

A mandioca continua com estimativas de produção negativas para 2006 (-2,2%), devido ao aumento substancial da produção da raiz em 2005, que ainda afeta (em 2006) os preços da farinha, desestimulando novas expansões de plantio. O cacau (-3,4%), não obstante estimativas anteriores que mostravam aumento de produção, em agosto de 2006, com a lavoura em frutificação, os produtores revisaram esti-

mativas anteriores – passaram a considerar a clonagem das mudas, a vassoura de bruxa e uma nova doença potencialmente danosa à lavoura, provocada pelo inseto *Conopomorpha cramerella*, originário da Indonésia.

O inseto, que é uma pequenina borboleta, põe ovos no fruto quase maduro e suas larvas penetram no interior e se alimentam da polpa, fazendo uma broca que destrói 60% do fruto. Na Indonésia, as perdas alcançam 40% da produção, com prejuízos de US\$ 300 milhões. (NOVA..., 2006, p.1).

O resultado positivo do café deve-se à utilização de plantações irrigadas, reduzindo o impacto das estiagens durante o plantio, e à bianualidade positiva da lavoura e melhoria dos tratos culturais. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (2006, p.5), para a Bahia:

Na região do cerrado, os baixos índices pluviométricos e as altas temperaturas não afetaram os cafezais, pois o cultivo é totalmente irrigado. Na região atlântica, apesar do período de estiagem, a produção não foi significativamente afetada, pois a maior parte dos cafezais já se encontravam com os grãos formados. Já na região do planalto, o período de estiagem, com altas temperaturas nos meses de janeiro e fevereiro, prejudicou as lavouras, pois coincidiu com o período de granação.

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas Bahia, 2005/2006

| Produtos/safras | Produção física (t) | | | Área Plantada (ha) | | | Área Colhida (ha) | | | Rendimento (3) (kg/ha) | | |
|-----------------|---------------------|------------------|---------------|--------------------|------------------|--------------|-------------------|------------------|--------------|------------------------|--------------|---------------|
| | 2005 (1) | 2006 (2) | Var. (%) | 2005 (1) | 2006 (2) | Var. (%) | 2005 (1) | 2006 (2) | Var. (%) | 2005 | 2006 | Var. (%) |
| Mandioca | 4.512.817 | 4.414.164 | -2,19 | 380.078 | 392.881 | 3,37 | 351.473 | 349.700 | -0,50 | 12.840 | 12.623 | -1,69 |
| Cana-de-açúcar | 5.636.887 | 5.786.980 | 2,66 | 96.319 | 96.117 | -0,21 | 95.929 | 95.887 | -0,04 | 58.761 | 60.352 | 2,71 |
| Cacau | 142.240 | 137.459 | -3,36 | 556.727 | 548.989 | -1,39 | 556.727 | 517.603 | -7,03 | 255 | 266 | 3,94 |
| Café | 140.339 | 176.800 | 25,98 | 145.957 | 160.963 | 10,28 | 145.957 | 158.833 | 8,82 | 962 | 1.113 | 15,77 |
| Grãos | 5.400.777 | 4.391.641 | -18,69 | 2.769.641 | 2.645.125 | -4,50 | 2.654.073 | 2.453.737 | -7,55 | 2.035 | 1.790 | -12,05 |
| Algodão | 819.977 | 810.363 | -1,17 | 257.567 | 241.351 | -6,30 | 257.567 | 241.351 | -6,30 | 3.184 | 3.358 | 5,47 |
| Feijão | 460.505 | 359.215 | -22,00 | 775.368 | 711.121 | -8,29 | 687.440 | 596.413 | -13,24 | 670 | 602 | -10,09 |
| Milho | 1.614.899 | 1.158.176 | -28,28 | 808.761 | 770.002 | -4,79 | 781.121 | 693.843 | -11,17 | 2.067 | 1.669 | -19,26 |
| Soja | 2.401.200 | 1.991.400 | -17,07 | 870.000 | 872.600 | 0,30 | 870.000 | 872.600 | 0,30 | 2.760 | 2.282 | -17,31 |
| Sorgo | 104.196 | 72.487 | -30,43 | 57.945 | 50.051 | -13,62 | 57.945 | 49.530 | -14,52 | 1.798 | 1.463 | -18,61 |

Fonte: IBGE, 2006b

¹ Estimativas do GCEA/IBGE safra 2005 (dados sujeitos a retificação).

² Estimativas do GCEA/IBGE agosto/2006 (dados sujeitos a retificação).

³ Rendimento= produção física/área colhida.

Os preços do café arábica (cuja saca de 60 kg alcança R\$ 220,00) – que correspondem a 77% do total produzido no estado – encontram-se abaixo daqueles verificados no primeiro semestre de 2005 (quando a saca alcançou R\$ 370,00), o que significa a redução das exportações do grão, devido ao aumento da demanda e à queda de preços, pelo aumento da oferta (CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA, 2006).

A lavoura de cana-de-açúcar acompanha os estímulos da conjuntura do açúcar e do álcool. Para este último, existe a expectativa da incorporação obrigatória do produto à gasolina de diversos países, como parte de programas de redução da poluição atmosférica. Isso significa uma demanda substancial a ser atendida, estimulando o produtor brasileiro. “Se o Japão tornar ‘mandatória’ a legislação sobre mistura de 3% de etanol à gasolina, abrirá um mercado para o Brasil de 1,8 bilhão de litros de álcool anuais, equivalente a 10% da capacidade de produção brasileira do produto.” (ABIC ..., 2006, p.1). Para o Nordeste, o abastecimento do mercado externo representaria maior estímulo à lavoura de cana-de-açúcar.

Exportações do agronegócio baiano

As exportações da agricultura baiana também sofrem os impactos da redução da produção e da desvalorização do dólar frente ao real. Observando-se a Tabela 2, tem-se que, em volume (toneladas), as exportações apresentam redução de 27% de janeiro a agosto de 2006, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Produtos da pesca e aquicultura, frutas, soja e derivados e café são os destaques negativos neste item. Este fato repercute também nas receitas auferidas, tendo-se redução de 7,6% no comparativo entre os mesmos períodos de 2005 e 2006. Algodão e sisal apresentam-se como destaques positivos nas receitas de exportações (aumentos de aproximadamente 50,5% e 25,1%, respectivamente). Esses últimos resultados, contudo, não são capazes de reverter o resultado geral dos primeiros meses de 2006: confere-se ao campo a redução de 17,9% da participação no total das exportações baianas, em 2005, para 14,2%, em 2006. Em receitas, a situação é semelhante: de 16,1%,

em 2005, para pouco menos de 13,0%, em 2006.

A despeito da queda significativa das exportações, a soja continua sendo o principal produto exportado da agricultura baiana, com 715 mil toneladas em 2006. Além da conjuntura de preços em queda – a saca de 60 kg de soja, que custava R\$ 26,00 em janeiro de 2006, em Barreiras (BA), é comercializada no final do mês de agosto abaixo de R\$ 23,00 (BAHIA. SECRETARIA DA AGRICULTURA ..., 2006) – o sojicultor enfrenta também a irregularidade das chuvas – estiagens durante a floração e chuvas durante as colheitas –, o aumento dos custos (em relação à safra vendida) com insumos importados e a conseqüente redução do uso do aparato tecnológico no plantio (adubos e defensivos agrícolas), e a sempre presente ameaça da ferrugem asiática, afetando a produtividade das lavouras.

Para os fruticultores, particularmente os produtores de manga, os resultados de 2006 também não são animadores. Após a tendência de alta dos preços do quilo do fruto, que perdurou oscilando entre R\$ 0,40 e R\$ 0,55, na região de Juazeiro, o preço atinge o patamar de R\$ 0,20, a partir de maio de 2006. Essa ocorrência afeta significativamente todo o segmento, uma vez que as exportações de manga correspondem a 45,6% do total exportado. A exportação de uvas frescas apresenta redução, em receita, de 55,7%, em 2006. A redução da produção – devido à instabilidade climática – e o dólar barato justificam os resultados. A lavoura de mamão papaia apresenta resultado positivo no segmento. Plantado especialmente na região sul do estado (com clima mais estável no período), os produtores conseguem exportar 10,8% a mais que em 2005 e, assim, auferirem receitas 15,6% superiores.

Para o café, os cafeicultores baianos seguem o movimento observado para o restante do país. Em diversas regiões, os produtores apenas comercializam o suficiente para compensarem custos e outras despesas imediatas, aguardando que os preços nos mercados internacional e nacional reajam para realizarem melhores negócios. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (2006), o preço do café recuou em média 18%, em 2006. Esse fato reduz as expectativas de ganhos dos produtores que preferem adiar o fechamento dos contratos. No mercado internacional, o verão na Europa e

Tabela 2
Exportações do agronegócio
Bahia, janeiro-agosto 2005/2006

| Produtos | PESO (ton) | | Var (%) | Valores (US\$ 1000 FOB) | | Var (%) |
|---|------------|-----------|---------|-------------------------|-----------|---------|
| | 2005 | 2006 | | 2005 | 2006 | |
| Soja e derivados | 1.000.741 | 714.677 | -28,59 | 218.543 | 155.159 | -29,0 |
| Cacau e derivados | 56.257 | 61.564 | 9,43 | 148.965 | 146.001 | -1,99 |
| Couros e peles | 13.313 | 16.790 | 26,12 | 45.194 | 54.861 | 21,39 |
| Sisal e derivados | 61.110 | 59.743 | -2,24 | 39.795 | 49.775 | 25,08 |
| Café e especiarias | 30.649 | 25.897 | -15,50 | 58.821 | 53.347 | -9,31 |
| Algodão e seus subprodutos | 24.683 | 37.767 | 53,01 | 27.927 | 42.024 | 50,48 |
| Frutas e suas preparações | 38.366 | 32.879 | -14,30 | 34.486 | 29.093 | -15,64 |
| Fumo e derivados | 1.657 | 1.680 | 1,39 | 8.904 | 11.340 | 27,36 |
| Pesca e aquicultura | 3.223 | 2.067 | -35,87 | 13.660 | 9.337 | -31,65 |
| Total das exportações agronegócio | 1.229.999 | 891.562 | -27,5 | 596.295 | 550.937 | -7,60 |
| Total das exportações baianas | 6.888.944 | 6.283.097 | -8,79 | 3.713.192 | 4.337.289 | 16,81 |
| Participação do agronegócio nas exportações baianas | 17,85 | 14,19 | | 16,06 | 12,70 | |

Fonte: CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2006 (com adaptações)

Estados Unidos desestimula a demanda por café, arrefecendo igualmente os negócios. Espera-se que as quedas de temperatura no outono e inverno provoquem a demanda pela bebida e pressionem positivamente os preços do grão.

Para a pesca e aquicultura baianas, o camarão representa 74,1% das exportações do segmento. Segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (2006), os preços elevados do produto – em média 20% superiores em relação a 2005 – não se transformam em renda aos produtores, devido à conjuntura cambial desfavorável. Segundo a entidade, a situação para o produtor nacional pode piorar ao longo do segundo semestre de 2006 e nos próximos anos, caso a União Européia adote medidas mais rígidas quanto ao manejo dos resíduos dos criatórios no país. Segundo técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (2006, p. 1):

[...] caso o governo não adote providências na área – entre elas ampliar investimentos em laboratórios capazes de atestar a segurança dos produtos brasileiros – as vendas poderão desabar. No primeiro semestre, os embarques brasileiros somaram 18,3 mil toneladas (US\$ 72,1 milhões), ante 23,3 mil [toneladas] (US\$ 88,1 milhões) no mesmo período do ano passado.

Entre os destaques positivos, o sisal apresenta elevação de aproximadamente 25,1% em receita em relação a 2005. A cultura do sisal está na iminência de passar por um novo ciclo expansivo, pois, além

do conhecido uso do sisal como matéria-prima dos forros de automóveis, fios de estofados etc., está em curso projeto no estado da Paraíba – representando a cooperação entre o Serviço de Apoio às Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) – para se estudar a viabilidade do sisal em peças como telhas e tijolos para a construção civil. Para a Bahia, o aumento das exportações de sisal deve-se também ao aumento do preço do barril de

petróleo, encarecendo a produção do fio sintético, principal concorrente do sisal. Segundo informações divulgadas pelo Projeto Sisal, da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (2006, p. 1):

A tendência é que haja um crescimento do setor sisaleiro em 2006, já que a demanda por produtos naturais, ecologicamente aceitáveis e que provocam menor impacto ambiental, vêm crescendo a cada ano. Também devido às fortes pressões ambientais, o sisal começa a recuperar espaço na competição com fibras sintéticas, especialmente após exigências para a importação de produtos e embalagens biodegradáveis impostas pela União Européia e outros mercados.

O aumento das exportações baianas de algodão reflete a conjuntura favorável dos preços nacionais e internacionais da fibra. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (2006), a tendência de queda dos preços no mercado interno – que se iniciou em junho de 2004, quando o preço aproximou-se dos 1,80 real por libra-peso – reverteu-se, no final de 2005, quando o preço alcançou os 1,00 real por libra-peso, enquanto em agosto de 2006 estava cotado em 1,30 real por libra-peso. Com preços em alta, os estoques são comercializados e estimula-se a safra 2007. A elevação dos preços, também em dólar, é responsável pelo significativo resultado de 127,6% de aumento na receita de exportação do algodão baiano, reforçando o dinamismo da cotonicultura na Bahia.

Atividade industrial: nível de produção mantido pelo setor de bens intermediários

A indústria baiana (extrativa mineral e transformação) registrou crescimento de 4,8% no acumulado do ano de 2006, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE (2006e). Isoladamente, a indústria extrativa mineral encontra-se estagnada (0,1%). Na indústria de transformação, o crescimento de 5,0% no período indica incremento na produção de cinco dos oito setores que compõem esta indústria.

As contribuições de maior influência foram: setor de papel e celulose, que registrou, para o acumulado do ano até julho, um crescimento de 32,4%, em função do incremento na produção de celulose e papel; refino de petróleo e produção de álcool, com crescimento de 6,9%, devido a um aumento na fabricação de óleo combustível e gasolina; e o segmento da metalurgia básica, que registrou um aumento no período de 15,0%, em virtude do acréscimo na produção de barra, perfil, vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono.

As quedas no desempenho dos segmentos industriais foram registradas nas indústrias de alimentos e bebidas, com redução de 3,1%, o que se deve a uma menor produção de farinha e *pellets* da extração do óleo de soja; no segmento de produtos químicos, que registrou uma queda de 0,9%, com diminuição na produção de policloreto de vinila (PVC) e etileno não-saturado; e na indústria de veículos automotores, com uma redução de 6,6%.

Destacando o desempenho de alguns setores, no ano de 2006, observa-se que o resultado positivo do segmento de refino de petróleo e produção de álcool deveu-se ao aumento na produção de determinados derivados do petróleo. Os principais destaques foram: óleo combustível (23,6%) e gasolina (11,3%) (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, 2006). Ressalta-se que as inversões realizadas na Unidade 39 da Refinaria Landupho Alves (RLAM), com o intuito de aumentar a capacidade produtiva de processamento de gasolina, diesel e nafta e melhorar a qualidade dos derivados, assim como os novos investimentos previstos para o estado, na área de exploração e produção, distribuição e do biodiesel deverão alavancar resultados significativos para o segmento nos próximos anos.

O segmento de celulose e papel vem apresentando um cenário favorável com o aumento da demanda internacional e nacional, além da subida dos preços. Soma-se a isso a produção acelerada das empresas aqui instaladas, com triplicação da capacidade produtiva e novos investimentos previstos com a instalação e ampliação de novas empresas, influenciando positivamente não apenas a produção industrial como também o nível de exportações do estado.

O segmento da metalurgia básica no estado foi afetado pela forte volatilidade (com tendência de alta) dos preços no mercado internacional. A sua produção teve aumento em decorrência da maior fabricação de barra, perfil e vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono. Em relação às vendas, foi registrado aumento no mercado interno de 1,9%. No que se refere ao segmento de cobre, ocorreu aumento da capacidade instalada de 200 mil para 230 mil toneladas. Os preços do cobre e as exportações atreladas aos contratos de longo prazo são os principais fatores favoráveis à *performance* do segmento que não foi afetada pela parada para manutenção durante o mês de abril. No segmento siderúrgico também se observa a alta nos preços do aço. Ademais a retomada do mercado da construção civil e as baixas taxas de financiamento beneficiaram o segmento de longos. Algumas empresas do ramo da construção civil, no entanto, já têm intenção em importar vergalhões do mercado externo diante da redução nas alíquotas de importação.

Analisando o desempenho do emprego industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE (2006f), registrou-se queda de 1,4% no nível de pessoal ocupado assalariado no estado, para o ano até o mês de julho, comparando-se com igual período do ano passado. No Brasil, esse resultado foi um pouco melhor, registrando decréscimo de 0,4%. Dos segmentos industriais, destacam-se com melhor desempenho no incremento do emprego: máquinas e equipamentos (12,2%), calçados e couro (5,9%) e máquinas e aparelhos elétricos (9,0%). Os segmentos que apresentaram queda mais significativa foram: produtos químicos (-8,1%), produtos de metal (-14,4%), vestuário (-11,1%) e borracha e plástico (-12,5%).

Espera-se que a indústria baiana continue a sua

trajetória de expansão ao longo do ano, com crescimento acima da média nacional e obtendo resultados positivos na maioria de seus segmentos. Investimentos importantes nos setores de papel e celulose e de refino de petróleo também deverão influenciar positivamente o setor. Deverá de igual modo influenciar o resultado da indústria baiana em 2006, aquecendo a sua economia, um comportamento de câmbio desvalorizado, que influencia positivamente o volume das exportações, e a baixa na taxa de juros, que eleva os investimentos do setor.

Soma-se a isso, a influência do comportamento da economia nacional, no qual projeta-se crescimento do produto interno, com expectativas de incremento ao longo do ano, aceleração no nível da atividade econômica, maiores investimentos empresariais e comércio externo crescente.

Comércio exterior baiano: valorização do Real impõe limites às exportações

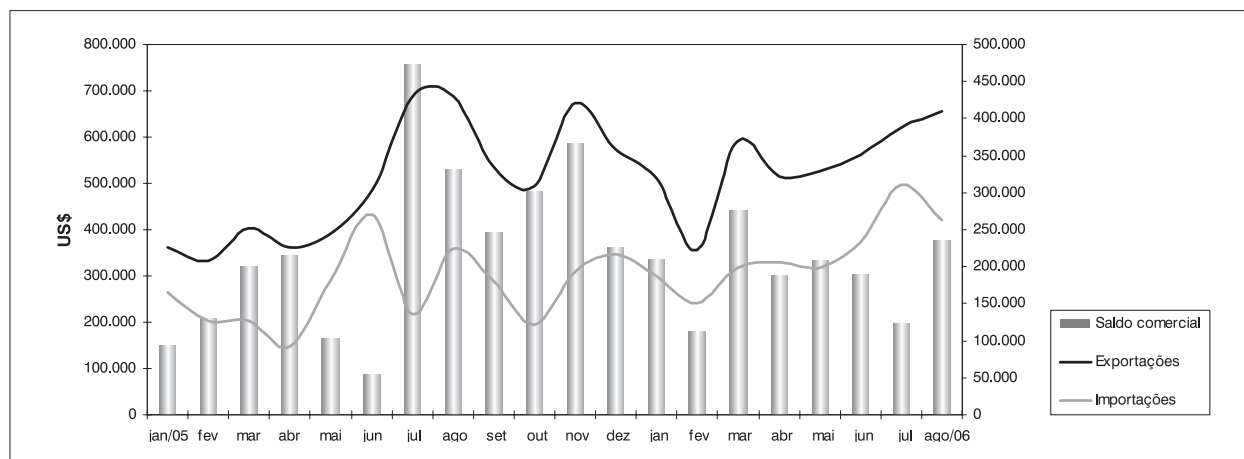
O comércio exterior baiano apresentou, em 2006, desempenho acima do ocorrido no mesmo período do ano anterior. As exportações, até o mês de agosto, registraram crescimento de 16,8%, com valor total de US\$ 4,337 bilhões, enquanto as importações registraram crescimento de 33,2%, com valor total de US\$ 2,901 bilhões. Com esses resultados, a balança comercial apresentou, em 2006, saldo

superavitário de US\$ 1,436 bilhão, enquanto em 2005, nesse mesmo período, o saldo foi de US\$ 1,535 bilhão.

Avaliando-se o comércio exterior, poder-se-ia dizer que seu desempenho é altamente satisfatório, na medida em que as variáveis que o compõem mantiveram resultado positivo no período. Entretanto, quando se analisa cada variável, percebe-se que, embora a balança comercial tenha se mantido positiva, o saldo vem decrescendo ao longo do tempo, na medida em que as exportações não apresentam o mesmo dinamismo que antes, e o ritmo de crescimento das importações se dá em patamares acima do verificado nas exportações. Esse cenário é determinado, em parte, pela valorização do Real frente ao Dólar – 18,3% entre janeiro de 2005 e agosto de 2006 –, que impacta diretamente sobre os volumes exportados – redução – e importados – elevação (Gráfico 1).

Não obstante a valorização do real, as exportações baianas mantiveram desempenho positivo em 2006. Poder-se-ia afirmar que esse desempenho, tendo como referência bases de comparação elevadas e a valorização cambial, decorre do aumento das quantidades exportadas. Entretanto, quando se observa as exportações a partir do *quantum exportado*, verifica-se que houve uma redução de 2,6% no total exportado. Por outro lado, é possível perceber que esse crescimento se deu basicamente em função da elevação nos preços internacionais de produ-

Gráfico 1
Evolução da balança comercial
Bahia, Jan. 2005-Ago. 2006



Fonte: MDIC

tos exportados pela Bahia, sobretudo, *commodities* e semimanufaturados.

As exportações baianas concentraram-se basicamente em cinco segmentos, que respondem por 77,7% do valor total exportado: químicos e petroquímicos (20,5%), petróleo e derivados (19,2%), metalúrgicos (14,5%), automotivo (12,9%) e papel e celulose (10,7%). Conforme o relatório do Centro Internacional de Negócios da Bahia (2006), essa concentração é derivada da valorização cambial e da alta de preço das *commodities*. No ano, destaca-se o crescimento nas exportações de papel e celulose (94,9%) e metalurgia (79,3%). No que se refere às exportações de papel e celulose, o crescimento está mais associado ao volume exportado (114,4%) – a produção física de celulose na Bahia cresceu 32,4% em 2006, resultado dos investimentos recentes realizados no setor – do que às variações de preços (94,9%). Já com relação às exportações de metalúrgicos, embora tenha ocorrido incremento na produção física correspondente a 9,2%, a variação está mais associada a aumentos de preço, uma vez que houve crescimento de 79,3% no valor exportado, enquanto no *quantum* exportado houve queda de 19,7%.

As importações baianas vêm mantendo tendência de expansão desde 2005, em decorrência do crescimento interno da economia e, sobretudo, da valorização do Real. No ano, os principais produtos importados pelas empresas baianas foram: naftas para petroquímicas (US\$ 569.978 mil), sulfetos de minérios de cobre (US\$ 569.176), automóveis com motor a explosão (US\$ 211.245) e óleos brutos de petróleo (US\$ 89.807). Estes cinco produtos respondem por 50,0% do total das importações baianas.

Dada a configuração do crescimento econômico do Brasil, bem como a manutenção da taxa de câmbio nos níveis atuais, a expectativa é que as importações mantenham a tendência de crescimento, podendo ultrapassar a barreira histórica dos US\$ 4 bilhões.

Viu-se, ao longo do texto, que a balança comercial baiana vem passando por um processo de reversão, em que a expansão das exportações, verificada até recentemente, vem dando lugar à expansão das importações. Essa modificação se dá basicamente pela valorização do Real frente o Dólar, fato que diminui a competitividade dos produtos exportados pela

Bahia. Em contraponto a isso, a valorização no preço de algumas *commodities* e de produtos básicos exportados pela Bahia mantém os ganhos advindos das exportações superiores aos gastos com as importações. Dessa forma, a perspectiva para o curto prazo, mantendo-se a atual conjuntura, é de que essa deterioração seja ainda mais profunda. De outro modo, uma reversão na valorização do Dólar pode vir a contribuir positivamente para a recuperação da balança comercial baiana.

Varejo: mercado interno aquecido favorece vendas

As vendas do comércio varejista na Bahia acumularam, até julho de 2006, incremento de 9,0%, na comparação com o mesmo período de 2005, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006c).

O acúmulo positivo no volume de vendas em 2006 é atribuído à inflação em queda, ao aumento, embora lento, do emprego e à ligeira recuperação da renda média dos trabalhadores. Além da expansão do crédito ao consumidor, que embora esteja contribuindo em menor intensidade para o aumento marginal das vendas, ainda impulsiona o setor.

A trajetória apresentada pelo comércio no ano de 2006 é recebida com otimismo pelos analistas do setor. No entanto a inadimplência crescente observada nos últimos meses tem contribuído para pressionar os juros cobrados aos consumidores, uma vez que os bancos e financeiras estão mais cautelosos na concessão de crédito e, por isso, repassam maior custo nas suas operações. Por atividade, observou-se crescimento, para os meses entre janeiro e julho de 2006, em relação a igual período em 2005, em seis dos oito segmentos que compõem o índice de volume de vendas do comércio varejista baiano, com destaque para hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (12,3%) seguidos por móveis e eletrodomésticos (22,0%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (50,8%).

Os demais segmentos a expandirem as suas vendas foram: outros artigos de uso pessoal e doméstico (11,6%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (3,3%) e

tecidos, jornais, revistas e papelaria (0,7%). Obteve, ainda, variação positiva para o acumulado do ano, o subgrupo de hipermercados e supermercados, com 20,2%. Quanto aos segmentos que apresentaram desempenho negativo, têm-se: combustíveis e lubrificantes (-2,8%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-28,0%). Nos ramos que não contribuem para a formação do indicador, ou seja, considerados como comércio varejista ampliado – veículos, motos e peças e material de construção – o incremento alcançou 21,4% e 4,8%, respectivamente.

Os resultados apurados para os oito segmentos varejistas que compõem o Indicador do varejo no estado da Bahia, em relação às diversas abordagens de observação, encontram-se na Tabela 3.

Tabela 3
Pesquisa Mensal do Comércio
Variação no volume de vendas no varejo¹
Bahia, julho 2006

| Classes e Gêneros | Mensal ² | No ano ³ | 12 meses ⁴ |
|---|---------------------|---------------------|-----------------------|
| Comércio varejista | 7,7 | 9,0 | 8,0 |
| Combustíveis e lubrificantes | -2,5 | -2,8 | -7,2 |
| Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo | 12,7 | 12,3 | 8,5 |
| Hipermercados e supermercados | 23,3 | 20,2 | 13,2 |
| Tecidos, vestuário e calçados | -3,7 | 0,7 | 7,6 |
| Móveis e eletrodomésticos | 12,4 | 22,0 | 28,1 |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos | 5,1 | 3,3 | 8,2 |
| Livros, jornais, revistas e papelaria | -27,1 | -28,0 | -13,0 |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação | 27,6 | 50,8 | 67,7 |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico | 16,1 | 11,6 | 13,1 |
| Veículos, motos e peças | 32,0 | 21,4 | 16,5 |
| Materiais de construção | 13,3 | 4,8 | nd |

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

As sucessivas variações positivas do grupo de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo levaram-no a acumular no ano uma taxa de 12,3%. Esse comportamento é atribuído ao aumento da renda média do trabalhador.

O ramo comercial de móveis e eletrodomésticos, responsável pelas taxas mais expressivas do comér-

cio baiano há trinta e um meses consecutivos, em virtude das facilidades de acesso ao crédito, obteve uma variação de 22,0% no ano de 2006 até o mês de julho, indicando um recuo no crescimento iniciado em março, quando este indicador apresentava taxa de 27,0%, passando em maio para 25,5%, e 23,8% em junho. O ritmo reduzido no volume de vendas do setor pode ser atribuído à elevada base de comparação, consequência da forte expansão do volume de vendas da atividade em 2004 e em 2005, ou até mesmo dá indício de uma desaceleração no nível de atividade, decorrente do esgotamento da capacidade de endividamento das famílias.

Dentre os ramos que compõem o indicador do varejo na Bahia e que se destacaram no período, tem-

se o segmento de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação impulsionado pela acentuada redução nos preços dos equipamentos de informática, em decorrência da valorização do real, da evolução positiva do crédito, emprego e rendimentos, além da medida de incentivo fiscal do governo federal, isentando as empresas do ramo do pagamento de determinados impostos. O segmento cresceu 50,8% no ano.

As expectativas para o comportamento do setor nos próximos meses é que haja um crescimento nas vendas, ainda que moderado. Segundo a analista de comércio da Consultoria Tendências, Camila Saito, fatores como a melhoria de confiança do consumidor, o aumento do crédito, da

renda e do emprego devem contribuir para que a meta de crescimento do setor seja alcançada (NASCIMENTO, 2006).

Além disso, a trajetória de queda da taxa básica de juros (Selic) iniciada desde setembro de 2005, reforça a tese de que, no final do ano de 2006, o comércio baiano deverá manter o desempenho favorá-

vel. A perspectiva é que o varejo acompanhe o ritmo de crescimento da economia, não obstante o aumento do risco da inadimplência pressionar os juros cobrados dos consumidores.

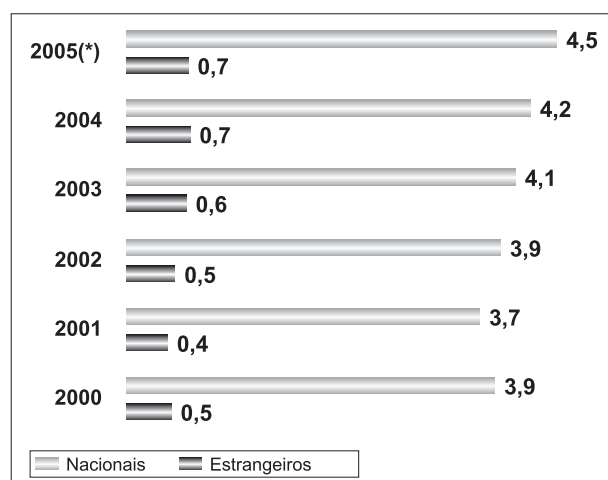
Turismo: tendência harmoniosa de crescimento

Entre o ano de 2000 e 2005, conforme dados da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), o fluxo turístico na Bahia alcançou 27,7 milhões de pessoas, com uma receita da ordem de US\$ 6 bilhões.

O fluxo é consideravelmente maior no ano de 2005, como ilustrado no Gráfico 2, quando a expansão de turistas estrangeiros (700 mil) ampliou-se, proporcionando um crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior, acarretando um impacto de US\$ 2,6 bilhões no PIB da Bahia, o que correspondeu a um crescimento de 8,3%. Somente nesse ano, a receita gerada foi de 1,2 bilhão, registrando uma taxa de crescimento de 9% em relação a 2004. Confrontando 2005 com 2000, o fluxo turístico na Bahia apresentou um crescimento de 18,2%.

Em 2005, foi registrada a passagem de 5,2 milhões de turistas na Bahia. 700 mil foram apenas de turistas estrangeiros; deste total, cerca de 68% instalou-se em Salvador, deixando uma receita estimada

Gráfico 2
Fluxo turístico
Bahia, 2000-2005(*) (Em milhões)

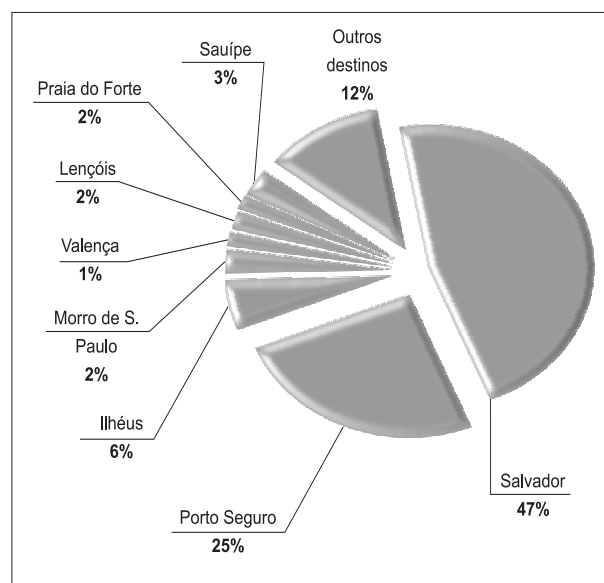


Fonte: SCT/Sudetur (*) Estimativa

de US\$ 590 milhões. No mesmo ano, a capital baiana atraiu aproximadamente 2,4 milhões de turistas.

No Gráfico 3, observa-se que o principal destino turístico da Bahia foi a capital, registrando uma participação de 47% do fluxo total. Logo após Salvador está Porto Seguro, com 1,3 milhões de turistas, o que representa 25% de todos os turistas que passaram pela Bahia. Esse fluxo crescente de turistas estimula o governo a gerar novos projetos de dinamização e estruturação para o fortalecimento de economias locais, com o intuito de atrair cada vez mais turistas, contribuindo para uma economia sustentável.

Gráfico 3
Principais destinos turísticos
Bahia, 2005(*)



Fonte: SCT/Sudetur
* Estimativa

Tem-se observado que o fluxo turístico encontra-se em expansão com maior crescimento no verão, haja vista a entrada de turistas e a receita gerada serem mais expressivas.

Segundo a SCT, entre dezembro/05 e março/06, foi registrado um fluxo global de aproximadamente 2 milhões de turistas, uma receita de US\$ 338 milhões e um impacto de US\$ 635 milhões no PIB da Bahia. Quando comparado com os resultados atingidos pelo turismo na temporada de verão 2004/2005, houve um crescimento no fluxo turístico de 6% e de 8% na receita gerada que refletiu com a mesma taxa (8%) de crescimento no impacto do PIB, impulsionado

nando a economia do estado que, assim, estará mais estimulada a investir no setor turístico, proporcionando melhor estrutura para este mercado em expansão (Tabela 4).

Tabela 4

Indicadores do turismo na temporada de verão Bahia, Dezembro-Março 2004/2006

| Indicador | 2004/2005 | Var. % | 2005/2006 | Var. % |
|--------------------------|-------------|--------|-------------|--------|
| Fluxo Turístico | 1.850.365 | 7,4 | 1.961.387 | 6,0 |
| Receita gerada (em US\$) | 313.253.458 | 8,0 | 338.313.734 | 8,0 |
| Impacto no PIB (em US\$) | 587.757.462 | 8,0 | 634.778.058 | 8,0 |

Fonte: SCT; Bahiatursa

Com a intenção de atrair um número cada vez maior de turistas, o estado da Bahia tem incentivado cada vez mais o setor, com a implantação de novos investimentos públicos em zonas turísticas e a criação de grandes empreendimentos privados nas zonas que estão sendo beneficiadas pelo Programa de Desenvolvimento Regional (Prodetur).

O Prodetur Nordeste é um programa que prevê investimentos em infra-estrutura de apoio, equipamentos, serviços, melhoria na qualidade, preço, mercado e competitividade para o desenvolvimento turístico da Região Nordeste. Apesar de apresentar um número crescente de visitantes devido às suas belezas naturais, biodiversidade e riqueza histórico-cultural, a região ainda não possuía um produto turístico específico (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006, p. 1).

Segundo dados da Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos (SUINVEST), como apresentado na Tabela 5, os investimentos públicos são da ordem de US\$ 3,3 bilhões, para o período 1991 a 2020, distribuídos entre onze zonas, nos quais estão inclusos os que já foram realizados, os que estão em execução e os ainda considerados projetos. Até o primeiro semestre deste ano, já foram investidos aproximadamente US\$ 1,7 bilhão, estando em execução US\$ 115 milhões. Os recursos totais, no entanto, destinam-se com mais intensidade à zona turística da Bahia de Todos os Santos (US\$ 1,2 bilhão), constituída pela capital baiana (Salvador), Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Cachoeira, Maragogipe, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde, Saubara e Vera Cruz, locais que concentram maior fluxo de turistas.

Já os investimentos privados, conforme dados apresentados na Tabela 6, serão aplicados em oito zonas turísticas, onde estão concluídas 31.834 Unidades Habitacionais (UHs), envolvendo mais de US\$ 1 bilhão. No total serão investidos quase US\$ 9,9 bilhões em 66.840 UHs na Bahia, no período de 1991 a 2020. A maior concentração destes recursos está na zona turística da Costa dos Coqueiros, composta por Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Jandaíra, Esplanada e Conde. Essa zona turística, mais conhecida como litoral norte, já consta com a instalação de várias unidades hoteleiras de grande porte, a exemplo de Costa do Sauípe, Hotel Vila Galé e Iberostar. Já foram aplicados aproximadamente US\$ 399 milhões em 6.321 UHs e até o ano de 2020 serão investidos aproximadamente US\$ 4,2 bilhões em 23.311 UHs somente nesta zona.

Investimentos em infra-estrutura foram assegurados com o início da execução do Prodetur II que, além das obras básicas, passará a contemplar a capacitação profissional e empresarial. A nova fase do Programa envolve recursos da ordem de R\$ 65 milhões (BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, 2006), oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dos governos federal e estadual.

O objetivo do Prodetur II é assegurar o desenvolvimento turístico sustentável e integrado na região Nordeste do Brasil, cujos componentes são: fortalecimento da capacidade municipal; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura; promoção de

Tabela 5

Investimentos públicos nas zonas turísticas Bahia, 1991-2020

| Zona Turística | Recursos Aplicados (US\$ 1.000,00) | | | |
|-------------------------|------------------------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Concluídos | Em execução | Em projeto | Total |
| Costa dos Coqueiros | 132.149 | 3.994 | 140.075 | 276.217 |
| Baía de Todos os Santos | 896.752 | 60.459 | 276.063 | 1.233.273 |
| Costa do Dendê | 36.154 | 12.500 | 187.638 | 236.293 |
| Costa do Cacau | 110.571 | 11.316 | 229.257 | 351.144 |
| Costa do Descobrimento | 149.081 | 1.092 | 172.597 | 322.769 |
| Costa das Baleias | 45.092 | 390 | 172.022 | 217.504 |
| Chapada Diamantina | 121.781 | 16.584 | 173.042 | 311.407 |
| Lagos do São Francisco | 23.949 | 5.559 | 4.088 | 33.597 |
| Caminhos do Oeste | 13.772 | 1.841 | 2.179 | 17.792 |
| Vale do Jequiriçá | 20.661 | 768 | - | 21.429 |
| Caminhos do Sertão | 4.302 | - | - | 4.302 |
| Outras | 137.841 | - | 160.000 | 297.841 |
| Total | 1.692.105 | 114.503 | 1.516.961 | 3.323.569 |

Fonte: SCT/Suinvest, posição agosto/2006

Tabela 6
Investimentos Privados nas Zonas Turísticas
Bahia, 1991-2020

| Zona Turística | Concluídos | | Em execução | | Em projeto | | Total | |
|--------------------------|---------------|------------------|--------------|----------------|---------------|------------------|---------------|------------------|
| | UHs | US\$(1.000) | UHs | US\$(1.000) | UHs | US\$(1.000) | UHs | US\$(1.000) |
| Costa dos Coqueiros | 6.321 | 398.669 | 1.544 | 155.700 | 15.446 | 3.622.380 | 23.311 | 4.176.749 |
| Baía de Todos dos Santos | 6.300 | 278.912 | 1.898 | 141.767 | 2.903 | 702.191 | 11.101 | 1.122.870 |
| Costa do Dendê | 2.124 | 33.264 | - | - | 700 | 443.000 | 2.824 | 476.264 |
| Costa do Cacau | 3.447 | 78.622 | 94 | 41.200 | 5.530 | 779.000 | 9.071 | 898.822 |
| Costa do Descobrimento | 8.849 | 280.918 | 144 | 5.467 | 6.025 | 1.927.950 | 15.018 | 2.214.335 |
| Costa das Baleias | 2.506 | 51.201 | - | - | 552 | 298.050 | 3.058 | 349.251 |
| Chapada Diamantina | 1.142 | 18.350 | 20 | 200 | 150 | 307.000 | 1.312 | 325.550 |
| Caminhos do Sertão | 178 | 1.710 | - | - | - | - | 178 | 1.710 |
| Outras | 967 | 14.835 | - | - | - | - | 967 | 302.835 |
| Total | 31.834 | 1.156.481 | 3.700 | 344.334 | 31.306 | 8.367.571 | 66.840 | 9.868.386 |

Fonte: SCT/Suinvest, posição em agosto/2006

investimento do setor privado (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2006).

Até 2020, tem-se a perspectiva da visita de aproximadamente 20 milhões de turistas e de uma receita de US\$ 7,9 bilhões. Hoje o turismo é responsável por 6% do PIB da Bahia (TERZIAN, 2006).

Segundo o Ministério do Turismo (MT), na região

Nordeste, entre 2006 e 2008, estão previstos 35 projetos com investimentos aproximados de R\$ 1,5 bilhão em 8.245 UHs, o que corresponde a 44,9% dos investimentos no Brasil. A região sudeste aparece em seguida, com 40,6% dos investimentos totais, da ordem de aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em 23.561 UHs no país.

Entre 2006 e 2008, conforme informações do Quadro 1, estão previstos investimentos em 19 hotéis e *resorts*, aproximadamente R\$ 713 milhões aplicados em 4.445 UHs. Os empreendimentos localizados na zona da Costa dos Coqueiros detêm 59,4% dos investimentos a serem realizados, o que corresponde a aproximadamente R\$ 424 milhões. A zona turística da Baía de Todos os Santos prevê 32% dos investimentos para os anos de 2006 a 2008. Apenas Salvador detém 32% dos investimentos a serem realizados, isso corresponde a um valor aproximado de R\$ 176 milhões.

Quadro 1
Estimativa de investimentos privados em hotelaria
Bahia, 2006-2008

| Empreendimento | Município | UHs. | Investimento Estimado (R\$) |
|---------------------------------------|------------------|--------------|-----------------------------|
| Bahia Plaza Hotel Porto Busca Vida | Camaçari | 101 | 16.000.000 |
| Breezes Canavieiras Resort | Canavieiras | 250 | 50.000.000 |
| Portobello Iguatemi Feira | Feira de Santana | 140 | 8.000.000 |
| Hotel Tivoli | Guarajuba | 200 | 50.000.000 |
| Vila Galé Marés | Guarajuba | 500 | 90.000.000 |
| StarFish Reserva Imbassaí Resort | Imbassaí | 334 | 50.000.000 |
| Reta Atlântico Beach Resort | Imbassaí | 253 | 58.000.000 |
| Warapuru Hotel | Itacaré | 40 | 20.000.000 |
| Portobello Lagoa Azul | Porto Seguro | 50 | 7.500.000 |
| Iberostar Bahia (2ª etapa) | Praia do Forte | 450 | 80.000.000 |
| Iberostar Bahia (3ª etapa) | Praia do Forte | 450 | 80.000.000 |
| Formule 1 Salvador Iguatemi | Salvador | 195 | 9.500.000 |
| Ibis Salvador Iguatemi | Salvador | 208 | 12.000.000 |
| Comfort Inn Aeroporto Salvador | Salvador | 126 | 12.000.000 |
| Sol Express Stella Maris | Salvador | 300 | 70.000.000 |
| Bahia Othon Palace Hotel (+98 aptos.) | Salvador | 278 | 7.840.000 |
| Portobello Beach & Business | Salvador | 430 | 64.500.000 |
| Terravista Golf Resort | Trancoso | 60 | 12.000.000 |
| Txai Resort | Trancoso | 80 | 16.000.000 |
| Total | | 4.445 | 713.340.000 |

Fonte: Ministério do Turismo, BSh Internacional. Posição em novembro de 2005

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresentou os principais indicadores da economia brasileira e baiana em 2006. Com base na análise, pode-se

observar que o desempenho, tanto da economia brasileira como o da baiana, apresentaram taxas de crescimento positivas, não obstante inferiores ao ano de 2005. O setor varejista apresentou taxa de crescimento positiva, ainda que estivesse sob a ameaça constante da elevada taxa de juros, considerada o maior obstáculo para o desempenho da economia em 2006. O volume de crédito para pessoa física, no entanto, prossegue se ampliando.

Com base em projeções elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o PIB da Bahia, em 2006, deverá apresentar crescimento real significativo no ano, na comparação com o resultado do ano anterior, situando-se acima da expectativa de crescimento do Brasil.

O desempenho do setor industrial ainda é o principal fator de influência para o saldo positivo do PIB, dada a sua importância na geração de valor adicionado. O desempenho recente da indústria baiana de transformação, como apresentado anteriormente, indica um acréscimo significativo no nível dessa atividade. Tal expectativa é sustentada pelo bom desempenho de alguns segmentos do setor, como as indústrias de papel e celulose, refino de petróleo e metalurgia. Ressalta-se a significativa participação destes setores de produção na pauta de exportações baianas.

Para a agropecuária baiana, as estimativas para a safra 2006 não são tão favoráveis quanto às dos demais setores. Os resultados, mais modestos do que os alcançados em safras anteriores, contribuirão negativamente para o crescimento positivo do PIB do estado, fortemente influenciado pelo desempenho da safra de grãos. A performance apresentada pelos indicadores da agricultura – principais lavouras – é de queda de 6,6% após o incremento significativo de 10,5% em 2005.

As expectativas em relação ao desempenho do comércio varejista, em 2006, são de que a atividade, na Bahia, em vendas reais, deverá apresentar resultados superiores em relação ao que foi observado em 2005. As razões para isso apóiam-se nos mesmos fatores favoráveis ao país, destacados nas seções deste artigo.

Os demais serviços prometem bons resultados no fim de 2006, principalmente em decorrência do reflexo direto do segmento turístico, que desempenha papel preponderante na economia baiana.

Os resultados do Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006b), ratificam o comportamento dos demais indicadores, pois apresenta taxa de 5,4% no acumulado do ano de 2006 até o mês de julho.

Todos esses fatores somados aos desempenhos trimestrais do PIB baiano apresentados anteriormente confirmam aumento no nível da atividade econômica em 2006.

Para os próximos anos, a expectativa é de investimentos ligados principalmente ao setor automotivo. Além destes, está prevista a aplicação de recursos na extração de petróleo e de minérios, aço, construção civil, alimentos, calçados, produtos plásticos, vestuário entre outros. Tais investimentos, além de ampliar o PIB da Bahia, também irão dinamizar o mercado de trabalho do estado, que vem apresentando sucessivas taxas de crescimento na ocupação.

REFERÊNCIAS

- ABIC financiará álcool no Norte e Nordeste. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 17 jul. 2006. Disponível em: <http://www.polobio.esalq.usp.br/noticias>. Acesso em: 31 ago. 2006.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAMARÃO. *Releases*. Disponível em: <http://www.abccam.com.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.
- AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. *Notícias*. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Petróleo e derivados*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.
- BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Cotação agrícola*. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. *Indicadores de desempenho do turismo*. Salvador: SCT. Disponível em: <http://www.sct.ba.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2006.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Relatório de atividades 2005*. Salvador: SEPLAN, 2006.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Prodetur em ação*. Fortaleza: BNB. Disponível em: <http://www.banconordeste.com.br/prodetur/>. Acesso em: 12 set. 2006.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. *Indicadores e estatísticas*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 29 ago. 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Livreto turismo no Brasil 2007/2010*. Brasília: MT. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2006.
- CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Desempenho do comércio exterior*. Disponível em: <http://www.promobahia.com.br>. Acesso em: 29 ago. 2006.
- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Índices de preços*. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/>. Acesso em: 31 ago. 2006.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Informe Conjuntural*, v. 22, n. 2, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.cni.org.br/f-ps-ec.htm>. Acesso em: 18 ago. 2006.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Safra 2006/2007 terceiro levantamento agosto/2006*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.
- IBGE. *Contas nacionais trimestrais*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2006a.
- _____. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2006b.
- _____. *Pesquisa mensal de comércio*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2006c.
- _____. *Pesquisa mensal de emprego*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2006d.
- _____. *Pesquisa industrial mensal*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2006e.
- _____. *Pesquisa industrial mensal de emprego e salário*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2006f.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Ficando para trás. *Carta IEDI*, n. 223, set. 2006. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 05 set. 2006.
- INDÚSTRIA perde fôlego no 2º trimestre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2006. p. B5.
- NASCIMENTO, Beatriz. Copa do Mundo reduz vendas do comércio. *Jornal do Commercio*, Recife, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.
- NOVA praga ameaça o cacau. *A Tarde*, Salvador, 15 ago. 2006. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.
- PEREIRA, Renée. Pressão sobre as taxas de juros no crediário. *Jornal do Commercio*, Recife, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.
- SALGADO, Raquel. Inadimplência controlada ajuda o varejo. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.
- SANTANA, Nanci. Varejo vende 5,7% mais no semestre. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.
- SOARES, Pedro. Venda do comércio no país recua em junho, mas cresce 5,7% no semestre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB. Conjuntura*. IMEC. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2006.
- _____. *PIB. PIB estadual trimestral*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2006.
- TERZIAN, Françoise. Meta é ser o destino número um no Brasil. *Valor Econômico*, São Paulo. 30 maio 2006. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/suplementos/139/138/Meta+e+ser+o+destino+numero+um+no+Brasil,turismo%20bahia,138,3711770.html>. Acesso em: 1 jul. 2006.
- UFRJ. *Economia & conjuntura*. agosto de 2006, v. 6, n. 75. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/pdfs/Ago2006.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2006.

Agronegócio na Bahia: dinâmica atual e perspectivas

Augusto Sávio Mesquita*
Patrícia da Silva Cerqueira**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal analisar, com base em dados estatísticos, na literatura afim e nas experiências empíricas, o desempenho do agronegócio da Bahia nos últimos anos. A caracterização deste estratégico macrossetor, que se renova a cada ano, projetando negócios para além de suas fronteiras, assim como o seu desempenho reproduzem a acelerada evolução ocorrida na agricultura brasileira na última metade do século passado. O estudo tem a função de subsidiar as políticas públicas e as ações da iniciativa privada voltadas para o setor.

Palavras-chave: agronegócio, produção agrícola, pecuária, políticas públicas, Bahia

Abstract

This paper aims to analyze, based on statistic data, correlated literature and empiric experiences, the agro-business in Bahia during the last years. The characterization of this strategic macro-sector, which is yearly-renewed projecting businesses far beyond its boundaries as well as its performance, reproduces the accelerated evolution that took place in the Brazilian agriculture during the last half of the past century. This study seeks to grant subsidy to public policies and private initiative actions aimed towards the sector.

Key words: agro-business, agricultural production, livestock breeding, public policies, Bahia.

INTRODUÇÃO

Devido à considerável importância que o setor agrícola ocupa na economia brasileira, o agronegócio¹ tem motivado crescentes debates acadêmicos e matérias jornalísticas, suscitando grande interesse na

sociedade. Os enfoques têm sido os mais variados, refletindo a complexidade deste setor que engloba distintos segmentos econômicos. Em sinergia, esses segmentos atuam ao longo das cadeias de produção de uma gama de *commodities*.

Essa eclética produção sobre o tema tem possibilitado significativos progressos no campo do conhecimento sobre esse gigante, que explora 282 milhões de ha, é o terceiro exportador global, cresce proporcionalmente mais que os seus concorrentes, representa cerca da terça parte de toda a riqueza gerada no Brasil e um invejável saldo comercial próximo de US\$ 39 bilhões.

Este é mais um estudo que aponta nesta direção, centrando a análise no desempenho de um dos mais expressivos e mais antigo integrante deste universo produtivo: o agronegócio da Bahia.

* Engenheiro Agrônomo, Mestre em Agronomia/Política e Desenvolvimento Rural. Fiscal Federal Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura na Bahia. augustosmesquita@ig.com.br.

** Economista. Mestre em Análise Regional. Coordenadora do curso de Graduação Tecnológica em Gestão do Agronegócio da Universidade Salvador. Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI). patricia_cerq@yahoo.com.br.

¹ Segundo professores estadunidenses de Harvard (DAVIS, GOLDBERG, 1957 *apud* ARAÚJO, 2003), designa-se agronegócio "o conjunto de todas as operações e transações envolvidas, desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento, distribuição e consumo de produtos agropecuários *in natura* ou industrializados."

Esse estratégico macrossetor da economia renova-se a cada ano, projetando negócios para além de suas fronteiras. No ano passado, o Valor Bruto da Produção (VBP) agrícola situou-se em R\$ 7,6 bilhões e as exportações em US\$ 1,55 bilhão, cifra 25% maior que a registrada em 2004, quando o o conjunto das suas riquezas representou 31,68% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual (IBGE, 2006, GUILHOTO; ICHIHARA, 2006).

Esse impressionante desempenho reproduz a acelerada evolução ocorrida na agricultura brasileira na última metade do século passado, marcada por forte influência das distintas conjunturas, que resultaram em uma nova dinâmica, que consagra ganhos em riqueza, sem conseguir superar, todavia, a grave exclusão social.

Debruçar-se sobre esse contraditório cenário consiste no propósito deste trabalho. Com base em dados estatísticos, revisão de literatura e o legado de experiências empíricas dos autores, caracteriza-se o atual contexto do agronegócio baiano, como artifício metodológico para sinalizar intervenções governamentais que possam assegurar a sustentabilidade desse processo e aguçar interesses da iniciativa privada, principal motor do crescimento econômico.

NOVA DINÂMICA DA AGRICULTURA BAIANA – MUDANÇAS ESTRUTURAIS E INFLUÊNCIAS CONJUNTURAIS

Conforme se destacou, a configuração vigente do agronegócio baiano reproduz a rápida evolução que se processou na agricultura brasileira ao longo da última metade do século passado, determinante de mudanças profundas neste campo da produção. Esse dinâmico processo foi marcadamente influenciado pelas diferentes conjunturas econômicas, políticas e sociais, que concorreram decisivamente para delinear o seu atual contexto.

O universo de produção agrícola, visto dessa maneira, exprime um conjunto de atividades de produção e prestação de serviços, vinculado a explorações

O universo de produção agrícola, exprime um conjunto de atividades de produção e prestação de serviços, vinculado a explorações agropecuárias, muitas das quais já atingiram o estágio de Complexo Agroindustrial (CAI)

agropecuárias, muitas das quais já atingiram o estágio de Complexo Agroindustrial (CAI), ao lado de outras que ainda engatinham nessa trilha, por encerrar menor grau de desenvolvimento científico, tecnológico e organizacional, em face de menor atratividade a capitalistas produtivos e reduzido apoio estatal.

Clássico exemplo dessa dicotomia estrutural pode ser apreendido no contraponto entre o dinâmico complexo agroindustrial da soja, concentrado no Oeste baiano e o tradicional complexo rural da mandioca, disperso por todo o estado. Curiosamente, a despeito de tão divergentes universos produtivos, constituem-se nos principais negócios agrícolas da Bahia, em termos de VBP: a soja contribui com R\$ 1.414.673 mil e a mandioca com R\$ 919.327 mil (IBGE, 2006).

No primeiro arquétipo, percebe-se uma perfeita interdependência entre os segmentos que compõem a cadeia produtiva, ensejando que represente 24% das exportações do agronegócio estadual (US\$ 377 milhões). No outro, não há uma estruturação definida de cadeia produtiva e a transformação agroindustrial resume-se, na maioria dos casos, à produção de farinha-de-mesa, em pequenas unidades rudimentares, fora dos padrões de segurança alimentar. A mandiocultura, nesses moldes, está há anos luz do modelo praticado no Paraná, que tem uma feição de CAI, cujo produto principal é a fécula, matéria-prima intermediária para diversos produtos alimentícios e até uso em prospecção geológica.

Esse contraditório panorama reflete, em grande parte, a mudança de postura adotada pelo estado brasileiro em relação à agricultura, a partir da segunda metade da década de 1980. Fragilizado na sua estrutura de poder pelos ditames impostos pela globalização e imerso em grave crise fiscal e inflacionária, esse ente político, nos últimos vinte anos, restringiu severamente o apoio a este estratégico macrossetor que, paradoxalmente, ocupa cada vez mais destaque na economia.

O principal indicador que testemunha esse fato são as alterações consignadas para o crédito rural. A despeito deste instrumento de política agrícola ter sido instituído no Brasil em 1937, com Getúlio Vargas,

mediante a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), inspirada no *Farm Credit System* (FCS), dos EUA, no florescer do capitalismo nacional, a sua efetividade só se deu a partir de 1965. Este marco histórico representa a gênese do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que se efetivou pouco tempo após a criação do Banco Central.

O período que se estende daí até 1985 é considerado como o tempo áureo do apoio estatal à agricultura nacional, em virtude da participação prioritária de recursos do Tesouro nos financiamentos (100% em 1966 e 92% em 1985) e a concessão de subsídios diretos ao crédito.² Entre 1966 e 1979, US\$ 219,1 bilhões foram aplicados no crédito rural, dos quais 58% em custeio, 17,5% em investimentos e 24% na comercialização. Nesse interregno, o ano de 1979 se destaca, no início do Governo do General João Batista de Oliveira Figueiredo, fazendo jus ao seu *slogan* “plante que o João garante”, ao destinar US\$ 20,44 bilhões, inteiramente com taxas de juros controladas e subsidiadas, financiados quase que 80% pelo Banco do Brasil S/A. Hoje, embora a safra tenha crescido praticamente 2,5 vezes (52,9 milhões de toneladas em 1979 e algo em torno 124 milhões, atualmente) o aporte de recursos para o crédito rural é de R\$ 60 bilhões (cerca de US\$ 27,53 bilhões), dos quais R\$ 50 bilhões para a agricultura patronal e o restante para a dita familiar, não obstante apenas R\$ 40,1 bilhões a taxas de juros controladas, sem subsídio direto (BRASIL, 2006a; COELHO, 2001).

Exatamente quando se consolidou o processo de industrialização da agricultura brasileira, definindo-se a configuração dos complexos agroindustriais, consagrando a ligação indissolúvel, irreversível e subordinada desse macrossetor às indústrias produtoras de máquinas, insumos e de transformação – fato que determinaria um apoio mais efetivo aos segmentos produtivos, mormente àqueles menos dinâmicos –, o estado se retraiu. A imperiosa busca pelo equilíbrio macroeconômico se sobrepôs ao atendimento às novas demandas da agricultura, que vivenciava um período de profundas mudanças no cenário agrícola de produção, de ordem estrutural e qualitativa. Agra-

vando esse cenário, os países ricos elevavam os subsídios diretos e impunham barreiras à livre concorrência, dificultando ainda mais a vida dos produtores brasileiros de *commodities*³.

A nova dinâmica da agricultura nacional já não comportava percebê-la adstrita a um setor da economia, mas como um conjunto, cujos componentes interagem mediante relações de troca de capitais, serviços e mercadorias, compondo cadeias produtivas articuladas, mas não necessariamente integradas entre si. Assim, esse macrossetor, ao assumir a dimensão de agronegócio, passou a englobar importantes segmentos da economia, cada um com as suas particularidades e demandas (BATALHA, 2001; KAGEYAMA *et al*, 1996).

O mesmo se deu no plano qualitativo, na medida em que as mudanças em curso implicavam em alterações profundas de caráter social e político. Acelerou-se a substituição da força de trabalho manual e gerencial dos negócios agrícolas por máquinas e programas de informática, determinando crescente desemprego estrutural. Ao mesmo tempo, verificava-se a perda gradual de autonomia do trabalho, elevando a especialização e o emprego de formas cooperativas (KAGEYAMA *et al*, 1996).

O irromper dessa nova postura, que se estendeu mais ou menos entre 1985 e 1994, entre os governos civis de Sarney, Collor e Itamar Franco, determinou o fim dos subsídios diretos ao crédito e a indexação das taxas de juros. Fechou-se a designada Conta Movimento, mantida pelo Banco Central no Banco do Brasil que, independente da necessária provisão orçamentária, garantia os empréstimos rurais, alimen-

² Entre 1970 e 1985 (notadamente entre 1974 e 1983) foram distribuídos (e bem mal) cerca de US\$ 31,5 bilhões em subsídios diretos ao crédito rural, que partiram de um patamar de – 5,6% em 1970, para –38,5% em 1980 (COELHO, 2001).

³ Em 2000, os 29 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) concederam US\$ 380 bilhões em subsídios agrícolas, quase US\$ 1 bilhão/dia, enquanto o Brasil apenas investiu 3% do seu PIB em subsídios agrícolas, ainda que a Organização Mundial do Comércio (OMC) autorizasse o limite de 8,5%. O México investiu 22%, a China 7%, os EUA 20%, a Coreia 64% e o Japão 58%. Segundo analistas, a redução deste artificialismo econômico poderia representar um incremento anual da ordem de US\$ 6 bilhões às exportações nacionais. A nova lei agrícola dos EUA, a *Farm Bill*, reservou US\$ 410 bilhões para o apoio subsidiado. Um clássico é a desleal concorrência dos EUA às exportações brasileiras de açúcar. Eles protegem a produção local por meio de barreiras tarifárias e incentivos à exportação. A produção interna derivada da beterraba e do milho é protegida, mediante o uso de cotas e preços mínimos diferenciados, superiores aos praticados no açúcar de cana. O produto brasileiro, em 2002, era taxado em US\$ 338,70/t, quando se extrapolava a cota predefinida. Ainda lançam mão do *payment in kind* (PIK), que prevê a concessão de subsídios diretos para não produzir (em 2002, até US\$ 20 mil/produtor). O mesmo ocorre com as carnes; inúmeras exigências de ordem sanitária servem de justificativa para o protecionismo. (OLIVEIRA; AMORIM, 2002).

tando viciosamente o descontrole fiscal e a espiral inflacionária. Com essa medida, as operações de crédito precisaram ser incluídas no orçamento fiscal da União e condicionadas à prévia transferência de fundos, sustando adiantamentos por conta de recebimentos futuros previstos. Com a política de indexação, os subsídios ao crédito reduziram-se para – 3,6% ao ano, em 1985 (em 1980, situava-se em – 38,5% ao ano), embora a inflação não tenha sido contida (em 1993, esteve na ordem de 2.708,5% ao ano) (COELHO, 2001).

Esse sério quadro macroeconômico motivou a adoção de uma sucessão de planos heterodoxos (“Cruzado”, “Bresser”, “Verão”, “Collor”, “Collor II”) que, não obstante, se demonstraram ineficazes no controle da inflação e no equilíbrio das contas governamentais, agravando ainda mais a situação. O PIB encolheu (em 1986, verificou-se um crescimento de 7,49%; em 1990, retração de 4,18%) e a dívida externa cresceu consideravelmente (em 1986, era de US\$ 111 bilhões; em 1995, atingiu US\$ 159,2 bilhões) (COELHO, 2001).

A resposta do comando da economia foi amarga. Se antes a postura do estado para a agricultura assemelhava-se, metaforicamente, a de um pai zeloso, agora parecia encarnar a figura de um severo padraсто. Austeridade fiscal, com o emprego de juros elevados para conter a demanda agregada da economia e, assim, o processo inflacionário, aliado ao rígido controle do *deficit* público, em busca de *superavit* primário favorável (atualmente com meta estabelecida em 4,25% do PIB), constituiu-se no receituário adotado.

Os reflexos no apoio à agricultura foram imediatos. Houve drástica redução no volume de recursos aportados no crédito rural, que se manteve em torno de US\$ 6 bilhões ao ano e a participação do Tesouro diminuiu gradativamente, saindo de um patamar de 64% em 1985, para 27% em 1994 e, mais recentemente, 3,5%. Ademais, os investimentos na geração e difusão do conhecimento em centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), defesa agropecuária, infraestrutura e logística sofreram reveses. Um lado nefasto dessa austeridade fiscal consiste na fragilização da defesa agropecuária brasileira, devido a restrições orçamentárias e financeiras. Triste exemplo é o apa-

Triste é o aparecimento de novos focos de febre aftosa no País, a partir de 2004, resultando em prejuízos para a inserção brasileira no mercado internacional

recimento de novos focos de febre aftosa no País, a partir de 2004, no Amazonas e em áreas que eram consideradas livres da doença com vacinação, como o Pará, Mato Grosso do Sul e Paraná, resultando em prejuízos para a inserção brasileira no mercado internacional (a despeito disto, as exportações brasileiras de carnes em 2005 alcançaram US\$ 8 bilhões, contra US\$ 6,1 bilhões de 2004; provavelmente se não fossem os deslizamentos na defesa zoonosanitária os ganhos seriam ainda maiores). Neste mister, é preciso que se destaque o bom desempenho da Bahia no combate a esta zoonose de grande importância econômica, visto que desde 1997 não se registra foco neste estado, e desde 2001 sustenta o *status* de livre com vacinação.

Paralelamente, acelerava-se o processo de abertura da economia nacional, expondo definitivamente o agronegócio à concorrência externa. A adoção do câmbio sobrevalorizado, se por um lado resultou na redução imediata da taxa de inflação, pelo impacto sobre os preços internos, estimulou o crescimento exponencial das importações (em 1986, era de aproximadamente US\$ 14 bilhões e em 1995 já alcançava US\$ 50 bilhões), o que gerou *deficit* na balança comercial do conjunto da economia, com exceção do agronegócio, tido como a “âncora do plano Real” (COELHO, 2001, MERCADANTE, 2006).

De fato, do final de 1994, com o advento do Plano Real, até meados de 2002, os demais setores da economia nacional experimentaram *deficits* nas suas balanças comerciais, só retomando saldo positivo em 2003, quando o conjunto deles alcançou cerca de US\$ 7,5 bilhões. Em contrapartida, evitando que o Brasil fosse “a bola da vez” no rosário de crises do capitalismo mundial, o agronegócio atravessou toda a década de 1990 superavitário, atingindo cerca de US\$ 38,417 bilhões, em 2005 (MESQUITA, 2006, BRASIL, 2006a).

Se, por um lado, o câmbio apreciado favorecia o crescimento das exportações agrícolas, as altas taxas de juros e o uso de indexadores na correção dos saldos devedores dos empréstimos rurais, descambaram na chamada “crise do endividamento”, que alcançou o clímax em 1995. Deixava-se à mostra a fragilidade de um modelo agrícola calcado no paternalismo e favorecimento de elites (naquele ano, calculava-se que

apenas 2,11% de agricultores eram responsáveis por 57,3% do montante da dívida rural), em que o Estado figurava como principal provedor de recursos.

Era essencial uma rigorosa revisão de conduta pelos agentes públicos e privados, de modo a superar graves problemas estruturais do crédito rural no Brasil, como os desvios de objeto na aplicação, privilégios na destinação dos recursos e a exclusão da chamada agricultura familiar. Como resposta, o Estado adotou uma nova estratégia: reconhecer as estruturais diferenças entre agricultura familiar e patronal, reservando-lhes tratamentos diferenciados.

Assim, em 1996, instituiu-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sob os auspícios do primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, que passou a garantir recursos para o financiamento da produção e vem contribuindo, embora de modo tímido, muito aquém das expectativas por ocasião da sua formulação, para a organização social do campo e conquista de cidadania. Para a safra 2006/2007, o Plano Agrícola e Pecuário anuncia recursos da ordem de R\$ 10 bilhões, com juros subsidiados, equalizados pelo Governo federal e que variam de 1% a 7,5%.

Em relação ao estoque de dívidas do setor agrário rural, o Governo implementou medidas de repactuação. Os valores até R\$ 200 mil, em 20/06/1995, foram beneficiados pela “securitização”; os que superavam esse patamar foram enquadrados no Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). Em ambos os casos, as renegociações previam o alongamento das dívidas, concessão de novo período de carência para retomada dos pagamentos, fixação das taxas de juros (estabelecidas em torno de 8,75% ao ano, com exceção do programa Moderfrota e o Finame Especial) e a possibilidade de novos financiamentos. Procedeu-se ainda à desindexação dos encargos financeiros, com o fim da correção do capital por meio de indexadores, e passou-se a estimular os financiamentos privados, mediante operações em Bolsas de Mercadorias e Futuros, bem como a verticalização do crédito agrícola, via integrações.

Para equacionar a necessidade de se remunerar os recursos disponibilizados pelos bancos em níveis compatíveis com os praticados no mercado (elevados em face da política restritiva de altos juros⁴), o Governo passou a alocar recursos do Tesouro para equalização

das taxas, mantendo inalterados os ganhos dos capitalistas financeiros. Embora, à primeira vista, possa transparecer um recrudescimento na postura governamental, o uso do subsídio ao crédito deveria ser ampliado, pois, segundo estudo coordenado pelo professor Eduardo de Castro, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), isto representa uma contribuição importante para o crescimento da renda nacional. Para cada real aplicado, houve um retorno de R\$ 3,57, beneficiando toda sociedade. O retorno social não é maior, pois o volume de recursos do crédito rural com taxas de juros controlados é restrita; nesta safra, apenas R\$ 30,1 bilhões.

Na prática, essas medidas só vêm conseguindo “empurrar com a barriga” a questão das dívidas dos agricultores, promovendo uma breve oxigenação financeira, mais se assemelhando a uma bomba de efeito retardado. Hoje, as dívidas do setor rural do agronegócio giram em torno de R\$ 55,85 bilhões, dos quais R\$ 36,85 bilhões junto aos bancos (e destes R\$ 13 bilhões com inadimplência), sem contar os outros R\$ 19 bilhões que são devidos a fornecedores da indústria à montante da produção (máquinas, equipamentos e insumos) (DÍVIDA ..., 2006).

DINÂMICA ATUAL DO AGRONEGÓCIO BAIANO: avanços e contradições

Conforme se busca demonstrar, a nova orientação do Estado brasileiro em relação ao agronegócio tem-se pautado no menor intervencionismo, reservando-se às competências que não devem ser delegadas ou às áreas que ainda não despertaram interesse da iniciativa privada. Esse novo modo de atuação mantém

⁴ Nos últimos 12 anos, a adoção de juros altos tem sido, talvez, o principal instrumento usado pelos Governos para o controle inflacionário. De acordo com ANDIMA ... (2006) as justificativas dos economistas para tal são três: conter a demanda agregada para não se gerar inflação de demanda, com conseqüentes pressões sobre os níveis de preços; assegurar positivo efeito psicológico na contenção do consumo e manter os ativos domésticos atrativos aos investidores estrangeiros, como forma de contribuir para o financiamento do déficit de transações correntes do balanço de pagamentos brasileiro. Assim, a taxa SELIC (valor da taxa de juros definidos pelo Governo, por meio do Banco Central, para remunerar aqueles que investem em seus títulos), acumulada diariamente entre 1995 e 2004, alcançou o estratosférico nível de 826,9%. Não obstante o sucesso no controle da inflação, isto tem implicado no pífio crescimento do PIB nacional, que naquele período situou-se em tímidos 2,1% e no aumento da dívida mobiliária interna que cresceu 11,7 vezes. São as amargas heranças do Plano Real.

coerência com o rigor macroeconômico exigido pela política de equilíbrio fiscal e é influenciado pela gradual perda de autonomia dos Estados nacionais, motivada pela globalização.

Não obstante, os efeitos dessa lógica neoliberal sobre o conjunto de atividades agrícolas do agronegócio não se vêm dando de forma homogênea. Naturalmente, aqueles segmentos mais intensivos no uso de capital e que já haviam alcançado o estágio de CAI quando se processou essa mudança de perfil, conseguiram passar praticamente incólumes às adversidades, conseguindo até mesmo tirar proveito, vindo a alcançar maior competitividade no contexto global, em decorrência dos ajustes técnicos e gerenciais que tiveram de adotar. Para esses, os fins do “padrasto severo” acabou justificando os meios. Mas, para grande parcela de negócios rurais, que ainda não havia alcançado a sublimação no processo de desenvolvimento capitalista do campo por questões estruturais decorrentes da “modernização conservadora,⁵ ou foram expostos a grave crise conjuntural (como a cacauicultura⁶), ou as duas coisas ao mesmo tempo, o revés se manifesta grave, por vezes, praticamente intransponível. Para esses segmentos, o distanciamento do estado deixa-os praticamente órfãos, situação que se agrava para os estratos produtivos de menor escala de produção e que não dispõem de outra fonte de renda ou aptidão para labor adverso.

⁵ “Modernização Conservadora” é uma expressão cunhada por estudiosos do processo de desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira, que busca evidenciar a contraditória preservação de formas arcaicas nas relações sociais de produção e o seu caráter excludente, que consagra privilégios e determina a concentração de riqueza, a despeito do grande avanço científico e tecnológico e dos investimentos em infra-estrutura fomentados pelo Estado.

⁶ Em 1989, a cacauicultura brasileira imergiu em grave crise, resultante de uma conjunção de fatores, que implicaram em perda de competitividade: epidemia da doença fúngica “vassoura-de-bruxa”, queda nas cotações internacionais do produto, endividamento crônico dos produtores. A Bahia, responsável por 86,29% da produção nacional em 1990/1991 (356.327 t de um total de 412.927 t), viu sua produção despencar, com gravíssimos reflexos na economia regional (estima-se desemprego da ordem de 300 mil pessoas). Os investimentos estatais (produção e distribuição de material tolerante a essa doença e de alta produtividade; além de apoio creditício para quem pôde ter acesso aos financiamentos), vem auxiliando no desígnio da recuperação. Na safra 2004/2005, a Bahia produziu 143.400 t, que geraram R\$ 632 milhões em exportações, o que corresponde a 87% da produção nacional e apenas 40% da colhida em 1990/1991 (BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E ..., 2006a).

Entende-se, portanto, que a análise do desempenho do agronegócio baiano tem que ser realizada com base nesse pressuposto. Essa opção metodológica permite perceber a natureza heterogênea do universo baiano da produção agrícola, muitas vezes abordada apenas tangencialmente nos estudos e matérias jornalísticas, que se empenham mais em mostrar os avanços em produção e produtividade.

Para que se compreenda a dimensão do universo de análise deste trabalho, é imperioso que, de antemão, seja traçada uma breve caracterização do agronegócio nacional, como meio para se contextualizar a participação da agricultura da Bahia.

A nova orientação do Estado brasileiro em relação ao agronegócio tem-se pautado no menor intervencionismo, reservando-se às competências que não devem ser delegadas ou às áreas que ainda não despertaram interesse da iniciativa privada

Influências do atual contexto nacional de produção agrícola

O agronegócio brasileiro ocupa aproximadamente 282 milhões de ha, dos quais 220 milhões com pastagens e 40 milhões com lavouras, mantendo ainda em “estoque” cerca de 106 milhões, notadamente nos cerrados, o que descortina a possibilidade do Brasil vir efetivamente a se tornar “celeiro do mundo”, desde que haja firme determinação do Estado para esse desígnio. O seu desempenho, nos últimos anos, tem sido notável, embora estudos indiquem certo arrefecimento em decorrência da atual crise que reflete a conjunção de problemas conjunturais e estruturais: câmbio apreciado, que influencia diretamente os preços no mercado interno e estreita a margem de lucro nas exportações (fator agravado pela dependência estrutural em relação à indústria); preços internacionais de produtos importantes na pauta brasileira de exportações muito deprimidos, por alargamento da oferta na safra passada (aspecto diretamente ligado à manutenção, pelos países ricos, de pesados subsídios); alto endividamento dos agricultores; críticas deficiências de infra-estrutura, que dificultam a logística, a exemplo de estradas defeituosas, falta de integração entre os modais de transporte, portos e aeroportos antiquados, burocracia excessiva nas exportações.

Estudos indicam retração da riqueza gerada por este importante macrossetor (notadamente do segmento primário, em que impera o mercado concorrencial e é subordinado aos oligopólios para frente e para trás da produção), que, em 2005, representou 37,7% do total das exportações brasileiras, estimando perdas neste ano-safra de R\$ 10,25 milhões em termos de PIB, o que corresponde a uma queda de 1,91% na renda do produtor rural. Todavia, o estudo salienta que, ainda assim, o saldo comercial deverá experimentar leve crescimento, devido à recuperação dos preços médios das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Consta-se que as exportações do agronegócio vêm crescendo com menor dinamismo em relação ao conjunto da economia, entre janeiro e agosto deste ano, em relação a igual período do ano passado, ou seja, 10,9% contra 15,9%. Este fato induz à conclusão de que os resultados poderiam ser ainda melhores, caso os percalços fossem superados.

As evidências desse trabalho indicam que, em consequência desse quadro, o PIB do agronegócio deverá experimentar retrocesso da ordem de 8,5% em relação ao de 2004 (R\$ 160,65 bilhões), chegando à casa dos R\$ 146,94 bilhões (o do setor rural, entretanto, ficaria em torno de R\$ 527,38 bilhões, apenas 1,23% menor que o registrado naquele ano). Não obstante, o valor das exportações deverá continuar crescendo (como já se disse, em face da recuperação dos preços das principais *commodities* exportadas), alcançando US\$ 45,923 bilhões, valor que supera o de 2004 em 14,25%.

Desempenho recente do agronegócio baiano

O agronegócio baiano desponta nesse cenário. Em 2005, apresentou exportações da ordem de US\$ 1,55 bilhão, cifra 25% maior que a alcançada no ano anterior. Por demonstrar uma crescente importância na composição do PIB estadual, a despeito dos graves problemas de ordem conjuntural e estrutural. No primeiro caso, destacam-se câmbio apreciado e peso do endividamento de alguns segmentos da produção primária, fato que inibe novos investimentos e alimenta ciclicamente as causas de baixa produtividade e renda. No caso dos problemas de ordem estrutural, são

relevantes: a heterogeneidade de tratamentos e oportunidades entre os segmentos produtivos do agronegócio, que privilegiam as grandes *commodities*; infra-estrutura de apoio à produção deficiente criam um sério hiato entre produção e distribuição, causa perdas e onera custos; insuficiente apoio estatal em áreas estratégicas, como a de geração e difusão do conhecimento, no que se destaca que o modelo em voga de assistência técnica e extensão rural se demonstra ineficiente e defasado metodologicamente; e a pesquisa agrícola – da mesma sorte que a defesa agropecuária – ressenha-se da escassez de recursos (BAHIA. SECRETARIA DA AGRICULTURA..., 2006a).

Tecendo-se um cenário de comparação entre a importância desse setor na composição do PIB do Brasil e da Bahia, percebe-se que, neste estado, ele demonstra maior importância para o conjunto da economia. Isto é evidenciado por Guilhoto e Ichihara (2006), ao apontarem que, entre 2000 e 2004, o PIB do agronegócio baiano cresceu a taxas mais elevadas que as do nacional. Em 2004, esse setor correspondia a 31,68% do PIB da Bahia (R\$ 89.496 milhões), enquanto a análise do contexto brasileiro aponta uma participação percentual de 29,90% do PIB nacional (R\$ 1,8 trilhão).

A análise desenvolvida por aqueles autores demonstra que, no conjunto do agronegócio da Bahia, o segmento agropecuário foi o que mais cresceu (162%), seguido de perto pelo de fornecimento de insumos (142%), indústria de base agrícola (cerca de 140%) e distribuição e serviços associados ao agronegócio (próximo a 60%). Em termos de participação percentual sobre o PIB estadual, constata-se que a agropecuária sai de 37% para 44%, o segmento de fornecimento de insumos de 5,9% para 6,5%, a indústria de base agrícola de 21% para 23% e a distribuição e serviços associados ao agronegócio experimentam decréscimo, ao cair de 36% para 27%.

Esses dados parecem corroborar os ganhos assegurados à atividade agropecuária, decorrentes dos avanços tecnológicos e gerenciais consignados, especialmente naqueles segmentos produtivos mais intensivos no uso de capital, ou seja, os que já assumiram a dimensão de CAI, como o complexo da soja e do algodão no Oeste e o de silvicultura, que se concentra no Extremo Sul da Bahia. Ademais, deixam entrever a influência positiva nesse processo do

desenvolvimento industrial do estado, cujo reflexo direto no desempenho do agronegócio se dá mediante o crescimento dos segmentos de fornecimento de insumos e da indústria de base agrícola, com maior impacto sobre as lavouras. Dois segmentos produtivos demonstram inequivocamente esse cenário progressista. Em dez anos, a produção de grãos cresceu 150%, chegando ao patamar de 5,5 milhões de t no ano passado, correspondendo a 5% da produção nacional. Da mesma sorte, evidenciando reflexos dos investimentos tecnológicos efetivados, a pecuária de corte, com o seu rebanho estimado em 10,2 milhões de cabeças, avançou 5,2%, atingindo um desfrute médio de 19% (BAHIA. SECRETARIA DA AGRICULTURA ..., 2006a).

Em dez anos, a produção de grãos cresceu 150%, chegando ao patamar de 5,5 milhões de t no ano passado, correspondendo a 5% da produção nacional

Uma visão sobre o agronegócio das lavouras

Quando se faz uma avaliação do desempenho recente dos principais segmentos da produção primária do agronegócio baiano, constata-se uma reorganização do cenário produtivo, fruto da consolidação de novos e dinâmicos pólos, ao lado da quase estagnação de outros, motivado por problemas de conjuntura e fragilidades estruturais. A Tabela 1, construída com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta informações que demonstram a evolução do agronegócio das lavouras na Bahia.

A riqueza de informações que emerge é deveras significativa, motivando comentários pertinentes à trajetória recente dos principais agronegócios da Bahia, com o fito de assegurar a percepção das mudanças em curso no processo de desenvolvimento capitalista do agronegócio estadual.

A primeira constatação que emerge da leitura desse cenário é que todos os agronegócios baianos (com exceção do ramo produtor de tangerina na citricultura), experimentaram crescimento, uns com maior dinamismo, como é o caso do agronegócio do algodão, cujo VBP agrícola cresceu em 3.324,49%, outros, como os de arroz, citros, dendê, seringueira e tomate, tendendo à estagnação.

O fantástico desenvolvimento da cotonicultura, que

se torna a segunda *commodity* agrícola, consolida a Bahia como o segundo pólo de produção do Brasil. Após um longo período de estagnação, motivado por problemas decorrentes principalmente de instabilidades climáticas e severo ataque do inseto “bicudo do algodoeiro” (*Anthonomus grandis*), esta atividade experimentou mudança do seu eixo de produção, migrando da zona de Caetitê e Guanambi para o Oeste, que hoje responde por 90% da produção estadual. Com um novo modelo produtivo, intensivo no uso de capital, elevado grau de mecanização, organização da produção e rigor fitossanitário, que mereceu a edição pelo Governo estadual do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão na Região Oeste do Estado da Bahia (PROALBA), a pro-

dução, que começara em 1994, se elevou exponencialmente. Esta positiva intervenção concede até 50% de desconto no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), no valor incidente sobre a comercialização de algodão em pluma, fora das fronteiras estaduais. Com ações de pesquisa, transferência de tecnologia, defesa fitossanitária e dotação de infra-estrutura produtiva (implantou-se o Centro de Análise de Fibras, no município de Luís Eduardo Magalhães, medida que assegura agregação de valor ao produto), o PROALBA é mantido pelo Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (FUNDEAGRO), exemplo de parceria público-privada bem sucedida. Em 2005, esta cultura ocupou, 257,4 mil ha, responsável por uma produção de 820,1 mil t (incrementos respectivos de 26,23% e 16,5% em relação a 2004) (BAHIA. SECRETARIA DA AGRICULTURA ..., 2006a).

Assumindo a primazia no agronegócio baiano, o recente complexo agroindustrial da soja⁷ viu crescer

⁷ A ocupação dos cerrados brasileiros é muito recente, iniciando-se em 1975, quando o Presidente Ernesto Geisel criou o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que deslançou as pesquisas agrônômicas, apoio creditício, dotação de infra-estrutura e assistência técnica e extensão rural. Mas, efetivamente, foi com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), com o apoio financeiro da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA), em meados da década de oitenta do século passado, que se acelerou o desenvolvimento capitalista da agricultura daquela região. A vitoriosa opção pela soja só foi possível após o desenvolvimento da primeira cultivar brasileira adaptada aos trópicos, pelos pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Para maior aprofundamento teórico recomenda-se a leitura de A moderna agricultura do Nordeste, de Amílcar Baiardi, editado pelo Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia CED/UFBA, em 1992.

Tabela 1**Valor bruto da produção (vbp) das lavouras****Bahia, 1995-2004****Em R\$ 1 mil**

| Lavouras | 1995 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Banana | 87.362 | 101.190 | 220.935 | 360.841 | 307.558 | 329.248 |
| Borracha (látex coagulado) | 15.113 | 16.920 | 18.264 | 21.607 | 28.431 | 27.728 |
| Cacau (em amêndoa) | 246.994 | 221.560 | 271.207 | 622.747 | 573.141 | 665.773 |
| Café (beneficiado) | 109.263 | 225.809 | 206.224 | 234.721 | 281.956 | 348.260 |
| Coco-da-baía | 57.682 | 146.036 | 143.782 | 188.898 | 169.330 | 158.400 |
| Dendê (coco) | 12.842 | 15.944 | 16.611 | 35.915 | 23.147 | 28.349 |
| Laranja | 94.997 | 75.098 | 93.425 | 113.534 | 126.206 | 137.195 |
| Mamão | 108.403 | 160.185 | 241.367 | 266.863 | 307.901 | 319.967 |
| Manga | 17.507 | 68.136 | 69.514 | 109.274 | 126.788 | 132.148 |
| Maracujá | 30.542 | 42.086 | 40.391 | 63.359 | 48.793 | 58.228 |
| Sisal ou agave (fibra) | 20.119 | 67.709 | 63.678 | 74.668 | 141.374 | 174.105 |
| Tangerina | 19.953 | 2.185 | 772 | 882 | 970 | 1.927 |
| Uva | 70.171 | 41.841 | 53.091 | 128.880 | 132.199 | 139.055 |
| Abacaxi | 19.047 | 24.910 | 28.250 | 34.471 | 30.791 | 40.398 |
| Algodão herbáceo (em caroço) | 29.047 | 86.110 | 123.763 | 157.558 | 382.803 | 965.667 |
| Arroz (em casca) | 17.074 | 22.285 | 12.125 | 14.506 | 16.759 | 37.333 |
| Batata - inglesa | 13.491 | 17.042 | 29.095 | 59.760 | 88.930 | 89.550 |
| Cana-de-açúcar | 160.427 | 279.049 | 281.279 | 971.113 | 315.226 | 294.869 |
| Cebola | 23.475 | 39.273 | 29.990 | 55.955 | 83.012 | 79.985 |
| Feijão (em grão) | 127.964 | 286.030 | 167.640 | 388.729 | 419.629 | 350.625 |
| Fumo (em folha) | 14.749 | 12.722 | 13.370 | 21.825 | 30.683 | 35.174 |
| Mandioca | 326.835 | 520.549 | 475.353 | 838.081 | 888.926 | 916.327 |
| Melancia | 18.580 | 16.380 | 43.696 | 48.193 | 45.225 | 44.090 |
| Milho (em grão) | 81.338 | 222.254 | 191.675 | 336.275 | 425.229 | 460.194 |
| Soja (em grão) | 168.547 | 405.903 | 436.003 | 643.611 | 948.432 | 1.414.673 |
| Tomate | 55.791 | 56.084 | 67.147 | 93.574 | 93.440 | 87.399 |
| Outras lavouras | 40.190 | 95.337 | 91.741 | 147.276 | 177.686 | 241.846 |
| Total | 1.987.503 | 3.268.627 | 3.430.388 | 6.033.116 | 6.214.565 | 7.578.513 |

Fonte: IBGE (2006)

em 839,33% o valor bruto da sua produção, em apenas uma década. Este estado, em 2005, destacou-se no panorama nacional de produção, por ser o único pólo onde a produção não decresceu com o ataque da “ferrugem asiática”, doença fúngica causada pelo *Phakopsora sp.* O bom trabalho desenvolvido pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), estabelecido em parceria com organizações de produtores empresariais, garantiu um incremento de 1,5%. A produção foi recorde, girando em torno de 2,4 milhões de t, fruto de uma área de 870 mil ha, 5,9% superior à de 2004.

O Quadro 1, elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e extraído de trabalho da Coordena-

ção de Política Agrícola da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (2006b), apresenta dados pertinentes às exportações do CAI da soja na Bahia.

Outros jovens segmentos produtivos do agronegócio baiano merecem especial destaque pelo vigor demonstrado, mormente na última década: fruticultura tropical e silvicultura.

Nos últimos anos, a fruticultura experimentou um considerável desempenho em termos de geração de riqueza, levando a Bahia ao *status* de terceiro maior exportador do Brasil. Embora a produção esteja dispersa em quase todo o seu território, os principais pólos de produção são Juazeiro, Extremo Sul, Barreiras, Livramento de Nossa Senhora, Bom Jesus da Lapa, Paraguaçu e Guanambi. Em 2005, o crescimento das exportações foi marcante, próximo de

Quadro 1
Exportações do CAI da soja
Bahia, 2004/2005

| Produtos | Valor em US\$ 1.000 FOB 2004 | Valor em US\$ 1.000 FOB 2005 | Variação Percentual (%) | Volumes em toneladas 2004 | Volumes em toneladas 2005 | Variação Percentual (%) |
|---------------|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| Grãos | 112.402 | 162.056 | 44,1 | 378.147 | 663.848 | 76 |
| Farelo | 209.190 | 192.814 | -7,8 | 871.612 | 948.556 | 9 |
| Óleo bruto | 10.766 | 21.144 | 96,4 | 19.182 | 47.211 | 146 |
| Óleo refinado | 3.152 | 1.159 | -63,2 | 4.573 | 1.988 | -57 |
| Total | 335.548 | 337.174 | 12,4 | 1.273.514 | 1.661.603 | 30,5 |

Fonte: BAHIA, 2006b

38,4%, registrando-se a receita de US\$ 103,6 milhões, conforme evidenciam Santos e Ferraz (2006), referência que será utilizada nas análises que serão tecidas dos principais segmentos desse agronegócio em termos de VBP e desempenho de exportações, estratégia metodológica para caracterização do seu impressionante dinamismo.

A principal fruta desse agronegócio é a banana, cujo VBP, entre 1995 e 2004, alcançou o expressivo incremento de 376,87%, decorrente da incorporação de novas áreas produção, especialmente em perímetros irrigados e do uso crescente de tecnologias modernas, novas variedades promissoras e cuidados fitossanitários. No último ano, a área colhida situou-se em 62,3 mil ha (quase um terço maior que a de 2000), que produziu 865,2 mil t, voltadas basicamente para o mercado doméstico, visto que as vendas externas são inexpressivas, reproduzindo o que se dá no plano nacional, já que o Brasil exporta em torno de 1% da sua produção.

O agronegócio do mamão, o segundo em termos de VBP, tem a sua produção concentrada no Extremo Sul (78%) e no Oeste (20%). Mesmo acontecendo a redução de área cultivada pelo segmento primário (em 2000 foram colhidos 25.497 ha e em 2005, 13.466 ha), o VBP avançou em 295,16%, o que patenteia consideráveis ganhos em produtividade, que saltou de 37.994 kg/ha, em 2000, para 50.429 kg/ha, em 2005. De fato, houve um significativo progresso tecnológico, principalmente no uso da irrigação (praticada em 100% das áreas cultivadas no Oeste) e controle fitossanitário (basicamente controle das viroses “mancha anelar” e “meleira”). Finalmente, no final do ano passado, após longa negociação, os EUA autoriza-

ram as exportações para aquele grande mercado, o que deverá finalmente alavancar a balança comercial desta lavoura. Embora a Bahia responda por 45% da produção nacional (a maior do mundo), com 679 mil t, apenas exportou US\$ 4 milhões em 2005, de um total nacional de US\$ 28 milhões. Para tal, os investimentos governamentais, por meio do MAPA, EMBRAPA e ADAB, asseguraram iniciar os estudos para a implementação da produção integrada de frutas (PIF), exigência anunciada pela União Européia, e a implantação do sistema *Approach*, uma espécie de rigoroso monitoramento de áreas produtivas, voltado ao controle da população de “moscas-das-frutas”, que sinaliza áreas de baixa prevalência, aptas a exportar.

Os destaques das exportações da fruticultura baiana, entretanto, ficam a cargo da manga e da uva, que asseguram a primazia no *ranking* nacional de exportadores.

Em relação ao agronegócio da manga, nos últimos cinco anos, registrou-se um forte crescimento das vendas externas, que saíram do patamar de US\$ 16 milhões, verificados em 2000, decorrentes da exportação de 29,7 mil t de um total de 198.062 t produzidas, para US\$ 35,8 milhões, proveniente da produção de 304.604 t e da venda de 57,6 mil t. para o estrangeiro. Também neste agronegócio, a fitossanidade torna-se passaporte essencial para a conquista de exigentes mercados. O rigor adotado pelo MAPA no acompanhamento aos trabalhos encetados pela ADAB, no monitoramento dos pomares e na fiscalização do processo de beneficiamento e tratamento fitossanitário nos *packing-houses*, tem sido determinante para o excelente desempenho deste

agronegócio, que viu o seu VBP crescer 295,16% em 10 anos.

A trajetória de sucesso do agronegócio da uva na Bahia é bastante semelhante ao caso da manga. Concentrado no Baixo-Médio São Francisco (Juazeiro, Curaçá, Sento Sé e Casa Nova) constitui-se no principal pólo de exportações de frutas de mesa, embora venha se consolidando como importante zona de produção de vinhos de qualidade.

Atualmente, a área colhida situa-se em 3.422 ha e a produção em 86.338 t, exportando-se 66% deste volume (57,3 mil t). Este agronegócio sobressai-se no contexto estadual, por haver experimentado o impressionante percentual de crescimento no seu VBP, da ordem de 298,16%, entre 1995 e 2004, fruto

do empreendedorismo de agricultores empresariais e investimentos importantes em infra-estrutura de irrigação pelo Governo federal.

Em 2005, o complexo agroindustrial da silvicultura, com os seus quase 500 ha de florestas artificiais, assumiu a liderança das exportações baianas do agronegócio, desbancando o da soja. As vendas externas cresceram 56,4%, quando comparadas ao ano anterior, atingindo cerca de US\$ 434,3 milhões, 28% do total desse macrossetor. Este expressivo avanço, decorre do início de atividades da fábrica da Veracel Celulose, que investiu US\$ 1,25 bilhão, emprega 2.200 pessoas, detém 78 mil ha de área cultivada e produz 900 mil t/ano de celulose branqueada, o que representa 12% da produção nacional. Ao desse importante empreendimento, sobressaem-se a Bahia Sul Celulose e a Bahia Pulp, que dispõem de aproximadamente 92 mil ha e 72,5 mil ha de eucaliptos, respectivamente.

As informações apresentadas nas Tabelas 2 e 3 permitem entrever o expressivo desempenho desse dinâmico agronegócio, que se destaca em termos de agregação de valor e crescimento físico no contexto do agronegócio estadual.

Conforme se depreende da análise desses dados, o valor agregado pelo agronegócio baiano à economia estadual praticamente dobrou em cinco anos; o segmento produtor de papel e celulose foi o que mais impulsionou este crescimento, elevando-se em

144,5%. Em termos de crescimento físico, da mesma forma, a atividade industrial de transformação do agronegócio da silvicultura demonstra vigor no crescimento, ao sair do patamar de 5,43% em 2000, para 21,32% em 2005, sobressaindo-se no conjunto do agronegócio estadual.

As previsões indicam que, com os novos investimentos em curso, a Bahia em breve assumirá a

hegemonia nacional na produção de celulose, passando a responder por 30% do volume produzido, ao atingir três milhões de t/ano. Recentemente, a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose anunciou investimentos de R\$ 3,5 bilhões, que gerarão divisas estimadas em US\$ 500 milhões/ano e oito mil empregos diretos, configurando-se como a mai-

or planta do mundo em escala produtiva. A Bahia Pulp, por seu turno, anunciou investimentos adicionais da ordem de US\$ 500 milhões, o que assegurará triplicar a sua produção, devendo atingir 365 mil t/ano. De acordo com a SEI, os investimentos industriais deste agronegócio, em 2005, atingiram a expressiva marca de aproximadamente R\$ 8,5 bilhões.

Ainda vivenciando uma séria crise, já destacada anteriormente, a cacaucultura dá mostras de iniciar um processo de recuperação, havendo o seu VBP crescido 269,55% entre 1995 e 2004. Passado o período mais crítico, as exportações baianas do CAI do cacau, em 2005, alcançaram US\$ 224,4 milhões, registrando uma elevação de 15,6% em relação à safra anterior. Conforme assevera a SEAGRI (2006b), as vendas externas foram capitaneadas pelos subprodutos manteiga, gordura e óleo, que cresceram em 28,4% (de US\$ 104 milhões para US\$ 133 milhões), e pasta de cacau, cujo incremento foi de 41,2% (de US\$ 32 milhões para US\$ 46 milhões), não obstante deva-se registrar que as vendas externas do gênero pronto (amêndoas) e de pó, decaíram em, respectivamente, 7,3% e 23,2%. No que tange à produção primária, na safra 2004/2005, a Bahia produziu 143.400 t, gerando R\$ 632 milhões em receitas de exportações. Isto corresponde a 87% da produção nacional, mas apenas 40% da safra colhida em 1990/1991. Estes, entretanto, são avanços consideráveis que permitem tornar tangíveis resultados positivos do

Tabela 2
**Valor agregado do complexo agroindustrial
Bahia, 2000-2005**

| ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR AGREGADO | | | | | |
|--|----------------------|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004* | 2005* |
| Agropecuária | (R\$ Milhões) | 4.764 | 5.041 | 7.418 | 7.837 | 8.779 | 9.368 |
| Papel e Celulose | (R\$ Milhões) | 421 | 530 | 705 | 888 | 866 | 1.030 |
| Produtos Alimentares | (R\$ Milhões) | 738 | 751 | 873 | 1.225 | 1.292 | 1.260 |
| Bebidas | (R\$ Milhões) | 327 | 329 | 316 | 293 | 348 | 416 |
| Fumo | (R\$ Milhões) | 57 | 38 | 55 | 63 | 72 | 82 |
| Total | (R\$ Milhões) | 6.308 | 6.688 | 9.367 | 10.306 | 11.357 | 12.156 |
| Valor Agregado a Preços Básicos ⁽¹⁾ | (R\$ Milhões) | 44.392 | 47.988 | 57.772 | 67.913 | 82.179 | 91.689 |
| Complexo Agroindustrial | (%) | 14,21 | 13,94 | 16,21 | 15,18 | 13,82 | 13,26 |

Fonte: SEI, 2006

⁽¹⁾ PIB da Bahia a Preços Básicos

* Dados sujeitos a retificação

Tabela 3
**Evolução da produção do complexo agroindustrial
Bahia, 2000-2005**

| Setores | Taxa de Crescimento (Volume físico) * | | | | | |
|----------------------|---------------------------------------|---------|--------|---------|--------|-------|
| Agroindústria | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Agropecuária | 22,40 | 0,36 | 8,01 | (1,36) | 11,82 | 9,87 |
| Papel e Celulose | 5,43 | 28,20 | 15,98 | 0,53 | (3,18) | 21,32 |
| Produtos Alimentares | (1,91) | (8,79) | (4,67) | 9,75 | 1,21 | 7,80 |
| Bebidas | 7,56 | (5,62) | (5,22) | (12,60) | 16,75 | 7,80 |
| Fumo | 0,20 | (14,40) | 0,00 | 3,98 | 3,42 | 3,99 |

Fonte: SEI, 2006

* Em relação ao ano imediatamente anterior

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, apoiado pelos Governos federal e estadual, responsável, dentre as ações estruturadoras e emergenciais, pela instituição da Biofábrica de Cacau, que já produziu quase nove milhões de mudas clonais tolerantes à “vassoura-de-bruxa” e aponta uma produção de 340 mil t em 2013 (BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA ..., 2006a).

Como forma de se demonstrar o contraditório contexto do agronegócio baiano, opta-se por eleger como espécie de “tipo ideal” – usando-se uma designação weberiana – a caracterização do complexo da mandioca que não pode ser enquadrado como agroindustrial, em face do insuficiente desenvolvimento capitalista verificado e do grau de desorganização da sua cadeia produtiva. Entende-se que este setor, no Nordeste, ainda não alcançou o estágio de agronegócio, devendo ser percebido como um

complexo rural em transição, com incipiente industrialização. Em contraponto, no Sul do País, a realidade é distinta, com a produção verticalizada e integrada quase completamente a feculárias.

Quando se verifica a dimensão do mercado internacional,⁸ percebem-se as grandes oportunidades que estão sendo desperdiçadas pela Bahia, por não explorar eficazmente o potencial industrial desta cultura, cujo principal sub-produto é a fécula, cuja produção nacional gira em torno de 600 mil t.

O Brasil, que na década de 1970 era o primeiro produtor mundial dessa *commodity*, ocupa atualmente o segundo posto, com aproximadamente 238 milhões

⁸ Segundo a Secretaria Executiva do Conselho do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2006b), o mercado internacional de mandioca, até 1993, movimentou anualmente cerca de US\$ 1 bilhão. Em 2004, os negócios mundiais com fécula giraram em torno de US\$ 223 milhões.

de t, sendo ultrapassado pela Nigéria. Nacionalmente, a Bahia é o segundo produtor e detém a maior área cultivada. Na safra 2004/2005, colheu-se 4.335 mil t, correspondentes a cerca de 40% da produção do Nordeste, principal nicho produtor do País, sendo superada de perto pelo Pará (4.493 mil t). Não obstante, este estado responde por um quarto do consumo brasileiro de farinha de mandioca, estando entre aqueles de maior consumo *per capita*. Aqui se consome em torno de 25,5 kg/habitante/ano; no Pará e Amazonas, aproximadamente 44 kg/habitante/ano (PARANÁ ..., 2006).

Na Bahia, a produção de mandioca *mutatis mutandis* é originária da pequena agricultura familiar, onde o autoconsumo das famílias de renda inferior a um salário mínimo responde por 10% das despesas anuais com alimentação (BRASIL ..., 2006b). Depreende-se, com isso, que a mandiocultura para este estado (e por extensão o Nordeste) tem uma importância relevante para a segurança alimentar. Todavia esta atividade não vem merecendo a devida atenção dos governantes, que a vêem como uma cultura de “segunda categoria”, preferindo apoiar os agronegócios de maior representatividade política e econômica.

Embora este estado detenha o centro nacional de pesquisas em mandioca da EMBRAPA, em Cruz das Almas, com um banco de germoplasma com mais de 3.000 acessos e elevado cabedal de conhecimentos sobre a sua produção primária (em relação ao uso industrial, nem tanto, e quanto à dimensão econômico-financeira e gerencial da atividade, menos ainda), o nível tecnológico das lavouras é baixo e a organização dos produtores praticamente inexistente. Como resultado desse *status quo*, o rendimento dos cultivos é reduzido (em 2004/2005, da ordem de 12.638 kg/ha), correspondendo a menos da metade do registrado nesse mesmo período em São Paulo (24.705 kg/ha) e aquém do Paraná (19.512 kg/ha). Além disso, a produção baiana é praticamente toda voltada para a fabricação de farinha, na sua maioria em unidades rudimentares que desprezam princípios universais de qualidade e cujos proprietários (pessoas físicas ou jurídicas) exploram a pequena produção. Já no Paraná, praticamente toda a produção é voltada para a produção de fécula. O nível de consumo na capital daquele estado situa-se em 0,89 kg/habitante/ano, enquanto em Salvador é de 14,39 kg/habitante/ano (PARANÁ ..., 2006).

Um alento para essa situação emblemática, vem do plano federal com a criação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados, que está a conceber o Plano Nacional da Mandioca, que prevê ações de pesquisa e desenvolvimento (P&D), defesa agropecuária, apoio à organização dos produtores, estímulos à verticalização e promoção comercial da produção.

Uma visão sobre o agronegócio da pecuária

Considerando a escassez de dados oficiais sobre o desempenho evolutivo do agronegócio da pecuária na Bahia, adota-se a análise encetada por Guilhoto e Ichihara (2006), segundo os quais esse estado dimensiona o seu PIB com base na mensuração das contribuições efetivadas por seus componentes principais: segmento fornecedor de insumos, excetuando-se os insumos de *per se*; setor primário de produção; segmento de transformação industrial; e, por fim, o sistema de distribuição e serviços empregados nos demais segmentos. Os resultados da análise desses autores podem ser verificados na Tabela 4.

O desenvolvimento recente da pecuária baiana demonstra singularidades. Percebe-se que, não obstante a bovinocultura ser de longe a principal atividade do agronegócio baiano, permanecendo praticamente estagnada nos últimos seis anos no segmento de corte, demonstra considerável dinamismo com a avicultura e aqüicultura e pesca.

O segmento primário do agronegócio da pecuária, concentrado entre Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus e em Barreiras, alcançou, no último ano, a produção de 187,5 mil t, reduzindo a dependência das importações, para atender ao consumo interno, estimado em 300 mil t anuais. A moderna avicultura baiana caracteriza-se pela completa integração das suas atividades a quatro empresas: Avipal, que abate cerca de 140 mil aves/dia e Gujão, com 40 mil aves/dia, nos seus frigoríficos industriais instalados em São Gonçalo, além da Avigro e Frango de Ouro, instaladas em Conceição da Feira e Barreiras, respectivamente.

O agronegócio da aqüicultura e pesca, com o seu crescimento percentual de 83% em termos de PIB, avançou significativamente na Bahia, basicamente em três ramos, colocando este estado no terceiro lugar no *ranking*

Tabela 4
Evolução do PIB de segmentos do agronegócio da pecuária Bahia, 2004

| Produtos | Em R\$ milhões | | | | | | Variação (%) |
|---------------------|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | |
| Bovinos | 1.151 | 1.347 | 1.456 | 1.419 | 1.376 | 1.342 | 17 |
| Aqüicultura e pesca | 206 | 239 | 291 | 353 | 393 | 376 | 83 |
| Aves | 162 | 160 | 209 | 336 | 345 | 350 | 116 |
| Leite | 276 | 259 | 257 | 330 | 357 | 350 | 27 |
| Caprinos | 84 | 96 | 114 | 104 | 97 | 102 | 21 |
| Ovinos | 69 | 79 | 86 | 75 | 70 | 78 | 13 |
| Suínos | 46 | 50 | 48 | 45 | 47 | 49 | 7 |
| Outros | 168 | 280 | 368 | 392 | 369 | 372 | 121 |
| TOTAL | 2.162 | 2.511 | 2.830 | 3.056 | 3.055 | 3.019 | 40 |

Fonte: Guilloto; Ichihara (2006)

nacional de produtores: a) carcinicultura, que explora áreas costeiras, reúne 58 produtores empresariais, cresceu quase 80% nos últimos anos, atingindo a produção de 9,6 mil t, em 2004, das quais cinco mil foram exportadas para os EUA, Europa e Japão, gerando receitas da ordem de US\$ 27 milhões, o que determinou a inclusão do camarão na pauta dos 15 principais produtos de exportação baiana; b) pesca, praticamente ainda em pequena escala, mas que já dá mostras de progressos tecnológicos, visto que, nos últimos quatro anos, evoluiu em 15%, incrementando as suas exportações; c) piscicultura, que alia projetos de grande escala de produtores capitalistas e empreendimentos da agricultura familiar, tornando a Bahia o terceiro maior produtor de pescado em cativeiro do Brasil, atividade que demanda muita mão-de-obra (3,7 empregos/ha), podendo ajudar a fixar o homem no campo. A progressiva exploração de águas de domínio público, já autorizada pelo Governo federal, assegurará o expressivo incremento da piscicultura em tanques redes.

Importantes iniciativas deverão alavancar esse agronegócio na Bahia. Merece destaque a instituição no plano nacional da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, que tem se centrado na organização da produção e no incentivo para a sua modernização tecnológica e eficaz inserção mercadológica. Do mesmo modo, a concepção do Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Tilápia, iniciativa conjunta da Bahia Pesca S/A e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), abrange 29 municípios e

atende a 1.500 produtores familiares (com meta de ampliação em 30% até 2007); tem a ambição de transformar este estado no maior produtor desse pescado da América Latina, mediante a exploração de 130 mil ha (BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA ..., 2006b).

A REDE DE INOVAÇÃO E PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA PARA O AGRONEGÓCIO (RIPA)

Para exemplificar como o agronegócio está em destaque tanto no cenário estadual como no nacional vale destacar o surgimento da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (RIPA). A idéia de trabalhar em rede e fomentar o setor foi concebida no âmbito do fundo setorial para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT): o CT-Agro. Este fundo é gerenciado pela Financiadora de Estudos e Projetos do Governo (FINEP) e conta com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

A RIPA representa as ações de diversas instituições e decorre do convênio da FINEP com a Universidade de São Paulo, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), com o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) e com a *Local Information System* (LISTEN).

A criação desta rede, dentre outras funções, fo-

mentará o setor, facilitando o posicionamento estratégico (oportunidades e ameaças) do agronegócio brasileiro. A RIPA estabelece uma visão sistêmica das ações e atividades já realizadas e em andamento no setor, agrupa metodologias e experiências, monitora a realidade e gera inteligência cooperativa.

Os objetivos gerais da RIPA são:

- realizar estudos avançados e construir uma Rede de Inovação e Prospeção Tecnológica para o Agronegócio;
- criar um ambiente colaborativo que maximize a canalização dos conhecimentos tácitos e explícitos das organizações;
- integrar ações entre instituições do Governo, do setor produtivo, do terceiro setor e da comunidade de CT&I;
- subsidiar o Comitê Gestor do Fundo Setorial de Agronegócio (CT-Agro), formuladores de políticas públicas, tomadores de decisão e a FINEP no estabelecimento de prioridades e promoção de iniciativas para o setor.

A geração e difusão do conhecimento e a criação de redes de cooperação são práticas consolidadas nos países centrais e, cada vez mais, estão em evidência nos programas e planos de desenvolvimento dos países periféricos.

Na metodologia do projeto da RIPA estão previstas etapas que incluem a identificação de lideranças, instituições e articulações necessárias para implementação da Rede. A Bahia não está atrás neste processo. A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Informação (SECTI) está liderando as ações desta rede no estado da Bahia e acabou de promover o Workshop RIPA Bahia,⁹ que visou, dentre outros objetivos, dar a atenção necessária às diferentes demandas do setor e pensar os desafios e as soluções para o agronegócio no estado. A RIPA Bahia está dividida em 19 plataformas, agrupadas em dois grupos: a) Plataformas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) – 1 a 13; e b) Plataformas de Gestão e Administração (PGA) – 14 a 19. São elas: 1 - fontes renováveis de energia (agroenergia alternativas);

A RIPA estabelece uma visão sistêmica das ações e atividades já realizadas e em andamento no setor, agrupa metodologias e experiências, monitora a realidade e gera inteligência cooperativa

2 - alimentos funcionais e biofármacos; 3 - aquicultura e pesca; 4 - biotecnologia e biologia molecular; 5 - desenvolvimento da agroindustrialização e aproveitamento de resíduos; 6 - desenvolvimento de zoneamento agroecológico e econômico; 7 - desenvolvimento de espécies extrativas e extrativismo sustentável; 8 - estudos ambientais com ênfase na recuperação de áreas degradadas e otimização de recursos hídricos; 9 - geração e adaptação de tecnologias para a inserção da agricultura familiar; 10 - inovação e validação tecnológica para produtos e processos no semi-árido e áreas úmidas (estratégias de convivência); 11 - produção orgânica e agroecológica; 12 - recursos genéticos e melhoramento; 13 - sanidade agropecuária, segurança alimentar, certificação e rastreabilidade; 14 - acesso ao mercado; 15 - caracterização e monitoramento dos recursos naturais e clima; 16 - cooperativismo e organização rural; 17 - educação, capacitação e fixação de recursos humanos; 18 - reformulação do sistema de pesquisa agropecuária – políticas públicas (SNPA); e 19 - informação para o agronegócio).

A plataforma 19 é transversal às demais, dando suporte aos projetos e às tomadas de decisão. É nesta plataforma que a SECTI conta com a parceria da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), com o objetivo de sistematizar as informações do agronegócio na Bahia e criar um banco de dados que possa cruzar informações pertinentes ao setor, muitas vezes dispersas em diversas esferas e instituições no estado.

Já está disponível o site da RIPA Bahia (<http://www.ripabahia.ba.gov.br>). Neste ambiente, pode-se encontrar desde atas das reuniões da rede e artigos relacionados com a área do agronegócio até projetos, editais e eventos do setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grau de desenvolvimento alcançado pela agricultura baiana implica em expressivas mudanças nas relações deste macrossetor com o conjunto da sua economia. Firmam-se ligações indissolúveis

⁹ O evento aconteceu entre os dias 5 e 6 de setembro de 2006 e contou com a participação de Paulo Cruvinel, coordenador da RIPA Nacional e do professor Milton Lima da USP de São Carlos.

com os segmentos industriais instalados antes e depois da produção primária e com prestadores de serviços diretamente relacionados com a lógica produtiva agrícola, cujos reflexos de ordem econômica, política e social mudam definitivamente a sua dinâmica.

Esse novo cenário, a despeito de representar um elevado grau de organização produtiva, com desdobramentos de negócios que, em muitos casos, se estendem além das fronteiras nacionais, proporcionando elevadas receitas e geração de postos de trabalho, estigmatiza a um alto grau de vulnerabilidade os humores da ordem econômica e política. Fenômenos de crise nas economias de parceiros comerciais refletem rapidamente nos resultados financeiros de cadeias produtivas do agronegócio, com impactos diretos na geração de postos de trabalho e no desenvolvimento regional. Rigor excessivo na condução da política macro-econômica pode ter efeitos desastrosos no longo prazo, mormente para aqueles segmentos produtivos menos estruturados, que conferem menor agregação de valor aos seus produtos e vêem as cotações dos seus produtos serem influenciadas artificialmente pelo poder de oligopólio de grandes grupos transnacionais (como no caso da cacauicultura).

Efetivamente, a globalização tornou o mundo “menor”, descortinando a possibilidade de negócios em novos mercados, o que impõe a busca por profissionalismo sistêmico, indistintamente por todas as atividades produtivas, sob o risco de se perpetuar a exclusão social. Não obstante, esta realidade demonstra-se um sério problema para aqueles segmentos menos desenvolvidos economicamente do agronegócio estadual. Historicamente recebendo menor atenção por parte do Estado, esses complexos em transição, a despeito dos avanços consignados, ainda sofrem com as seqüelas do excludente modelo de desenvolvimento agrícola nacional, dimensão econômica do fenômeno intitulado por Florestan Fernandes de “Revolução Burguesa”.¹⁰

Com a fragilização dos Estados nacionais em re-

lação aos interesses do capital transnacional e a manutenção relutante do protecionismo econômico pelas nações ricas, a agricultura fica permanentemente exposta a desafios, mantendo-se “no fio da navalha”: de um lado, perseguindo sistematicamente maior competitividade em um ambiente hostil, dominado pelo capital financeiro, que privilegia os grandes investimentos, e por grandes e poderosos oligopólios, que ditam regras e preços; de outro, recebendo um tratamento insuficiente pelo Estado, que investe relativamente pouco naquilo que é essencial para garantir essa competitividade e expõe os segmentos produtivos agrícolas à concorrência desleal de produtos estrangeiros.

Estaria, portanto, a agricultura baiana em “xeque”? Fadada, assim, a ver decrescer os seus ganhos no médio prazo, quando as cotações das principais *commodities* internacionais retornarem para os níveis históricos? Acredita-se que não.

O nível de desenvolvimento e empreendedorismo atingido pelos CAIs e os investimentos públicos e privados em desenvolvimento científico e tecnológico, diferenciação de produtos, *marketing* e busca de novos mercados, certamente permitirão manter o nível global de crescimento. Nesta direção, a instituição da Rede de Inovação e Prospecção Tecnológica para o Agronegócio (RIPA), no âmbito do Fundo Setorial para Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o CT-Agro, manifesta-se importante marco.

Porém o estado terá que desempenhar bem o seu dúbio papel nesse complexo cenário. Para os segmentos capitalistas modernos e que já consolidaram a feição de CAI, terá que atuar permanentemente como árbitro, mediando os interesses dos distintos agentes das cadeias produtivas e defender os interesses hegemônicos da agricultura brasileira no plano internacional. Para os demais segmentos, além dessa indelegável postura, terá que buscar incessantemente meios para superação definitiva de graves problemas estruturais e percalços de conjuntura.

REFERÊNCIAS

AGRONEGÓCIO deve perder R\$ 10,25 bilhões em 2006. Disponível em: <<http://www.nerdhost.com.br/noticias/index.php?exe>

¹⁰ Para Fernandes (1975) a “Revolução Burguesa” exprime o “conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas, que se deram no processo de consolidação capitalista no Brasil.” Embora não tenha havido uma insurreição nos moldes convencionais, com o controle político do Estado, deu-se um processo de cristalização das estruturas sociais e políticas que consolidam o poder burguês, mediado pelo Estado. Este processo não foi democrático. Formas sociais e políticas passadas não foram destruídas; houve modernização, incorporação e sobreposição de formas.

=105&id=865&tipo=3>. Acesso em: 1 out. 2006.

ANDIMA divulga série histórica sobre evolução dos juros no Brasil. Disponível em: <http://www.andima.com.br/publicacoes/arqs/2004_juros.pdf#search=%22valores%20da%20taxa%20SELIC%20nos%20%C3%BAltimos%20dez%20anos%22>. Acesso em: 1 out. 2006.

ARAÚJO, Massilon J. *Fundamentos de agronegócios*. São Paulo: Atlas, 2003.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. 2005: *um bom desempenho do agronegócio baiano*. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 11 out. 2006a.

_____. *Balança comercial do agronegócio baiano: resultados 2005*. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 27 set. 2006b.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. *Bahiainvest*. Cacaicultura. Disponível em: http://www.bahiainvest.com.br/port/segmentos/agron_analise_cacai.asp?pai=3s. Acesso em: 5 out. 2006a.

_____. *Bahiainvest*. Programa tem verba de R\$300 milhões para o setor agrícola. Disponível em: <http://www.bahiainvest.com.br/port/noticias/ultimas.asp?cd_noticia=2107>. Acesso em: 12 out. 2006b.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 2 v.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Balança comercial*. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/BALANCA_COMERCIAL/NOTA_IMPrensa_EDICOES_ANTERIORES/2005%20-%202004.PDF#search=%22balan%C3%A7a%20comercial%20do%20agroneg%C3%B3cio%20em%202005%22>. Acesso em: 30 set. 2006a.

_____. *Diretrizes para a elaboração do Plano Nacional da Mandioca*. Disponível em: <http://www.abam.com.br/Diretrizes_PlanoNacional_V2.pdf#search=%22Mandioca%20na%20Bahia%22>. Acesso em: 11 out. 2006b.

COELHO, Carlos N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). *Revista de Política Agrícola*, Brasília, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, jul./set. 2001.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. *Sinopse do cacau*. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/Sinopse_Cacau/Producao/producao2.htm. Acesso em: 11 out.

2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

GUILHOTO, José Martins; ICHIHARA, Silvio Massaru. PIB do agronegócio baiano, 2004. *Bahia Agrícola*, Salvador: SEAGRI, v. 7, n. 2, p. 29-37, abr. 2006.

IBGE. *Produção agrícola municipal*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=10>>. Acesso em: 11 out. 2006.

DÍVIDA rural ultrapassa R\$ 55 bilhões. *Jornal da Cidade*, 25 ago. 2006. Disponível em: http://www.jcnet.com.br/cadernos/detalhe_rural.php?codigo=84053. Acesso em: 01 out. 2006.

KAGEYAMA et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. 2 ed. Brasília: IPEA, 1996.

MERCADANTE, Aloísio. Caminhos e descaminhos do Real. *Folha de São Paulo*. 27 jun. 2006. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/canal_aberto/clipping/junho2004/clippingo040627.html-37k. Acesso em: 26 set. 2006.

MESQUITA, Augusto S. O agronegócio brasileiro e suas particularidades. *Bahia Agrícola*, Salvador: SEAGRI, v. 7, n. 2, p. 47-52, abr. 2006.

OLIVEIRA, Sérgio de; AMORIM, Sandra Pinheiro. Subsídios - bicho papão. *Produtor Rural - a força do agronegócio*, Cuiabá, n. 110, p. 26-36, abr. 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. *Mandioca 2005-2006*. Disponível em: <http://www.pr.gov.br/seab/mandioca2005_2006.pdf#search=%22contexto%20atual%20da%20Mandioca%20na%20Bahia%22>. Acesso em: 11 out. 2006.

SANTOS, Edilson de Oliveira; FERRAZ, Zelma Maria de Lima. O bom desempenho da fruticultura baiana. *Bahia Agrícola*, Salvador: SEAGRI, v. 7, n. 2, p. 3-10, abr. 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB Bahia*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2006.

Mudanças recentes no padrão das exportações baianas

*Celeste Philigret**

Resumo

Este artigo analisa a economia baiana, especialmente suas relações com o mercado internacional. Focaliza a importância das exportações na economia do estado, as mudanças que ocorreram em sua composição e em seu destino. Compara os resultados recentes do setor externo da economia baiana com os apresentados pelo Nordeste e pelo Brasil. Relaciona as mudanças ocorridas no perfil das exportações do estado com aquelas registradas em sua estrutura produtiva.

Palavras-chave: Bahia, exportação, economia regional, mercado internacional

Abstract

This paper analyses Bahian's economy, with special attention to its relation with the international market. It focuses on the importance of exports for the state's economy, the changes that took place in its composition, and the final destination. It compares recent results of the external sector of Bahia's economy, with those presented by the Northeast and Brazil. The text also relates the changes occurred in the state's exports profile with those registered in its productive structure.

Key words: Bahia, exports, regional economy, international market.

A estrutura produtiva da Bahia nasceu e cresceu voltada para o exterior. Suas atividades principais, aquelas que deram o tom de sua trajetória, desde sempre apoiaram-se na demanda situada além de suas fronteiras. Cana-de-açúcar e fumo mais remotamente, depois cacau e a seguir soja ou frutas, em se tratando de agricultura. Quando a indústria aqui aportou com mais força, extração de petróleo e seu refino e, a seguir, a petroquímica. Estes últimos, embora de certa forma constituíssem uma cadeia, jamais tiveram o mercado local como foco. O mesmo pode ser dito da metalurgia e da celulose.

Em sua formação, e até meados do século passado, a ligação ocorria diretamente com o mercado internacional. Em seu processo evolutivo, de forma mais visível na passagem de uma economia nitidamente agroexportadora para uma outra, em que a indústria desempenha o papel mais relevante, a Bahia estabeleceu e sedimentou laços com o Sudeste, especialmente com São Paulo, mantendo, contudo, a saída para o exterior. Esta, em alguns casos, funcionou até mesmo como escape em tempos de dificuldades enfrentadas com o escoamento para o mercado nacional.

Voltada para fora e com baixíssimo grau de interrelação entre seus segmentos, a economia baiana cresceu aos saltos, concentrada espacial e setorialmente. Nesse processo, sugeriu enigmas, teorizações sobre ocorrência de comércio triangular

* Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia e Coordenadora do Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC). celestem@ufba.br

e, fundamentalmente, constituiu-se na base de uma sociedade desigual, cujos indicadores sociais ainda hoje situam-se aquém daqueles apresentados por estados que, considerando-se os aspectos estritamente econômicos, são tidos como mais atrasados.

Vale observar que o alto nível de concentração da indústria baiana em poucos segmentos produtores essencialmente de bens intermediários não impediu a geração de efeitos expansivos sobre o comércio e a produção de serviços dirigidos ao mercado local, inclusive serviços para atendimento à própria indústria. É verdade também que, como parte do mesmo processo, induziu a criação, embora com amplitude limitada, de uma nova classe média urbana com hábitos de vida e consumo “modernos”. E é fundamentalmente através da análise desses impactos que se desconstrói a idéia de enclave, como alguns chegaram a nomear os setores mais dinâmicos da indústria baiana. A modernização do comércio e de parcelas da produção de serviços, inicialmente em grande parte reflexa, torna-se muito relevante, na medida em que a continuidade modificada desse processo aponta para o futuro.

No período mais recente, e de forma mais intensa desde que aqui se implantou uma unidade de produção de automóveis, convidada por fortes incentivos fiscais e pela disponibilização de importantes obras de infra-estrutura, muito se tem dito acerca do avanço da indústria baiana, no sentido da complementariedade, da criação de relações mais consistentes entre seus segmentos e de passos no sentido da geração de bens de maior valor agregado.

No que diz respeito às relações da economia baiana com o mercado internacional, o perfil dos produtos que passa a exportar sofre transformação considerável. O cacau, que durante décadas ocupou destacada primeira posição, chegando a atingir 50% do valor exportado pelo estado, hoje oscila entre as modestas sétima e oitava posições. Após sobreviver a sucessivas adversidades, enfrentou sua maior crise com a vassoura de bruxa, que começou a assombrar os produtores há pouco mais de quinze anos e deixou marcas indeléveis na região produtora. Em

2005, representou apenas 3,8% do valor exportado pela Bahia. No acumulado dos meses de janeiro a agosto de 2006, registra a marca um pouco mais acaçada de 3,4%.

Após os derivados de petróleo e os produtos químicos e petroquímicos, que ocupam as duas primeiras posições do valor exportado pela Bahia em 2005, 14,6% foram representados pelo setor automotivo.

Apenas papel e celulose, cuja produção situa-se no sul do estado, e os produtos vinculados ao complexo soja, com base produtiva estabelecida na região oeste, irradiam seus efeitos para além do espaço metropolitano

Metalurgia, papel e celulose e soja e seus derivados vêm a seguir. Juntos, esses seis grupos de produtos representaram 80% das exportações baianas nesse ano. E todos apresentaram crescimento muito significativo, sendo o mais espetacular o dos derivados de petróleo (150,2%), em boa parte, mas não só, impulsionado pela elevação dos preços. Os demais registraram

taxas de expansão situadas entre os 12,4%, no caso da soja e derivados, e os 56,4% exibidos pelo grupo papel e celulose. O crescimento do valor do conjunto das exportações baianas no período foi de 47,4% (Tabela 1).

Dentre os já citados seis mais importantes grupos de produtos exportados pela Bahia, quatro – derivados de petróleo, químicos e petroquímicos, automotivo e produtos metalúrgicos que juntos representam 66,5% do total do valor exportado – têm sua base produtiva situada na região metropolitana de Salvador e seu entorno. Apenas papel e celulose, cuja produção situa-se no sul do estado, e os produtos vinculados ao complexo soja, com base produtiva estabelecida na região oeste, irradiam seus efeitos para além do espaço metropolitano. Isso, mais uma vez, corrobora as afirmativas, que já se tornaram lugar comum, do alto grau de concentração da economia baiana, nesse caso também no que diz respeito à produção de exportáveis.

Comparando-se a participação das exportações baianas e de seu Produto Interno Bruto (PIB) nos mesmos agregados em nível nacional, verifica-se que nos últimos anos os pesos situam-se em valores próximos. No passado, o peso das exportações já foi bem superior e sugeria um maior grau de abertura da economia baiana em relação à nacional. A aproximação dos indicadores acontece à medida

Tabela 1**Exportações baianas principais segmentos:****2005/2006*****(em US\$ FOB)**

| Segmentos | 2005 | | 2006* | |
|-------------------------------|-----------|---------|-----------|---------|
| | Valor | Part. % | Valor | Part. % |
| Químicos e Petroquímicos | 1.152.388 | 19,25 | 887.387 | 20,46 |
| Petróleo e Derivadas | 1.375.657 | 22,97 | 833.315 | 19,21 |
| Metalúrgicos | 578.294 | 9,66 | 629.295 | 14,51 |
| Automotivo | 872.186 | 14,57 | 557.672 | 12,86 |
| Papel e Celulose | 434.363 | 7,25 | 464.627 | 10,71 |
| Minerais | 154.801 | 2,59 | 159.549 | 3,68 |
| Soja e Derivados | 377.174 | 6,30 | 155.159 | 3,58 |
| Cacau e Derivados | 224.401 | 3,75 | 146.001 | 3,37 |
| Couros e Peles | 71.597 | 1,20 | 54.861 | 1,26 |
| Café e Especiarias | 89.054 | 1,49 | 53.347 | 1,23 |
| Sisal e Derivados | 63.552 | 1,06 | 49.775 | 1,15 |
| Movéis e Semelhantes | 68.236 | 1,14 | 46.794 | 1,08 |
| Algodão e seus SubProdutos | 96.112 | 1,61 | 42.024 | 0,97 |
| Calçados e suas Partes | 56.032 | 0,94 | 41.689 | 0,96 |
| Borracha e suas Partes | 46.797 | 0,78 | 38.405 | 0,89 |
| Máqs. Apars. E Mat. Elétricos | 38.826 | 0,65 | 33.672 | 0,76 |
| Frutas e suas Preparações | 103.581 | 1,73 | 29.093 | 0,67 |
| Fumo e Derivados | 18.613 | 0,31 | 11.340 | 0,26 |
| Pesca e Aquicultura | 18.118 | 0,30 | 9.337 | 0,22 |
| Demais Segmentos | 147.962 | 2,47 | 93.947 | 2,17 |
| Total | 5.987.744 | 100,00 | 4.337.289 | 100,00 |

Fonte: MDIC/SECEX

(*) Dados coletados até agosto de 2006.

que o processo de acumulação na economia baiana vai se integrando ao movimento mais geral da curva de crescimento da economia brasileira. Assim é que a participação do PIB baiano no nacional situa-se em 5,0%, enquanto o peso das exportações baianas no conjunto das brasileiras, em 2005, atingiu 5,1%. Com essa participação, a Bahia posiciona-se em sexto lugar dentre os principais estados exportadores, após São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Acrescente-se que, considerando-se os últimos cinco anos, tanto a participação da Bahia nas exportações brasileiras quanto sua contribuição para a formação do PIB são crescentes, uma vez que o estado apresentou, com exceção das exportações no ano de 2004, taxas de expansão mais elevadas que as nacionais. Esse desempenho persiste no acumulado dos meses já apurados relativos a 2006. No que diz respeito ao setor externo, o fato é mais significativo, na medida em que as exportações bra-

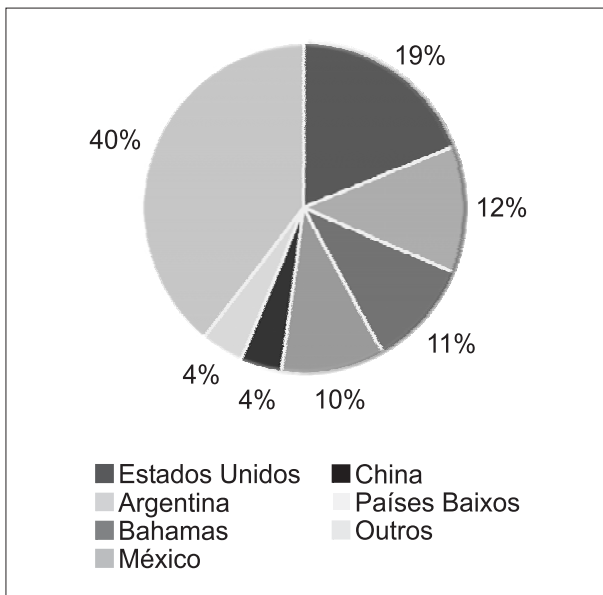
sileiras também cresceram substancialmente no período. Na realidade, a Bahia perdera participação no conjunto das exportações brasileiras, recuando de sua média histórica, marcadamente a partir do final da década de 1980. É essa tendência que é revertida nos últimos anos, sem atingir, contudo, os picos de participação já alcançados anteriormente.

Dados para os primeiros oito meses de 2006 indicam crescimento de 16,8% no valor exportado, dando seqüência, portanto, à trajetória de expansão. Entretanto, um olhar mais detalhado revela que nesse último período o impulso veio, sobretudo, do comportamento dos preços, já que as quantidades exportadas encolheram 8,8%. A retração

no *quantum* exportado atingiu, embora com intensidade diferenciada, todos os principais segmentos de produtos exportados pela Bahia à exceção de papel e celulose, que ampliou a tonelagem exportada em 114,4%.

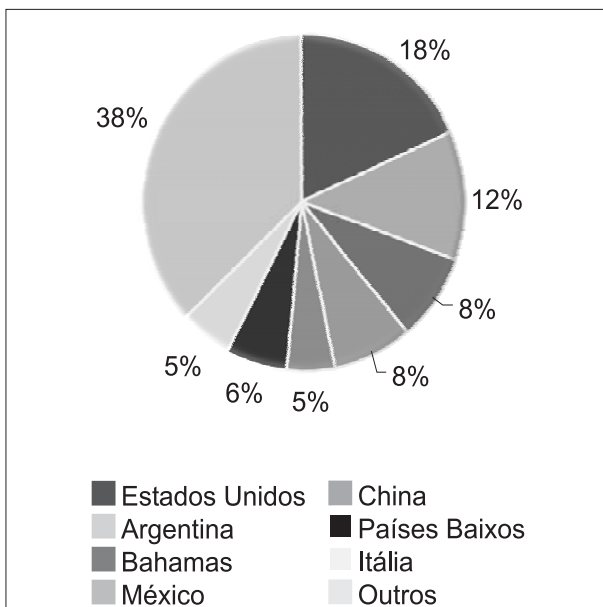
O destino das exportações do estado da Bahia também vem passando, a exemplo do que acontece nacionalmente, por um processo de diversificação, caindo o peso relativo de parceiros tradicionais como os Estados Unidos, cuja participação encolheu de 35,0% em 2001 para 18,3% em 2005 (Gráfico 1). Por outro lado, cresce a importância dos fluxos direcionados a países latino-americanos como o México. E, no contexto da enorme expansão que vem protagonizando no mercado mundial, a China galga posições, sendo, em 2005, o quinto país que mais adquire produtos baianos, atrás dos Estados Unidos, Argentina, Bahamas – esta, possivelmente, funcionando como entreposto comercial e/ou sede de empresas *off shore* – e México. Os

Gráfico 1
Exportações por principais países
Bahia, 2005



Fonte: MDIC/SECEX

Gráfico 2
Exportações por principais países
Bahia, 2006*



Fonte: MDIC/SECEX

* Dados coletados até agosto de 2006.

cinco países citados corresponderam ao destino de 54,6% das vendas baianas ao mercado externo. Os dados de 2006, ilustrados no Gráfico 2, não apontam alterações muito significativas, embora os Países Baixos, a Itália e a Bélgica venham apresentando *performance* mais destacada que no ano anterior.

A relativa diversificação de destinos certamente não é estranha às alterações na composição das exportações. Isso é particularmente verdadeiro no caso dos países latino-americanos, cujos mercados absorvem parte significativa de algumas linhas de produtos industrializados brasileiros.

No que diz respeito à participação das exportações baianas no conjunto das vendas dos estados do Nordeste para o exterior, as quais representaram 8,9% das exportações brasileiras em 2005, a contribuição da Bahia correspondeu a 56,7% desse total. O estado que ocupa a segunda posição no valor exportado pelo Nordeste é o Maranhão, com 14,2%, seguido pelo Ceará, com 8,8%, e por Pernambuco, com 7,4% (Tabela 2).

De todo modo, não obstante uma série de características comuns, inclusive no que tange a aspectos culturais, a Bahia tem uma estrutura produtiva relativamente diferenciada dentro do que se poderia considerar o Nordeste enquanto espaço econômico minimamente homogêneo. Isso não significa desconhecer alguns nichos de complementariedade com outros estados nordestinos.

Não serão considerados aqui elementos como o saldo comercial da Bahia, cujo perfil, historicamente superavitário – à exceção de alguns períodos específicos –, tende a ser enfatizado por alguns. O fato é que as fronteiras interestaduais, por meio das quais muito é internalizado pelo estado, inclusive produtos originários de fora do país, são muito mais abertas e não se dispõe de estatísticas satisfatórias sobre os fluxos de mercadorias que por aí circulam. Aliado a isso, a própria estrutura da economia baiana, desconsiderando nesse caso os segmentos produtores de serviços e certamente correndo o risco de excesso de simplificação, pode ser descrita como produtora do que não consome e consumidora do que não produz.

Analisando-se a composição das exportações baianas por fator agregado no período compreendido entre 1991 e 2005, verifica-se que ocorreram trans-

Tabela 2
Exportações nordestina por estados
Jan/Agosto 2005/2006*

(em US\$ FOB)

| Estados | 2005 | | 2006* | |
|---------------------|-------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Valor | Part. % | Valor | Part. % |
| Bahia | 5.987.744 | 56,73 | 4.337.289 | 58,92 |
| Maranhão | 1.501.034 | 14,22 | 1.082.203 | 14,70 |
| Ceará | 930.451 | 8,82 | 635.802 | 8,64 |
| Pernambuco | 784.888 | 7,44 | 444.559 | 6,04 |
| Alagoas | 583.791 | 5,53 | 433.449 | 5,89 |
| Rio Grande do Norte | 413.317 | 3,92 | 224.513 | 3,04 |
| Paraíba | 228.007 | 2,16 | 125.895 | 1,71 |
| Sergipe | 66.424 | 0,63 | 45.451 | 0,62 |
| Piauí | 58.661 | 0,56 | 32.749 | 0,44 |
| Total | 10.554.317 | 100,00 | 7.361.910 | 100,00 |

Fonte: MDIC/SECEX

* Dados coletados até agosto de 2006.

formações significativas, elevando-se a participação dos manufaturados, que passaram de 53,5% no início do período, para 62,3% em 2005. Essa é uma taxa superior à apresentada pelo conjunto das exportações brasileiras, nas quais a participação dos manufaturados representava 56,2% e 55,1% para o primeiro e o último ano da série, respectivamente. Para o período compreendido entre janeiro e agosto de 2006, a participação dos manufaturados nas exportações baianas eleva-se mais um pouco, alcançando 64,7% (Tabela 3).

Embora para um estudo mais aprofundado devam ser consideradas adicionalmente questões relacionadas à intensidade tecnológica das manufaturas exportadas, além da maior ou menor dinamicidade

desses produtos no mercado internacional, é visível a alteração da estrutura da pauta de produtos exportados pelo estado. Acrescente-se que a elevação da participação dos manufaturados vinha ocorrendo em detrimento dos semi-manufaturados, já que o grupo dos básicos, embora apresentasse oscilações, mantinha tendência de ampliação de sua fatia, passando de uma contribuição no total exportado de 14,9% em 1991, para 19,9% em 2005. Em 2006, contudo, há uma acentuada queda de participação dos básicos.

Parte substantiva da explicação está ligada a problemas enfrentados pela soja, decorrentes de queda de preços no mercado internacional aliada à estiagem na região produtora, mas também pela fruticultura, pela pesca e aquicultura e outros. Problemas específicos que afetaram várias *commodities* exportadas pela Bahia foram agravados pela conjuntura cambial desfavorável às exportações.

Os dados das exportações por categorias de uso, apresentados na Tabela 4, também revelam mudanças que, na realidade, constituem apenas outro ângulo de um mesmo processo: ainda que os bens intermediários continuem dominando a pauta de exportações do estado (56,7%, em 2005) seu peso sofre alguma redução, cedendo espaço para a categoria

dos bens de consumo durável, que representava apenas 0,5% do total exportado em 2001 e passa a comparecer com 15,0% em 2005.

A desagregação em grupos de produtos deixa nítida a correlação entre a alteração no perfil das exportações e a natureza dos investimentos mais importantes realizados no estado nos últimos anos, seja no que diz respeito à in-

Tabela 3
Exportações por fator agregado
Bahia, 2005/2006*

(em US\$ FOB)

| Discriminação | 2005 | | 2006* | |
|--------------------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Valor | Part. % | Valor | Part. % |
| A - Básicos | 1.191.523 | 19,90 | 456.844 | 10,53 |
| B - Produtos Industrializados | 4.732.122 | 79,03 | 3.835.526 | 88,43 |
| Manufaturas | 3.727.793 | 62,26 | 2.804.009 | 64,65 |
| Semi-Manufaturas | 1.004.329 | 16,77 | 1.031.517 | 23,78 |
| C - Operações Especiais | 64.099 | 1,07 | 44.919 | 1,04 |
| Total A+B+C | 5.987.744 | 100,00 | 4.337.289 | 100,00 |

Fonte: MDIC/SECEX

* Dados coletados até agosto de 2006.

Tabela 4
Exportações por categoria de uso
Bahia, 2005/2006*

(em US\$ FOB)

| Categorias de Uso | 2005 | | 2006* | |
|------------------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| | Valor | Part. % | Valor | Part. % |
| Bens de Capital | 31.029.599 | 0,52 | 26.507.547 | 0,61 |
| Bens de Consumo | 1.125.904.420 | 18,80 | 690.018.572 | 15,91 |
| Bens de Consumo Durável | 900.558.991 | 15,04 | 571.839.389 | 13,18 |
| Bens de Consumo Não Durável | 225.345.429 | 3,76 | 118.179.183 | 2,72 |
| Bens Intermediários | 3.395.868.312 | 56,71 | 2.748.906.023 | 63,38 |
| Combustíveis e Lubrificantes | 1.370.842.395 | 22,89 | 826.937.847 | 19,07 |
| Demais Operações | 64.098.843 | 1,07 | 44.918.935 | 1,04 |
| Total | 5.987.743.569 | 100,00 | 4.337.288.924 | 100,00 |

Fonte: MDIC/SECEX

* Dados coletados até agosto de 2006.

dústria, seja no que se refere às cadeias agro-industriais. Ao lado das alterações no perfil das exportações, na direção da venda de produtos com maior valor agregado, são também perceptíveis passos no sentido do estabelecimento de alguma complementariedade entre os ramos da estrutura produtiva do estado, inclusive no que se refere à produção de exportáveis. Essas são, entretanto, tendências que caminham juntas com as mudanças que vêm ocorrendo na forma de inserção do conjunto da economia brasileira na economia mundial. Estão, portanto, subordinadas aos processos maiores de internacionalização do capital, envolvendo os processos produtivos, os fluxos de comércio de bens e serviços, bem como os de renda e os financeiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Dados consolidados*. Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em: 04 out. 2006.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Resultados do comércio exterior*. Disponível em: www.promobahia.com.br/doc/resultados/index.asp. Acesso em: 04 out. 2006.

IBGE. *Contas regionais*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 out. 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Banco de dados*. Disponível em: www.sei.ba.gov.br/consulta_banco/index_consulta_banco.php. Acesso em: 04 out. 2006.

(Re)Leitura da economia baiana pela ótica do PIB¹

Cesar Vaz de Carvalho Junior*

Gustavo Casseb Pessoti**

Ítalo Guanaís Aguiar Pereira***

Resumo

Esse artigo tem como objetivo fazer uma análise do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia no período 1975-2005, enfatizando os principais fatos econômicos que marcaram o período e, por conseguinte, a evolução do PIB. Com base nesse critério, os argumentos foram agrupados obedecendo a seguinte periodização 1975-1986; 1986-1992; 1992-2000 e 2000-2005.

Palavras-chave: produto interno bruto, política industrial, recessão econômica, crescimento econômico, transformações estruturais.

Abstract

That paper aims to analyze the Gross Domestic Product of Bahia during the period going from 1975 to 2005, highlighting the main economical facts that marked the period and, consequently, the GDP evolution. Based on this criterion, arguments were sorted according to the following periods 1975-1986; 1986-1992; 1992-2000 and, 2000-2005.

Key words: gross domestic product, industrial politics, economical recession, economical growth, structural transformations.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo central fazer uma análise e periodização da trajetória do Produto Interno Bruto (PIB) baiano ao longo dos anos de 1975 a 2005, com destaque para o período mais recente, a partir do ano de 2000, tomando como base as contas regionais produzidas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em parce-

ria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A periodização partiu da observação empírica das taxas de crescimento e dos índices do Produto Interno Bruto baiano com base em 1975, o que levou à identificação de quatro períodos distintos: uma fase inicial de intenso crescimento; uma segunda, de crise e recessão; a terceira fase, quando a economia baiana volta a apresentar sinais de recuperação, ao

¹ Este trabalho atualiza e complementa o artigo anterior (CARVALHO JUNIOR; PESSOTI; PEREIRA, 2002), incluindo novas discussões sobre a dinâmica do crescimento econômico da Bahia pós anos 2000.

* Diretor Geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Professor da Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE). cesarvaz@sei.ba.gov.br

** Mestrando em Análise Regional pela Universidade Salvador (UNIFACS); Especialista em Planejamento e Gestão Governamental pela UNIFACS; Especialista em Planejamento Regional e Orçamento Público

pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Economista graduado pela UFBA; Coordenador de Contas Regionais e Finanças Pública na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). gustavop@sei.ba.gov.br

*** Especialista em População e Desenvolvimento Sustentável pelo United Nations Population Fund (UNFPA) e Universidade do Chile. Graduado em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Assessor Técnico da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). italo@sei.ba.gov.br

longo da década de 1990; e, finalmente a quarta fase, em que a economia baiana consolida o crescimento alicerçado no grande desempenho do setor industrial.

Tendo em vista o objetivo proposto, buscou-se ainda, identificar os principais fatores que determinaram a trajetória de crescimento, estagnação e retração desse indicador do crescimento econômico.

Nesse sentido, é salutar considerar o fato de que o PIB representa a expressão monetária do conjunto de todos os bens e serviços finais que são gerados em uma determinada economia em um determinado período de tempo. Embora a definição acabe dando a esse indicador mais importância do que ele realmente merece, duas considerações precisam ser feitas antes de iniciar-se a análise proposta: primeiro, que embora possua uma grande definição, a mensuração da atividade econômica expressada pelo PIB, apenas sinaliza uma tendência de crescimento e/ou arrefecimento da economia em questão, no período considerado. Isto é, o indicador dado pelo PIB mede apenas a geração das riquezas e não sua distribuição. Essa definição é muito importante, pois, quando falamos que, no período compreendido entre os anos 2000 a 2005, há uma consolidação do crescimento econômico, em momento nenhum queremos dizer que esse modelo de crescimento esteja comprometido com o desenvolvimento local ou com a maneira mais eficiente de distribuição do agregado macroeconômico.

O segundo ponto a se considerar e complementar ao primeiro, é o fato de que o PIB não consegue traduzir a totalidade de relações econômicas existentes entre os agentes produtivos. Sua expressão mede, segundo critérios de pesquisa, a totalidade produzida de bens e serviços finais (retirado o consumo intermediário) em um determinado período. No entanto o grau de abertura dos dados em setores produtivos segue a mesma recomendação das Nações Unidas. Assim, não se pode esperar maior poder analítico do PIB que não o de verificar a tendência de comportamento ou ainda a mudança na estrutura econômica (de um país, estado, região ou município) em um determinado período de tempo.

Não obstante o estado da Bahia ter-se constituído no sexto PIB do Brasil, a maioria de seus indicadores sociais encontra-se abaixo da média brasileira

CONDICIONANTES DA ANÁLISE

A identificação e análise desses fatores, que, em parte, explicam a dinâmica da evolução da economia baiana, exigem que se leve em conta dois aspectos principais:

O primeiro deles é a situação político-administrativa do estado da Bahia, a saber: um estado subnacional e periférico inserido em uma economia também periférica.

Estado subnacional é identificado, com base em Sandroni (2005), como aquele que não controla as variáveis e políticas macroeconômicas. Nesse caso, está-se diante de um poder político e administrativo não-independente/autônomo, que não formula e não define políticas macroeconômicas e, portanto, tem autonomia restrita e também restrito controle sobre os elementos determinantes da conjuntura econômica – taxa de juros, preços, taxa de câmbio, base monetária etc. Sabe-se que a política macro-econômica é fundamental na determinação do crescimento da economia e, portanto, do ritmo da acumulação capitalista.

Quando se menciona “um estado periférico” (SPINOLA, 2001), fala-se do processo histórico, da formação socioeconômica. A Bahia, como integrante da região Nordeste, teve uma participação subordinada na divisão nacional do trabalho ao longo da constituição do capitalismo industrial-financeiro do Brasil. Essa região exportava força de trabalho com baixa qualificação, gerava divisas – sendo o cacau uma importante fonte dessas divisas – e era mercado consumidor dos bens finais produzidos pelas indústrias montadas na região Sudeste, beneficiada com a política de substituição de importações implementada pelo Governo Federal.

Entretanto, não obstante o estado da Bahia ter tido alguns benefícios no processo anteriormente mencionado e, por isso mesmo, ter-se constituído no sexto PIB do Brasil, a maioria de seus indicadores sociais encontra-se abaixo da média brasileira. Isso faz com que as condições estruturais da sustentabilidade da acumulação capitalista sejam precárias, a exemplo do nível de escolarização da População em Idade Ativa (PIA), da distribuição de

renda, da infra-estrutura econômica e da situação dos centros de pesquisas e outros.

Estar na periferia de um país periférico significa, para o processo de crescimento econômico, poucos recursos de capital e trabalho para uma acumulação sustentada. Essa condição decorre, em parte, das necessidades básicas não-atendidas ao longo da história, do nível de arrecadação estatal e da baixa geração de poupança interna.

Quanto à organização político-administrativa do estado da Bahia, é importante salientar que a escassez de recursos públicos, a impossibilidade de definição de políticas macroeconômicas de curto, médio e longo prazo e o sério quadro de carências sociais e econômicas resultam em conflitos e tensões permanentes e na necessidade de busca de poupanças externas, no âmbito federal e internacionalmente.

O segundo aspecto é a divisão regional do trabalho no Brasil e a forma de participação da economia do estado da Bahia nesse processo, ou seja, a forma como os fluxos econômicos, que atuam em seus limites geográficos, articulam-se com o centro dinâmico do capitalismo brasileiro e com outros, no plano internacional.

Cabe salientar que a inserção da economia baiana na divisão nacional do trabalho dá-se da seguinte forma: a) o estado da Bahia é um centro de geração de divisas para o país; b) é produtor de bens intermediários e matérias-primas para a indústria instalada no Sudeste do país; c) é um grande mercado consumidor de produtos finais vindos das regiões Sudeste e Sul do país; d) ainda é fornecedor de mão-de-obra, uma vez que perde população, com os processos migratórios.

Com essa compreensão da economia baiana, buscou-se a identificação dos principais fatores que explicam os movimentos e fluxos econômicos no espaço geográfico, político e administrativo do estado da Bahia, a seguir discriminados:

1. cenário macroeconômico nacional – portanto as políticas macroeconômicas de curto prazo;
2. políticas macroeconômicas de longo prazo, fiscal, regional, tributária e de emprego e renda;
3. processo de formação histórico, social e econômico;
4. cenário internacional, ainda que de forma mais indireta;

5. organização político-administrativa local, capacidade de investimento, de concessão de incentivos etc.;
6. condições naturais, ambientais e culturais; e
7. fatores estruturais da competitividade, que são, em boa medida, consequência imediata das políticas anteriormente citadas: nível educacional/escolarização da população em idade ativa, infra-estrutura econômica – transportes, comunicação, energia; infra-estrutura básica – esgoto, água e saúde; controle ambiental; existência de centros de pesquisa etc.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

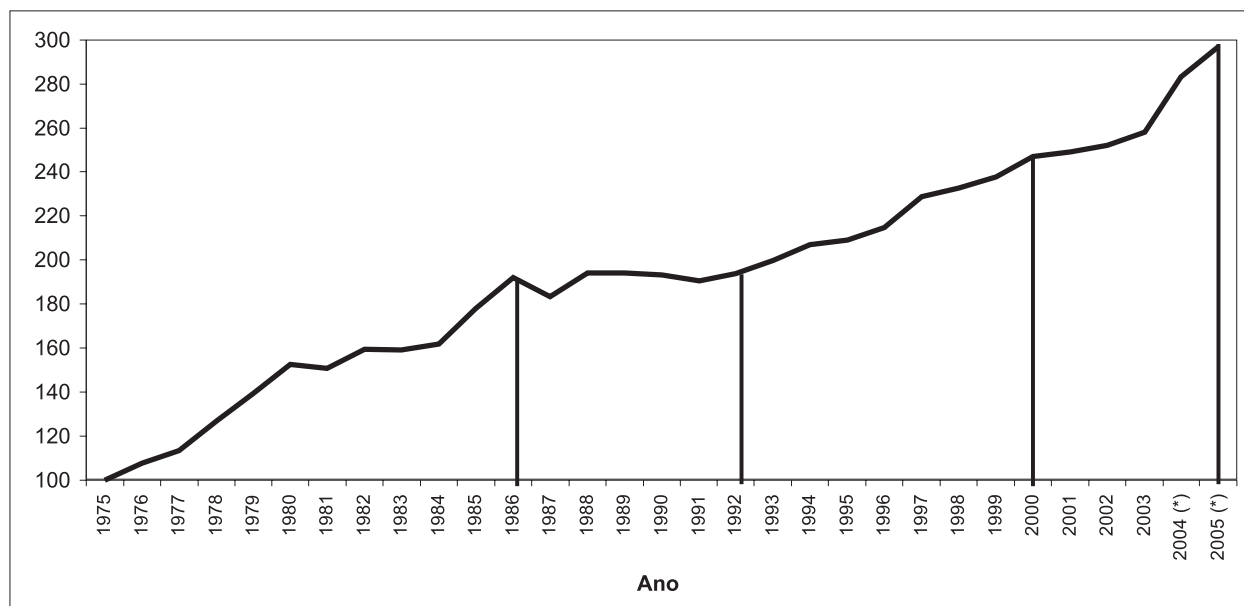
A industrialização brasileira, iniciada no final da década de 1950 do século passado com a implementação da indústria pesada, gerou algumas distorções regionais e setoriais. O modelo então implantado – substituição de importações – e que vigorou até a década de 1980, favoreceu principalmente os setores agregados ao complexo metal-mecânico da região Centro-Sul do Brasil.

Na década de 1970, houve um esforço de política econômica para integrar as regiões brasileiras mediante a formação de complexos industriais, especialmente de produtores de bens intermediários, na perspectiva de uma matriz produtiva brasileira articulada setorial e regionalmente. Nesse contexto, no Nordeste, ocorreu um avanço da indústria de bens intermediários em detrimento do segmento produtor de bens de consumo não-duráveis, tradicionalmente os de maior peso na indústria de transformação regional, sobretudo os setores alimentício e têxtil. Essa maior participação da indústria de bens intermediários se deve à montagem do Complexo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, a que se associaram as políticas de industrialização regional e de substituição de importações de petroquímicos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Essas duas políticas econômicas foram fundamentais para a estratégia de crescimento do estado da Bahia, a partir de meados da década de 1970.

Nesse sentido, a análise apresentada neste trabalho, da evolução numérica do PIB da Bahia, foi pensada seguindo uma periodização específica, com base nas taxas de crescimento desse macro indicador. O Gráfico 1 e as Tabelas 1, 2 e 3 mostram, com cla-

reza, que entre 1975 e 1986 o PIB baiano cresceu aceleradamente, seguindo-se uma fase de estagnação (1986-1992) e, logo depois, uma retomada do crescimento econômico (1992-2000). Por fim, a partir do ano de 2000 mostram a manutenção e consolidação do crescimento da economia baiana, principalmente associado aos investimentos industriais realizados.

Gráfico 1
Evolução do PIB
Bahia, 1975-2005



Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

Tabela 1
Taxa média de crescimento dos grandes setores de atividade do PIB
Bahia, 1975-2005

| Período | Primário | Secundário | Terciário |
|-----------|----------|------------|-----------|
| 1975-1986 | 2,4 | 8,9 | 6,4 |
| 1986-1992 | -0,9 | -1,2 | 2,0 |
| 1992-2000 | 3,1 | 2,9 | 3,2 |
| 2000-2005 | 5,6 | 4,7 | 2,2 |

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

Tabela 2
Taxa acumulada de crescimento dos grandes setores de atividade do PIB
Bahia, 1975-2005

| Período | Primário | Secundário | Terciário |
|-----------|----------|------------|-----------|
| 1975-1986 | 29,9 | 156,4 | 98,9 |
| 1986-1992 | -5,3 | -7,1 | 12,5 |
| 1992-2000 | 27,9 | 25,8 | 28,5 |
| 2000-2005 | 31,4 | 25,8 | 11,6 |

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

Tabela 3
Taxa de crescimento do PIB, acumulada e média
Bahia, por período

| Período | Média | Acumulada |
|-----------|-------|-----------|
| 1975-1986 | 6,1 | 92,0 |
| 1986-1992 | 0,1 | 0,9 |
| 1992-2000 | 3,1 | 27,5 |
| 2000-2005 | 3,8 | 20,3 |

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

PERÍODO 1 (1975–1986): transformações estruturais e crescimento acelerado

O período que vai de 1975 até 1986 tem como característica principal a transformação estrutural do PIB da Bahia, que deixa de ter como carro-chefe a agropecuária, passando a ser impulsionado pela indústria. Crescimentos acelerados (em torno de 6,1% ao ano) foram a tônica dessa época, marcada pela expansão do segmento industrial baiano, que apresentou taxas de crescimento de aproximadamente 9%.

Esse processo teve origem em meados dos anos 1950, embora, até o início dos anos 1970, a estrutura produtiva da economia baiana ainda estivesse fundada no setor primário-exportador, que se complementava com a economia de subsistência praticada em quase todas as suas regiões. Durante décadas, essa dinâmica foi comandada pelo *agrobusiness* do cacau, que era o principal produto agrícola estadual e seu maior gerador de divisas.

Contudo a renda gerada pela cacauicultura foi em parte alocada no próprio setor, aprofundando e mantendo a monocultura do cacau, sendo o restante canalizado para consumo ou investimentos fora do estado, principalmente em imóveis. Esse setor, por sua vez, devido a suas características estruturais, era incapaz de irradiar seu dinamismo para a economia baiana. A partir dos anos 1970, com o avanço da industrialização, essa estrutura produtiva começa a mudar e perde sua feição agroexportadora.

Alguns fatores, a seguir comentados, podem ser apontados como principais para o desenvolvimento desse processo. Em primeiro lugar, as políticas macroeconômicas adotadas no país a partir da década de 1930, que alteraram profundamente a divisão nacional do trabalho no Brasil. O principal projeto era o de substituições de importações. É a partir de sua implantação, juntamente com a do processo de desconcentração da economia – promovido pelo Governo Federal e incentivado pelos estados periféricos, dentre eles a Bahia, para reduzir desequilíbrios regionais – que, finalmente, nos anos 1970, a Bahia se insere na matriz industrial brasileira, com a chamada “especialização regional”. Tal especialização levou o estado a voltar-se para uma industrialização centrada

no setor químico, especialmente na petroquímica e na metalurgia.

Ainda no âmbito de medidas macroeconômicas, é importante salientar os incentivos fiscais e financeiros criados pelo Governo Federal para atrair investimentos para outras regiões brasileiras que não o Centro-Sul. Entre esses registra-se o sistema de incentivos fiscais 34/18/FINOR, que beneficiou o processo de reestruturação da dinâmica econômica da região Nordeste, observando-se que tais incentivos foram, em sua grande maioria, alocados no estado da Bahia. Isso se deu pela proximidade da Bahia em relação ao Centro-Sul, e pelo fato de a produção nacional não oferecer alguns insumos básicos demandados pela

indústria de transformação do Sudeste. Entre os fatores sistêmicos da competitividade, a Bahia contava ainda com as vantagens de ser, à época, a maior produtora de petróleo do país e de já possuir uma refinaria, a Landulfo Alves.

Em relação ao poder local, foi montada uma explícita política industrial, setorial e regional. Além de participar diretamente de alguns empreendimentos, com estudos, investimentos e infra-estrutura, o Governo Estadual concedeu um amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros, o que possibilitou ao capital privado reduzir drasticamente o risco de sua participação no processo produtivo e garantiu vantagens comparativas à Bahia em relação aos demais estados do Nordeste.

Em decorrência das medidas acima descritas, vários projetos foram implantados, destacando-se os localizados no Centro Industrial de Aratu (CIA), nos Distritos Industriais do interior do estado e no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Essas alterações estruturais na economia baiana, evidenciadas na Tabela 4, incrementaram fortemente seu produto interno. No tocante às taxas de crescimento real do PIB, a Bahia supera o Nordeste e o Brasil ao longo da década de 1970. No período entre 1975 e 1986, a indústria cresce acumuladamente 156,4%, a agricultura 30%, o comércio 117% e as comunicações 1.383%. Esse crescimento fez com que a economia baiana aumentasse sua participação na economia nacional – de menos de 4% em 1975 passa a 5,4%

É importante salientar os incentivos fiscais e financeiros criados pelo Governo Federal para atrair investimentos para outras regiões brasileiras que não o Centro-Sul

Tabela 4**Composição setorial do PIB
Bahia, 1960-2005**

| Anos | Setores (%) | | |
|------|-------------|------------|-----------|
| | Primário | Secundário | Terciário |
| 1960 | 40,0 | 12,0 | 48,0 |
| 1970 | 21,2 | 12,4 | 65,4 |
| 1975 | 30,7 | 27,5 | 41,8 |
| 1980 | 16,4 | 31,6 | 52 |
| 1986 | 18,2 | 43,2 | 38,6 |
| 1990 | 15,2 | 31,9 | 52,9 |
| 1992 | 9,7 | 36,3 | 54 |
| 2000 | 10,7 | 41,1 | 48,2 |
| 2005 | 10,3 | 50,2 | 39,5 |

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

em 1985 – e contribuiu de forma positiva para a expansão do setor terciário da economia (em média 7,6% ao ano), particularmente na RMS.

É importante destacar que a consolidação da indústria de transformação no processo de desenvolvimento econômico estadual, na primeira metade da década de 1980, ocorreu num período de grande recessão e crise da economia brasileira, da qual poucos estados lograram escapar. A Bahia, exatamente pelo avanço de sua indústria, estava entre estes últimos, ou seja, apresentou, malgrado a crise, crescimento do nível de atividade econômica.

Nos anos 1980, inicia-se uma política de desvalorização cambial que torna caros os produtos importados. Esses fatores macroeconômicos fizeram com que aumentasse a demanda, por parte das indústrias instaladas no Centro-Sul, pelos petroquímicos produzidos na Bahia.

A despeito de a economia ter-se concentrado fortemente, principalmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS), outras áreas do interior do estado também apresentaram significativo crescimento no final da década de 1970. Entre os destaques tem-se: produção de feijão na região de Irecê; expansão do pólo cafeeiro na Chapada; extração de minérios em determinadas áreas do estado (Caraíba Metais etc.); rápida ocupação do Vale do Iuiú (pecuária e algodão) e desenvolvimento de regiões como o Extremo-Sul, com a extração de madeira.

PERÍODO 2 (1986 - 1992): inflexão e crise

A partir da segunda metade dos anos 1980, o vigoroso crescimento ocorrido entre 1975 e 1985 sofre um forte processo de inflexão. Entre 1986 e 1992, o ritmo de crescimento do PIB cai de 6,5% ao ano para aproximadamente 0,1%.

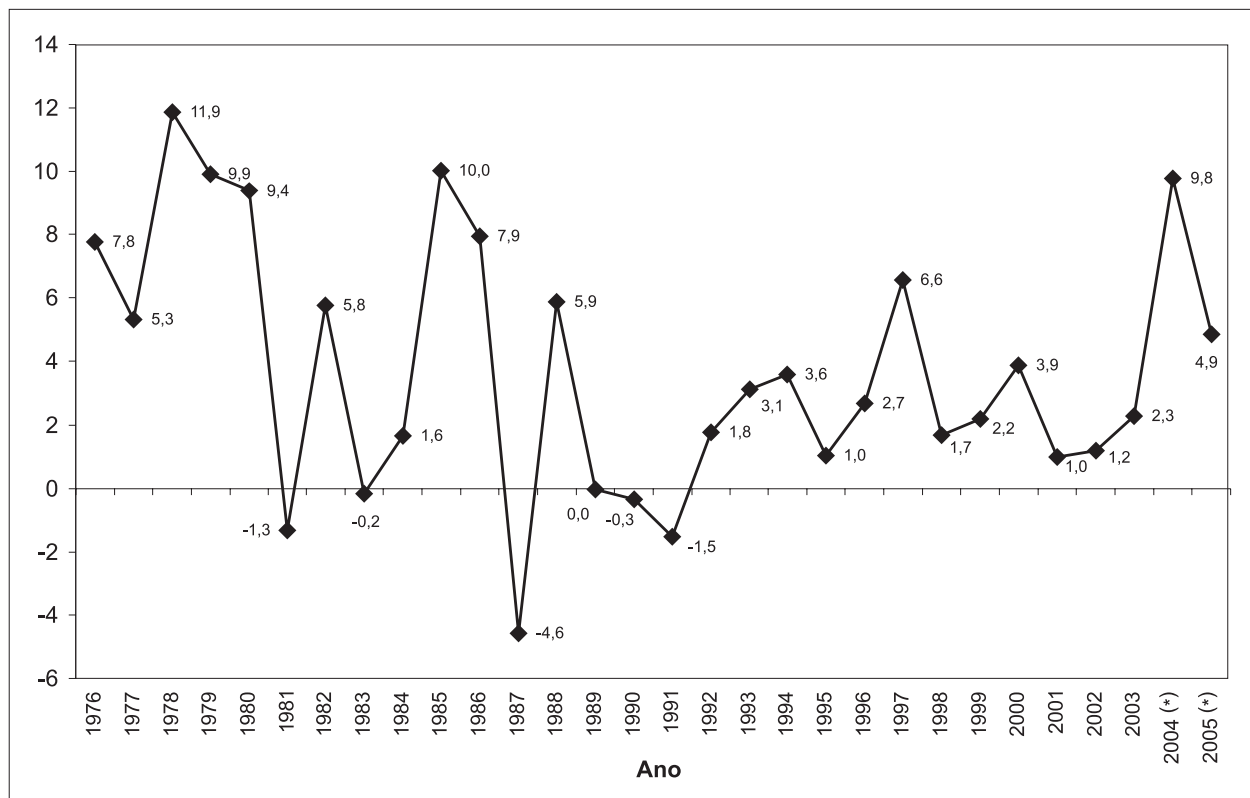
Em dez anos, ou seja, de 1975 a 1986, o PIB baiano, sob o efeito do Pólo Petroquímico de Camaçari, cresceu 92% acumuladamente. Entretanto, no período subsequente, entre 1986 e 1992, o crescimento acumulado foi de apenas 0,9%. Em que pese a diferença quantitativa dos anos entre os dois períodos, essa comparação tem como único objetivo salientar que, entre 1986 e 1992, a economia baiana praticamente se estagnou.

O Gráfico 2 evidencia claramente esse processo. Entre 1986 e 1992, o cenário apresentado foi de recessão, com variação negativa do nível de atividade nos três últimos anos desse período.

Os fatores que explicam essa crise podem ser encadeados da seguinte forma:

- a crise da economia nacional nos anos 1980 (a chamada década perdida), capitaneada pela crise fiscal e financeira do estado brasileiro, levou à falência o modelo anterior, no qual o estado era o motor da acumulação capitalista e sob o qual se pautou o crescimento da economia baiana entre 1975 e 1986. O endividamento interno e externo do estado inviabilizou os investimentos projetados e a manutenção da acumulação capitalista, na forma até então vigente;
- a queda no ritmo de crescimento da economia ocasionou altas taxas de inflação, índices crescentes de desemprego e elevação das taxas de juros, o que desencadeou a chamada “ciranda” financeira e teve, portanto, efeitos negativos diretos na demanda agregada da economia brasileira, principalmente no consumo das famílias e nos gastos do Governo;
- deu-se um redirecionamento da economia brasileira para o mercado externo: incentivaram-se assim as exportações, que geravam divisas, garantiam o fechamento do balanço de pagamentos e mantinham o nível da atividade econômica.

Os efeitos dessa crise para o estado da Bahia foram altamente negativos, podendo-se destacar al-

Gráfico 2**Evolução do PIB segundo taxa anual de crescimento
Bahia, 1976-2005**

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

guns deles como os mais graves, como se pode verificar a seguir:

- foram paralisados os investimentos previstos para o Pólo de Camaçari e, assim, não foram geradas cadeias produtivas, a terceira geração da petroquímica. Dessa forma, a economia baiana permaneceu apenas como produtora de bens intermediários e o Complexo Petroquímico não recebeu novos investimentos;
- diminuiu o ritmo de crescimento da produção da indústria química baiana, tendo esse segmento, nos anos de 1988, 1990 e 1991, apresentado taxas negativas de 3,6%, 6,8% e 7,6%, respectivamente. Pelo elevado peso que a indústria química tem na estrutura do segmento industrial baiano, os reflexos negativos sobre o PIB eram inevitáveis;
- foi gerada, com a paralisação do processo de investimentos, uma economia duplamente concen-

trada na formação do PIB – na agricultura, o cacau, em crise, continuava ser o principal produto de exportação; na indústria, deu-se uma elevada concentração em torno do gênero químico; em termos macroeconômicos, a geração espacial da renda concentrou-se na RMS e no litoral, principalmente na área de influência dos municípios de Ilhéus e Itabuna;

- cresceu a taxa de desemprego na RMS, consequência da forte migração – em parte derivada do fato de a Bahia possuir uma população rural muito grande (ainda hoje a maior do país em termos absolutos, e vivendo de forma precária no semi-árido) – para essa região, atraída pelo Pólo. Esse processo fez de Salvador a terceira mais populosa cidade do país, com uma das maiores taxas de desemprego dentre as cidades estudadas pelos institutos de pesquisas brasileiros;

- finalmente, identifica-se um último efeito, que se manifestou em meados dos anos 1980, decorrente da reestruturação produtiva mundial: a crise nos produtos tradicionais de exportação da agricultura baiana. Desse período em diante, registraram-se sucessivas quedas nos preços internacionais dessas *commodities*, resultantes do crescimento de sua oferta mundial, com a entrada, no mercado, de novos países produtores, com menores custos médios e maiores rendimentos por hectare. Dentre os produtos baianos cujos preços caíram, citam-se: o cacau, que também foi atingido pela grave doença conhecida como “vas-soura de bruxa”; a mamona; o sisal; o fumo; o café; e o algodão. O forte declínio do cacau, principal cultura agrícola do estado na segunda metade dos anos 1980, ocorreu sem que outra lavoura a substituísse de imediato.

Assiste-se assim a uma total desestruturação do estado da Bahia: suas finanças desorganizam-se; seu patrimônio público – estradas, escolas, hospitais etc. – passa por um processo de desgaste; seu funcionalismo tem grandes perdas em termos reais.

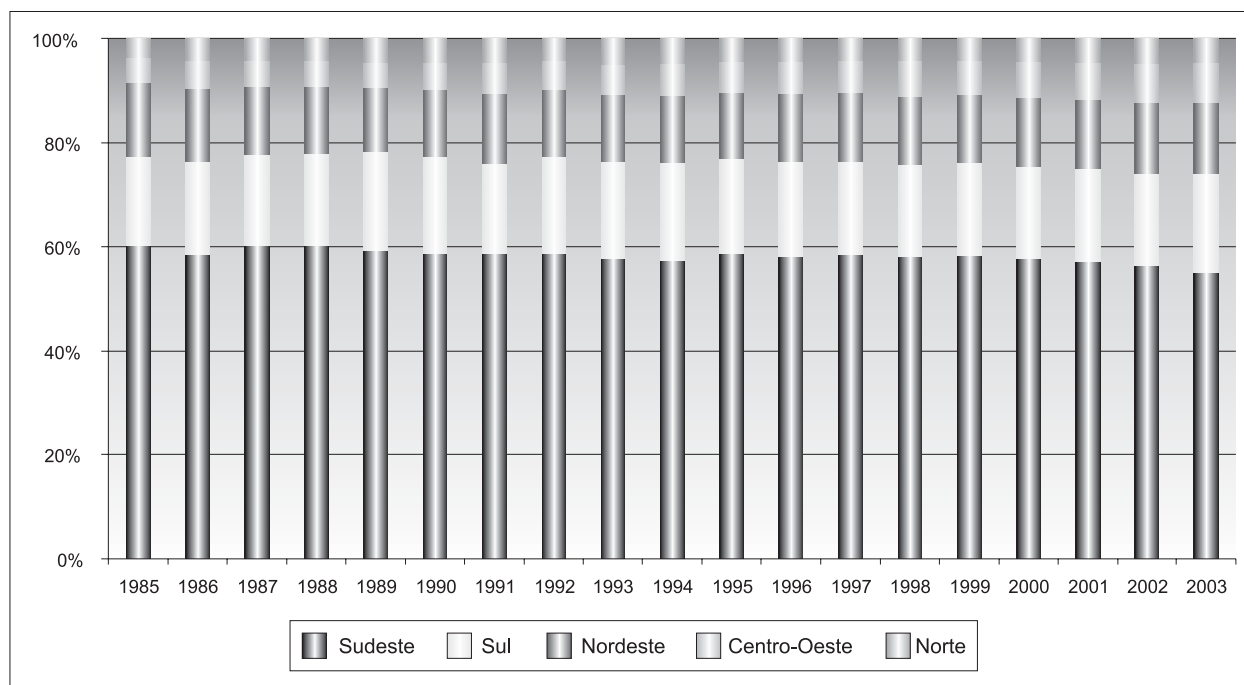
Os fatores sistêmicos da competitividade baiana

seguem na mesma direção da situação financeira do setor público, acima mencionado. A educação não apresenta grandes avanços, a concentração da renda aumenta, as estradas pioram de situação, o crescimento dos setores serviços e comunicações é lento etc.

Não obstante a crise nos dois principais setores da economia baiana (a agricultura tradicional e a petroquímica emergente), a política de redirecionamento da economia brasileira para o setor externo traz novos vetores de crescimento econômico para o estado e dá início a um processo de diversificação agrícola e interiorização da produção. Além disso, a petroquímica, graças à política de desvalorização cambial adotada pelo Governo Federal, consegue colocar no mercado externo parte de sua produção, diminuindo, dessa forma, os efeitos da queda das vendas para o mercado interno.

Assim, esse período, a despeito de se caracterizar como uma fase recessiva, é também aquele em que se verifica uma diversificação e interiorização de sua dinâmica, a saber: ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro-chefe;

Gráfico 3
Participação das grandes regiões no PIB
Brasil, 1985-2003



Fonte: IBGE/Departamento de Contas Nacionais do Brasil - CONAC

desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na Região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de hortifruti – laranja no Litoral Norte, especiarias no Recôncavo Sul; afirmação do papel e celulose no Extremo-Sul; florescimento do turismo, na faixa litorânea, com destaque para a região de Porto Seguro e o Litoral Norte; surgimento de novos empreendimentos do Complexo Agroindustrial, dinamizando e modernizando a produção agropecuária, dentre outros setores e processos com menor relevância. É importante salientar que esse processo só começa a ter impacto sobre o PIB a partir dos anos 1990.

Em conclusão, esse período, diferentemente do anterior, é marcado por uma redução da participação do PIB baiano no nacional, em consequência de ter-se estagnado o ritmo de crescimento da economia baiana (no cotejo com o período anterior, 1975/1985) e de se terem expandido fortemente outras áreas no Brasil, como o Centro-Oeste, incentivadas pela produção pecuária e agroexportadora, principalmente de grãos.

PERÍODO 3 (anos 1990): retomada do crescimento

Como dito anteriormente, a atual configuração socioeconômica da Bahia tem início a partir de meados da década de 1970, com o fortalecimento do cinturão industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS), particularmente com a entrada em operação do Pólo Petroquímico.

A expansão da economia baiana, alicerçada no desempenho industrial – principalmente com o incremento nas atividades da indústria de transformação e da construção civil, esta última grande geradora de emprego e renda –, acontece principalmente no período do pós II PND e prossegue até meados dos anos 1980, momento em que a crise que vinha atingindo a economia brasileira começa a afetar o desempenho baiano: registram-se, entre o final dos anos 1980 e o começo de 1990, taxas de crescimento mais modestas. Apesar disso, a Bahia foi um dos estados de melhor desempenho econômico naquela que é considerada a “década perdida” da economia brasileira.

O período compreendido entre 1992 e 2000 tem algumas características marcantes, como:

- crescimento econômico acompanhando a média nacional;
- consolidação e ampliação da indústria montada no primeiro período, ou seja, petroquímica e metalurgia;
- consolidação de setores que se beneficiaram com a política nacional de incentivo às exportações e que tiveram vantagens comparativas no estado, a exemplo da silvicultura, da produção de papel e celulose, dos frutos e grãos;
- alcance, pela agricultura, de um novo patamar de produção, com base na política nacional de incentivo às exportações iniciada no segundo período;
- esgotamento dos produtos tradicionais, a exemplo do fumo, que chegam ao fundo do poço, e esboço de recuperação dos níveis de produção de outros, graças às políticas dos Governos Estadual e Federal;
- surgimento de novos setores industriais, notadamente de bens finais, portadores de mudanças futuras na estrutura do estado e promotores de sua inserção na divisão nacional do trabalho;
- maior preocupação com o turismo local, que passa a operar em um patamar mais elevado, a partir de investimento do Governo Estadual e de programas nacionais com parceiros internacionais, a exemplo do PRODETUR.

O crescimento médio do PIB baiano correspondeu a 3,1% a.a. ou, em taxa acumulada, foi de 27,5%, no período de 1992 a 2000. Os setores agropecuário e industrial cresceram no mesmo patamar: 3,1% e 2,9% respectivamente. Outros segmentos, como o comércio e a comunicação, foram de grande destaque nesse período, alcançando um crescimento acumulado de 28,3% e 255,7%, respectivamente.

NOVO CENÁRIO NACIONAL

A mudança na política econômica nacional, o Plano Real, a abertura do mercado brasileiro e a reestruturação do governo estadual fizeram a economia voltar a crescer. Abriu-se um novo período de investimentos produtivos e a perspectiva de outro ciclo sustentado de crescimento, agora menos concentrado.

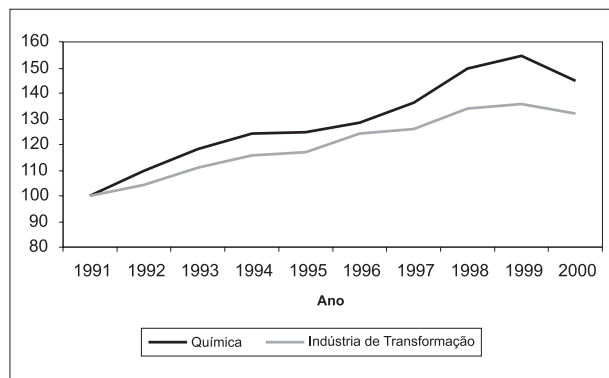
Antes de tudo, verifica-se um forte crescimento do comércio e do consumo nos primeiros três anos do

Plano Real, em função da estabilidade econômica e das facilidades de financiamento. Esse processo beneficiou mais fortemente as classes menos favorecidas, que representam a maioria da população baiana.

Em segundo lugar, ocorreu uma reestruturação dos principais setores do parque industrial baiano, que, como se sabe, é ainda pouco diversificado e concentra-se em setores internacionalmente competitivos: química e petroquímica, mineração e metalurgia, além de papel e celulose. A partir de 1994, além da celulose, a duplicação da Refinaria Landolfo Alves (RLAM) e da Central de Matérias-Primas do Pólo Petroquímico de Camaçari fizeram a produção voltar a crescer e, em consequência, cresceu também o PIB estadual, como mostram os Gráficos 4 e 5.

Gráfico 4

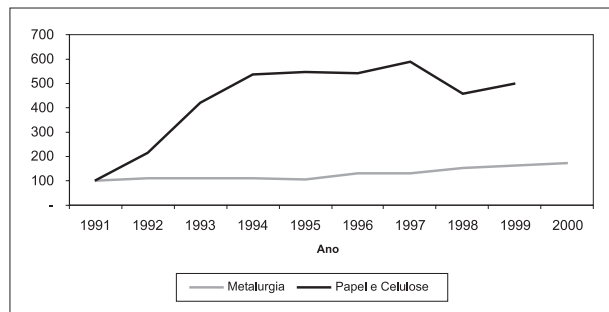
Taxa de crescimento acumulada da indústria química e indústria de transformação Bahia, 1991-2000



Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

Gráfico 5

Taxa de crescimento acumulada dos segmentos industriais de maior ascensão Bahia, 1991-2000



Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

Cabe também ressaltar o bom desempenho da indústria metalúrgica e a consolidação dos investimentos realizados na indústria de papel e celulose no Sul do estado, que resultaram em elevados crescimentos desses segmentos no referido período, como mostra o Gráfico 5.

Outro importante fator a ser destacado é que, somente em meados dos anos 1990, o processo de diversificação da produção, ocorrido na agricultura baiana a partir de fins dos anos 1980, como descrito anteriormente, começa a influenciar e determinar a formação do valor agregado agrícola e, consequentemente, do PIB baiano. Como mostra a Tabela 5, entre os anos de 1985 e 2000 dá-se uma profunda transformação na agricultura, com perda significativa da participação do cacau na formação do valor bruto da produção. Contribuindo com 36% em 1985, em 2000, o cacau tem um peso de apenas 6% no valor bruto da produção agrícola da Bahia.

É ainda nesse período que a crise dos produtos agrícolas tradicionais, como cacau, sisal, fumo, café, mamona, parece chegar ao pior resultado já registrado pelas pesquisas do IBGE, como pode ser observado no Gráfico 6.

No que diz respeito ao comércio exterior (Tabela 6), a competitividade da economia baiana fica evidente ao se verificar o significativo incremento do valor das exportações baianas, da ordem de quase 50% entre 1991 e 1998, a despeito das dificuldades com que se defrontaram as exportações brasileiras no período. A corrente de comércio (exportação + importação) cresce mais de 50%.

Na esfera governamental, a Bahia passou por um processo de reforma do estado desde 1991 e promoveu um ajuste administrativo, fiscal e financeiro. Os primeiros resultados foram o equilíbrio das finanças públicas estaduais – o que levou à recuperação do crédito público nacional e internacionalmente – e o fato de o estado passar a ter capacidade de gerar poupança interna e externa, abrindo assim a possibilidade de investimentos e de contar com programas de incentivos fiscais e financeiros.

Em conjunto, esses fatores viabilizaram múltiplos investimentos privados em novas áreas da atividade econômica, a exemplo dos segmentos industriais de bens de consumo populares, automobilístico, cerâmico e madeireiro/moveleiro, turismo etc. Esse movimento tem contribuído para a expansão e diversificação da economia, proporcionando uma maior integração industrial, com a abertura de novos horizontes que indicam um novo ciclo de crescimento.

Tabela 5**Participação dos principais produtos agrícolas, segundo o Valor Bruto da Produção Bahia, 1985-2000**

| Posição | 2000 | | 1985 | |
|----------|------------------|-------|------------------|-------|
| | Produtos | % | Produtos | % |
| 1º | Mandioca | 16,2 | Cacau | 36,2 |
| 2º | Cana-de-açúcar | 15,3 | Mandioca | 10,7 |
| 3º | Soja | 10,7 | Café | 9,2 |
| 4º | Feijão | 7,6 | Feijão | 7,1 |
| 5º | Café | 5,9 | Mamão | 4,4 |
| 6º | Milho | 5,9 | Algodão herbáceo | 4,4 |
| 7º | Cacau | 5,9 | Cana-de-açúcar | 4,1 |
| 8º | Mamão | 4,2 | Soja | 3,3 |
| 9º | Coco da baía | 4,0 | Milho | 3,2 |
| 10º | Manga | 3,5 | Mamona | 2,9 |
| 11º | Banana | 2,7 | Banana | 2,4 |
| 12º | Algodão herbáceo | 2,3 | Sisal | 2,3 |
| 13º | Laranja | 2,1 | Laranja | 2,1 |
| 14º | Maracujá | 2,0 | Tomate | 1,8 |
| 15º | Sisal | 1,8 | Coco da baía | 1,3 |
| 16º | Tomate | 1,5 | Arroz | 1,1 |
| 17º | Cebola | 1,1 | Fumo | 0,4 |
| 18º | Uva | 1,1 | Cebola | 0,4 |
| 19º | Mamona | 0,8 | Batata doce | 0,4 |
| 20º | Dendê | 0,7 | Caju | 0,3 |
| Subtotal | | 95,0 | Subtotal | 98,1 |
| Outros | | 4,8 | Outros | 1,9 |
| TOTAL | | 100,0 | TOTAL | 100,0 |

Fonte: SEI/IBGE

Tabela 6**Balança comercial****Bahia, 1991-2000**

(em U\$ bilhões)

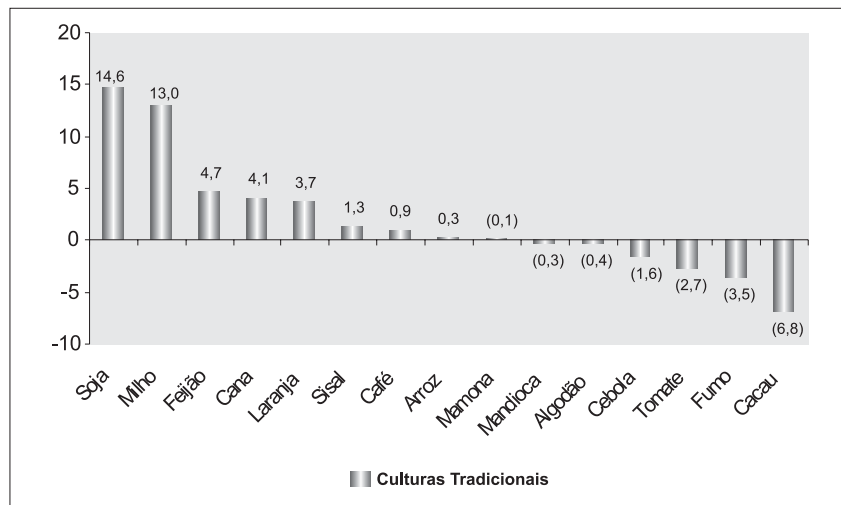
| Anos | Exportações | Importações | Saldos | Corr. De Com. |
|------|-------------|-------------|--------|---------------|
| 1991 | 1,277 | 632 | 645 | 1,909 |
| 1992 | 1,491 | 534 | 957 | 2,025 |
| 1993 | 1,45 | 615 | 835 | 2,065 |
| 1994 | 1,721 | 753 | 968 | 2,474 |
| 1995 | 1,919 | 1,208 | 711 | 3,127 |
| 1996 | 1,846 | 1,343 | 503 | 3,189 |
| 1997 | 1,868 | 1,59 | 278 | 3,458 |
| 1998 | 1,829 | 1,5 | 329 | 3,289 |
| 1999 | 1,581 | 1,467 | 114 | 3,048 |
| 2000 | 1,943 | 2,256 | -313 | 4,199 |

Fonte: PROMO – Centro Internacional de Negócios da Bahia

Concluindo, é possível afirmar-se que, do ponto de vista da geração do PIB, esse período se constitui no momento histórico em que foram lançadas as bases para um novo ciclo de expansão do produto baiano e para que se reestruture a composição desse indicador, sobretudo no que concerne ao peso que aí têm a agropecuária e a indústria.

PERÍODO 4 (2000-2005): manutenção do crescimento e consolidação industrial

A partir do ano 2000 começam a ser observadas mudanças na estrutura produtiva do estado da Bahia

Gráfico 6**Taxa de crescimento acumulada das principais lavouras
Bahia, 1991-2000**

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais

oriundas de dois fatores principais. Primeiro, a austera política macroeconômica colocada em prática pelo Governo Federal, priorizando a proteção da moeda contra desvalorizações, buscando uma meta inflacionária extremamente baixa. Utilizando-se do instrumental de controle da taxa de juros, a política econômica do Brasil priorizou o curto prazo, pondo fim definitivo no projeto nacional desenvolvimentista. Esse fato tem grande relevância para a análise da evolução do PIB, pois, como já mencionado, a Bahia, como unidade da federação brasileira, passou por grandes problemas nos setores demandantes de recursos (atrelados ao crédito de longo prazo, praticamente inexistente nesse período). Essa conjuntura prejudicou muito o desempenho do setor de serviços baianos, que aos poucos perdeu participação. Segundo, a política de atração de indústrias, que consolidou no estado uma montadora de veículos e seus sistemistas, grande geradora de valor agregado e outras tantas indústrias calçadistas, importantes geradoras de emprego. O empreendimento do Complexo *Amazon*, que trouxe uma unidade da Ford para a Bahia, gerou efeitos multiplicadores para a economia estadual. Como decorrência desse processo, vários sistemistas, inclusive de outros países, vieram para a Bahia e começaram a consolidar a indústria automobilística no estado. Em menos de cinco anos de operação, a montadora baiana já bateu recordes de produção, e

antecipou etapas, inicialmente previstas para 2006. A despeito disso, a “baianização” dos veículos ainda é pequena tal qual o montante de empregos diretos gerados *vis a vis* o montante dos investimentos, devido a grandes recursos tecnológicos utilizada na produção.

A reformulação das atividades industriais baianas, como parte de um plano de diversificação produtiva, alcançou maior impulso a partir de 2001, com o lançamento de uma política de atração de investimentos para estimular fluxos de produção e renda no estado. Segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio e Mineração do estado (BAHIA,

2006), foram realizados na Bahia, no período 1999-2005, cerca de R\$ 30,7 bilhões em investimentos industriais, responsáveis por aproximadamente 135 mil empregos diretos (Tabela 7). Merece destaque o fato de que 80% desses investimentos foram destinados à implantação de novas plantas industriais no estado, sendo, portanto, 20% outros destinados à reativação de plantas já existentes. Desta forma, vieram para a Bahia, entre 2000 e 2005, diversas indústrias de diferentes áreas. Dentre elas destacam-se, seja pelo valor do investimento, seja pela elevada geração de emprego e valor agregado: a FORD e seus sistemistas de produção, a VERACEL CELULOSE, atualmente maior produtora de celulose do mundo, a MONSANTO, com produção de fertilizantes, e diversas indústrias calçadistas, que são grandes geradoras de empregos. O destaque desse último empreendimento deve ser dado ao fato de ter permitido uma “interiorização” pelo território baiano.

O PIB da Bahia alcançou, nesse período, uma taxa média de 3,8% de crescimento, acumulando 20,3%. Ainda em relação à taxa acumulada, os grandes destaques ficaram por conta da indústria de transformação (40,5%), agropecuária (31,4%) e, em menor fôlego, o setor de serviços (11,6%). Conforme já observado na Tabela 4, toda a estrutura produtiva foi modificada, passando o setor industrial a responder por mais de 50% do valor agregado total da economia baiana em 2005.

Caso ocorra a formação de cadeias produtivas, com base nesses investimentos, poder-se-á assistir a um crescimento econômico distinto daquele ocorrido quando da implantação do Pólo Petroquímico nos anos 1970. Espera-se um processo menos concentrado e, portanto, com impactos positivos sobre os níveis de emprego, renda e demanda, podendo assim vir a alterar-se significativamente o setor do comércio e de serviços da RMS, com impactos positivos para o interior do estado.

Um outro aspecto que pode ser observado com a implementação dos novos arranjos produtivos é a mudança no perfil industrial da Bahia, que chegou em 2001 a concentrar mais de 57% da estrutura de sua indústria de transformação no segmento químico. A geração do valor agregado de uma indústria automobilística, além dos investimentos nas indústrias de papel e celulose e alimentos, têm contribuído para a diminuição na participação dessa estrutura, além de permitir à Bahia aumentar sua participação na geração do valor agregado nacional. A relação PIB-BA/PIB-BR passou de 4,1%, em 1995, para aproximadamente 5,0%, em 2005.

Esse aumento de participação possibilita, sobretudo, duas considerações especiais: a) primeiro, a Bahia apresentou no período um crescimento médio do PIB superior ao do Brasil (na média – 3,8% Bahia e 2,2% Brasil – no acumulado – 20,3% Bahia e

11,4% Brasil); e b) os investimentos alocados no estado proporcionaram uma elevação da base produtiva e da geração de valor agregado. Tais investimentos, além de se constituírem em impulso à indústria de transformação, são fundamentais para a competitividade – inclusive internacional – do estado.

Em relação a essa última observação, é importante destacar a evolução do comércio exterior da Bahia nesse período. Somente em 2005, o estado da Bahia atingiu o recorde de sua história econômica recente, quando suas exportações somaram aproximadamente US\$ 6 bilhões, expandindo-se 48% em relação a 2004 (Tabela 8 e 9). A título de informação, apenas para que se perceba a relevância do resultado estadual nesse mesmo período, as exportações brasileiras expandiram-se 23%.

Segundo dados do Centro Internacional de Negócios da Bahia (2006), a participação de produtos de média e alta tecnologia – que passaram a ser produzidos no estado a partir de 2001 – apresentou um incremento de, aproximadamente, 19% no total das vendas externas realizadas entre 2004 e 2005. Em função dessa diversificação da pauta de exportações, ampliaram-se as relações comerciais do estado com mercados não tradicionais, a exemplo do México e Venezuela, dois dos maiores compradores de automóveis produzidos em Camaçari, além de mercados em alta expansão como a China, Índia, Tailândia, Nigéria, Austrália e Israel.

Tabela 7
Investimentos industriais realizados
Bahia, 1999-2005

| Setores Produtivos | Valor (R\$ 1,00) | Empregos Diretos |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Agroalimentar | 1.380.613.142 | 26.482 |
| Atividade Mineral e Beneficiamento | 871.233.381 | 4.209 |
| Calçados/Têxtil/Confecções | 1.193.253.673 | 51.791 |
| Complexo Madeireiro | 11.743.348.258 | 15.265 |
| Eletroeletrônico | 291.876.673 | 7.325 |
| Metal-Mecânico | 5.489.259.913 | 12.221 |
| Outros | 871.911.287 | 3.115 |
| Químico-Petroquímico | 5.547.086.516 | 3.952 |
| Reciclagem | 6.716.500 | 221 |
| Transformação Petroquímica | 3.326.887.685 | 10.303 |
| Total | 30.722.187.027 | 134.884 |

Fonte: SICM

Tabela 8
Exportações segundo principais segmentos
Bahia, 2004/2005

| Segmentos | Valores (US\$ Milhões FOB) | | Variação (%) | Participação (%) |
|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|-----------------|---------------------|
| | 2004 | 2005 | | |
| Derivados de petróleo | 549.770,0 | 1.375.657,0 | 150,2 | 23,0 |
| Químicos e petroquímicos | 946.491,0 | 1.152.388,0 | 21,8 | 19,2 |
| Automotivo | 640.719,0 | 872.186,0 | 36,1 | 14,6 |
| Metalúrgicos | 384.872,0 | 578.294,0 | 50,3 | 9,7 |
| Papel e celulose | 277.775,0 | 434.363,0 | 56,4 | 7,3 |
| Soja e derivados | 335.547,0 | 377.174,0 | 12,4 | 6,3 |
| Cacau e derivados | 194.045,0 | 224.401,0 | 15,6 | 3,7 |
| Minerais | 103.588,0 | 154.801,0 | 49,4 | 2,6 |
| Frutas e suas preparações | 74.884,0 | 103.581,0 | 38,3 | 1,7 |
| Algodão e seus subprodutos | 60.299,0 | 96.112,0 | 59,4 | 1,6 |
| Café e especiarias | 68.065,0 | 89.054,0 | 30,8 | 1,5 |
| Couros e peles | 72.406,0 | 71.597,0 | -1,1 | 1,2 |
| Móveis e semelhantes | 45.327,0 | 68.236,0 | 50,5 | 1,1 |
| Sisal e derivados | 62.548,0 | 63.552,0 | 1,6 | 1,1 |
| Calçados e suas partes | 50.816,0 | 56.032,0 | 10,3 | 0,9 |
| Borracha e suas obras | 13.680,0 | 46.797,0 | 242,1 | 0,8 |
| Máqs., apars. E mat. Elétricos | 32.012,0 | 38.826,0 | 21,3 | 0,6 |
| Fumo e derivados | 16.699,0 | 18.613,0 | 11,5 | 0,3 |
| Pesca e aquicultura | 27.539,0 | 18.118,0 | -34,2 | 0,3 |
| Demais segmentos | 105.834 | 147.962,0 | 39,8 | 2,5 |
| Total | 4.062.916,0 | 5.987.744,0 | 47,4 | 100,0 |

Fonte: MDIC/Secex, Dados coletados em 11/01/2006
 Elaboração: Promo - Centro Internacional de Negócios da Bahia.

Tabela 9
Balança comercial
Bahia, 2000-2005

| Discriminação | (US\$ 1.000 FOB) | | | | | |
|----------------------|------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
| Exportações | 1.942.968 | 2.119.651 | 2.410.037 | 3.258.772 | 4.062.916 | 5.987.744 |
| Importações | 2.250.906 | 2.292.634 | 1.877.606 | 1.924.220 | 3.021.129 | 3.310.799 |
| Saldos | -307.938 | -172.983 | 532.431 | 1.334.552 | 1.041.787 | 2.676.945 |
| Corrente de Comércio | 4.193.874 | 4.412.285 | 4.287.643 | 5.182.992 | 7.084.045 | 9.298.543 |

Fonte: MDIC/SECEX

É importante mencionar que, a despeito de a Bahia ter uma política de atração de indústrias ativa, criando vantagens econômicas comparativas, como já mencionado, é limitada a participação no estabelecimento de diretrizes da política macro econômica, que são de-

terminadas pelo Governo Federal. A evolução do PIB na Bahia dependeu, depende e vai continuar a depender da situação prevalecente na conjuntura nacional, sendo esse indicador muito sensível às mudanças na política de Governo.

Em 2001, a economia baiana apresentou uma taxa de crescimento apenas satisfatória (aproximadamente 1,0%), pelas razões acima expostas, como reflexo de uma conjuntura bastante conflituosa. Crise de energia, desaceleração da economia norte-americana, crise na Argentina, ataques terroristas, desvalorização do Real marcaram negativamente esse período. Na Bahia, houve ainda uma intensa seca, que atingiu praticamente todos os estados da região Nordeste e prejudicou sensivelmente o desempenho do setor agropecuário, não se podendo esquecer de sua posição de destaque na estrutura do PIB.

Nesse cenário, o governo brasileiro foi obrigado a agir, primeiro, para tentar separar as imagens do Brasil e da Argentina; em segundo lugar, para manter a meta inflacionária, grande âncora do Plano Real e condição obrigatória dos acordos de ajuda monetária com o FMI. Esses compromissos praticamente *congelaram* a ação da política macroeconômica brasileira em 2001.

Para tentar equilibrar a economia frente a tantos problemas, o Governo foi obrigado a manter elevadas as taxas de juros internas. Na macroeconomia básica, um aumento na taxa de juros, em que pese a diminuição da liquidez da economia com redução na inflação, tem como reflexo imediato uma retração nos investimentos produtivos, que, por sua vez, diminuem a demanda agregada e paralisam a atividade interna. Em um cenário como esse, diminui a procura pelo crédito e a inadimplência aumenta. Sofrem os impactos dessa situação o comércio, que depende muito dos financiamentos de médio e longo prazo; a indústria, que é fomentada pelos investimentos produtivos e utiliza, praticamente, em sua totalidade, insumos importados (comprados em dólar); e outros setores, como os serviços, que, inevitavelmente, apresentaram diminuições nos indicadores de emprego e renda.

Em 2003, com a eleição do novo presidente que, ao longo de sua história política, tinha posições contrárias a política econômica que vigorava até então, esperava-se uma mudança nesse quadro de juros altos, para combater a inflação e segurar o câmbio. Esperava-se também o reinício de um projeto nacional desenvolvimentista, capaz de induzir crescimento econômico para todas as regiões do Brasil. Entretanto, o que se tem acompanhado é a manutenção das “regras do jogo”, em que o mercado continua impe-

rando de forma absoluta, e o cumprimento das metas de inflação é o único objeto da política econômica. Nesse cenário, fica difícil fazer qualquer prognóstico sobre o desempenho macroeconômico do país, que apresentou crescimento da economia em 2004, muito mais pela insuficiência da demanda agregada de 2003 do que pelo projeto colocado em prática.

Ou seja, enquanto vigorar essa política econômica, a agricultura da região Nordeste vai continuar a depender das chuvas para apresentar bons resultados e as atividades que dependem do crédito e do investimento de longo prazo vão continuar subordinadas ao “nervosismo do mercado” e à tradicional pouca vontade da iniciativa privada brasileira.

Finalmente – e esperando-se ter alcançado o objetivo proposto inicialmente, qual seja, mostrar os principais fatos que proporcionaram ou limitaram o crescimento econômico da Bahia entre 1975 e 2005 – poder-se-ia dizer que política industrial, crise e recessão, retomada do crescimento e nova configuração industrial são as expressões que, respectivamente, melhor caracterizam cada um dos períodos aqui delimitados: 1975/1986, 1986/1992 e 1992/2000, 2000/2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode ser observado, a economia baiana passou por diferentes ciclos de crescimento do PIB. No primeiro deles (1975-1986), a atividade industrial, principalmente derivada da indústria de transformação e da construção civil, foi a grande responsável pelo resultado do PIB com um detalhe. Dentro da estratégia de desenvolvimento regional oriunda do II PND, houve a consolidação de um Pólo Petroquímico, complementar às indústrias instaladas no eixo Sul-Sudeste do país. A forma como se deu o processo de industrialização do estado da Bahia impulsionou também o setor de serviços, atraindo milhares de trabalhadores para a RMS. Tanto assim que, mesmo com a pujança do crescimento industrial, como se observou pelos números da Tabela 4, o setor de serviços detinha a predominância na geração de valor agregado.

Com o esgotamento do modelo de substituição das importações e o fim da estratégia de crescimento para “dentro”, houve uma crise sem precedentes

na história econômica recente do Brasil, resultando em um período de estagnação econômica, crise fiscal e financeira do estado, combinados com altas taxas de inflação. Mesmo que tardiamente, em relação a outros estados do Brasil, essa situação desaqueceu a economia baiana altamente especializada na produção de intermediários voltados para abastecimento das indústrias do Sudeste do país. Para piorar houve o esgotamento de tradicionais produtos agrícolas baianos (como o cacau, fortemente prejudicado pela praga da vassoura de bruxa, e a quase estagnação na produção de fumo do Recôncavo). Com a diminuição da atividade industrial, aumentou o desemprego, concentrado principalmente na RMS, e praticamente cessaram os investimentos para o estado da Bahia. No período 1986-1992, a economia baiana cresceu apenas 0,1% em média.

O período 1992-2000 se caracteriza por uma maior diversificação produtiva e interiorização da produção no território baiano (processo que começou no final da década de 1980 e início dos anos 1990 e ganhou impulso desde então). Nesse período ocorreu, com maior ênfase, a ocupação dos cerrados com a produção de grãos, tendo na soja seu carro-chefe; desenvolvimento de projetos de irrigação, principalmente na Região de Juazeiro, com a produção de frutas para exportação e o cultivo de *hortifruti* – laranja no Litoral Norte, especiarias no Recôncavo Sul; afirmação do papel e celulose no Extremo-Sul; florescimento do turismo na faixa litorânea, com destaque para a região de Porto Seguro e o Litoral Norte; surgimento de novos empreendimentos do Complexo Agroindustrial, dinamizando e modernizando a produção agropecuária, dentre outros setores, e processos com menor relevância. A entrada em vigor do Plano Real (julho 1994) foi acompanhada de uma ausência total de um plano nacional desenvolvimentista e uma “obsessão” excessiva pelo controle inflacionário, à custa da valorização cambial e de elevadas taxas de juros (fato que se intensificou muito a partir dos anos 2000). Essa situação fez com que aumentasse a necessidade da intervenção das políticas estaduais, capazes de dinamizar a economia e promover uma atenuação do desemprego.

Não houve, nesse período, um setor líder na expansão do PIB. Como se observou na Tabela 1, agropecuária, indústria e serviços cresceram 3% em

média entre 1992 e 2000, mesma tendência, em que pese a tautologia, seguida pelo PIB (3,1%). Não obstante a conjuntura nacional desfavorável, o setor de serviços permanecia, até essa época, como mais importante na geração de valor agregado do PIB estadual baiano.

A partir do ano 2000 iniciou-se um novo paradigma: a busca por “novas” indústrias, principalmente, mediante isenções fiscais. Essa estratégia propiciou um grande aporte de investimentos industriais, diversificando a base produtiva baiana. Vieram para a Bahia diversos segmentos industriais, seja por razões fiscais, seja por estratégia industrial, ou ainda por vantagens locacionais. O setor industrial mais uma vez retomava a liderança na geração do PIB com outro detalhe importante. Diferente do período 1975-1986, em que o dinamismo industrial impulsionou o setor de serviços, principalmente, porque a indústria de transformação era nascente, e tal qual a construção civil, que se expandiu muito nesse período, promoveu uma grande geração de emprego e renda, desenvolvendo o setor de serviços; no período 2000-2005, o crescimento do setor industrial “achatou” o de serviços. As explicações se respaldam tanto na conjuntura nacional, com a ausência de políticas econômicas de desenvolvimento e submissão total ao controle inflacionário via taxa de juros como, no campo estadual, pelo fato de que o principal empreendimento “baiano” desse período (leia-se a indústria montadora de veículos) era altamente intensivo em capital e pouco gerador de empregos diretos.

Os primeiros resultados da SEI apontam, para 2006, uma manutenção no crescimento do PIB, ainda que em taxas decrescentes. Ainda é cedo para dizer quando esse “modelo de crescimento” vai se esgotar, mas o certo que é a Bahia, como periferia do capitalismo mundial, certamente, precisará de outro “coelho na cartola”.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. *Investimentos Industriais da Bahia no período 1999-2005*. Disponível em: <<http://www.sicm.ba.gov.br>>. Acesso em: 23 jun. 2006.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Quatro cantos da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC. Superintendência

de Planejamento Estratégico, 2001. 110 p. (Série estudos estratégicos, n. 4).

CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz de; PESSOTI, Gustavo Casseb; PEREIRA, Ítalo Guanaís Aguiar. Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB – 1975/2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dez anos de economia baiana*. Salvador: SEI, 2002. p. 7-23. (Série estudos e pesquisas, 57).

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Resultados do comércio exterior da Bahia*. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 4 jun. 2006.

IBGE. *Contas regionais do Brasil 1985-2002*. Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v. 13.

_____. *Contas regionais do Brasil 2003*. Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. v. 6.

_____. *Pesquisa agrícola municipal*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2005.

_____. *Pesquisa industrial mensal de produção física*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

FAGUNDES, Maria Emília M. Investimentos em infra-estrutura. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 57-92. (Série estudos estratégicos).

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. Estratégia para o desenvolvimento da indústria na Região Metropolitana de Salvador. In: AVENA, Armando (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002. p.149-204.

LIMA, Carmen Lúcia Castro. Evolução do valor agregado do setor de comunicação no estado da Bahia entre 1976 e 2000: fatos relevantes. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000*: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI 2002. p.143-147. (Série estudos e pesquisas, 58).

MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana In: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 23-56. (Série estudos estratégicos).

NASCIMENTO, Carla Janira Souza do. O setor industrial baiano sob a ótica do PIB. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000*: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p. 117-124. (Série estudos e pesquisas, 58).

PESSOTI, Gustavo Casseb; PEREIRA, Ítalo Aguiar. Uma breve análise sobre o setor de serviços na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000*: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p. 125-128. (Série estudos e pesquisas, 58).

PORTO, Edgard. Desenvolvimento Regional na Bahia. In: AVENA, Armando (Org.). *Bahia século XXI*. Salvador: SEPLANTEC, 2002. p. 97-128.

ROCHA, Ana Georgina et al. A agropecuária baiana: principais fatos do período 1975/2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000*: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p. 111-116. (Série estudos e pesquisas, 58).

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do Século XXI*. 1. ed. São Paulo: Record, 2005.

SANTOS, Maria de Lourdes Caíres dos; GÓIS, Zélia Maria de C. Abreu. Desempenho do comércio baiano. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000*: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p. 129-134. (Série estudos e pesquisas, 58).

SIMÕES, Ana Margaret Silva. *Alojamento, alimentação e transportes na Bahia*. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000*: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p.135-142. (Série estudos e pesquisas, 58).

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A implantação de distritos industriais como política de desenvolvimento regional: o caso da Bahia. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador: UNIFACS, v. 3, n. 4, p. 27-47, jul. 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB da Bahia*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2006.

UDERMAN, Simone. Perspectivas industriais. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnológica. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 93-176. (Série estudos estratégicos).

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro; SOUZA, Roberta Lourenço. PIB baiano: uma análise do período 1975-2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS DA BAHIA. *O PIB da Bahia 1975-2000*: metodologia unificada e análises setoriais. Salvador: SEI, 2002. p. 103-110. (Série estudos e pesquisas, 58).

Inserção da mulher no mercado de trabalho: uma análise realizada na Região Metropolitana de Salvador

Monica dos Santos*
Lúcio Flávio da Silva Freitas**
Fábio Batista Mota***

Resumo

Este artigo analisa a inserção da mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com dados do ano de 2005. Os dados da pesquisa foram fornecidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) RMS. São feitas considerações teóricas e realizadas inferências estatísticas por meio de dois instrumentos, uma regressão por mínimos quadrados ordinários, que calcula a taxa de retorno do investimento em capital humano, e um modelo *Logit* que retorna a probabilidade de uma mulher com parâmetros médios estar ocupada com carteira assinada ou em situação de vulnerabilidade. A taxa de retorno da educação foi estimada em 19% de crescimento na renda para cada ano adicional de estudos. A probabilidade de admissão formal da mulher, com atributos pessoais iguais às médias amostrais, foi estimada em 39%.

Palavras-chave: mercado de trabalho, inserção feminina, capital humano, taxa de retorno, educação.

Abstract

This paper analysis woman's participation in the labor market in the Metropolitan Area of Salvador (MAS), based on data from 2005. The research data was offered by the MAS Employment and Unemployment Research – PED. Theories are elaborated and statistical inference accomplished by means of two instruments: the regression by ordinary least squares which calculates the return rate of human capital investment, and the Logit model which gives the probability of an average women having a registered occupation or being in a vulnerable situation. We estimated a 19% income growth per additional school year. The probability a woman will be formally contracted based on personal attributes was estimated in 39%.

Key words: labor market, woman's insertion, human capital, return rate, education.

INTRODUÇÃO

As mulheres estão mostrando a cada dia que passa sua capacidade de realizar funções nunca antes imaginadas pela população, principalmente pelo público masculino. A despeito de ainda existir muito preconceito quanto a sua participação no mercado, atualmente elas ganham cada vez mais espaço. O tra-

balho em questão tem o objetivo de analisar a inserção da mulher no mercado de trabalho na região metropolitana de Salvador no ano de 2005, fazer uma comparação entre os salários de homens e mulheres, avaliar sua participação quanto a: posição na família, filhos menores de 10 anos, escolaridade média e idade média das mulheres ocupadas ou não ocupadas da população economicamente ativa.

* Mestranda em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). monicatere@gmail.com

** Mestrando em Economia da UFBA e bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). lucioffreitas@yahoo.com

*** Mestrando em Economia da UFBA e Pesquisador do Programa Economia da Saúde (PECS/ISC/UFBA). motafb@hotmail.com

Pesquisas realizadas anteriormente indicam que, na década de 1980, a participação da mulher no mercado de trabalho objetivava a manutenção do nível de renda da família, uma vez que houve perda de poder aquisitivo do chefe da família. Em nossos dias, percebe-se que o aumento da oferta de mão-de-obra feminina se deu principalmente em razão de mudanças comportamentais, tais como, o desejo de maior independência financeira, maior ambição profissional, que entre outras coisas levaram à maior predisposição da mulher ao trabalho e sua aceitação pelos empregadores.

Ressalta-se, entretanto, que a presença feminina no mercado de trabalho é ainda marcada pela ocupação informal e remuneração desigual, menor comparativamente à remuneração média masculina. Com o intuito de apresentar uma análise mais detida acerca dessas especificidades, apontando suas possíveis causas, este artigo divide-se em três partes além desta introdução. Na primeira delas procura-se traçar um panorama da inserção feminina no mercado de trabalho da região metropolitana de Salvador. Neste momento são oferecidas estatísticas descritivas e levantadas algumas questões, respondidas nas seções seguintes, e realizadas as primeiras incursões no tema da ocupação feminina. Na segunda, são expostas as considerações teóricas e metodológicas sobre a economia do trabalho, que fundamentam as inferências realizadas na seção seguinte. Na terceira parte, essas inferências são testadas empiricamente, mediante o uso de dois instrumentos econométricos, uma regressão por mínimos quadrados ordinários, que calcula a taxa de retorno do investimento em capital humano, especificamente do investimento em educação, e um modelo *Logit* que retorna a probabilidade de uma mulher com parâmetros médios estar ocupada com carteira assinada ou em situação de vulnerabilidade. Finaliza-se a exposição com as Considerações Finais.

O exercício empírico foi elaborado sobre os dados disponibilizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Esta pesquisa segue orientação metodológica do Seade-Dieese e desde julho de 1996 é realizada em convênio com a Superintendên-

cia de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Transporte (Setras), e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS

Considerando-se a educação formal, a mão-de-obra feminina é, em média, mais qualificada

No final do ano de 2005, a participação da mulher na força de trabalho de Salvador era de 45,6%, com rendimento máximo de R\$ 15.584,00 e rendimento médio de R\$ 671,00, valor que representou apenas 64% do rendimento médio masculino. Entretanto, considerando-se a educação formal, a mão-de-obra feminina é, em média, mais qualificada. Esta aparente contradição motivou uma investigação mais rigorosa da presença feminina no mercado de trabalho, em particular no tocante aos determinantes de seu rendimento médio, taxas de retorno da educação e capital humano. Para tanto, neste estudo, serão consideradas as mulheres residentes na RMS em idade e população economicamente ativa. A proposta é apresentar um diagnóstico da participação das mulheres na força de trabalho local.

No intuito de compreender melhor a amostra disponível, foram calculadas algumas estatísticas descritivas resumidas na Tabela 1.

A mera distinção por cor e gênero permite a identificação de algumas particularidades da amostra em questão. Em primeiro lugar, há indícios que confirmam a tendência observada nos últimos anos de que a qualificação da mulher, medida em anos de estudo, tende a superar a do homem. O mesmo não ocorre com o rendimento médio da atividade principal, de R\$ 601,71 para elas e R\$ 939,88 para eles. A única estatística que não pode ser aceita como distinta entre homens e mulheres – vide o teste *t* – é aquela referente à variável tempo de permanência no emprego atual. A princípio, este resultado parece ir de encontro à tese comumente defendida, a saber, de que há significativa diferença no tempo de permanência no emprego das mulheres em relação aos homens, devido a fatores relacionados à natureza da mulher, como, por exemplo, a decisão de ter filhos, que implicaria na ausência temporária do mercado de trabalho.

Tabela 1
Médias de variáveis escolhidas por atributos pessoais
RMS, 2005

| Atributos | Mulher negra | Homem negro | Estatística t | Mulher branca | Homem branco | Estatística t |
|----------------------------------|-----------------|----------------|---------------|------------------|-----------------|---------------|
| Rendimento médio* | 521,49 | 809,59 | -20,31 | 1.092,14 | 1.705,92 | -10,30 |
| Escolaridade média** | 9,13 | 8,42 | 17,75 | 11,44 | 10,87 | 5,82 |
| Tempo de permanência no emprego* | 5,65 | 5,85 | -0,06 | 6,85 | 7,42 | -0,07 |
| Idade média** | 33,42 | 33,91 | -3,79 | 35,37 | 36,51 | -3,23 |

Fonte: PED/RMS, 2005

*dos ocupados

** no mercado de trabalho = ocupados + desempregados.

Contudo, o resultado apresentado pelo teste t não permite ratificar ou negar a referida tese. Apenas indica, com base na amostra da PED na RMS, que as diferenças no tempo de permanência no emprego entre homens e mulheres não é significativa. Há estudos, por exemplo, que indicam: “os homens tendem a ter uma maior rotatividade do que as mulheres em todos os setores, menos na construção civil (setor 2, onde provavelmente o número de mulheres é muito reduzido)” (MENEZES; PICHETTI; FERNANDES, 2002, p. 21). Ou seja, do mesmo modo que há fatores que *a priori* permitiriam afirmar uma menor permanência das mulheres no emprego, sobretudo os que se relacionam à natureza feminina, há também aqueles que permitiriam indicar uma menor duração do emprego para os homens. Neste sentido, o resultado final, que confirmaria ou negaria a tese supracitada, não pode ser aquele derivado do argumento que faz o tempo de permanência no trabalho da mulher uma função da natureza feminina, mantendo-se constantes todos os outros fatores, mas sim aquele que inclui outras variáveis explicativas relevantes, cujo impacto poderia, entre outras coisas, desmistificar aquela tese. Assim, não obstante a importância do tema, no que tange à inserção da mulher no mercado de trabalho, não é nosso objetivo entrar nos pormenores deste debate, que, por sua complexidade, demandaria um estudo à parte.

Na RMS, das 18.721 mulheres no mercado de trabalho, entrevistadas pela PED em 2005, 13.517 ou 72% estavam ocupadas; dessas 3.321 ou 25% eram chefes de família. Da Tabela 1 também se apreende que os rendimentos médios dos homens e mulheres negras são menores frente aos rendimentos dos não

negros. Duas hipóteses são levantadas para explicar o fenômeno observado. Um elemento é a diferenciação social histórica que ocorreu no país em desfavor dos negros, e que ainda hoje deixa reflexos na composição da pirâmide social brasileira. Obviamente, há uma relação direta entre renda e as externalidades derivadas do acúmulo de capital humano, que é, maiormente, determinada pela capacidade de inversão, no caso, em educação. Estudos empíricos revelam, por exemplo, que a escolaridade dos pais é um elemento importante do desempenho escolar dos filhos (MINCER, 1981). No caso do Brasil, que apenas há pouco mais de um século abandonou o sistema escravagista, é de se esperar que o tempo decorrido ainda não tenha sido o suficiente para democratizar o acesso aos bens públicos.

Outro elemento que não se descarta é a existência do preconceito contra as mulheres e quanto à cor da pele. Um estudo recente, elaborado pelo DIEESE com base em dados de Pesquisas de Emprego e Desemprego (PED) nas maiores regiões metropolitanas do país, expôs alguns traços do mercado de trabalho nacional. Em primeiro lugar, a intensidade de participação na força de trabalho, evidenciada pela taxa de ocupação, é maior entre as mulheres negras que entre as não negras, entretanto, seus rendimentos são significativamente menores. Um esclarecimento para o fenômeno pode ser encontrado na maior presença dos negros em situação de vulnerabilidade¹ no mercado de trabalho – que os dei-

¹ Vulnerabilidade inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos.

xa mais sujeitos à exploração, ao mesmo tempo em que não possuem meios de garantir seu bem-estar, a não ser mediante maior dedicação e submissão em alguma medida. O Gráfico 1 traz a proporção dos ocupados por atributos pessoais e em situação de vulnerabilidade.

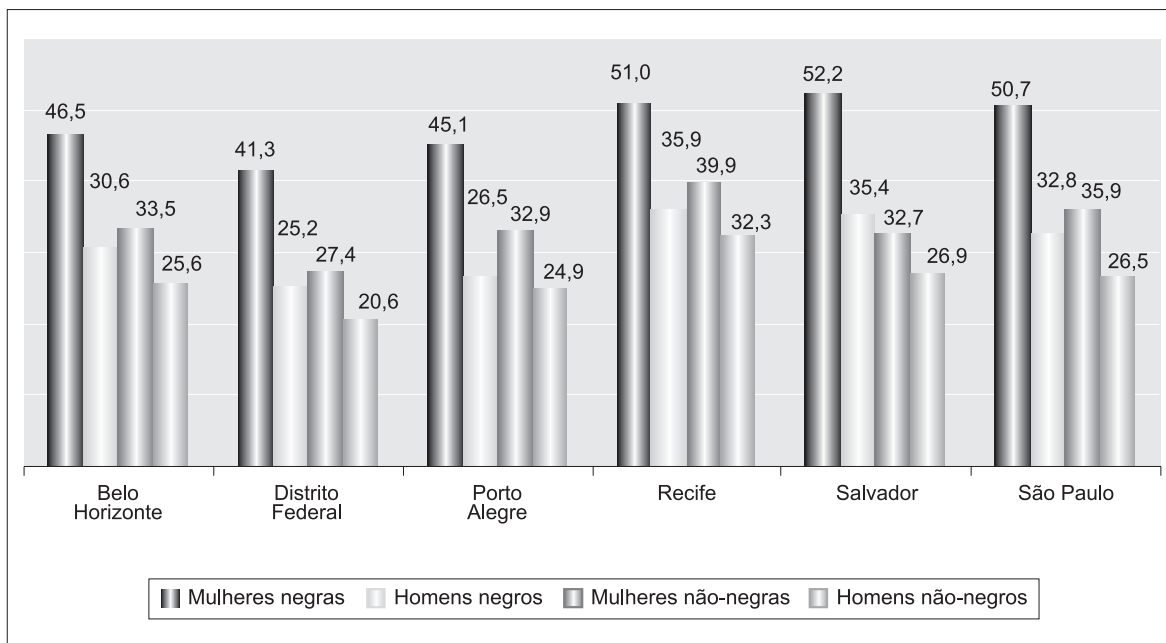
Por fim, há que se observar que o mercado de trabalho para as mulheres na RMS constitui-se principalmente de cargos de baixa exigência quanto à qualificação e educação formal, como evidenciado na Tabela 2. É claro que isso tem impactos relevantes sobre a taxa de retorno da educação no rendimento médio. Como diz Jacob Mincer (1981, p. 1, tradução nossa):²

Empregadores pagam salários mais elevados a trabalhadores mais educados³ porque suas habilidades e produtividade são vistas e experimentadas como maiores que a dos trabalhadores menos educados. Na ausência de fortes barreiras à oferta, o diferencial salarial se traduz em uma taxa de retorno comparável àquelas alternativas dadas entre outros investimentos e o investimento em capital humano. Aumentos na demanda em favor de trabalhadores mais educados elevam a taxa de retorno da educação, induzindo crescimento nas matrículas até que o retorno elevado seja reduzido de volta a um nível de equilíbrio. Crescimentos autônomos na oferta, sem alterações na demanda, reduzem a taxa de retorno da educação tornando a oferta auto limitada.

Seguindo os preceitos da economia neoclássica, o capital humano deve ser mais bem remunerado onde

Gráfico 1

Proporção dos ocupados negros e não negros em situação de vulnerabilidade⁽¹⁾, por sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, 2004-2005



Fonte: DIEESE, 2005

Notas: (1) Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos. (2) Cor negra = pretos + pardos. Cor não-negra = brancos + amarelos.

² *Employers pay higher wages to the more educated workers because their skill and productivity are seen and experienced as greater than that of less educated workers. In the absence of strong barriers to supply, the wage differential translates into a rate of return comparable to those on alternative human or other investments. Increases in demand favoring more educated workers raise the rate of return of schooling, inducing growth of enrollments until the increased return has been reduced back to an equilibrium level. Autonomous increases in supply, given no changes in demand, reduce the rate of return to education and thus become self-limiting.*

for menos abundante, pois aí sua produtividade marginal será mais elevada. Como dito, a taxa de retorno do capital humano é comparável a qualquer taxa de retorno de outro tipo de investimento, contudo, suas externalidades são de difícil mensuração.

³ Com maior nível de escolaridade.

Tabela 2**Principais agrupamentos de ocupações exercidas pelas mulheres no mercado de trabalho (%)****RMS**

| Principais ocupações | Percentual | Acumulado |
|--|------------|-----------|
| Camareiras, domésticas e babás | 16,1 | 16,1 |
| Desempregadas com bico | 6,7 | 22,8 |
| Vendedoras e vendedores de jornais e revistas | 5,0 | 27,8 |
| Baleiras, bilheteiras, doceiras e feirantes | 4,2 | 32,0 |
| Faxineiras, lixeiras e serventes | 4,1 | 36,1 |
| Professoras de ensino fundamental | 4,1 | 40,2 |
| Cozinheiras | 4,0 | 44,2 |
| Assistentes administrativas | 3,3 | 47,4 |
| Auxiliares de escritório e de serviços administrativos | 2,9 | 50,3 |
| Atendentes de bar e garçonetes | 2,7 | 53,0 |
| Administradoras e gerentes de serviços | 2,7 | 55,7 |
| Secretárias | 2,7 | 61,0 |
| Costureiras | 2,7 | 61,0 |
| Lavadeiras e passadeiras | 2,6 | 63,7 |
| Auxiliares de contabilidade, caixas e pagadoras | 2,5 | 66,2 |

Fonte: CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES (2003, p. 91).

Nota: Cálculos realizados com base na PED/RMS, dados de out. 1996 a dez. 2000.

Deve-se observar que as atividades listadas acima não esgotam todas as possibilidades de ocupação ou não ocupação, uma vez que contêm 66,2% das mulheres e não sua totalidade. Outra questão que fica clara na Tabela 2 é que a presença feminina no mercado de trabalho é ainda marcada pela situação de vulnerabilidade. A Tabela 3 explicita esta condição.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Os dados obtidos junto à PED permitem inferências a respeito da remuneração do mercado segundo o nível de escolaridade do trabalhador. A teoria econômica afirma que a produtividade marginal do trabalho é o fator determinante do salário, que assim

Tabela 3**Posição na ocupação feminina, por percentual e percentual acumulado****RMS, 2005**

| Posição na ocupação | Frequência | Percentual | Acumulado |
|---------------------------------|--------------|------------|-----------|
| Desempregadas | 5205 | 27,8 | 27,8 |
| Assalariada privada c/ carteira | 3989 | 21,3 | 49,1 |
| Assalariada privada s/ carteira | 1374 | 7,3 | 56,4 |
| Assalariada setor público | 2107 | 11,3 | 67,7 |
| Assalariada não sabe | 4 | 0 | 67,7 |
| Autônoma lida c/ público | 2406 | 12,9 | 80,6 |
| Autônoma empresa | 347 | 1,9 | 82,4 |
| Empregadora | 376 | 2 | 84,4 |
| Domésticas mensalistas | 2288 | 12,2 | 96,7 |
| Domésticas diaristas | 319 | 1,7 | 98,4 |
| Trabalhadora familiar | 135 | 0,7 | 99,1 |
| Outras | 89 | 0,5 | 99,6 |
| Dona negócio familiar | 82 | 0,4 | 100 |
| Total | 18721 | 100 | |

Fonte: PED/RMS, 2005

equipara-se à contribuição econômica do trabalhador para a firma e para o sistema produtivo. Os principais estudos de natureza microeconômica dos rendimentos auferidos, baseados em capital humano, são derivados do pioneirismo de Jacob Mincer, Gary Becker e Theodore Shultz, todos economistas americanos. Segundo esses teóricos, o principal componente do capital humano é a escolaridade, contudo vários fatores concorrem para a qualificação do trabalhador, em especial a experiência, baseado no argumento do *learning by doing* (MINCER, 1981, BECKER, 1993, SHULTZ, 1975).

A estimação da taxa de retorno da escolaridade para as mulheres ocupadas da Região Metropolitana de Salvador é um exercício relativamente simples. Se H representa o capital humano, então:

$H = e^{\theta(s,x)}$, onde θ é a eficiência do trabalhador em função de s que representa a escolaridade medida em anos de estudo e x a experiência em anos.

A taxa de retorno representada em θ pode ser estimada seguindo a equação de Mincer, dada por:

$\ln \text{renda} = \hat{\alpha}_0 + \hat{\alpha}_1 s + \hat{\alpha}_2 X + \hat{\alpha}_3 X^2 + v$. Onde v é o termo de erro aleatório.

Aplica-se então o método dos Mínimos Quadrados Ordinários para a equação acima, fica subsumida a hipótese de perfeita informação no mercado de trabalho. Conquanto exista a possibilidade de inclusão de outras variáveis, estas serão também consideradas.

Uma segunda investigação visa levantar os determinantes da contratação formal na RMS. Para tanto, estima-se um modelo Logit, em que a variável dependente (Y) é uma *dummy* que assume o valor 1, para mulheres com carteira assinada (inclui: Assalariada privada c/ carteira; Assalariada setor público) e 0 para trabalhadoras em situação de vulnerabilidade (inclui: Assalariada privada s/ carteira; Assalariada não sabe; Autônoma lida c/ público; Autônoma empresa; Domésticas mensalistas; Trabalhadora familiar; Outras). O modelo Logit assume que a probabilidade de um evento relaciona-se linearmente com seus parâmetros, entretanto a função densidade de probabilidade acumulada, no caso a função logística, não.

Formalmente:

$$P_i = E(Y=1 | X) = \frac{1}{1 + e^{-Z}}, \text{ onde:}$$

Y = Mulheres com carteira assinada assumindo valor (1) e mulheres ocupadas em situação de vulnerabilidade assumindo valor (0), sendo esta uma variável *dummy*.

$$Z = \hat{\alpha}_0 + \hat{\alpha}_1 X_1 + \hat{\alpha}_2 X_2 + \hat{\alpha}_3 X_3 + \hat{\alpha}_4 X_4 + \hat{\alpha}_5 X_5 + \hat{\alpha}_6 X_6 + \varepsilon_i$$

X = vetor das variáveis explicativas;

X_1 = renda;

X_2 = anos de escola;

X_3 = cor, onde 0 para negros e 1 caso contrário (A variável cor é também uma *dummy*);

X_4 = idade;

X_5 = nº filhos menores de 10 anos;

X_6 = posição na família, onde 1 identifica o chefe de família e 0 caso contrário (sendo esta outra *dummy*);

ε_i é o termo de perturbação ou erro.

Tomando o logaritmo natural da razão $P_i / (1-P_i)$, então:

$$\ln P_i / (1-P_i) = Z = \hat{\alpha}_0 + \hat{\alpha}X$$

Em que $\hat{\alpha}$ é o vetor dos parâmetros de inclinação estimados e $\hat{\alpha}_0$ o parâmetro de intercepto.

A regressão linear é estimada por máxima verossimilhança. A escolha das variáveis de Z se justifica, na medida em que: a renda do trabalho aparece nos modelos teóricos como um determinante importante da oferta de trabalho e tem sido usada de forma sistemática nos estudos sobre o mercado de trabalho. O maior nível de escolaridade também contribui para as mulheres terem mais oportunidades de trabalho e acesso a maior nível de renda, configurando-se em importante componente do capital humano. A inclusão da idade das mulheres permite a avaliação do impacto dessa variável na probabilidade de se posuir carteira de trabalho assinada. Espera-se, com base em estudos anteriores, que quanto maior a idade da mulher, maior a probabilidade de admissão formal (PERPÉTUO; WAJNMAN, 1997). Naturalmente, esta variável relaciona-se intimamente à formação do capital humano e, em função do ciclo de vida, à disposição ao trabalho. A *dummy* cor identifica a eventual existência de privilégios na contratação por carteira assinada em função da cor da mulher. Já a posição de chefe de família tende impelir a mulher a se engajar no mercado de trabalho, dada a

bilidade sobre o sustento dos dependentes (CARRERA-FERNANDEZ; MENEZES, 2003). A mesma justificativa é válida para a inclusão da variável número de filhos menores de 10 anos.

RESULTADOS OBTIDOS

Taxa de retorno da educação

Os resultados da equação de Mincer, estimada por MQO, após correção de heterocedasticidade por White, são:

$$\ln(\text{renda}) = 3,5744 + 0,1896(s) + 0,0460(x) - 0,0004(x^2)$$

$$\sigma \quad (0,034) \quad (0,002) \quad (0,002) \quad (0,000)$$

$$R^2 = 0,33$$

Durbin Watson = 1,95 e estatística $F = 1810,996$.

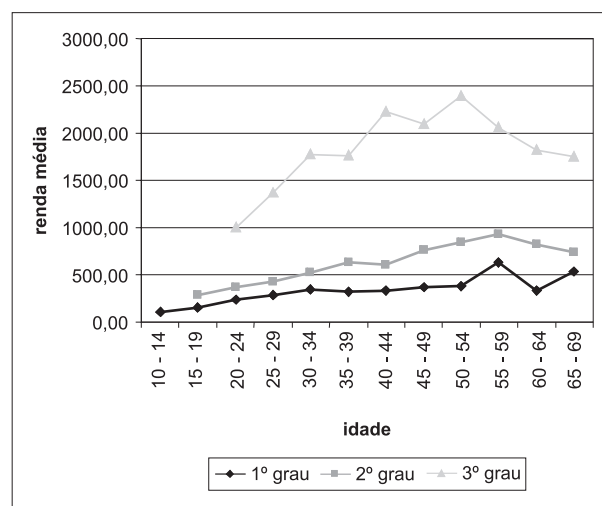
O coeficiente associado à escolaridade (s), foi calculado em 0,19. Logo, pode-se inferir que a cada ano de estudo adicionado à formação média da mulher corresponde um aumento na renda média de 19%. Também se percebe que a experiência, embora contribua positivamente para o aumento na renda, 4,6% a cada ano a mais no mercado de trabalho, há um ponto máximo a partir do qual passa a contribuir negativamente para a renda.

A razão econômica deste resultado é de fácil intuição. Em primeiro lugar, é natural que a ascensão de cargo em qualquer profissão tenha limites. Também é razoável supor que a produtividade marginal do trabalho caia a partir de determinada idade, ou mesmo que exista por parte dos empregadores a preferência por mão-de-obra mais jovem. A idade pode ainda restringir a ambição daquelas que já prestaram serviços valorosos à sociedade e cumpriram uma etapa da vida a partir da qual a realização profissional é secundária frente ao desejo de compartilhar mais tempo em família. Ademais, há a proximidade da aposentadoria e a conformação com o trabalho cumprido e posição social alcançada ao longo dos anos. Contudo, creditar unicamente ao ciclo de vida a curva com um ponto de máximo para o rendimento, pode ser um equívoco. Em termos econômicos, os teóricos do capital humano afirmam que há uma depreciação do capital humano com o passar dos anos, à

medida que as pessoas deixam de investir em qualificação. Esses investimentos diminuem, pois o custo de oportunidade do tempo, insumo para o processo de aprendizado, aumenta durante a vida ativa. Outro motivo é que os benefícios de tal investimento serão aproveitados durante menos tempo quanto mais próxima está a aposentadoria (MINCER, 1981). A questão da idade associada à escolaridade, para a amostra da PED, entre as mulheres ocupadas, pode ser visualizada no Gráfico 2.

Gráfico 2

Renda Média x Idade, da mulher ocupada, por grau de escolaridade RMS, 2005



Fonte: PED/RMS, 2005, elaboração própria

Visualiza-se, nas linhas referentes ao primeiro, segundo e terceiro graus, um padrão consoante ao fato estilizado descrito há pouco, ou seja, as linhas desenham uma parábola com um ponto de máximo.

Probabilidade de ocupação formal x vulnerável

Os resultados do modelo *Logit* estimado constam da Tabela 4.

À exceção da variável cor, todas as demais foram estatisticamente diferentes de zero a elevados níveis de confiança. Este primeiro resultado já era esperado, pois, de fato, a cor não influencia na probabilidade de ocupação formal; ao menos neste quesito não se verificam privilégios aos não negros. Note-se que o

Tabela 4
Resultados do modelo Logit

| Variável | Coefficiente | Erro padrão | Estatística z | Prob. |
|----------------|--------------|-------------|---------------|--------|
| Renda | 0.002496 | 0.000106 | 23.54834 | 0.0000 |
| Anos de Escola | 0.068403 | 0.006052 | 11.30279 | 0.0000 |
| Idade | -0.057122 | 0.001780 | -32.09986 | 0.0000 |
| Menor10 | -0.328959 | 0.030457 | -10.80066 | 0.0000 |
| Posfam | 0.155890 | 0.064261 | 2.425901 | 0.0153 |

Fonte: PED/RMS, 2005

responsabilidade das variáveis “idade” e “número de filhos menores de 10 anos”, têm sinais negativos. Como encontra Perpétuo e Wajnman (1997), parece que o passar do tempo contribui para que mulheres se tornem trabalhadoras por “conta própria”⁴, caso em que há interseções com a situação de vulnerabilidade. Quanto ao sinal negativo para a variável existir filhos menores de 10 anos (Menor10), não se pode justificá-lo em função da relação entre a presença de filhos e a idade das mulheres; a correlação entre as duas séries mostrou-se negativa e pequena. Duas explicações possíveis são: a preferência do mercado pela mulher sem dependentes, ou a maior propensão da mulher com responsabilidade sobre a provisão dos filhos realizarem trabalhos sem a segurança da carteira assinada. O sinal positivo da variável Posição na família (posfam) parece contrariar a segunda explicação dada para o sinal de, no caso, existir filhos menores de 10 anos (Menor10), contudo, há que se perguntar qual a causalidade dos fatos. Se for a renda que confere às mulheres a possibilidade de chefiam suas famílias, então não há contradição alguma nos resultados, mulheres com filhos continuam mais propensas à situação de vulnerabilidade, e o sinal de Posfam talvez remeta à busca de segurança pelas mulheres que já chefiavam suas famílias.

Da regressão estimada podemos obter:

$$\ln(P_i/1-P_i) = 0.002 \cdot \text{Renda} + 0.06 \cdot \text{Anos escola} - 0.057 \cdot \text{Idade} - 0.328 \cdot \text{Menor10} + 0.155 \cdot \text{Posfam}$$

Substituindo-se os valores médios na regressão e tomando o antilog do resultado, então, após manipulações algébricas, calcula-se a probabilidade da mulher, com atributos médios e não chefe de família, estar empregada formalmente igual a 39%. Caso a

mulher seja chefe de família, então esta probabilidade aumenta para 45%. Um ano a mais de escolaridade implica aumento nesta probabilidade de 39% para 41%, e se a mulher é chefe de família de 45% para 49%. Já a idade, um ano a mais de vida diminui a probabi-

lidade de ocupação formal de 39% para 36%, e para a chefe de família de 45% para 43%. Como sabido, a variação nestas probabilidades do modelo Logit estão condicionadas à posição inicial da qual parte a análise, reitera-se que no exercício acima com base numa mulher com atributos iguais às médias amostrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É claro que a forma de inserção da mulher no mercado de trabalho da RM de Salvador é um processo cujos determinantes vão além dos limites ditados pela oferta de trabalho. Não obstante, no exercício aqui desenvolvido, a econômica, um trabalho por foram explicitados alguns resultados interessantes, como a taxa de retorno da educação da mulher no mercado de trabalho local ou as diferenças salariais em função das variáveis sexo e cor.

Também foi possível verificar interrelações entre atributos pessoais e a probabilidade de ocupação formal da mulher. Confirmaram-se evidências anteriores de que a idade, *ceteris paribus*, contribui negativamente para a formalização do trabalho da mulher, assim como a presença de filhos menores de 10 anos. Embora tenha permitido algumas inferências interessantes, este trabalho não esgota a questão sobre os determinantes da ocupação em situação de vulnerabilidade da mulher na RMS, mas configura-se certamente uma contribuição importante e traz o tema à pauta de debates, incitando futuras investigações. A sugestão dos autores para trabalhos futuros é de um tratamento ainda mais consistente com a amostra, pelo método de Heckman ou semelhante, de sorte a se abandonar a hipótese implícita de perfeita informação no mercado de trabalho.

⁴ Na terminologia econômica, um trabalho por “conta própria” é aquele em que não se consegue diferenciar o capital do trabalho.

REFERÊNCIAS

- BECKER, G. S. *Human capital: theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. 3. ed. Chicago: University Chicago Press, 1993.
- CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, Wilson F. O trabalho feminino: uma análise a partir da região metropolitana de Salvador. *Pesquisa e Debate*, São Paulo: PUC-SP, v. 14, n. 2 (24), p. 81-109, 2003.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. *Estudos e Pesquisas*, São Paulo: DIEESE, v. 2, n. 14, p. 1-8, nov. 2005.
- GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 846 p.
- HECKMAN, J. Sample selection bias as a specification error. *Econometrica*, Princeton, v. 47, n. 1, p. 153-161, jan. 1979.
- LIMA, R. A. Participação das mulheres casadas no mercado de trabalho: um estudo com base nos microdados das PNADs. *Nova Economia*, Belo Horizonte: DCE/UFGM, v. 7, n. 1, p. 203-234, maio 1997.
- MENEZES, N.; PICHETTI, P.; FERNANDES, R. *Uma análise da duração das relações de emprego em São Paulo: 1988-1999*. Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Ministério do Trabalho e Emprego. Tema 45. set. 2002. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/observatorio/Publicacoes/textos/2002/Conteudo/778%20Tema%2045.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2006.
- MINCER, J. *Human capital and economic growth*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1981. (Working paper series n. 803)
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. Salvador: SEI/UFBA/SEADE/SETRAS/DIEESE, 2005.
- PERPÉTUO, I. H. O.; WAJNMAN, S. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte: DCE/UFGM, v. 7, n. 1, p. 123-147, maio 1997.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- VARIAN, H. R. *Microeconomia: princípios básicos*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.

Determinantes do rendimento na Região Metropolitana de Salvador: uma avaliação à luz da teoria do capital humano

Urandi Roberto Paiva Freitas*
Lúcio Flávio da Silva Freitas**

Resumo

Este artigo tem como proposta básica testar empiricamente a teoria do capital humano para checar os níveis de rendimentos na Região Metropolitana de Salvador. Para tanto, utiliza-se a metodologia minceriana, na qual se estima uma função capital humano, em que estão incluídas variáveis como: anos de escola, anos de experiência no posto de trabalho e tempo de ocupação na atividade atual. Todas apontam para uma correlação entre estoque de capital humano e níveis de salários. Neste sentido, o exercício feito para a Região Metropolitana de Salvador mostrou que as variáveis se comportaram de acordo com a teoria, ou seja, existe uma correlação positiva entre capital humano e rendimento.

Palavras-chave: capital humano, mercado de trabalho, rendimento, modelo minceriano, seção-cruzada.

Abstract

The basic aim of this paper is to empirically test the human capital theory and check the income levels in the Metropolitan Area of Salvador. For such, the mincerian methodology was used estimating human capital function, including variables such as: school years, years of work experience, and occupation time in the current activity; all which point towards a correlation between human capital supply and wage levels. The same exercise was carried out in the Metropolitan Area of Salvador, and the variables behaved according to the theory; in other words, there is a positive correlation between human capital and income.

Key words: human capital, labor market, income, mincerian model, cross-section.

INTRODUÇÃO

Na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada conjuntamente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) na

Região Metropolitana de Salvador (RMS) no ano de 2005, verificou-se que indivíduos analfabetos auferem rendimentos de aproximadamente 9 vezes inferior a indivíduos com diploma superior. Um bom questionamento seria: o que causa tamanhas disparidades entre os ganhos?

A teoria do *mainstream* do mercado de trabalho, na tentativa de responder tal questão, salienta o seguinte: os rendimentos são regidos por leis de mercado, ou seja, pela interação entre oferta e demanda de mão-de-obra. No equilíbrio de mercado, cada indivíduo é remunerado de acordo com sua produtividade marginal à produção de bens e serviços na econo-

*Economista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestrando em Economia pela UFBA. urandipaiva@hotmail.com.

**Economista pela UFMG e mestrando em Economia pela UFBA, bolsista Capes de mestrado e membro do Grupo de Estudos e Relações Interseoriais (GERI), da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA. lucioffreitas@yahoo.com.br.

mia. Portanto os trabalhadores auferem remuneração equivalente a sua contribuição econômica para a empresa, e essa contribuição será tanto maior quanto mais qualificado for o trabalhador.

Esse tipo de raciocínio está no limiar da teoria do capital humano. De acordo com esta teoria, os conhecimentos adquiridos na escola, habilidades inatas e a experiência adquirida no trabalho determinam a produtividade do indivíduo, que por sua vez determinará o nível de rendimento ou os ganhos salariais. O ponto central dessa teoria é demonstrar que existe uma correlação positiva entre capital humano e nível de salário, correlação esta que seria medida pela produtividade do fator trabalho que se desdobra em: educação formal e conhecimento adquirido no posto de trabalho.

O objetivo deste artigo consiste em contribuir para o debate, por meio de uma análise da consistência teórica destes argumentos e de procurar testá-los empiricamente para a Região Metropolitana de Salvador (RMS). Para tanto, recorre-se ao modelo minceriano, que constrói uma função chamada *salário capital humano*.

Os conteúdos apresentados no artigo são expostos da seguinte maneira: além desta introdução, na primeira seção, faz-se algumas considerações teóricas; na segunda seção, descreve-se alguns dados estatísticos; na terceira, aponta-se a metodologia a ser seguida; e, na última, estima-se os modelos econométricos; e, finalmente, encerra-se o trabalho com as Considerações Finais.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

De acordo com os precursores da teoria do capital humano – Becker, Mincer, Schultz –, os indivíduos possuem certas características pessoais – umas derivadas da própria natureza humana, como as aptidões, e outras que vão sendo incorporadas ao longo da vida, tais como educação formal e formação profissional –, que contribuem, em última instância, para o incremento de sua produtividade e, conseqüentemente, dos salários auferidos ao longo de seu ciclo

de vida. Assim, o salário de um trabalhador seria igual ao produto marginal de seu trabalho. Logo a remuneração que os trabalhadores auferem seria equivalente ao valor de sua cooperação econômica para a empresa na qual encontram-se empregados. Foi este corolário que estabeleceu uma correlação entre *stock* de capital humano e o nível de taxas salariais aplicáveis no mercado de trabalho.

A teoria do capital humano baseia-se no corolário de que a remuneração do trabalhador aumenta, na medida em que este investe mais anos em escolaridade, mas admite que, para níveis mais elevados de educação, os acréscimos são reduzidos

A teoria do *mainstream*, à qual a teoria do capital humano é filiada, incrementou valor ao admitir a heterogeneidade do trabalho. Com base nessa perspectiva, considera o investimento em capital humano como fator essencialmente explicativo da diferenciação salarial entre trabalhadores dotados de produtividades distintas.

A decisão de investir em capital humano baseia-se no cálculo racional intertemporal dos custos e benefícios.¹ Isto quer dizer que o indivíduo decidirá investir em capital humano se a taxa de rentabilidade líquida do investimento em capital humano for superior ao obtido em outros investimentos alternativos.

Na verdade, a opção do trabalhador pelo acréscimo de seu capital humano será ditada pelo rendimento esperado desse investimento, auferido ao longo da vida, ponderado pelos custos envolvidos, bem como as alternativas a seu dispor. A tendência será realizar esse investimento o mais cedo possível, de modo que o indivíduo maximize, em sua plenitude, os benefícios daí decorrentes.

No contexto dessa tomada de decisão, variados fatores podem ter influência, tais como: as características individuais, o *status* social, a incerteza do mercado de trabalho e a idade. A teoria do capital humano enuncia que na juventude concentram-se os investimentos em formação profissional e escolaridade. O perfil idade-salário reflete o decréscimo do *stock* de capital humano e do nível salarial, à medida que o indivíduo chega próximo à aposentadoria (isto é depreciação física do capital humano).

¹ O investimento em capital humano envolve certo custo inicial, pois, na medida em que o trabalhador busca melhores níveis de qualificação, abre mão de certa renda em troca de maiores rendimentos no futuro. Subjaz a este entendimento o conceito de custo de oportunidade.

A teoria do capital humano baseia-se no corolário de que a remuneração do trabalhador aumenta, na medida em que este investe mais anos em escolaridade, mas admite que, para níveis mais elevados de educação, os acréscimos são reduzidos. Basicamente, como em qualquer processo produtivo, existem rendimentos decrescentes, com a obtenção da escolaridade adicional, na medida em que cada ano extra de educação gera menos acréscimo de conhecimento e menor acréscimo aos rendimentos, comparativamente a anos anteriores.

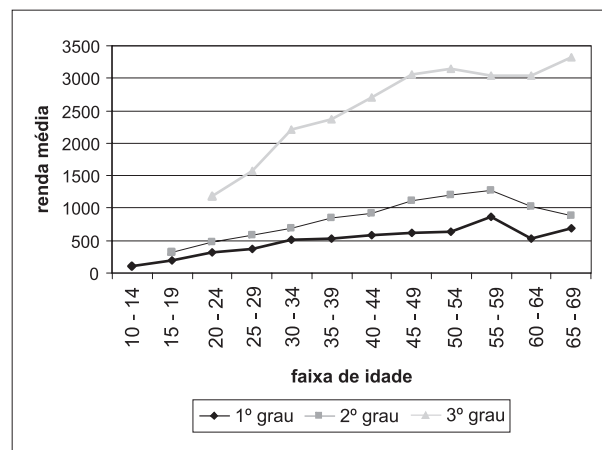
DESCRIÇÃO DOS DADOS

De acordo com os dados levantados pela PED/RMS, no ano de 2005, os rendimentos médios dos trabalhadores se elevam com os maiores níveis educacionais e pelo aumento da idade, porém com retornos decrescentes, conforme salienta a teoria do capital humano. Um trabalhador com primeiro grau completo, na faixa de 20-24 anos, ganha em média R\$ 316,00 enquanto um trabalhador na faixa de 40-44 anos tem seu ganho aumentado para R\$ 589,19; no entanto, quando este chega na faixa de 60-64 anos, seu ganho cai para R\$ 530,91. Para o trabalhador com o segundo grau completo, na faixa de 20-24 anos, o ganho médio é de R\$ 469,00; para a faixa de 40-44 anos, o ganho aumenta para R\$ 1.111,84; na faixa de 60-64 anos, o ganho decresce para R\$ 1.019,99. Para o trabalhador que possui nível superior completo, os resultados seguem a mesma tendência: na faixa de 20-24 anos, o ganho é de R\$ 1.182,00; para faixa de 40-44 anos, o ganho se eleva para R\$ 3.144,19; porém na faixa de 60-64 anos, o ganho reduz-se para R\$ 3.042,34.

O salto de ganho do trabalhador com diploma superior completo pode ser explicado pela maturação do estoque de capital humano (investimento em anos de estudos e experiência profissional) e pelo investimento em cursos extras após o período escolar. Para o trabalhador sem o nível superior, o aumento do ganho deve-se fundamentalmente à experiência adquirida no posto de trabalho. Por outro lado, a queda do rendimento na faixa dos 60 anos, que é representada pela inclinação do gráfico, deve-se à depreciação do capital (aposentadoria), já que os investimentos em

capital humano diminuem com o tempo. Isto ocorre por dois motivos: em primeiro lugar, porque os possíveis retornos desse investimento diminuem à medida que o tempo de trabalho restante antes da aposentadoria torna-se menor; em segundo lugar, porque o custo de oportunidade do tempo, que é um insumo necessário ao aprendizado, aumenta. Naturalmente, a proximidade da aposentadoria traz consigo o desejo de descanso e dedicação à família, ou mesmo a comodidade e satisfação com o trabalho desempenhado ao longo da vida. Cumpre observar que a PED/RMS não discrimina em sua amostra os indivíduos com pós-graduação, contudo, o argumento acima é referendado pela literatura e em diversos estudos empíricos sobre a teoria do capital humano, como em Mincer (1981). O Gráfico 1 traz o comportamento do rendimento médio em função da idade e segundo os níveis de escolaridade.

Gráfico 1
Renda média x idade, segundo o grau de escolaridade
RMS, 2005



Fonte: PED/RMS

Outra questão importante, observada no Gráfico 1, é que a renda aumenta com maior intensidade para grupos com níveis de escolaridade mais elevados. Só para se ter uma idéia: um trabalhador com diploma de nível superior, na faixa de idade de 25-29 anos, auferia cerca de R\$ 1.580,00; comparativamente, um trabalhador também com diploma de nível superior, com a faixa de 45-49, auferia R\$ 3.063,49. Como se pode ver, o efeito diploma, combinado com

anos de experiência profissional eleva o rendimento em, aproximadamente, R\$ 1.500,00. Já para os trabalhadores com segundo e primeiro grau completos a diferença nas mesmas faixas de idade calculadas acima é de R\$ 530,00 e R\$ 240,00, respectivamente.

Surpreendentemente, é na faixa de idade entre 65-69 anos que o trabalhador de nível superior completo obtém rendimento máximo R\$ 3.329,19. De acordo com a teoria do capital humano, à qual subjaz a idéia de retornos decrescentes para níveis de idade mais elevados, esse resultado parece, à primeira vista, um pouco controverso. Uma explicação razoável seria, porém, a seguinte: trabalhadores com diploma superior completo ganham relativamente bem e, portanto, investem na previdência privada e em outras formas de poupança quando jovens e maximizam rendimentos na aposentadoria. Assim, ao permanecerem ocupados, esses trabalhadores têm seus rendimentos aumentados pela aposentadoria. Por outro lado, o valor médio dos rendimentos dos ocupados na faixa de idade de 65-69 anos não se distingue do rendimento daqueles com idade entre 60-64, conforme a estatística *t* calculada em 0,86.

Já o trabalhador com curso médio completo tem rendimento máximo na faixa de 55-59 anos e auferir R\$ 1.271,03. Na mesma faixa de idade, o trabalhador com primeiro grau completo tem rendimento máximo no valor de R\$ 859,70; desse ponto em diante começa a decrescer, legitimando, portanto, a teoria.

METODOLOGIA

Jacob Mincer (1981) formulou uma modelagem matemática, que captou o perfil rendimento-idade. Basicamente, o autor propõe que o indivíduo se dedique totalmente à educação no início de sua vida, quando o estoque de capital humano é baixo, até o momento em que decida ingressar no mercado de trabalho. Preliminarmente, o trabalhador tende a investir fortemente em educação e, portanto, a tendência é que seu salário seja baixo. Contudo, com a maturação do conhecimento e com o passar do tempo, seu salário tende a aumentar, em virtude do acúmulo do estoque do capital.

Mais tarde, com a redução da taxa de investimento em educação, aliado com a depreciação no esto-

que de capital humano, a tendência é que haja uma eliminação da taxa de crescimento dos rendimentos. Nesse instante, o salário atinge seu máximo; logo após, começa a decrescer até a idade da aposentadoria.

Conforme, Mincer (1974), a função salário que captou o perfil salário-idade, é do tipo:

$$\ln y = \hat{a}_0 + \hat{a}_1 s + \hat{a}_2 x + \hat{a}_3 x^2 + \mu \quad (1)$$

Onde *y* é a taxa de salário do trabalhador, *s* é o número de anos de estudo, *x* é o número de anos de experiência no mercado de trabalho e *x*² é o termo experiência no mercado de trabalho que captura a concavidade do perfil idade-salário. O coeficiente \hat{a}_0 significa o rendimento quando não se tem educação nem experiência; \hat{a}_1 significa os retornos provenientes da educação; os coeficientes \hat{a}_2 e \hat{a}_3 experiência e da experiência ao quadrado, medem a importância do treinamento no trabalho e no estoque do capital humano do trabalhador.

Na derivação da função de rendimento, Mincer (1974) levou em consideração o comportamento da trajetória do investimento em capital humano de um indivíduo ao longo de seu ciclo de vida. Um indivíduo inicia com um estoque de capital humano *E*(0) na idade da entrada na escola *t* = 0. Num determinado tempo *t*, o investimento em capital humano será igual a uma fração *k*(*t*), sendo a diferença 1-*k*(*t*) dedicada ao salário. Considerando-se *r* a taxa interna de retorno da educação, então sua capacidade de aumentar seu rendimento no tempo *t* é:

$$g(t) = r k(t) \quad (2)$$

Dessa maneira, no tempo *t* seu estoque de capital humano *e*, conseqüentemente, sua capacidade de ganho é:

$$E(s) = E(0)e^{\hat{a}}, \text{ onde } \hat{a} = \int_0^t g(t)dt, \text{ com a integral definida de } 0 \text{ a } t. \quad (3)$$

Logo, o rendimento num tempo *t* será:

$$Y(t) = (1-k(t)).E(t) \quad (4)$$

Admitindo-se a educação como uma atividade principal, à qual o indivíduo se dedica em tempo integral (*k*(*t*) = 1, para um tempo *t* igual a seis anos de idade, acrescido do número de anos de estudos completos, os rendimentos potenciais, com *s* anos de educação, serão:

$$E(s) = \ln E(0) \cdot e^{r \cdot s} \quad (5)$$

Aplicando-se o logaritmo em ambos os lados da equação (5), será estabelecida uma relação escolaridade-rendimento da forma log-linear:

$$\ln E(s) = \ln E(0) + r \cdot s \quad (6)$$

Se nenhum investimento adicional for efetuado depois do término do período escolar e se não houver depreciação do capital humano, os rendimentos durante a vida do trabalhador seriam lineares e iguais $y(s) = E(s)$. Contudo a teoria do capital humano sugere que o trabalhador deverá continuar a investir em sua qualificação depois de deixar a escola, e essa quantia investida tenderá a diminuir ao longo do tempo. Admitindo-se que o investimento em capital humano declina de forma linear durante o ciclo de vida do indivíduo, de um valor inicial $k(0)$, no início da carreira, para um valor zero, no fim da carreira, e admitindo-se n como sendo a duração da vida de trabalho de um indivíduo, então a fração da capacidade de ganho com x anos de experiência será:

$$k(x) - k(0) \frac{x}{n} \quad (7)$$

Nesse caso, a capacidade de ganho com a experiência adquirida será:

$$E(x) = E(s) e^{\hat{a}}, \text{ onde } \hat{a} = \int_0^n (k(0) - k(0) \frac{x}{n}) dx, \text{ com a integral definida de } 0 \text{ a } t. \quad (8)$$

Resolvendo a integral da equação (8), tem-se:

$$E(x) = E(s) e^{\tau}, \text{ onde } \tau = r k(0) \frac{x^2}{2n} \quad (9)$$

Como o rendimento no tempo t está definido pela equação (4), logo:

$$\ln y(x) = \ln (1-k(x)) + \ln E(x) \quad (10)$$

Substituindo-se na equação (10), tem-se:

$$\ln y(x) = \ln(1-k(x)) + \ln E(s) + r \cdot s \cdot K(s) - r \cdot x^2 k(s) / 2 \cdot n \quad (11)$$

Substituindo-se $\ln E(s)$ da equação (6), tem-se

$$\ln y(x) = \ln(1-k(x)) + \ln E(0) + r \cdot s + r \cdot s \cdot K(s) - r \cdot x^2 k(s) / 2 \cdot n \quad (12)$$

Essa equação (12) é uma aproximação de:

$$\ln y = \hat{a}_0 + \hat{a}_1 \cdot s + \hat{a}_2 \cdot x + \hat{a}_3 \cdot x^2 + \mu$$

Esta é, portanto, a função rendimento do capital humano.

O MODELO ECONOMETRICO

Nesta etapa do artigo são estimadas cinco equações do rendimento como função do capital humano, derivadas do modelo minceriano. As regressões foram tomadas em *Log-lin*, de tal sorte que permitiram avaliar as taxas de retorno da educação e da experiência, ou seja, calculou-se a variação percentual na variável dependente (renda real da atividade principal), para uma variação absoluta nas variáveis explicativas. Também é testada a variável tempo de permanência na ocupação atual. Algebricamente, as funções estimadas consistem em:

- 1 – $\ln y = f(\text{Const}, s, \varepsilon)$
- 2 – $\ln y = f(\text{Const}, s, x, x^2, \varepsilon)$
- 3 – $\ln y = f(\text{Const}, s, s^2, x, x^2, s \cdot x, \varepsilon)$
- 4 – $\ln y = f(\text{Const}, s, a, a^2, \varepsilon)$
- 5 – $\ln y = f(\text{Const}, s, a, a^2, x, x^2, \varepsilon)$.

Onde:

$\ln y$ é o rendimento mensal real da atividade principal, em valores de dezembro de 2005, tomado em logaritmo natural;

s é o número de estudos completos;

s^2 é o número de estudos completos ao quadrado;

x é o número de anos de experiência no mercado de trabalho;²

x^2 é o número de anos de experiência no mercado de trabalho elevado ao quadrado;

a é o tempo em anos na ocupação atual;

a^2 é o tempo em anos na ocupação atual elevado ao quadrado;

ε é o termo de erro da regressão.

Os dados foram coletados na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Do total de dados disponíveis foram utilizadas 24.981 observações, após a exclusão dos trabalhadores não ocupados e daqueles que não declararam sua renda. Os dados referem-se ao ano de 2005.

² Aqui a experiência no mercado de trabalho é tomada como a experiência presumida; assim é calculada como: $x = \text{idade} - s - 6$.

Resultados obtidos

As estimações foram realizadas por Mínimos Quadrados Ordinários. Foram aplicados testes de especificação do modelo e forma funcional, e também para detecção de eventuais violações às hipóteses de MQO. Os resultados estão reunidos no Quadro 1.

Quadro 1

Resultados das equações estimadas

| Equação | Const | s | x | x ² | s.a | A | a ² |
|---|--------------------|--------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| Equação 1 R ² = 0,25 | 4,9355 (0,014) | 0,1307 (0,001) | | | | | |
| Equação 2 R ² = 0,35 | 3,8826 (0,0212) | 0,1615 (0,001) | 0,0570 (0,001) | - 0,0006 (0,000) | | | |
| Equação 3 R ² = 0,36 | 4,1892 (0,026) | 0,1356 (0,002) | 0,0452 (0,001) | - 0,0005 (0,000) | 0,0020 (0,000) | | |
| Equação 4 R ² = 0,34 | 4,6741 (0,015) | 0,1269 (0,0013) | | | | 0,0723 (0,002) | - 0,001 (0,000) |
| Equação 5 R ² = 0,38 | 4,0216 (0,023) | 0,1486 (0,002) | 0,0445 (0,001) | - 0,0005 (0,000) | | 0,0441 (0,003) | - 0,0008 (0,000) |

As células trazem os parâmetros b's estimados, associados a cada variável, e entre parênteses o erro padrão.

Todos os coeficientes apresentaram-se estatisticamente significativos ao nível de confiança de 99%. Foram realizados os testes de *Reset-Ramsey* para averiguar a adequação da forma funcional escolhida, tendo retornado resultados desejáveis em todas as equações estimadas. O teste de *White* indicou a presença de heterocedasticidade nos erros aleatórios, problema corrigido pela estimação das equações, observando-se o critério de consistência para variância de *White*. A estatística de *Durbin Watson*, que captura a existência de autocorrelação serial dos resíduos, encontrava-se nas equações 1 a 3, na zona de indecisão quanto à presença ou não de autocorrelação. Isto pode ter sido ocasionado pela omissão de variável relevante nos primeiros modelos, uma vez que o problema desaparece nas equações 4 e 5, que fazem uso da variável tempo na ocupação atual.

A taxa de retorno da educação varia do mínimo de 12,7%, na equação 1, ao máximo de 16% na equa-

ção 2. Essa discrepância é explicada pela presença de variáveis que influenciam na formação do capital humano. Por exemplo, é de se esperar que os anos de estudo sejam mais recompensados quanto maior o tempo de firma do trabalhador. De fato, é o que se evidencia na equação 3, quando se considera a interação entre o tempo na ocupação atual e os anos de estudo. A equação 4 traz a contribuição do tempo

na ocupação atual para a formação do rendimento, independentemente de sua interação com a escolaridade, e ainda testa a hipótese de que este existe um ponto de máximo para esta contribuição. Esta equação não contém as variáveis x e x², pois deseja-se isolar o efeito do tempo na ocupação atual como uma medida da experiência efetiva do trabalhador na função que desempenha. Vale lembrar que x é uma *proxy* para a experiência do indivíduo. Pode-se observar então que o retorno na renda, para cada ano a mais no

mesmo cargo, é de 7,2%, maior que os 5,7% encontrados na equação 2 para a variável experiência presumida.

A equação 5 traz todas as variáveis relevantes conjuntamente: os dados se comportaram de acordo com a teoria; as variáveis ao quadrado exibiram sinal negativo; as taxas de retorno da educação, experiência e tempo na ocupação atual foram, respectivamente, 14,8%, 4,4% e 4,4%. Com base nesta equação foi estimada uma regressão, cuja forma funcional tomou as séries em nível, de sorte que se pudesse identificar o ponto de máximo do rendimento em função da experiência, e também em função dos anos consecutivos na atividade atual do trabalhador. Os resultados são apresentados a seguir:

$$Y = -1153,34 + 137,77 (s) + 36,65 (x) - 0,42 (x^2) + 36,37 (a) - 0,32 (a^2)$$

$$S.D \quad (37,900) \quad (2,909) \quad (1,788) \quad (0,032) \quad (3,697) \quad (0,144)$$

$$R^2 = 0,22$$

$$d = 1,76$$

Igualando-se a zero a derivada parcial $dy/dx = 36,65 - 0,84 x$, chega-se aos anos de experiência presumida para o qual o rendimento médio é máximo; neste exercício, foi 43,07 anos. Com base na fórmula $x = \text{idade} - 6 - s$, pode-se estimar a idade para a qual o rendimento é máximo. Assumindo $s = 9,26$, escolaridade média da amostra, então essa idade é de 58,33 anos. Com o mesmo procedimento conclui-se que um indivíduo com nível superior, portanto, com $s = 16$, alcança seu maior rendimento aos 65,07 anos, enquanto trabalhadores com o segundo grau completo, $s = 11$, alcançam-no com 60,07 anos. Para quem possui apenas o primeiro grau completo, a idade é de 57,07 e para os que não possuem formação alguma, de 47,07 anos. O resultado parece corroborar que o maior acúmulo de conhecimento e habilidade medidos pela experiência e educação causa uma depreciação mais lenta do capital humano.

De forma análoga, o tempo na ocupação atual contribui positivamente para o rendimento apenas até determinado ponto. Isto é visto por meio da derivada parcial da função em relação à variável em questão, $dy/da = 0,0441 - 0,0016(a)$. Logo o ponto máximo da renda em função da ocupação atual é de 27,56 anos; desse ponto em diante o rendimento diminui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber, pelos resultados empíricos, que a educação formal e a experiência profissional contribuem expressivamente para o incremento do salário. Em todas as equações estimadas, a variável “anos de escola” é a que impacta com maior intensidade no salário, resultado plenamente em acordo com a teoria do capital humano. Portanto, sob pena de incorrer em redundância, recomenda-se aos indivíduos e às autoridades competentes o investimento continuado na educação formal, como o principal mecanismo de aumento nos rendimentos e oportunidades de emprego e diminuição das desigualdades de renda. O tempo de permanência na ocupação é outra variável que responde expressivamente em relação ao salário; a elevada rotatividade da mão-de-obra tem relação inversa com os ganhos mensais. Embora careça de investigação mais aprofundada, esta característica pode resultar da baixa qualificação

média do trabalhador local e da alta incidência de informalidade. Estes dois quesitos associados desestimulam o esforço ininterrupto de busca de qualificação profissional, à medida que limitam as aspirações dos trabalhadores. Não menos importante, a experiência presumida aponta que aqueles mais experientes e treinados auferem maiores salários, porém, ao chegarem a uma determinada idade, a remuneração começa a decrescer, conforme foi demonstrado no Gráfico 1 e pelo sinal negativo da variável experiência ao quadrado. As razões para tanto foram expostas anteriormente e remetem, via de regra, à diminuição do investimento em capital humano com o passar dos anos e à proximidade da aposentadoria ou consolidação e acomodação a um padrão de vida.

O exercício empírico para a RMS resultou na legitimação da teoria do capital humano, ou seja, existe realmente uma correlação positiva entre as variáveis salário, educação formal e experiência profissional.

REFERÊNCIAS

- BECKER, G. S. *Human capital: theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. 3. ed. Chicago: University Chicago Press, 1993.
- GREENE, William H. *Econometric analysis*. New Jersey: Prentice Hall, 2000.
- GUJARATI, Damodar N. *Econometria básica*. São Paulo: Macron Books, 2000.
- MINCER, J. Schooling. *Experience and earnings*. New York: Columbia University Press, 1974.
- _____. *Human capital and economic growth*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1981. (NBER Working Paper Series, 803)
- PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. Salvador: SEI/UFBA/SEADE/SETRAS/DIEESE, 2005.
- ROBERT, J. Wills. Wage determinants: A survey and reinterpretation of human capital earning functions. In: ASHENFELTER, Ley A.; LAYARD, Richard. *Handbook of labor economics*. Amsterdam: North-Holland, 1986. v. 1.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Turismo na Chapada Diamantina e os percalços socioeconômicos e ambientais

Francisco Emanuel Matos Brito *

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o surgimento do turismo promovido por ações espontâneas, e o seu posterior desenvolvimento, impulsionado pelas políticas públicas, bem como as repercussões deste processo na Chapada Diamantina. A partir destas observações é possível chamar a atenção para a maneira como vem se desenvolvendo o turismo na Chapada Diamantina, que se consolida como uma monoatividade, com alta sazonalidade e repercussões profundas no meio ambiente e nas condições de vida da população.

Palavras-chave: (eco)turismo, políticas públicas, unidades de conservação, condições de vida, Chapada Diamantina.

Abstract

This paper aims to analyze the emergence of tourism furthered by spontaneous actions, up to its subsequent development driven by public policies, and the effects this process has at the Chapada Diamantina. Based on these aspects, we can draw attention to the way tourism has been growing at the Chapada Diamantina, becoming a solid mono-activity with high seasonality, and deep impacts on the environment and life conditions of the population.

Key words: (eco)tourism, public policies, conservation units, life conditions, Chapada Diamantina.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o surgimento do turismo em Lençóis e, por extensão, na Chapada Diamantina. Destaca os atores sociais participantes deste processo, durante a fase inicial considerada espontânea, que tinha na luta pelo tombamento arquitetônico o ponto de partida para se buscar uma alternativa econômica para a cidade e para os demais municípios das Lavras Diamantinas, baseada na implementação de um tipo de turismo voltado para a cultura e para a história da região.

Demonstro como os pleitos e os passos destes atores eram viabilizados e acompanhados pelo estado e, ao mesmo tempo, como este muda de postura, no momento em que buscava criar as condições para a interiorização do turismo em várias cidades da Bahia, tanto com a realização de estudos, quanto com a construção direta de hotéis e pousadas, a exemplo da Pousada de Lençóis, um marco simbólico na implantação do turismo na região.

Apresento como se verificou a ação planejada do desenvolvimento do turismo na Chapada Diamantina, com a realização de investimentos em infra-estrutura que possibilitaram a atração de capitais privados e prepararam os municípios vocacionados da região para o desenvolvimento não mais do turismo histórico-cultural, conforme desejavam os atores sociais que atuaram na fase inicial, e sim de um novo produto, o ecoturismo,

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR) da UFBA e integrante da equipe técnica da Coordenação de Estudos e Projetos (CEP) da CAR. frabrito@ufba.br.

proclamado nos documentos e no discurso governamental, estimulado pelas instituições financiadoras, defendido pelos ambientalistas, e propagandeado pelo empresariado ligado à atividade turística.

Por fim, analiso as transformações que colocaram a região na condição de um dos mais importantes destinos (eco)turísticos do Brasil, bem como as implicações de ordem socioeconômica e ambiental resultantes deste processo.

BREVE HISTÓRICO DO TURISMO NA CHAPADA DIAMANTINA

A indicação do Turismo como alternativa econômica à decadência da atividade mineral e à consequente crise vivida pelo município de Lençóis foi feita pioneiramente pelo Prefeito Olympio Barbosa Filho, no final do seu segundo ano de governo municipal depois de tentativas frustradas com a agricultura e a implantação de hortas, por falta de apoio da população, cuja vida estava umbilicalmente ligada à extração de diamantes. Referindo-se a este período, Fernando Sales (1973, p. 10, grifo do autor) afirma: “era comum ver-se nas feiras mobílias inteiras, louças, objetos outros, algumas vezes da melhor procedência, expostos à ganância dos primeiros *compradores de antiguidades*”.

Em meio a esta situação de crise – que levou várias pessoas a venderem suas casas pelo preço de portais, caibros e telhas, e com estes recursos migrarem, sobretudo, para São Paulo – Olympio Barbosa ¹ ouviu num programa de rádio que o Prefeito de uma pequena cidade do interior de São Paulo, cuja atividade pecuária estava em crise, pedia aos congêneres das cidades próximas que melhorassem a recepção e a infra-estrutura dos atrativos, como forma de facilitar a chegada dos visitantes.

Depois de tentativas malsucedidas, esta notícia vinha confirmar o que ele já vinha pensando: “Era isso que eu procurava. Lençóis tinha tradição, atração natural podendo ter turismo e levar propaganda para as outras cidades”². Daí criou, pela Lei nº 190, em 30 de

novembro de 1961, o Conselho Municipal de Turismo, que tinha entre as suas competências:

instalar um pequeno museu com exposição permanente de fotografias, livros, documentos, amostras e objetos sobre a História, Riqueza, Produção e lugares pitorescos do Município; estudar e promover a reconstituição e conserva dos edifícios e lugares históricos, bem como o aproveitamento e acesso aos recantos aprazíveis de Lençóis; incrementar por todos os meios o Turismo neste Município. (LENÇÓIS..., 1961, p.1).

**Lençóis não tem praia!
Como vamos chamar o
pessoal de fora se aqui
não tem praia? Chamar
eles para ver sobrado
caindo, cachoeira no mato
e macaco no galho das
árvores?**

Ao convidar alguns políticos locais e pessoas da comunidade para integrar o Conselho, Olympio Barbosa deparou-se com a resistência destes que argumentavam³: “Lençóis não tem praia! Como vamos chamar o pessoal de fora se aqui não tem praia? Chamar eles para ver sobrado caindo, cachoeira no

mato e macaco no galho das árvores?”

Paradoxalmente, quatro décadas depois, estes mesmos elementos considerados negativos, utilizados para enfraquecer o Conselho Municipal e desqualificar o potencial turístico da cidade, foram ressignificados, ganharam importância e serviram para transformar Lençóis na capital do turismo da Chapada Diamantina e esta região num dos mais importantes destinos ecoturísticos do Brasil.

Além de ter criado o Conselho Municipal de Turismo, Olympio Barbosa também inscreveu a Prefeitura de Lençóis num programa de cooperação do governo americano denominado *Peace Corps* (Corpo da Paz). Resultante desta solicitação, entre meados dos anos 1960 e final dos anos 1970, ocorreu a chegada de três Voluntários da Paz, cujos trabalhos, desenvolvidos juntamente com os moradores de Lençóis, contribuíram sobremaneira para aprofundar a vocação turística da Chapada Diamantina, com a concretização da proposta de tombamento da cidade, passando a ser chamada de *Cidade Monumento Histórico Nacional* pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), em 17 de dezembro de 1973, e a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em 17 de setembro de 1985.

Na realidade, esses voluntários já haviam conhecido tanto cidades americanas de passado ligado à

¹ Entrevista realizada em 18.01.2003.

² Entrevista realizada em 18.01.2003.

³ Entrevista realizada em 18.01.2003.

mineração aurífera, cujo patrimônio arquitetônico, em face da crise desta atividade, passou a ser utilizado pelo turismo histórico e cultural, quanto a implantação dos parques nacionais nos EUA. Em razão de terem testemunhado previamente estes processos e cientes dos desdobramentos ocorridos no país de origem, eles tinham a condição de propor medidas relacionadas à preservação do patrimônio arquitetônico e ambiental da região.

Em termos gradativos, o tombamento arquitetônico abriu a possibilidade de implantação do turismo, ensejando, mais tarde, a instalação da Pousada de Lençóis como exemplo concreto a ser seguido e testemunho de que o turismo estava chegando para ficar.

A criação de uma unidade de conservação reafirmava a necessidade de proteger a flora, a fauna e os demais atrativos naturais. Entretanto, este *tombamento* ambiental, também ancorado nas reivindicações e na ampliação da visibilidade do movimento ambientalista, ao se sobrepor ao tombamento patrimonial e arquitetônico, provocou o transbordamento do turismo do centro histórico de Lençóis para as suas cercanias, extrapolando até mesmo os seus limites territoriais. Ao veicular e explorar como seus os atrativos pertencentes aos outros municípios, Lençóis passou a ser alvo de críticas contundentes por parte daquelas unidades administrativas que se sentiram prejudicadas.

AÇÃO GOVERNAMENTAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A partir de 1974, entre o tombamento patrimonial e ambiental, ocorreu a primeira tentativa de ação planejada do governo do estado na região, com o objetivo de interiorizar e promover o desenvolvimento do turismo. A Chapada Diamantina recebeu a equipe técnica integrante do projeto *Identificação do Potencial Turístico do Estado*, para realizar um diagnóstico de alguns municípios da região. Este trabalho resultou no documento *Chapada Diamantina, uma Avaliação Prévia para a Implantação do Turismo nos Municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê*. Ao analisar as principais atividades econômicas dos referidos municípios, efetuar o levantamento fotográfico da área urbana, do artesanato, das manifestações cultu-

rais e dos principais casarões destas cidades, o documento foi de grande importância no fornecimento de subsídios orientadores da ação governamental na região.

Na segunda metade dos anos 1970, este objetivo governamental de interiorização do turismo não só foi reafirmado como também ampliado para outras áreas da Bahia. Para concretizá-lo, o governo do estado criou, em 1976, a Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A. – (EMTUR), órgão de apoio à Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa), que teria como incumbência a construção de meios de hospedagem que seriam repassados à iniciativa privada, mediante contrato de arrendamento. Cumprindo o seu objetivo, “a EMTUR, a partir de 1979, construiu 16 hotéis com características e situações diversas”. (MARBACK NETO, 1991, p. 47). Essas edificações foram erguidas em vários municípios do interior, dentre os quais Lençóis. A Pousada de Lençóis foi inaugurada em 20 de fevereiro de 1979 com 18 apartamentos. Administrada pelo governo do estado durante 3,5 anos, foi arrendada a um ex-diretor da Bahiatursa, em 01 de outubro de 1982, que promoveu a ampliação das suas instalações de 18 para 36 apartamentos e se tornou proprietário sete anos depois.

Nesse período, a cidade de Lençóis que além da Pousada contava com a Pensão São José e a Pensão de dona Maria que atendiam, na medida do possível, apenas a um fluxo composto por alguns viajantes representantes de firmas comerciais. A partir da inauguração da BR-242, ligando o Oeste da Bahia a Brasília e à região Centro-Oeste, passou a receber famílias em gozo de férias, vindas de Brasília, que pernoitavam na cidade e seguiam viagem para as cidades do litoral nordestino. Dada a irrisória capacidade de hospedagem instalada para dar conta deste alto fluxo de visitantes, cuja ocupação situava-se acima de 100%, o ex-arrendatário e atual proprietário da Pousada de Lençóis depois de improvisar acomodações, conversava com as famílias de Lençóis, pedindo-lhes que hospedassem os excedentes, para que não pernoitassem na rua.

Vale dizer que, além desse fluxo de visitantes, Lençóis já recebia a visita de estudantes universitários, pesquisadores que vinham realizar trabalhos sobre a flora, a fauna e a geologia da região, técnicos do governo do estado, “aventureiros” e pessoas que bus-

cavam melhor qualidade de vida, deixando para trás a rotina estressante vivenciada nos grandes centros urbanos, passando a residir, sobretudo, em Lençóis e no Vale do Capão, distrito de Palmeiras.

Realizando uma breve síntese, observo que esta fase de ações governamentais apoiando o tombamento da cidade, implantando a pousada de Lençóis e criando o Parque Nacional propiciaram as condições para a segunda fase, iniciada na primeira metade dos anos 1990, com investimentos significativos, visando atrair a implantação de empreendimentos privados na região.

Fase planejada do desenvolvimento turístico: ações governamentais e o Prodetur

Esta fase representa a ação governamental planejada. Começa com a implementação do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (Prodetur/BA), concebido no início dos anos 1990 como um programa estadual, que, posteriormente, passou a integrar outro programa de dimensão macro regional que abrange nove estados nordestinos e parte do estado de Minas Gerais, denominado Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur/NE), cuja captação de recursos financeiros internacionais, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinava-se à implantação de infra-estrutura que permitisse a abertura de espaços para o setor privado, num horizonte temporal compreendido entre 1992 a 2012.

O Prodetur/Ba, enquanto política de desenvolvimento regional que se define como sustentável, apresenta como objetivo “contribuir para a consolidação e o desenvolvimento do turismo como atividade prioritária no estado da Bahia e proporcionar aumento de renda, de emprego e da qualidade de vida da sua população” (BAHIA. SECRETARIA DA CULTURA..., 1997, p. 55).

Tal política de turismo para o estado decorre

(1) das diretrizes da ação do governo, centradas no fortalecimento de atividades econômicas que tenham como desdobramentos a ampliação do mercado interno, a expansão da receita tributária e a interiorização do desenvolvimento e (2) no enfoque do desenvolvimento urbano dos centros de atração turística. (BAHIA. SECRETARIA DA CULTURA..., 1997, p. 55).

Estas diretrizes são reafirmadas pelo governo do estado (BAHIA. SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, 1993), com o Prodetur/Ba. Ao dividir a Bahia em sete zonas de expansão e desenvolvimento do turismo,⁴ “adota uma perspectiva nitidamente regional” (SILVA, 1996, p. 140) orientada para a interiorização dos investimentos governamentais e privados nestas áreas de potencialidade turística, constituindo-se num elemento viabilizador da urbanização destas localidades. Vale dizer que, diferentemente das seis áreas de desenvolvimento turístico situadas no litoral, a Chapada Diamantina localiza-se no centro do território baiano. É caracterizada como uma região vocacionada para o desenvolvimento do turismo ecológico, que difere do turismo litorâneo hegemônico, do tipo sol e praia, pela sua característica ecológica e histórica e, principalmente, pela sua distribuição pelos municípios vocacionados, obedecendo à dispersão dos monumentos naturais.

Buscando organizar o fluxo turístico de forma a corrigir a concentração presente em Lençóis e redistribuir as vantagens do turismo (fluxo de investimentos e de turistas) para outros municípios (BAHIA. SECRETARIA DA CULTURA..., 1997), a zona turística da Chapada Diamantina foi inicialmente dividida em cinco circuitos: “o do Diamante, do Ouro, da Chapada Norte, da Chapada Sul e da Chapada Velha.” (EMPRESA..., 1993, p. 87). Destes, por apresentarem maior potencial turístico, foram priorizados o circuito do diamante e o do ouro “para iniciar e atuar como pólos irradiadores do turismo na Chapada Diamantina.” (EMPRESA..., 1993, p. 102). Integram o Circuito do Diamante, os municípios de Lençóis, Andaraí, Mucugê, Palmeiras, Iraquara, Seabra e Itaeté (Região do Paraguaçu); o do Ouro é formado pelos municípios de Rio de Contas, Piatã, Érico Cardoso, Jussiape e Livramento do Brumado (Região da Serra Geral).

Visando à criação de condições para dotar a região da infra-estrutura necessária capaz de atrair os agentes econômicos ligados ao turismo e proporcionar o desenvolvimento desta atividade, o governo do estado, com recursos próprios e mediante investimentos do

⁴ Zonas: 1- Costa dos Coqueiros (Litoral Norte); 2- Baía de Todos os Santos; 3- Costa do Dendê (Litoral Sul); 4- Costa do Cacau (Litoral Sul); 5- Costa do Descobrimento (Litoral Sul); 6- Costa das Baleias (Litoral Sul); e 7- Chapada Diamantina.

Prodetur/Ba, promoveu a implantação, nos principais municípios integrantes dos circuitos, de infra-estrutura viária, do aeroporto em Lençóis, dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ampliação da rede de energia elétrica, construção, recuperação e ampliação de equipamentos de saúde e educação, coleta do lixo, recuperação do casario e a preservação ambiental por intermédio da criação das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Marimbus-Iraquara, no circuito do Diamante, e da Serra do Barbado, no circuito do Ouro.

O Circuito do Diamante, cujo nome evoca um período de fausto, no qual o diamante era o sustentáculo de uma atividade mineral de caráter extrativista, tem como coração e área onde se localiza a maioria dos atrativos ecoturístico: o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Cada município integrante do Circuito do Diamante possui atrativos que podem ser visitados por estradas asfaltadas, complementadas por estradas vicinais e trilhas.

Esta ação planejada, envolvendo investimentos públicos, privados e a implementação de ações institucionais, tem proporcionado as condições infra-estruturais necessárias e preparado o terreno para o desenvolvimento turístico, buscando transformar definitivamente a Chapada Diamantina. Ao estado coube o papel de instrumento de pré-inversão, com a realização de gastos necessários à implantação de infra-estrutura básica, capaz de atrair e possibilitar a realização dos investimentos privados no Circuito do Diamante.

Durante a fase de implantação e nos estágios subseqüentes, o Prodetur/BA previu a constituição de uma entidade gestora, formada por representantes do setor público e privado regional, que teria como incumbência o gerenciamento das ações deste programa nos municípios integrantes do Circuito do Diamante. Para tanto, foi constituído, em meados dos anos 1990, o Conselho do Circuito do Diamante (CONCID), que tem enfrentado neste meio tempo muitas dificuldades internas pelo fato dos seus integrantes, sobretudo os prefeitos, não pensarem as suas reivindicações em termos regionais, preferindo manter a velha forma de solicitação individual para resolver os problemas do “seu” município, muitos dos quais de caráter coletivo, a exemplo do saneamento básico, do tratamento do lixo, do gerenciamento da

APA Marimbus-Iraquara, da regulamentação do Parque Nacional da Chapada Diamantina e das ações ligadas ao ordenamento da atividade turística.

Como os prefeitos não têm colocado em prática uma ação articulada, conferindo a cada reivindicação um caráter regional, além de deixarem de ter maior poder de barganha, também perdem a oportunidade de constituir uma entidade mais fortalecida e com a legitimidade necessária para encaminhar e garantir o atendimento dos pleitos regionais. Pelo fato desta postura não ter sido exercitada, o CONCID tem alternado momentos de paralisia e de funcionamento precário.

No tocante à questão ambiental e considerando a importância dos ecossistemas o discurso governamental enfatiza:

O processo de desenvolvimento da Chapada, mais do que em qualquer outra região do estado, precisa se dar de maneira racional e ambientalmente sustentada [...] voltada para culturas perenes e de alto valor unitário [...], desenvolvimento da atividade turística, conformando na região o circuito ecoturístico da Chapada. (FUNDAÇÃO..., 1991, p. 54).

Visando regulamentar a atividade do turismo e “garantir a preservação desse patrimônio” formado por importantes recursos ambientais e cênicos que não integram a área do Parque Nacional, bem como buscando orientar e adequar as várias atividades humanas de forma que se desenvolvessem de maneira compatível com as características ambientais preponderantes nos municípios do Circuito do Diamante, foi criada, pelo Decreto n. 2.216, de 14 de junho de 1993, a Área de Proteção Ambiental (APA) Marimbus-Iraquara, abrangendo parte do território dos municípios de Seabra, Iraquara, Palmeiras, Lençóis e Andaraí. Assim, esta APA

[...] passou a abranger áreas que não estavam legalmente protegidas. Dentre estas [...] o Marimbus, a Planície Calcária de Iraquara com seu expressivo parque espeleológico, e as regiões serranas limítrofes ao Parque Nacional, englobando o Morro do Pai Inácio, o Morro do Camelo e a Serra dos Brejões. (BAHIA. SECRETARIA DA CULTURA..., 1998, p. 4).

Não obstante a postura ambientalmente correta, nesse período, o governo do estado apoiava, de maneira contraditória, duas atividades econômicas que competiam pelo mesmo espaço de forma diferenciada e conflituosa. De um lado, o garimpo de draga, que para extrair diamantes, abria crateras na natureza com as suas máquinas possantes, causando de-

gradação ambiental e produzindo um cenário de terra arrasada; de outro, o ecoturismo, que necessitava atrair os visitantes, mostrando a natureza preservada, sem degradação e livre de intrusão visual.

Vale salientar que a chegada do garimpo à região, na sua versão mecanizada, ocorreu num contexto em que começava a se formar uma consciência em torno da questão ambiental, cuja repercussão se fez sentir nas limitações severas impostas a esta atividade, as quais eram inexistentes no período áureo do garimpo de serra. Assim, pode-se perceber que a implementação de uma mesma atividade econômica, em diferentes períodos, pode estar vinculada a elementos simbólicos diametralmente opostos.

Diferentemente do período anterior, a degradação da natureza promovida por esta atividade passou a ser vista negativamente, despertando pouco a pouco a reação de desaprovção por parte dos atores sociais ligados à defesa do meio ambiente e ao turismo. Além disso, o garimpo de draga, quando se instalou, encontrou uma cidade tombada, uma pousada em funcionamento, o turismo dando os seus primeiros passos e assistiu à criação do Parque Nacional, que trouxe limitações significativas aos seus movimentos.

Após quase uma década e meia de operação (1981-1996), esta atividade foi embargada por tempo indeterminado, em maio de 1996, numa operação conjunta dos governos estadual e federal, através do CRA, IBAMA e Polícia Federal, que culminou com o fechamento de 103 dragas. Entre as razões consideradas, encontram-se: a iminência de invasão de novas áreas do Parque para a exploração de diamantes, com a geração de novos danos ambientais aos recursos hídricos de superfície, sobretudo ao rio Paraguaçu - responsável pela alimentação da Barragem Pedra do Cavalo, que fornece água para a população de Salvador -, já sacrificado por elevado grau de assoreamento, e a necessidade de um meio ambiente preservado, requerido tanto pelos empresários ligados ao turismo quanto pelos segmentos ligados à defesa do meio ambiente.

Embora ainda sobreviva à proibição da atividade com a prática eventual da garimpagem, o garimpeiro

de serra também foi colocado na condição de delinquente ambiental. Com isto, o exercício da sua profissão implica, na maioria das vezes, em punição. Paradoxalmente, o garimpeiro vivo e trabalhando, passou a ser um símbolo de ameaça ao meio ambiente e “morto”, proibido de garimpar, ele entrou definitivamente para a história, sendo apropriado pelo turismo e exposto, juntamente com os seus instrumentos de trabalho

em locais de visitação, como mais uma atração e tendo sua memória reverenciada, com a criação “da estátua do garimpeiro”, em Andaraí, a construção da “praça do garimpeiro”, em Mucugê, e a (projetada) instalação do “memorial do garimpo” em Lençóis.

De um lado, o garimpo de draga, causando degradação ambiental e produzindo um cenário de terra arrasada; de outro, o ecoturismo, mostrando a natureza preservada, sem degradação e livre de intrusão visual

O Prodetur NE II e a zona turística Chapada Diamantina

A elaboração da proposta visando a implementação da segunda fase do Prodetur/NE, levou a Bahia a incorporar novas Zonas Turísticas (ZT) às sete já existentes desde a fase anterior: Vale do Jiquiriçá, Lagos do São Francisco, Caminhos do Oeste e Caminhos do Sertão. A Chapada Diamantina experimentou o aumento do número dos municípios, - a exemplo do ocorrido com as ZTs integrantes da etapa anterior, nos já existentes Circuitos do Diamante e do Ouro, e também passou a contar com dois novos circuitos: o da Chapada Norte e o da Chapada Velha (BAHIA. SECRETARIA..., 2005).

A segunda etapa do Prodetur/NE para a Chapada Diamantina foi precedida de reuniões ocorridas na região, no período de janeiro de 2002 a abril de 2003. Compreendeu a realização de diagnóstico sobre a situação dos municípios integrantes, avaliação da primeira etapa do Programa, as ações propostas pelos atores sociais, representantes do poder público, do setor privado e da comunidade que integram o Prodetur/NE II e a constituição e eleição dos membros do Conselho de Turismo da Chapada Diamantina. O material proveniente destas reuniões também serviu de insumo para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS) do Circuito do Diamante (BAHIA. SECRETARIA..., 2005).

De acordo com o preconizado no regulamento do Conselho de Turismo da Chapada Diamantina (2003,

p. 2), dentre outras finalidades, cabe ao Conselho de Turismo da Chapada Diamantina implementar a estratégia que visa a “integração da cadeia produtiva do turismo” (do objetivo I) com os demais elos da economia regional e também a “consolidação da Chapada Diamantina pela identificação dos principais produtos turísticos diferenciados existentes no destino” (do objetivo II).

Segundo definição conjunta do governo do estado e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Prodetur/NE II tem como objetivo “reforçar o caráter socioeconômico do turismo, através da melhoria da qualidade de vida das populações nos destinos turísticos” (BURGOS, 2001, p. 34). A previsão é que a segunda fase do Prodetur “deverá abranger obras complementares aos projetos ora em andamento, de forma a multiplicar a infra-estrutura de cada região turística do Nordeste” (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 1998, p. 6). No caso da Chapada Diamantina, além das obras complementares aos projetos já concluídos, o Prodetur também terá que realizar as ações previstas e não concretizadas na primeira fase e implementar novas ações indicadas pelo Conselho de Turismo, tanto nos municípios já atendidos, quanto naqueles integrados ao programa recentemente.

Previstas e não realizadas na primeira fase, tais ações foram distribuídas por três componentes, a saber: “fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo; planejamento estratégico, treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico; e promoção de investimentos do setor privado.” (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2002, p. 12). Visando o desenvolvimento do turismo, por meio da concretização de tais ações, o governo do estado, utilizando recursos próprios, do PRODETUR e de

outras fontes, vem realizando investimentos públicos desde 1991, cuja continuidade prolongar-se-á até 2020. Tais investimentos têm contribuído para a atração de investimentos privados, cuja discriminação é apresentada no Quadro 1.

Concretização das ações públicas e privadas e as transformações na região

Em junho de 1997, foi inaugurado do Portal de Lençóis, o melhor hotel da região, condicionado e ligado umbilicalmente à construção do aeroporto de Lençóis, ocorrida em junho de 1998, que apresenta condição para pouso e decolagem de aeronaves, com capacidade para transportar 159 passageiros.

A concretização de tais investimentos acarretou a reforma dos meios de hospedagem já existentes, mediante o aumento do número de unidades habitacionais, da construção de hotéis e pousadas em várias cidades e localidades do Circuito do Diamante. Instalações modernas passaram a conviver e a estimular a melhoria da qualidade dos meios de hospedagem já em operação, atraindo a iniciativa privada ligada a este setor.

A implantação do aeroporto foi o evento responsável pela chegada de mais de 10 agências de turismo e pela consolidação do estado de São Paulo como o principal centro emissor de turistas, com frequência semanal para a Chapada Diamantina. Embora a existência do aeroporto tenha reduzido o tempo de viagem de São Paulo para Lençóis, que das 36 horas de ônibus passou a 4 horas (ou pouco menos, dependendo da empresa) de avião, observa-se que o alto preço das passagens, a crise econômica das empre-

sas de aviação e a queda no poder aquisitivo da classe média, contribuíram significativamente para a redução do número de turistas que se deslocam para a região utilizando este meio de transporte, aumentando assim a capacidade ociosa deste equipamento.

A entrada em operação do Portal de Lençóis, além de saudada pelos demais donos de

Quadro 1
Investimentos públicos e privados na ZT Chapada Diamantina 1991-2020

(em US\$1.000,00)

| Descrição | Em projeto | Em execução | Concluído | Total |
|------------------------|------------|-------------|-----------|---------|
| Investimentos públicos | 205.439 | 10.859 | 107.355 | 323.653 |
| Investimentos privados | 307.000 | 200 | 18.350 | 325.550 |
| Total | 512.439 | 21.059 | 125.705 | 649.203 |

Fonte: Bahia. Secretaria de Cultura e Turismo, 2006, p. 3-4.

meios de hospedagem, como um dos possíveis fomentadores da elevação do padrão de qualidade dos serviços turísticos da Chapada Diamantina, com a introdução do padrão “ecologia com mordomia” significou, sobretudo, a chegada do grande capital detentor de rede de hotéis (Portal) e de empresas que operam em aeroportos e estações rodoviárias (SINART) abrindo espaço para os seus congêneres, num destino turístico marcado, até então, pela presença de capitais individuais de menor magnitude.

Nos principais meios de hospedagem de Lençóis, Mucugê, Andaraí, Igatu e Vale do Capão, verifica-se maior vinculação com as agências e operadoras turísticas nacionais e, até mesmo, internacionais, com a utilização do computador como instrumento para gerenciar estes meios de hospedagem e a presença de profissionais mais qualificados para a operação dos equipamentos e atendimento à clientela. Estes estabelecimentos, além de servirem de referência para que os demais hotéis e pousadas se modernizem, também experimentam este processo, pois, quanto mais estreitam relações comerciais com determinadas operadoras e integram determinados roteiros com outros hotéis, mais são pressionados a melhorar a infra-estrutura, de forma a se adequarem ao padrão de qualidade nos serviços exigidos por estas empresas.

Nos meios de hospedagem de menor porte, observa-se a predominância do trabalho baseado na mão-de-obra familiar, nos quais o principal instrumento utilizado para a reserva de alojamento é o telefone, ainda que alguns deles também tenham anúncio na Internet. Diferentemente dos hotéis e pousadas mais sofisticadas, que dispõem de equipamentos como piscinas, sala de jogos e saunas, que mantêm o turista envolvido na “bolha ambiental” (BOORSTIN, 1987) de conforto e comodidade e com menos contato com a população local, as pousadas, na sua maioria, não contam com banheiros em todos os quartos e são mais rústicas, oferecendo ao visitante uma experiência mais próxima das condições de vida locais e um contato menos formal com o pessoal empregado nos meios de hospedagem.

Os investimentos realizados pelo governo do estado e pelo Prodetur na Chapada Diamantina, objetivavam promover a transição anunciada de um turismo marcadamente regional para um turismo de tipo extra regional e internacional

Os investimentos realizados pelo governo do estado e pelo Prodetur na Chapada Diamantina, particularmente no Circuito do Diamante, juntamente com o fechamento do garimpo, objetivavam promover a transição anunciada de um turismo marcadamente regional para um turismo de tipo extra regional e internacional, com uma clientela dotada de maior poder aquisitivo, mais exigente com relação à qualidade dos serviços e que se destinaria aos municípios vocacionados da região.

Tais ações, juntamente com a propaganda realizada pelos agentes vinculados ao setor turístico foram, gradualmente possibilitando a chegada à região de um turista classe média, informado sobre o culto e usufruto da natureza, e tendo como contrapartida a implementação de estratégias de exclusão do turista regional, pioneiro na visita à Chapada Diamantina. Antes, quando a Chapada Diamantina ainda não havia sido preparada para um tipo de turismo que pressupõe a realização de passeios e a prática de esportes na natureza, o preconceito contra o turista regional era inexistente. Por volta de meados dos anos 1990, quando o destino Chapada fortaleceu a vinculação da sua imagem ao ecoturismo, o turista regional passou a ser vítima do preconceito e estigmatizado como “farofeiro”.

Nesta cruzada anti-farofeiros, juntam-se os moradores (estabelecidos) com os forasteiros (os *outsiders* de antes e os atuais estabelecidos na cidade) (ELIAS; SCOTSON, 2000), todos proprietários de estabelecimentos comerciais, contra um turista que, sendo da própria região, é colocado na condição de *outsider*. Para estes empresários, o chamado “farofeiro” representa um tipo de visitante a ser excluído, por consumir muito pouco e, portanto, encontrar-se em desacordo com a nova característica econômica de turista requerida para a região. Assim, interessa-lhes aqueles turistas com maior poder aquisitivo e detentores de maior ou menor afinidade com os códigos de conduta. O preenchimento de tais requisitos representa a senha para que eles mantenham as portas da cidade escancaradas e a presença destes turistas seja altamente bem-vinda. Para os “farofeiros”, os indesejáveis, a “exigência do consumo compulsó-

rio”, a ‘obediência à questão ambiental”, a “necessidade de manter as ruas limpas”, são fatores que tornam as portas de entrada da cidade mais difíceis de serem transpostas.

A chegada de turistas mais exigentes e com maior nível de conhecimento tem colocado para os agentes turísticos a necessidade de um processo regular de capacitação para atender às demandas de intelectualização e profissionalização (MUNT, 1994) postas por alguns turistas que, informados por guias impressos como o *Lonely Planet*, desejam realizar uma viagem distintiva, encarada como uma oportunidade de estudar e aprender e, desta forma, de aumentar o capital cultural (BOURDIEU, 1979). Isto requer das agências a contratação de especialistas ou a presença de guias com um conhecimento mais aprofundado sobre a flora, fauna, geologia e história da região.

Vale dizer que este comportamento turístico vem sendo exercitado nos vários destinos (eco)turísticos mundiais já consolidados, com maior intensidade desde os anos 1980. Decorrida em torno de uma década, este nível de exigência, associado a outros modismos, é trazido pelos turistas para um destino relativamente novo como a Chapada Diamantina, com as suas desigualdades sociais, econômicas e educacionais e acaba provocando, de um lado, a profissionalização e seleção daqueles guias e agências que atendam à demanda colocada por este tipo de turista e, de outro, limita ainda mais o mercado de trabalho, especialmente, para um grande número de guias, que, por sua vez, são alvo da exploração das agências de viagens.

Esses turistas buscam na Chapada Diamantina a autenticidade da experiência turística presente no seu imaginário, induzida pelo *trade* e restrita, na maioria dos casos, às caminhadas para as atrações naturais, mescladas com a prática dos chamados esportes radicais e, raramente, mostram-se efetivamente interessados pela cultura e pelo contato com as populações locais.

Ao lado da presença maciça de um turista que visita a região, motivado pela existência de um parque nacional e de atrativos naturais, observa-se, em menor medida, a existência de outros tipos de turistas, como os étnicos, culturais, históricos e também aqueles que buscam profissionalizar a experiência

turística realizando férias voluntárias. Esses turistas procuram tornar o período de ócio mais significativo, proporcionado pelo maior tempo de permanência no destino, pelo conhecimento e contato com a população e a cultura dos locais visitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se atualmente que Lençóis, na condição de capital e portão de entrada do turismo da região, vem experimentando um intenso processo de turistificação, no qual o turismo, repetindo cada vez mais o garimpo, assume gradualmente o papel de monoatividade. Com isto, as demais alternativas econômicas, relegadas a um plano mais do que secundário, levam, mais de 80% da população a depender do turismo para sobreviver e, na maioria dos casos, ocupando os empregos de remuneração mais baixa.

As áreas turísticas estão expostas a fatores conjunturais de ordem econômica e política, à concorrência entre destinos mundiais que oferecem produtos semelhantes, aos modismos que influenciam sobremaneira o gosto volúvel dos turistas, à baixa qualidade dos serviços prestados, à sujeira e, eventualmente, à violência. Estes fatores, individualmente ou associados, podem comprometer profundamente a situação não só de um destino com as características da Chapada Diamantina como também as condições de vida dos seus moradores que, diante da restrição de outras alternativas econômicas, encontram-se maciçamente empregados no turismo.

Ainda que seja uma atividade relativamente recente na região, o turismo tem promovido mudanças, em decorrência da especialização da área numa modalidade de turismo ligada à natureza, que compreendem a implantação da infra-estrutura ligada aos serviços turísticos, traduzida na reforma, ampliação e surgimento de novas construções na área urbana destes municípios e nas localidades onde estão situados alguns atrativos para abrigar os meios de hospedagens, agências de viagens, museus, receptivo turístico e todo um comércio voltado para o atendimento dos visitantes.

Este processo desencadeou na cidade um movimento de especulação imobiliária que acarretou o deslocamento de um grande número de moradores

para as áreas mais afastadas da cidade. Ao vender as suas casas, localizadas no centro de Lençóis, esses moradores passaram a vivenciar de perto a precariedade e mesmo ausência dos serviços de abastecimento de água e de saneamento básico. Vale dizer que este fato não é exclusivo das áreas urbanas dos municípios pesquisados. Ocorre também na área rural, como o Vale do Capão, distrito de Palmeiras, onde boa parte dos seus moradores, que viviam da agricultura de subsistência e do cultivo de algumas frutícolas, foi compelida a vender as suas terras para a implantação de meios de hospedagens, comércio ligado ao turismo e, até mesmo, para a construção de segundas residências, símbolos do consumo ostentatório e de distinção social exercitado pelas classes médias urbanas, que moram, principalmente, em Salvador.

Por não terem administrado devidamente os recursos originários da venda dos terrenos, muitos destes moradores, além de não deixarem terra para que os filhos nela trabalhem, acabam em alguns casos, tornando-se empregados dos empresários turísticos que lhes compraram os terrenos. Para completar, ainda se deparam com o cercamento e a privatização dos caminhos que dão acesso ao rio por parte destes mesmos empresários, que utilizam alguns trechos do rio para a recreação dos turistas que se encontram hospedados nas suas pousadas.

O aumento do custo de vida e a sazonalidade do turismo têm repercutido diretamente na população desses municípios da Chapada Diamantina. O primeiro tem se expressado com mais vigor em Lençóis, levando boa parte dos moradores e alguns donos de pousadas a se deslocarem para fazer as compras de supermercado no município de Seabra. A sazonalidade turística da Chapada Diamantina, tal qual um efeito sanfona, compreende períodos de intensa visitação durante a alta estação e de grande queda de movimento nos meses seguintes, acarretando o desemprego de um grande número de moradores.

Quanto às drogas e à prostituição, a despeito de existirem nos lugares, independentemente da pre-

sença do turismo, elas vicejam, à medida que o turismo se desenvolve, “colando-se” a esta atividade e passando a fazer parte, ainda que oficiosamente, da oferta dos serviços turísticos. A restrição de oportunidades de emprego e a precária capacitação de boa parte dos moradores têm feito com que, sobretudo, entre a juventude, ocorra a prática da prostituição, o consumo e o tráfico de drogas, alguns assaltos praticados contra turistas e contra estabelecimentos do comércio local.

A criação do Parque Nacional, embora tenha sido uma medida importante, visando reduzir a degradação ambiental, também representou uma dupla restrição ao modo de vida da população dos municípios abrangidos por esta unidade de conservação. De um lado, com a proibição legal de práticas consagradas pelo costume e voltadas

para a complementação da sobrevivência, que acabou provocando a criminalização ambiental destas pessoas, sem que lhes fossem proporcionadas outras alternativas. De outro lado, com a ameaça de expulsão daquelas pessoas cujas terras, na realidade, foram invadidas e decretadas como Parque Nacional, fazendo com que passassem, numa penada legal, de moradores tradicionais à condição de invasores. Estes mesmos “invasores” percebem, indignados, que enquanto a área do Parque se fecha para eles, abre-se escancaradamente para a visitação turística.

Tanto na área do Parque Nacional, que concentra a maioria dos atrativos, quanto nos demais locais turísticos, observa-se a implementação de um turismo desordenado, em que o respeito ao meio ambiente termina no momento em que os empresários, sempre preocupados com o aumento do número de turistas, percebem que terão os seus lucros reduzidos, no momento em que aderirem à proposta de ordenamento da atividade turística que implica na limitação da quantidade de visitantes a determinados atrativos, em respeito à capacidade de carga recomendada.

Enquanto esta proposta não vem sendo efetivamente implementada, a maior parte das agências e muitos guias continuam despejando multidões de tu-

O Vale do Capão, boa parte dos seus moradores, que viviam da agricultura de subsistência e do cultivo de algumas frutícolas, foi compelida a vender as suas terras para a implantação de meios de hospedagens, comércio ligado ao turismo

ristas para frágeis atrativos, sobretudo nos períodos da alta estação. Este comportamento tem colocado em campos opostos as agências de viagens, que lucram no atacado, e o IBAMA, apoiado por grupos ambientalistas e alguns guias, que vêm tentando limitar esta visita excessiva como forma de reduzir os problemas ambientais.

Diante deste quadro faz-se necessário que haja uma participação intensa do movimento ambientalista, das organizações da sociedade civil e da população no processo de discussão sobre as correções de rumo necessárias para que o turismo da Chapada Diamantina venha a se tornar, juntamente com outras alternativas econômicas, uma atividade possibilitadora da melhoria das condições de vida de amplos setores da população.

A Chapada Diamantina passou da condição de destino eminentemente regional, para figurar entre os principais destinos ecoturísticos do Brasil, tendo se constituído também numa área de relevância internacional. Tal fato coloca para todos os agentes institucionais públicos e privados, responsáveis e envolvidos com o turismo da região, a necessidade de serem implementadas medidas de cunho socioeconômico e ambiental que garantam a manutenção desta atividade sempre numa posição de destaque. Estas medidas devem ser vistas como uma das estratégias para evitar que a Chapada Diamantina se torne vulnerável a ponto de comprometer o seu ciclo de vida como destinação turística e venha a se transformar em mais um destino intensamente explorado e abandonado pelos mesmos ecoturistas que partirão em busca de novas áreas “ecologicamente corretas”.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Programa de desenvolvimento turístico da Bahia: oportunidades de investimentos*. Salvador: Codetur, 1993.
- _____. *Estratégia turística e plano de ação*. Salvador: Setur, nov. 1997. Mimeografado.
- _____. *Plano de manejo*. Área de proteção ambiental Marimbus-Iraquara. Síntese. Salvador: Editora Pallotti, 1998.
- _____. *Prodetur/NE II*. PDITS. Chapada Diamantina. SUINVEST/FGV e HVS. Salvador: Setur, 2003.
- _____. *Programa de Desenvolvimento Turístico* (Prodetur). Disponível em: <<http://www.sct.ba.gov.br/prodetur.asp>>. Acesso em: 03 set. 2006.
- _____. *Século XXI – Consolidação do turismo: estratégia turística da Bahia 2003-2020*. Salvador: Setur, 2005.
- BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração. *Chapada Diamantina, uma avaliação prévia dos condicionantes à implantação do turismo nos municípios de Lençóis, Andaraí e Mucugê*. Salvador: Coordenação de Fomento ao Turismo, 1976. 2 t.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Prodetur em Ação*. Fortaleza: BNB, 1998.
- _____. Três pólos e muitos destinos. *BNB Notícias*, Especial. Fortaleza: BNB, maio 2002.
- BOORSTIN, Daniel. *The image: a guide to pseudo. Events in America*. New York: Atheneum, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction – critique sociale du judgement*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.
- BURGOS, Fred. Turismo baiano traça estratégias para ampliar fluxo e receita. *Bahia Análise e Dados*. Salvador: SEI, v. 7, n. 2, p. 29-34, set. 2001.
- CONSELHO DE TURISMO DA CHAPADA DIAMANTINA. *Regulamento*. Lençóis: Prefeitura Municipal de Lençóis, abr. 2003.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EMPRESA DE TURISMO DA BAHIA. *Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia*. Chapada Diamantina. Relatório Final. Salvador: Bahiatursa, 1993. v. 1.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. *Novas fronteiras do turismo*. Salvador: Empresa Baiana de Turismo, 1991. (Versão preliminar, 5)
- LENÇÓIS. Lei n. 190 de 30 novembro 1961. Cria o Conselho Municipal de Turismo de Lençóis. Lençóis, 30 nov. 1961.
- MARBACK NETO, Guilherme. Interiorização do Turismo na Bahia. Uma tentativa de Planejamento Governamental. *Turismo em Análise*, São Paulo: ECA/USP, v. 2, n. 2, p. 43-54, nov. 1991.
- MUNT, Ian. The 'other' postmodern tourism: culture, travel and the new middle classes. *Theory, Culture, Society*, Nottingham Trent University, v. 11, p. 101-123, 1994.
- SALES, Fernando. *Lençóis, coração diamantino da Bahia*. Salvador: EGBA, 1973.
- SILVA, Sylvio B. de M e. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 122-143.

Dinâmica demográfica e econômica das regiões da Bahia

Luiz Mario Ribeiro Vieira*

Resumo

Este artigo apresenta o desempenho demográfico e econômico das regiões da Bahia, com base nas informações consolidadas para o Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Os resultados apontam para grandes disparidades entre as regiões, sejam populacionais ou econômicas. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) participa com mais de 65% da geração de renda e possui mais de 48% da população do estado. As políticas de desconcentração vêm obtendo resultados modestos diante das características do território baiano que tem dois terços na área do semi-árido. A dinâmica demográfica das regiões localizadas no semi-árido frente às outras regiões mostra uma perda de população. As políticas públicas voltadas para a integração do território baiano têm papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social da Bahia.

Palavras-chave: regiões econômicas, população, PIB municipal, concentração, setores, investimento.

Abstract

This paper presents the demographic and economic performance of Bahia's regions, based upon consolidated information on municipal GDPs. The results point out big population and economics disparities between regions. For example, the MAS participates with over 65% of the income generation, and holds 48% of the state's total population. Deconcentration policies have been achieving modest results due to the characteristics of the Bahian territory of which two thirds are located in the semiarid region. When compared to other regions, the demographic dynamics of regions located in the semiarid show a loss of population. Public policies aimed towards the integration of the Bahian territory have a fundamental role in the economic and social development of Bahia.

Key words: economic regions, population, municipal GDP, concentration, macro-sectors, investment.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é fazer um diagnóstico sobre a dinâmica recente das regiões da Bahia. Foi motivado pela divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), possibilitando uma hierarquização das regiões no contexto global do estado.

Serão analisadas duas dimensões fundamentais para o entendimento dessa dinâmica das regiões: a demográfica e a econômica. A primeira tem como referência os Censos de 1980, 1991 e 2000, enquanto a segunda, a série do PIB dos municípios para o período 1999-2002. Para subsidiar o diagnóstico econômico, também serão analisados os investimentos industriais realizados no estado da Bahia no período de 1997 a 2002.

A divisão geográfica atende ao critério de região econômica estabelecido nos estudos sobre a Bahia e utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora, recentemente, a divisão por Eixos de Desenvolvimento seja também utiliza-

* Engenheiro, mestre em Economia, Coordenador de Acompanhamento Conjuntural da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e professor da Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (FACCEBA). lmario@sei.ba.gov.br

da, principalmente após o governo federal implementar essa classificação nos últimos Planos Plurianuais (PPA).

Este estudo tem um caráter estritamente de diagnóstico, ou seja, o de mostrar um quadro geral da dinâmica demográfica e econômica das regiões do estado, limitando-se, portanto, a apresentar os dados e algumas relações de causa e efeito para esses relevantes fenômenos. Os resultados aqui apresentados, porém, podem ser ponto de partida para políticas públicas que visem a melhorar a qualidade de vida da população baiana nos próximos anos, como estabelecido no “Plano Estratégico: Bahia 2020” do governo da estado da Bahia. A regionalização adotada neste estudo obedece àquela estabelecida pela Secretaria do Planejamento (SEPLAN), que divide a Bahia em 15 regiões econômicas.

Para alcançar os objetivos propostos, o artigo está organizado em quatro partes, além desta introdução e das conclusões. Na primeira, apresenta-se a dinâmica e distribuição populacional das regiões econômicas; na segunda, mostra-se a dinâmica e a distribuição do PIB entre as regiões; a distribuição

regional da renda por setores encontra-se na terceira seção, os investimentos realizados na Bahia estão na última seção.

DINÂMICA E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL POR REGIÕES ECONÔMICAS

Do ponto vista climático, a Bahia tem muitas particularidades. A principal é que dois terços do território fazem parte do semi-árido, correspondendo a cerca de 250 municípios. Essa particularidade fica evidente quando se verifica a densidade demográfica das regiões econômicas. Do ponto de vista demográfico, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) constitui-se na área mais densamente povoada da Bahia (1.291,82 hab/km²), enquanto o Baixo Médio São Francisco e o Oeste são as regiões menos povoadas, com densidade inferior a 10 hab/km². Nessas regiões, e especialmente no centro do estado, está o semi-árido, onde predominam as grandes propriedades que constituem a base para o povoamento rarefeito destas regiões, que se caracterizam pelos vazios demográficos (Tabela 1).

A crise econômica dos anos 1980 e o processo de globalização dos anos 1990 provocaram mudanças tanto da economia quanto na dinâmica social do Brasil, sobretudo na estrutura de sua população, com redução da tendência de crescimento demográfico e do ajustamento etário, ao mesmo tempo em que se acentuou o processo de urbanização e modificação na distribuição espacial da população. Entre 1980 e 1991, o Brasil registrou o mais baixo índice de crescimento populacional dos últimos decênios, 1,9% ao ano. Pela primeira vez esse percentual ficou abaixo dos 2,0%. No período 1991-2000, a tendência de queda do crescimento populacional se manteve, com a taxa de 1,6%.

Tabela 1
População residente, área e densidade demográfica, segundo as regiões econômicas
Bahia, 2000

| Região Econômica | População Total | Área (km ²) | Área (%) | Densidade Demográfica (hab/km ²) |
|---------------------------|-----------------|-------------------------|----------|--|
| Estado da Bahia | 13.070.250 | 564.258 | 100,00 | 23,16 |
| Metropolitana de Salvador | 3.021.572 | 2.339 | 0,41 | 1.291,82 |
| Litoral Norte | 530.898 | 12.174 | 2,16 | 43,61 |
| Recôncavo Sul | 684.550 | 10.662 | 1,89 | 64,20 |
| Litoral Sul | 1.360.539 | 25.218 | 4,47 | 53,95 |
| Extremo Sul | 664.850 | 30.648 | 5,43 | 21,69 |
| Nordeste | 1.176.201 | 56.022 | 9,93 | 21,00 |
| Paraguaçu | 1.250.163 | 34.129 | 6,05 | 36,63 |
| Sudoeste | 1.135.362 | 42.389 | 7,51 | 26,78 |
| Baixo Médio S. Francisco | 407.501 | 55.559 | 9,85 | 7,33 |
| Piemonte da Chapada | 568.708 | 33.661 | 5,97 | 16,90 |
| Irecê | 372.994 | 26.051 | 4,62 | 14,32 |
| Chapada Diamantina | 507.414 | 41.751 | 7,40 | 12,15 |
| Serra Geral | 565.037 | 32.248 | 5,72 | 17,52 |
| Médio São Francisco | 337.507 | 46.970 | 8,32 | 7,19 |
| Oeste | 486.954 | 114.437 | 20,28 | 4,26 |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

A Bahia, tal como no país, a dinâmica demográfica sofreu mudanças significativas nesse período. A população residente total passou de 9,45 milhões em 1980 para 13,1 milhões em 2000. A taxa média de crescimento demográfico na Bahia caiu entre os dois períodos censitários, passando de 2,1% entre 1980-1991 para 1,1% entre 1991-2000. Contribuíram para esses resultados a retração tanto em áreas urbanas quanto rurais (Tabela 2).

A população urbana residente cresceu no primeiro período a 3,8% ao ano, passando para 2,5% no período seguinte, enquanto a população rural residente praticamente estagnou (0,1%) no primeiro período e caiu 1,3% entre 1991-2000. Explica-se esse fato em função dos tradicionais fluxos de saída da população e, como fator de impacto maior, o declínio da fecundidade, que vem ocorrendo, embora tardiamente, em relação a outros estados. Essa queda na taxa de crescimento, principalmente da população urbana, ocorreu mesmo com o surgimento de novas áreas e da ampliação dos perímetros urbanos já existentes.

Para as regiões econômicas do estado, os dados da Tabela 2 mostram queda no ritmo de crescimento demográfico entre os dois períodos considerados,

Tabela 2
Taxa média anual de crescimento da população residente nas regiões econômicas Bahia, 1980/2000

| Região Econômica | Taxa (%) | | |
|---------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | 1991/1980 | 2000/1991 | 2000/1980 |
| Bahia | 2,09 | 1,08 | 1,63 |
| Metropolitana de Salvador | 3,19 | 2,14 | 2,72 |
| Litoral Norte | 1,50 | 1,51 | 1,51 |
| Recôncavo Sul | 0,96 | 0,95 | 0,95 |
| Litoral Sul | 1,88 | -0,17 | 0,95 |
| Extremo Sul | 1,42 | 2,48 | 1,90 |
| Nordeste | 2,03 | 0,76 | 1,46 |
| Paraguaçu | 1,75 | 0,52 | 1,20 |
| Sudoeste | 1,48 | 1,31 | 1,40 |
| Baixo Médio S. Francisco | 1,63 | 1,95 | 1,77 |
| Piemonte da Chapada | 2,76 | -0,65 | 1,21 |
| Irecê | 2,47 | 0,36 | 1,51 |
| Chapada Diamantina | 2,02 | 0,63 | 1,39 |
| Serra Geral | 1,65 | 0,82 | 1,28 |
| Médio São Francisco | 2,04 | 0,89 | 1,52 |
| Oeste | 2,44 | 1,16 | 1,86 |

Fonte dos dados primários: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

embora esse comportamento não seja homogêneo em todas as regiões. Litoral Norte, Extremo Sul e Baixo Médio São Francisco (BMSF) cresceram acima da média do estado, enquanto o Litoral Sul e Piemonte da Chapada registraram crescimento negativo. A Região Metropolitana de Salvador (RMS), mesmo com a redução da taxa, apresentou uma expansão demográfica acima da taxa média do estado nos dois últimos Censos.

Essa dinâmica demográfica não possibilitou alterações nas participações das regiões no estado. Nenhuma região elevou ou caiu posição na classificação populacional (Tabela 3). As cinco regiões mais populosas da Bahia no período 1980-2000 – RMS, Litoral Sul, Paraguaçu, Nordeste e Sudoeste – também contavam com mais de 1 milhão de habitantes em 2000.

Tabela 3
Participação da população residente nas regiões econômicas Bahia, 1980/2000

| Região Econômica | Participação (%) | | |
|---------------------------|------------------|-------|-------|
| | 1980 | 1991 | 2000 |
| Bahia | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Metropolitana de Salvador | 18,7 | 21,0 | 23,1 |
| Litoral Norte | 4,2 | 3,9 | 4,1 |
| Recôncavo Sul | 6,0 | 5,3 | 5,2 |
| Litoral Sul | 11,9 | 11,6 | 10,4 |
| Extremo Sul | 4,8 | 4,5 | 5,1 |
| Nordeste | 9,3 | 9,3 | 9,0 |
| Paraguaçu | 10,4 | 10,1 | 9,6 |
| Sudoeste | 9,1 | 8,5 | 8,7 |
| Baixo Médio S. Francisco | 3,0 | 2,9 | 3,1 |
| Piemonte da Chapada | 4,7 | 5,1 | 4,4 |
| Irecê | 2,9 | 3,0 | 2,9 |
| Chapada Diamantina | 4,1 | 4,0 | 3,9 |
| Serra Geral | 4,6 | 4,4 | 4,3 |
| Médio São Francisco | 2,6 | 2,6 | 2,6 |
| Oeste | 3,6 | 3,7 | 3,7 |

Fonte dos dados primários: IBGE, Censo Demográfico 2000, elaboração própria

Cabe destacar que as regiões RMS, BMSF e Extremo Sul (ES) consolidaram suas posições. As regiões localizadas no semi-árido, como Nordeste, Piemonte da Chapada, Serra Geral e Chapada Diamantina, reduziram suas participações na população total da Bahia (Tabela 3).

O fenômeno da migração explica, em parte, o aumento da participação da Região Metropolitana de Salvador de 18,7% em 1980 para 23,7% em 2000, correspondendo a mais de três milhões de habitantes. Essa imigração foi atraída, principalmente, pela expansão das atividades industriais na RMS na década de 1980.

DINÂMICA E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RENDA

A configuração econômica atual da Bahia começou a se formar a partir da segunda metade dos anos de 1970, com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, ampliando o círculo industrial da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Anteriormente, até o início dos anos 1950 (década de implantação da RLAM), estava centrada no setor primário-exportador, sendo o cacau o principal responsável por essa dinâmica. A consolidação do Pólo Petroquímico possibilitou à Bahia experimentar elevadas taxas de crescimento, na década de 1980, num cenário nacional de recessão.

A partir da década de 1990, ocorreu uma profunda transformação na estrutura da agricultura, que dinamizou o setor e impactou o PIB baiano. A mudança agrícola associada à praga da vassoura-de-bruxa provocou uma perda significativa da participação do cacau na formação do valor bruto da produção da agricultura, que passou de 45% em 1985 para 15% em 1995/96.

O crescimento econômico nessa década, entretanto, não se limitou à RMS, visto que alcançou também outras regiões do estado. Entre essas destacam-se: a produção de grãos na região Oeste; ampliação da cafeicultura na região da Chapada Diamantina; frutas na região do Vale do São Francisco; extração de minérios na região do Sudoeste; além da expansão da região do Extremo-Sul do estado, com a extração de madeira e a consolidação do complexo de papel e celulose. Estas são marcas de crescimento econômico e expansão econômica desse período.

Como se pode verificar na Tabela 4, são essas regiões que lideram o crescimento no estado. Nelas se concentram as atividades agroindustriais modernas e inseridas no processo de globalização, caracterizando o início de um processo de desconcentração econômica.

Tabela 4

**Taxas de crescimento do produto interno bruto por regiões econômicas
Bahia, 1999/2002**

| Regiões Econômicas | Variação (%) | | | |
|---------------------------|--------------|-----------|-----------|-----------|
| | 2000/1999 | 2001/2000 | 2002/2001 | 2002/1999 |
| Estado da Bahia | 3,90 | 1,00 | 1,20 | 6,20 |
| Metropolitana de Salvador | 5,80 | 0,90 | -3,56 | 2,95 |
| Litoral Norte | 6,83 | 25,31 | -3,38 | 29,35 |
| Recôncavo Sul | 3,67 | -3,78 | 2,20 | 1,95 |
| Litoral Sul | -3,09 | 2,86 | 9,47 | 9,12 |
| Extremo Sul | 1,94 | 7,77 | 2,07 | 12,13 |
| Nordeste | 3,71 | -6,06 | 16,48 | 13,48 |
| Paraguaçu | 3,89 | -0,23 | -3,37 | 0,15 |
| Sudoeste | 5,18 | 1,33 | -4,87 | 1,39 |
| Baixo Médio São Francisco | 10,16 | -13,35 | 13,49 | 8,33 |
| Piemonte da Diamantina | 11,79 | 2,65 | -0,48 | 14,20 |
| Irecê | 18,32 | -12,08 | 5,16 | 9,39 |
| Chapada Diamantina | 9,00 | 2,16 | 2,64 | 14,30 |
| Serra Geral | 9,00 | -1,80 | 0,05 | 7,09 |
| Médio São Francisco | 12,25 | -4,77 | 8,82 | 16,32 |
| Oeste | 14,58 | 2,48 | 5,52 | 23,90 |

Fonte dos dados primários: SEI/IBGE, elaboração própria

A região Litoral Norte foge um pouco a essa regra, embora esteja inserida no mercado internacional do turismo, com o complexo Costa do Sauípe, que dinamizou praticamente toda a região no entorno desse empreendimento. As regiões Sudeste e Recôncavo Sul apresentaram estagnação nesse período, ou seja, registraram um crescimento apenas vegetativo em comparação com desempenho de outras regiões. Os resultados da região Paraguaçu evidenciam um processo estrutural de perda de dinamismo de uma área de grande potencial econômico e turístico que continua sendo objeto de estudos, mas sem a concretização de um projeto de desenvolvimento sustentável demandado pela região.

Cinco regiões (RMS, Litoral Norte, Paraguaçu, Extremo Sul e Paraguaçu) respondiam, em 2002, por 73,5% do PIB da Bahia, mesmo com a RMS perdendo, ainda que lentamente, participação no PIB estadual, enquanto as regiões Litoral Sul, Extremo Sul e Oeste estão aumentando vagarosamente suas participações no PIB, conforme Tabela 5. Portanto, diante da manutenção desse processo de desconcentração econômica apresentada pelos números do PIB, para o período 1999-2002, a participação das regiões no PIB caminha, ainda que lentamente, para uma distribuição menos desigual.

Tabela 5
Participação percentual das regiões econômicas
no PIB
Bahia, 1999/2002

| Regiões Econômicas | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|---------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Estado da Bahia | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Metropolitana de Salvador | 52,48 | 52,59 | 52,37 | 50,65 |
| Litoral Norte | 3,95 | 4,00 | 4,95 | 4,79 |
| Recôncavo Sul | 2,70 | 2,65 | 2,52 | 2,58 |
| Litoral Sul | 7,31 | 6,71 | 6,81 | 7,48 |
| Extremo Sul | 4,77 | 4,60 | 4,90 | 5,01 |
| Nordeste | 4,46 | 4,38 | 4,06 | 4,74 |
| Paraguaçu | 5,94 | 5,85 | 5,76 | 5,58 |
| Sudoeste | 4,86 | 4,84 | 4,84 | 4,62 |
| Baixo Médio São Francisco | 2,48 | 2,59 | 2,21 | 2,52 |
| Piemonte da Diamantina | 1,73 | 1,83 | 1,86 | 1,85 |
| Irecê | 1,13 | 1,27 | 1,10 | 1,16 |
| Chapada Diamantina | 1,52 | 1,57 | 1,59 | 1,63 |
| Serra Geral | 1,94 | 2,01 | 1,94 | 1,95 |
| Médio São Francisco | 1,01 | 1,07 | 1,01 | 1,10 |
| Oeste | 3,72 | 4,04 | 4,09 | 4,33 |

Fonte dos dados primários: SEI, elaboração própria

Setorialmente, a concentração apresenta diferenças significativas. O setor mais concentrado é o da indústria, no qual três regiões (RMS, Litoral Norte e Litoral Sul) geravam, em 2002, 77,3% do valor agregado do setor. A Agropecuária se revela como o menos concentrado, em razão do cultivo de produtos de subsistência em quase todas as regiões, que possuem peso significativo na formação do PIB do setor.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL POR SETORES DE ATIVIDADE

A economia baiana esteve dependente do setor primário até início dos anos 1970, quando as atividades ligadas à agricultura eram dominantes na composição do PIB estadual. A indústria assumiu, desde seu começo, uma configuração espacial e setorial nitidamente concentrada. O processo de concentração espacial refletia a estratégia de potencialização dos recursos utilizados, com pesados investimentos estatais, notadamente no setor de infra-estrutura.

A localização dos grandes projetos industriais na RMS, como o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), são resul-

tados dessa estratégia. Essa elevada concentração de investimentos públicos e privados, na RMS, possibilitou a presença de economias de aglomeração que viabilizaram o intenso crescimento da economia ao longo dos últimos trinta anos. Este processo consolidou-se em meados da década de 1980 e foi reestruturado nos anos de 1990 com a abertura comercial e globalização dos mercados, com o surgimento de novos setores dinâmicos, que modificaram o processo de desenvolvimento da economia do estado.

A reestruturação da economia baiana se deu com base em novos espaços dinâmicos, os quais passaram a responder por parcela significativa do PIB agropecuário da Bahia. As regiões Oeste, Extremo Sul, Litoral Sul e Baixo São Francisco representam aproximadamente 50% do PIB Agropecuário do estado (Tabela 6).

Tabela 6
Participação percentual das regiões
Econômicas no PIB, por Setores – Agropecuária
Bahia, 1999/2002

| Regiões | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Estado da Bahia | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Bahia | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| RMS | 1,5 | 1,4 | 1,2 | 0,9 |
| Litoral Norte | 6,0 | 6,0 | 5,7 | 6,1 |
| Recôncavo Sul | 5,5 | 5,3 | 5,0 | 4,7 |
| Litoral Sul | 14,9 | 11,5 | 11,7 | 14,1 |
| Extremo Sul | 12,0 | 11,6 | 14,7 | 14,0 |
| Nordeste | 7,3 | 7,3 | 6,5 | 6,7 |
| Paraguaçu | 6,3 | 6,4 | 6,7 | 6,0 |
| Sudeste | 9,0 | 8,9 | 9,1 | 8,0 |
| Baixo M. São Francisco | 5,8 | 6,4 | 6,0 | 6,9 |
| Piemonte da Chapada | 2,7 | 3,4 | 3,3 | 2,6 |
| Irecê | 2,6 | 3,8 | 2,6 | 3,0 |
| Chapada Diamantina | 5,0 | 4,8 | 4,8 | 4,8 |
| Serra Geral | 4,3 | 4,1 | 3,9 | 3,6 |
| Médio São Francisco | 3,5 | 3,7 | 3,3 | 3,3 |
| Oeste | 13,7 | 15,5 | 15,5 | 15,4 |

Fonte dos dados primários: SEI, elaboração própria

A região Oeste, que até meados dos anos 1970 vivia em completo esquecimento, passa a imprimir um novo ritmo de produção, tendo como principal vetor de crescimento a cultura da soja voltada para a exportação. Esse vigoroso aumento da produção de grãos foi capitaneado por Barreiras, que atraiu as demandas regionais por mercadorias e serviços,

centralizando a comercialização e industrialização da produção do Oeste, representando cerca de 15% do PIB agropecuário da Bahia.

Outra região com desempenho agropecuário expressivo é o Extremo Sul, que detém cerca de 14% do PIB agropecuário da Bahia. O crescimento dessa região deve-se às vantagens comparativas existentes para o cultivo de maciços florestais de pinos e eucaliptos, matérias-primas para as indústrias de celulose e papel.

A forte presença da agricultura irrigada no extremo norte do estado, com destaque para o município de Juazeiro, fez com que a região do Baixo São Francisco se transformasse em um pólo exportador de frutas em padrões tecnológicos modernos e competitivos.

A região Sudeste ainda tem importância dentro do PIB agropecuário, com participação oscilando entre 8,0 e 9,0%, devido ao maior valor agregado da pecuária de corte e de leite, embora sem expressar uma atividade dinâmica, nesse novo processo de diversificação econômica da Bahia.

Na região Litoral Sul, as principais atividades produtivas são o cacau e a pecuária, embora possua uma gama de produtos agrícolas, a exemplo de: cravo-da-índia, guaraná, seringueira, pimenta-do-reino, coco dendê, cítricos, mandioca, cana-de-açúcar e café. Embora a cultura cacauzeira tenha entrado em declínio nos últimos anos, ainda representa uma parcela considerável do valor agregado da agropecuária da região, detendo uma média de 12,0% do PIB desse setor.

A Constituição de 1988 promoveu o processo de descentralização fiscal, ampliando a autonomia financeira de estados na cobrança de seus tributos e na elaboração de seus orçamentos. Esse processo resultou em aumento da receita fiscal dos estados, além de permitir a concessão de incentivos fiscais, com o objetivo de atrair investimentos produtivos, principalmente para o setor industrial.

Dentro desse contexto, o governo da Bahia instituiu, em 1991, o Programa de Promoção de Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA), com os seguintes objetivos: diversificar a malha industrial do estado; estimular a transformação de recursos naturais; interiorizar o processo de industrialização e de reforço da capacidade tecnológica; e incrementar a qualidade e a produtividade da indústria na Bahia.

Os resultados alcançados na vigência do progra-

ma podem ser considerados positivos. No período 1992-2002, o volume de investimentos previstos para a implantação de unidades industriais, ampliação e modernização das atividades produtivas e reativação totalizaram US\$ 3,3 bilhões, com geração de aproximadamente 42,5 mil empregos diretos.

O processo de adensamento das cadeias produtivas acentuou a concentração na RMS, que passou a representar, aproximadamente, 67% da produção industrial do estado (Tabela 7). A indústria química é a mais importante da região, respondendo por, aproximadamente, 50% da produção industrial.

Tabela 7
Participação percentual das regiões econômicas no PIB, por setores – Indústria Bahia, 1999/2002

| Regiões | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|---------------------------|-------|-------|-------|-------|
| Bahia | 100 | 100 | 100 | 100 |
| RMS | 65,39 | 68,05 | 67,11 | 66,19 |
| Litoral Norte | 4,78 | 4,51 | 6,61 | 5,95 |
| Recôncavo Sul | 1,36 | 1,27 | 1,14 | 1,30 |
| Litoral Sul | 5,26 | 4,52 | 4,80 | 5,15 |
| Extremo Sul | 3,98 | 3,43 | 3,50 | 3,27 |
| Nordeste | 4,42 | 4,02 | 3,43 | 4,92 |
| Paraguaçu | 3,94 | 3,80 | 3,65 | 3,59 |
| Sudeste | 2,64 | 2,46 | 2,60 | 2,30 |
| Baixo Médio São Francisco | 2,40 | 2,24 | 1,42 | 1,69 |
| Piemonte da Chapada | 0,78 | 0,88 | 0,96 | 1,06 |
| Irecê | 0,49 | 0,38 | 0,38 | 0,34 |
| Chapada Diamantina | 0,58 | 0,59 | 0,61 | 0,54 |
| Serra Geral | 1,11 | 1,16 | 1,15 | 1,12 |
| Médio São Francisco | 0,28 | 0,28 | 0,25 | 0,27 |
| Oeste | 2,60 | 2,40 | 2,40 | 2,32 |

Fonte dos dados primários: SEI, elaboração própria

O crescimento industrial do Extremo Sul deve-se à implantação do complexo de papel e celulose, que transformou a região na maior produtora de papel e celulose do país. O Litoral Sul tem ainda certa importância industrial: representa cerca de 5,0% do PIB do setor. Os investimentos, como o pólo de informática de Ilhéus, as indústrias calçadistas em Itabuna e em outras cidades da região, dirigem-se a novos segmentos dinâmicos, diante do declínio da cultura cacauzeira. Nas outras regiões, atualmente, a atividade industrial é inexpressiva, mas com potencial, como nas regiões Oeste, Litoral Norte e Paraguaçu.

A participação da RMS no PIB de serviços ratifica a visão tradicional da economia de que o setor de serviços é induzido pela dinâmica industrial, associado ao fato de Salvador ser uma cidade com forte apelo turístico. As regiões com alguma expressão no setor de serviços, conforme Tabela 8, são: Litoral Sul, Sudeste e Paraguaçu. O Litoral Sul também tem atrativos turísticos e, diante da crise do cacau, procurou desenvolver atividades ligadas ao setor, como: educação, saúde e hotelaria.

A região do Paraguaçu tem como destaque, na área de serviços, o município de Feira de Santana, que funciona como um pólo comercial, de serviços e centro industrial e modal de transporte, responsável pelos fluxos de outras regiões do país com a RMS.

O desenvolvimento do setor serviços no Sudeste do estado deve-se ao fato de a região ser entroncamento das principais rodovias federais que ligam o Nordeste ao Sudeste do país. Além disso, a produção de café, que responde por aproximadamente por 30% da produção baiana, e a pecuária de corte e de leite, no Planalto de Conquista, induziram a expansão do setor de serviços na região.

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS REALIZADOS NA BAHIA

A política de atração de novos investimentos em diversos setores da atividade econômica tem proporcionado uma dinâmica econômica e contribuído para a mudança na estrutura produtiva do estado.

Os períodos analisados (1997 a 2002) contemplaram os investimentos industriais realizados dos programas Pro-bahia (1992-2002) e Desenvolve. Verifica-se que a RMS obteve maior volume de investimentos em relação ao total, ao longo do período analisado, em decorrência dos grandes investimentos, como o da Ford, Monsanto, Millenium, entre outras. O Extremo Sul aparece

Tabela 8
Participação percentual das regiões econômicas no PIB, por setores – serviços Bahia, 1999/2002

| Regiões | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|---------------------|-------|-------|-------|-------|
| Bahia | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| RMS | 47,5 | 45,7 | 45,6 | 45,0 |
| Litoral Norte | 2,9 | 3,1 | 3,3 | 3,3 |
| Recôncavo Sul | 3,5 | 3,5 | 3,4 | 3,6 |
| Litoral Sul | 8,1 | 8,1 | 8,1 | 8,3 |
| Extremo Sul | 4,6 | 4,6 | 4,7 | 4,7 |
| Nordeste | 4,6 | 4,8 | 4,8 | 4,9 |
| Paraguaçu | 7,7 | 7,8 | 7,7 | 7,6 |
| Sudeste | 6,3 | 6,6 | 6,5 | 6,5 |
| Baixo M S Francisco | 2,3 | 2,4 | 2,4 | 2,5 |
| Piemonte da Chapada | 2,5 | 2,5 | 2,5 | 2,5 |
| Irecê | 1,5 | 1,6 | 1,6 | 1,6 |
| Chapada Diamantina | 1,8 | 2,0 | 2,0 | 2,1 |
| Serra Geral | 2,4 | 2,6 | 2,5 | 2,5 |
| Médio São Francisco | 1,3 | 1,4 | 1,3 | 1,4 |
| Oeste | 3,2 | 3,4 | 3,6 | 3,6 |

Fonte dos dados primários: SEI, elaboração própria

Tabela 9
Participação nos investimentos industriais realizados regiões econômicas da Bahia 1997-2002

| Região Econômica | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Metropolitana de Salvador | 36,1 | 7,3 | 83,5 | 56,2 | 85,1 | 71,5 |
| Paraguaçu | 1,4 | 4,9 | 2,5 | 0,3 | 3,3 | 0,1 |
| Litoral Sul | 6,9 | 3,6 | 0,9 | 11,7 | 2,8 | 1,7 |
| Sudoeste | 18,2 | 7,0 | 1,8 | 0,0 | 1,1 | 0,1 |
| Baixo Médio São Francisco | - | 0,8 | 1,2 | 0,2 | 1,5 | 0,6 |
| Extremo Sul | - | 75,1 | 0,6 | 24,8 | - | 19,6 |
| Recôncavo Sul | 13,3 | 0,3 | 0,6 | 2,0 | 0,4 | 1,7 |
| Nordeste | 23,9 | 0,1 | 0,4 | 0,2 | 0,7 | 0,3 |
| Oeste | - | 0,9 | 7,7 | - | 1,8 | 3,0 |
| Irecê | 0,2 | - | - | - | - | - |
| Serra Geral | - | - | - | 4,6 | - | - |
| Litoral Norte | - | - | 0,2 | - | 1,1 | 1,2 |
| Médio São Francisco | - | - | 0,6 | - | - | 0,0 |
| Piemonte da Diamantina | - | - | - | - | 2,2 | 0,2 |
| Chapada Diamantina | - | - | - | - | - | 0,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: SICM
Elaboração: SEI

como uma região que se destaca pela intensidade de grandes investimentos do setor de papel e celulose, como das empresas Aracruz Celulose, Bahia Sul Celulose e Veracel Celulose.

CONCLUSÕES

As políticas de incentivos fiscais que objetivavam a desconcentração industrial alcançaram resultados modestos, já que a maioria dos grandes projetos de investimentos instalou-se na RMS, como o Complexo Ford Nordeste. Entre os êxitos dessa política, destaca-se o complexo de celulose e papel no Extremo Sul do estado.

Esses investimentos sinalizam uma nova etapa do desenvolvimento da Bahia, alterando a composição do PIB do estado, ainda que sem mudanças significativas na espacialização da economia para os próximos anos. Então, se, no passado, a produção estava concentrada setorial e espacialmente, há agora um processo de desconcentração setorial, embora a convergência espacial permaneça.

A distribuição desigual da população é resultado das características naturais do território; mais de 50% da área do estado encontra-se no chamado semi-árido, gerando uma agricultura de subsistência muito frágil e de baixos rendimentos físicos por área. Nessa região, o setor industrial é pouco desenvolvido, embora se possam identificar, isoladamente, alguns investimentos de importância. Vale salientar que aproximadamente um terço dos municípios não possui qualquer tipo de estabelecimento industrial, o que reforça o caráter essencialmente agrícola e é indicador da limitada capacidade de geração de empregos. Devido à fragilidade da economia regional, o setor de serviços é bem pouco desenvolvido e dispõe de uma limitada infra-estrutura.

Para os próximos anos, a tendência é que, em geral, seja reforçada a atual estrutura espacial da economia baiana. Os movimentos dinâmicos ocorrerão nas regiões Metropolitana de Salvador, Extremo Sul, Litoral Sul, São Francisco e Oeste, enquanto as regiões localizadas no semi-árido (Nordeste, Chapada e Irecê) serão aquelas com menor força de crescimento.

REFERÊNCIAS

BAHIA ANÁLISE & DADOS. *Retrospectiva 2004 e perspectivas*, Salvador: SEI, v. 14, n. 3, dez. 2004.

BAHIA ANÁLISE & DADOS. *Planejamento no século XXI*. Salvador: SEI, v. 12, n. 2, set. 2002.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Regiões da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. (mimeo)

_____. *Bahia de todos os tempos – Plano Plurianual 2000-2003*. Salvador: SEPLANTEC, 1999.

_____. *Plano estratégico: Bahia 2020*. Salvador: SEPLAN, 2004. Disponível em: www.seplan.ba.gov.br. Acesso em: 20 abr. 2006.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *Programa Brasil em ação: eixos nacionais de integração e desenvolvimento*. Brasília: BNDES, 1999.

DINIZ, Clélio Campolina. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003

GUERRA, Oswaldo; GONZALEZ, Paulo. Novas mudanças estruturais na economia baiana: mito ou realidade. Inserção internacional no Nordeste – políticas de incentivo e transformações recentes. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 32, n. 3, p. 308-321, jul./set. 2001.

LOPES, Guilherme F. Estratégia governamental para o fomento automotivo. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, v. 1, n. 66, p.1-9, nov. 1999.

MACHADO, Bittencourt G.; SANTOS, Valdir José dos. Desenvolvimento regional e arranjos produtivos no Recôncavo. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 14, n. 3, p. 551-561, dez. 2004.

NASSER, Bianca. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: BNDES, v. 7, n. 14, dez. 2000.

PRADO, Sérgio. *A guerra fiscal no Brasil*. Brasília: Ipeal Fundap/Fapesp, 2000.

RODRIGUES, Denise. O papel dos governos estaduais na indução dos investimentos: a experiência dos estados do Ceará, Bahia e Minas Gerais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro: BNDES, v. 5, n. 10, p. 151-174, dez. 1998.

_____; MELO, Luciana Paiva. Uma análise dos anúncios de investimentos em 2000: aspectos setoriais e regionais. *Estudos Especiais*, Rio de Janeiro: BNDES, jul. 2001.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Classificação dos municípios baianos: indicadores selecionados*. Salvador: SEI/CAR, 1996. v. 1.

UDERMAM, Simone; MENEZES, Vladson B. A espacialização da indústria na Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 36, p. 14-17, maio 1997.

MENEZES, Vladson. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Tendências da Economia Baiana*. Salvador: SEPLANTEC, p. 23-54, mar. 2000. (Série de Estudos Estratégicos).

Mudanças sociodemográficas recentes no estado da Bahia: oportunidades e desafios para o desenvolvimento

*José Ribeiro S. Guimarães**

Resumo

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas por expressivas mudanças sociodemográficas no Brasil. Dentre as principais, destacam-se: o arrefecimento do ritmo de crescimento demográfico, fruto do significativo declínio da fecundidade; a continuidade do processo de urbanização; e o envelhecimento populacional. O Estado da Bahia também vem passando por esse conjunto de mudanças, além da manutenção da sua tendência histórica de expulsor de população. A perfeita compreensão destas tendências sociodemográficas é de fundamental importância no processo de elaboração de políticas voltadas para o atendimento das demandas sociais. Tal importância decorre do fato de cada política social ter um público-alvo determinado, diferenciado quanto a volume, ritmo de crescimento, composição e distribuição espacial. Diante desse contexto, o conjunto dessas significativas transformações demográficas sinaliza grandes desafios e redirecionamento no âmbito das políticas sociais. Na Bahia, estes desafios serão ainda maiores, já que, durante a década de 1990, não obstante o "sucesso" alcançado no controle da inflação, não se logrou a inversão do histórico quadro de pobreza e desigualdade que vem marcando a sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho é discutir alguns aspectos dos desafios das políticas sociais na Bahia, à luz do contexto decorrente das mudanças sociodemográficas e das diversas oportunidades surgidas no âmbito do desenvolvimento.

Palavras-chave: população, desenvolvimento, transição demográfica na Bahia

Abstract

The last two decades of the 20th century were characterized by significant social-demographic changes in Brazil. Among the main changes, the following stand out: deceleration of the demographic growth rhythm, due to the significant fecundity decline; continuous urbanization process; and aging of the population. The State of Bahia is also going through these changes, additionally to its historical trend of population expeller. The perfect understanding of these social-demographic trends is fundamental for the elaboration of policies to attend social demands. Such importance comes from the fact every social policy has a certain target public, differing in volume, growth rhythm, composition, and space distribution. Consequently, all these significant demographic transformations signalize towards great challenges and a redirecting action within the ambit of social politics. These challenges will be even bigger in Bahia, since, during the nineties, in spite of the "success" reached in inflation control, the inversion in the historical poverty and inequality picture that marks the Brazilian society, was not achieved. This paper aims to discuss some aspects of social politics challenges in Bahia under the light of the social-demographic change context and of the several different opportunities which emerged within the development scope.

Key words: population, development, demographic transition in Bahia

* Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE, Diretor de Pesquisas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Presi-

dente do Conselho Estadual Tripartite e Paritário de Trabalho e Renda da Bahia e Membro da Diretoria da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). ribeiro@sei.ba.gov.br.

INTRODUÇÃO

Durante as duas últimas décadas, o Estado da Bahia vem passando por significativas transformações sociodemográficas, dentre as quais destacam-se: o arrefecimento do ritmo de crescimento demográfico, fruto do significativo declínio da fecundidade; a continuidade do processo de urbanização; e o envelhecimento populacional.

A perfeita compreensão destas tendências sociodemográficas é de fundamental importância no processo de delineamento e elaboração de políticas voltadas para o atendimento das demandas sociais.

O objetivo deste trabalho é discutir alguns aspectos dos desafios das políticas sociais na Bahia, à luz do contexto decorrente das mudanças sociodemográficas e das diversas oportunidades surgidas no âmbito do desenvolvimento.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA RECENTE

Tendências do crescimento demográfico

Com cerca de 13,06 milhões de habitantes registrados pelo Censo Demográfico 2000, a Bahia mantém-se como o estado mais populoso do Nordeste e o quarto do país, abrigando 28,1% da população nordestina e 7,7% da brasileira. De acordo com

as informações prestadas pelos residentes acerca da cor ou raça¹, quase 60,0% da população baiana era composta por pardos, 25,2% de brancos, 13,0% de pretos, 0,5% de indígenas e 0,2% de amarelos, perfazendo, portanto, 73,0% de pretos e pardos. É importante destacar que a Bahia abrigava as maiores proporções do país tanto de pretos quanto de pretos e pardos conjuntamente.

No tocante ao dinamismo demográfico, perdura a tendência de diminuição do ritmo de crescimento populacional do estado, que passou de 2,09% a.a. na década de 1980 para 1,08% a.a. no período 1991/2000, conforme Tabela 1.

Esta vertiginosa queda do ritmo da taxa de crescimento demográfico está diretamente atrelada ao significativo declínio da taxa de fecundidade do estado que, de acordo com os dados dos censos demográficos, reduziu-se significativamente em apenas 11 anos, passando de 6,23 filhos/mulher em 1980 para 3,61 filhos/mulher em 1991 e, posteriormente, declinou para 2,50 filhos/mulher em 2000. Diante desse contexto, a queda da fecundidade vem proporcionando um expressivo efeito sobre o crescimento vegetativo, um dos componentes do crescimento demográfico. Com efeito, com base nas estimativas da Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (1998), a taxa média anual do crescimento vegetativo reduziu de 1,80% a.a. durante o período 1980/1991 e para 1,35% a.a. entre 1991 e 2000 (SU-

Tabela 1
Indicadores demográficos
Bahia, 1980/2000

| Especificação | População | | | Taxa de crescimento (a.a. %) | |
|-------------------------------------|-----------|------------|------------|---------------------------------|-----------|
| | 1980 | 1991 | 2000 | 1980/1991 | 1991/2000 |
| Total | 9.454.346 | 11.867.991 | 13.070.250 | 2,09 | 1,08 |
| Urbana | 4.660.304 | 7.016.770 | 8.772.348 | 3,79 | 2,51 |
| Rural | 4.794.042 | 4.851.221 | 4.297.902 | 0,11 | -1,34 |
| Grau de urbanização (%) | 49,3 | 59,1 | 67,1 | | |
| Taxa de fecundidade total | 6,2 | 3,61 | 2,5 | | |
| Esperança de vida ao nascer (anos)* | 58,8 | 64,7 | 67,7 | | |

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1980, 1991 e 2000); SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (1999)

* Em 2000, indicadores implícitos nas projeções de população por sexo e idade. Bahia 1991 - 2020.

¹ A investigação de cor ou raça ocorreu de acordo com a autoclassificação da pessoa em uma das seguintes opções: Branca – para a pessoa que se enquadrava como branca; Preta – para a pessoa que se enquadrava como preta; Amarela – para a pessoa que se enquadrava como de raça amarela

de origem japonesa, chinesa, coreana etc.; Parda – para a pessoa que se enquadrava como parda ou se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça; ou indígena para a pessoa que se declarou como indígena ou índia (IBGE, 2002).

PERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS DA BAHIA, 2003).

Tal comportamento de redução da taxa de fecundidade total e do ritmo de crescimento da população pode ser atribuído ao processo de modernização da sociedade e ao conseqüente aumento dos níveis de escolaridade e de inserção da mulher no mercado de trabalho, relacionado à adoção de estilos de vida urbanos pautados em famílias menores e postergação dos casamentos. Cabe destacar ainda a difusão de padrões modernos de comportamento reprodutivo e processo de desruralização da população, uma vez que, mesmo mantendo a tendência de descenso, as taxas de fecundidade ainda são mais elevadas no meio rural do que no urbano.

Quanto ao efeito das migrações no processo de aumento populacional, cabe destacar, com base no Censo 2000, que a Bahia mantinha a sua tendência histórica de expulsora de população. No entanto, o saldo migratório revela uma pequena diminuição em termos absolutos, passando de -282.477 em 1986/1991, para -267.465 em 1995/2000. O volume de entradas aumentou 34,3%, mas o de saídas também cresceu (10,4%). Essas tendências apontam para o resultado combinado do arrefecimento do fluxo de saída e da intensificação no ingresso de pessoas no estado, inclusive dos migrantes de retorno.

Acerca dos principais destinos dos emigrantes interestaduais da Bahia durante o período 1995/2000, São Paulo continuava sendo o estado mais atrativo e respondia por mais da metade (53,5%) do fluxo emigratório. Em seguida, figuravam os estados de Minas Gerais (7,1%) e Goiás (6,2%). No âmbito dos principais estados de origem dos imigrantes que passaram a residir na Bahia, figuravam São Paulo (41,3%), Pernambuco (9,0%) e Minas Gerais (7,8%).

Distribuição espacial da população e o processo de urbanização

No âmbito da distribuição espacial da população, as áreas urbanas abrigavam uma população de 8,7 milhões, mantendo a Bahia na 4ª posição no *ranking*

nacional, ao tempo em que concentrava 6,4% e 26,6% dos contingentes urbanos do país e da região Nordeste, respectivamente. Tal contingente aponta também para a intensificação do processo de urbanização no estado, dado que corresponde a 67,0% da população baiana total, contra 59,1% em 1991. A despeito do avanço no processo de urbanização baiano, trata-se de um grau inferior às médias brasileira (81,2%) e nordestina (69,0%).

O ritmo de urbanização da Bahia tem sido historicamente mais lento comparativamente aos de outras unidades da Federação, inclusive do Nordeste, não obstante seja o estado mais industrializado da região

Diante disso, é ainda expressivo e volumoso o contingente de população rural no estado: 4,3 milhões de pessoas, correspondente a 13,5% e 29,2% das populações rurais brasileira e nordestina, respectivamente. Conforme destaca Franco (2001), trata-se de um quantitativo superior ao da região Norte e cerca de três vezes o da região Centro-Oeste do

país; nenhum estado brasileiro abriga população rural do tamanho da existente na Bahia. Isso, a despeito das perdas absolutas de população rural iniciadas, na Bahia, em 1991. Ao longo da década de 1990, a uma taxa de -1,32% a.a., o mundo rural baiano reduziu-se em 545 mil habitantes. Entretanto cabe relativizar a magnitude dessa redução da população rural enquanto processo, uma vez que o critério primordial de definição das populações urbana e rural é de caráter meramente administrativo.²

O fato é que o ritmo de urbanização da Bahia tem sido historicamente mais lento comparativamente aos de outras unidades da Federação, inclusive do Nordeste, não obstante seja o estado mais industrializado da região e com a economia mais dinâmica a partir dos anos de 1970. Conforme destaca Borges (1993), trata-se de um fenômeno relacionado com características do seu espaço agrário, estrutura fundiária, formas e *locus* assumidos pelo processo de modernização agrícola, sobrevivência de cultivos tradicionais e, por fim, padrões migratórios da população rural do estado. Quanto à estrutura fundiária, na Bahia, comparativamente aos outros estados nordestinos, os minifúndios são maiores e, neles, a con-

² Acerca do detalhamento do impacto das alterações na legislação municipal (especialmente da transformação de povoados em distritos e ampliação do perímetro urbano) sobre as estatísticas das populações urbana e rural na Bahia durante a década de 1990, ver Guimarães (2002).

dição de proprietário da terra predomina sobre outros tipos de produtores. Já quanto a formas e *locus* assumidos pelo processo de modernização da agricultura – incidentes, sobretudo, em áreas rurais escassamente povoadas – não produzem, na Bahia, efeitos expulsos capazes de alterar significativamente a proporção da população baiana residente no campo, ao contrário do que ocorre no Sul/Sudeste.

Quanto à sobrevivência de cultivos tradicionais, em paralelo ao surgimento de “ilhas de prosperidade”, as culturas tradicionais intensivas em mão-de-obra se mantêm e até se expandem, dentro do sistema latifúndio/minifúndio e/ou combinando pecuária com lavoura. Enfim, quanto aos padrões migratórios, as características anteriores têm possibilitado a recorrência a estratégias de sobrevivência que incluem a saída, por um período, de alguns membros das famílias, em busca de trabalho que garanta os recursos necessários à sobrevivência e à manutenção da condição de proprietário. É um padrão migratório adotado pelos baianos há décadas, cujos resultados têm sido maior retenção da população nas áreas rurais (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS DA BAHIA, 1999).

Tratando-se da distribuição da população pelo território baiano, observa-se que a mesma continua marcada pela concentração em alguns dos 417 municípios atualmente existentes no estado: Salvador e mais dez deles detêm, em 2000, cerca de 34,0% da população total ou 4,4 milhões de habitantes. O município da capital, com 2,4 milhões concentra 18,7% da população estadual, sendo seguido, de longe, por Feira de Santana (480 mil habitantes). No outro extremo, situa-se Catolândia, o município menos populoso da Bahia, com pouco mais de 3 mil residentes,

acompanhado de mais sete que sequer ultrapassam a marca dos 5 mil habitantes (FRANCO, 2001).

Vale destacar que, a despeito da relevância da participação do município de Salvador no conjunto da população baiana (18,7%), tal proporção era bastante inferior àquela observada em outras grandes capitais do país em relação aos seus respectivos estados, a exemplo dos municípios do Rio de Janeiro (40,7%), São Paulo (28,2%) e Fortaleza (28,8%).

Seguindo a tendência geral para o conjunto do estado, todas as grandes áreas apresentaram arrefecimento do ritmo de crescimento populacional na década de 1990 em relação aos anos 1980, segundo Tabela 2. O Litoral e o Cerrado, com taxas de 1,44% e 1,16% a.a., respectivamente, apresentaram níveis de crescimento acima da média estadual entre 1991 e 2000 e apontavam para a tendência de inexistência de ganhos ou perdas demográficas significativas. Já o Semi-Árido, com crescimento inferior de apenas 0,72% a.a., apresentou ritmo indicativo de perdas demográficas líquidas. Ademais, esta foi a área com menor ritmo de crescimento em ambos os períodos, sempre inferior à média estadual.

O conjunto dos 255 municípios com menos de 20 mil habitantes correspondem a 61,2% do número total existente no estado, mas congregam apenas 3,2 milhões de habitantes, isto é, 24,5% da população total, conforme Tabela 3. Por outro lado, apenas 37 municípios (8,9% do total) abrigavam 3,8 milhões de pessoas – cerca de 30,0% da população estadual.

Em apenas 92 municípios (22%), o grau de urbanização é igual ou superior à média estadual de 67,1%. Em conjunto, os municípios com até 20 mil habitantes apresentavam grau de urbanização inferior a 50,0% no ano de 2000, apontando a primazia de população resi-

dente em áreas rurais. Nas classes subsequentes, o grau de urbanização cresce consideravelmente.

Quanto ao crescimento populacional entre 1991 e 2000, a maioria dos municípios (39,5%) apresentou taxas de crescimento na faixa de 0,01 a 1,50% ao passo que 35,4% dos demais municípios baianos apresentaram taxas negativas, apontando perdas populacionais por emigração. Considerando-se

Tabela 2
População residente total e taxa média de crescimento anual
Bahia - grandes áreas, 1980-2000

| Grandes Áreas | População | | | Taxa média geométrica de crescimento anual(%) | |
|---------------|-----------|------------|------------|---|-----------|
| | 1980 | 1991 | 2000 | 1980/1991 | 1991/2000 |
| Litoral | 4.308.709 | 5.504.412 | 6.262.409 | 2,25 | 1,44 |
| Cerrado | 336.816 | 438.953 | 486.954 | 2,44 | 1,16 |
| Semi-árido | 4.808.821 | 5.924.626 | 6.320.887 | 1,92 | 0,72 |
| Bahia | 9.454.346 | 11.867.991 | 13.070.250 | 2,09 | 1,08 |

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1980, 1991, 2000)

Tabela 3

**Número de municípios, população residente, grau de urbanização e taxa geométrica média de crescimento anual por classes de tamanho da população dos municípios
Bahia, 2000**

| Classes de tamanho da população dos municípios | Número de Municípios | (%) | População Residente 2000 | Grau de Urbanização 2000 | Taxa de Cresc. % ao ano | |
|--|----------------------|--------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|------------|
| | | | | | 2000 | 1991/2000 |
| Até 5.000 | 8 | 1,9 | 32.254 | 0,2 | 43,7 | -2,4 |
| De 5.001 a 10.000 | 62 | 14,9 | 490.214 | 3,8 | 46,7 | 0,8 |
| De 10.001 a 20.000 | 185 | 44,4 | 2.679.636 | 20,5 | 41,9 | 0,5 |
| De 20.001 a 50.000 | 124 | 29,7 | 3.564.906 | 27,3 | 53,1 | 0,6 |
| De 50.01 a 100.000 | 26 | 6,2 | 1.750.176 | 13,4 | 69,8 | 1,3 |
| De 10.0001 a 500.000 | 11 | 2,6 | 2.109.957 | 16,1 | 87,6 | 1,9 |
| Mais de 500.000 | 1 | 0,2 | 2.443.107 | 18,7 | 100,0 | 1,9 |
| Total | 417 | 100,0 | 13.070.250 | 100,0 | 67,1 | 1,1 |

Fonte: IBGE - Síntese de indicadores sociais (2000)

as classes de tamanho da população dos municípios, observa-se que, em conjunto, as taxas de crescimento entre 1991 e 2000 vão aumentando conforme a classe referente ao porte populacional, variando desde -2,40% a.a. entre os municípios com até 5 mil habitantes até 1,90% a.a. entre os municípios de mais de 100 mil habitantes – valor superior à taxa média estadual. Cabe ressaltar que dos dez municípios baianos de menor porte que apresentaram perdas absolutas de população durante a década de 1990, seis estão inseridos no semi-árido, corroborando a existência de processos emigratórios nessa área em função da vulnerabilidade socioeconômica existente na região.

Decorrente dos processos históricos de povoamento, o descompasso existente entre a área territorial e a população residente pertencente a cada uma das três grandes áreas do estado faz com que a densidade demográfica varie significativamente ao longo do território baiano. Com efeito, enquanto a densidade demográfica estadual no ano de 2000 era de 23,2 hab/km², no Litoral alcançava 77,3 hab/km², no Semi-Árido, 17,1 hab/km² e no Cerrado, apenas 4,3 hab/km².

Estrutura da população por idade e sexo e suas tendências recentes

Tratando-se da composição da população por sexo, os resultados do Censo Demográfico 2000

apontaram a existência de um predomínio de população feminina no estado, refletida por uma razão de sexo³ de 97,8%, com um excedente de 146 mil mulheres em relação ao número total de homens. Este resultado segue a tendência histórica da região Nordeste de predominância feminina na composição por sexo da população nos principais estados.

No tocante a esse diferencial, vale ressaltar a questão do processo de sobrevivência masculina. Conforme a própria expressão indica, esse processo guarda relação com o fato de que morrem mais homens que mulheres em quase todas as faixas etárias, desde o nascimento, na maior parte das áreas do mundo já estudadas. Ocorre que, como nascem mais homens que mulheres – numa proporção que varia entre 102 e 105 homens para cada 100 mulheres – e morrem mais homens que mulheres, em quase todas as faixas etárias, a razão de sexo, numa *população fechada* (sem migrações), costuma se situar um pouco abaixo de 100,0% ou de 100 homens para cada 100 mulheres; podendo variar entre 96,0 e 98,0%, conforme a variação do próprio patamar da sobrevivência masculina.

Nos grupos de idades mais avançadas, principalmente a partir dos 60 anos, observa-se um amplo predomínio de mulheres em decorrência do significativo diferencial de longevidade feminina entre os ido-

³ Relação entre homens e mulheres de uma população, expressada pelo quociente (Homens/Mulheres) * 100, onde a razão > 100 significa um número maior de homens e a razão < 100 expressa um número maior de mulheres. Admite-se equilíbrio entre 98 e 102%.

sos. Com efeito, a esperança de vida ao nascer, na Bahia, no ano de 2000, era de 64,7 anos para os homens e 70,8 anos para as mulheres (6 anos a mais), segundo as informações do DATASUS.

Nas áreas urbanas, a razão de sexo era de 93,0%, refletindo um número médio de 93 homens para cada grupo de 100 mulheres. Nas áreas rurais, esta relação se invertia, e a razão de sexo alcançava 108,0%. Esse processo guarda relação direta com o fato de que as migrações do campo para a cidade vêm sendo majoritariamente femininas, uma vez que a falta de empregos tem impulsionado as mulheres jovens a buscar melhores perspectivas nas cidades. O novo perfil da economia que vem sendo desenvolvido no meio rural brasileiro – marcado pela redução da produção de subsistência, progressivo aumento do número de trabalhadores rurais assalariados e expansão de modernas atividades agropecuárias e agroindustriais, organizadas para a produção em larga escala – vem produzindo excedentes de mão-de-obra rural e está alterando os padrões de fluxos e movimentos migratórios (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS DA BAHIA, 1998). Como as atividades emergentes no campo absorvem preponderantemente pessoas do sexo masculino, a maior parte do excedente da força de trabalho que se forma com o desdobramento de processos como esses, e que acaba migrando para as cidades, é do sexo feminino. As migrações também estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano. O predomínio de mulheres jovens se relaciona com a expansão dos serviços, tanto em empresas como nas residências (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

No que tange à estrutura etária, a tendência ao envelhecimento da população – resultante da transição da fecundidade baiana e do aumento da esperança de vida – começa a assumir grande visibilidade. A idade mediana da população do estado aumentou 3,2 anos num intervalo de nove anos. Em 1991, a idade que dividia a população em dois segmentos iguais era de 18,5 anos. Já os resultados do Censo Demográfico 2000 mostraram que a idade mediana alcançou o patamar de 21,7 anos.

Há clara redução do contingente infantil (0 a 14 anos), cuja participação na população total declinou de 44,0%, em 1980, para 32,0%, em 2000, após atingir taxas de crescimento negativas durante a década de 1990. O grupo etário de 0 a 9 anos declinou, apresentando uma taxa média de crescimento anual de -1,6% ano, o que representou uma redução absoluta de 407 mil crianças.

Os reflexos também se fazem sentir no crescimento significativo da população potencialmente ativa (15 a 64 anos), que passou de 51,8%, em 1980, para 62,3%, em 2000. Os segmentos mais jovens (15-24 anos), que representavam 20,0% da população em 1980, cresceram para 22,2% em 2000 (cerca de 2,9 milhões de pessoas) e deverão continuar pressionando fortemente o mercado de trabalho e as redes de ensino de segundo e terceiro graus.

Outra importante mudança que já se verifica na estrutura etária da população é o aumento do contingente das pessoas de 65 anos ou mais, que passou de 4,1%, em 1980, para 5,7% em 2000; segundo as projeções do IBGE/SEI, alcançará 7,3% em 2020. Considerando-se as pessoas de 60 anos ou mais,⁴ os resultados do censo apontavam que o contingente de idosos perfazia 1.077.901 pessoas em 2000, já assumindo grande relevância em termos absolutos.

A relação entre a população que, em termos etários, pertence à condição de inativa (grupos 0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade) permite estabelecer o indicador Razão de Dependência (RD)⁵ que reflete, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

As informações dos censos demográficos revelavam, em 1991, uma relação de 80,0% de crianças e idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas; no ano 2000, esta mesma relação declinou para 60,5%. Tais indicadores permitem constatar o impacto do processo de estreitamento na base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição das RDs no transcurso do período em análise.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

O conjunto destas mudanças sociodemográficas em curso na Bahia representa diversas oportunidades e

⁴ A Lei nº 8.842/94, que dispõe sobre a política nacional do idoso, considera idosa a pessoa de 60 anos e mais. A Organização Mundial de Saúde também define a população idosa como aquela a partir dos 60 anos de idade, no caso de países em desenvolvimento.

⁵ Razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

desafios no âmbito das políticas públicas e das oportunidades de negócios, conforme será delineado a seguir.

Os principais desafios

A perfeita compreensão das tendências de distribuição da população por idade e sexo é de fundamental importância no processo de delineamento e elaboração de políticas voltadas para o atendimento das demandas sociais. Tal importância decorre do fato de que as políticas sociais têm, cada uma, um público-alvo determinado, diferenciado quanto a volume, ritmo de crescimento, composição e distribuição espacial. Essa configuração demográfica do público-alvo está estreitamente relacionada ao comportamento das necessidades e requerimentos de serviços ao longo do ciclo de vida dos indivíduos e das famílias.

O processo de envelhecimento populacional acarreta uma série de implicações nas mais distintas esferas da sociedade – econômica, organização social, política, dentre outras. Diferentemente do que ocorre nos países desenvolvidos, o envelhecimento populacional, no Brasil, assim como em vários outros países em desenvolvimento, ocorre com bem mais rapidez e num contexto socioeconômico desfavorável, ainda marcado por baixas taxas de crescimento econômico, crise fiscal do estado, elevados níveis de desigualdade social, permanência de desafios sociais básicos a serem superados (analfabetismo, saneamento, habitação, pobreza, entre outros) e carência de instituições devidamente consolidadas.

Diante desse contexto, o conjunto dessas significativas transformações demográficas na estrutura etária da população incorre em grandes desafios e redirecionamento no âmbito das políticas sociais.

Os contingentes numerosos que ingressam na população ativa (nascidos antes da redução expressiva do nível de fecundidade) intitulados pelos demógrafos de *onda jovem* exercerão pressão nas redes de ensino médio e universitário. De fato, em que pese o crescimento decorrente da melhora no fluxo escolar e na redução do abandono, o expressivo aumento no número de alunos matriculados no siste-

ma de Ensino Médio da Bahia – de 213 mil em 1991 para 790 mil em 2003 – reflete a pressão de origem demográfica.

A pressão na rede de ensino superior também continuará crescendo sistematicamente tanto em função dos contingentes numerosos de egressos do Ensino Médio quanto em decorrência da exígua proporção de população adulta vinculada ao nível superior – no ano de 2003, na Bahia, apenas 4,7% das pessoas de 25 anos ou mais de idade possuíam 12 anos ou mais de estudo.

No âmbito do mercado de trabalho, a pressão de origem demográfica ainda se fará presente durante muitos anos, constituindo-se em efeitos de caráter duradouro. Isto ocorre

porque este crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) atual é resultante dos tempos de alta fecundidade ocorrida no passado. Este processo irá manter-se, embora com uma intensidade cada vez menor, até o final da presente década. Ou seja, pelo lado da oferta, o desafio será o de conviver com uma pressão, de origem demográfica da *onda jovem*, por mais empregos pelo menos até o ano 2010, embora haja a expectativa de que esse fenômeno já comece a se atenuar na segunda metade da década.

Diante deste contexto, em que pese as mais diversas restrições ao critério (de natureza sociológica, antropológica, psicológica e até mesmo demográfica) que não cabe aqui discutir, considerando-se a população jovem como aquela de 16 a 24 anos de idade, constata-se seu grande peso demográfico. No ano de 2004, cerca de 20,0% da população baiana era formada por jovens (cerca de 2,6 milhões de pessoas). Em outras palavras, um a cada cinco habitantes possuía de 16 a 24 anos. Vale enfatizar que essa proporção é ainda maior entre as famílias mais pobres, em decorrência das maiores taxas de fecundidade prevalentes a elas, principalmente nas áreas rurais.

Esse *momentum* demográfico vem ocorrendo num contexto marcado por expressivas transformações na estrutura produtiva e pelo enxugamento de postos de trabalho mais diretamente relacionados aos jovens. Estima-se que, durante os anos 1990, foram destruídos cerca de três milhões de empregos formais no Brasil; mais de 70% foi referente aos tra-

As políticas sociais têm, cada uma, um público-alvo determinado, diferenciado quanto a volume, ritmo de crescimento, composição e distribuição espacial

balhadores com até 24 anos de idade, em que pese o aumento de escolaridade ocorrido.

As oportunidades de inserção laboral juvenil, além de insuficientes em relação ao contingente que ingressa no mercado de trabalho anualmente, concentra-se geralmente no assalariamento sem contrato de trabalho e ocupações em tempo parcial e não-assalariadas. As taxas de rotatividade também são mais comuns entre os jovens em virtude, sobretudo, do menor aporte de capital humano acumulado, o que contribui mais facilmente para o processo de substituição e rotatividade da mão-de-obra, como ocorre com os estágios.

Diante deste contexto, o jovem vem enfrentando sérias dificuldades tanto para encontrar seu primeiro emprego quanto para se manter num emprego regular. De fato, atualmente, a taxa de desemprego dos jovens é o dobro daquela correspondente ao total da PEA – na Bahia, segundo a PNAD, a taxa de desocupação total era de 10,5% em 2004; entre os jovens de 16 a 24 anos de idade, alcançava 19,7%. Ademais, o contingente de jovens desocupados (cerca de 343 mil) correspondia a 47,2% do total de pessoas que procuravam trabalho.

O incremento contínuo da proporção de idosos representa um importante desafio para o processo de elaboração de políticas públicas, já que se impõe um conjunto de ações nos mais diversos âmbitos que possam atender às demandas específicas deste contingente populacional, dentre as quais as áreas de saúde e previdência social merecem uma atenção especial.

No âmbito da saúde, o Suplemento de Saúde da PNAD 2003 estimou que apenas 15,0% da população de 1,23 milhão de baianos com 60 anos e mais de idade eram cobertas por um plano de saúde. A existência desse expressivo contingente de idosos (cerca de 1,04 milhão ou 85,0% do total) sem cobertura de plano de saúde incorre numa forte pressão sobre o serviço público de saúde. Primeiramente, pelo fato de que a capacidade física e biológica do ser humano diminui naturalmente. Com o passar dos anos, as pessoas idosas tornam-se mais suscetíveis ao risco de adoecerem, e, portanto, convertem-se em usuárias mais assíduas dos serviços de saúde. Na composição da morbilidade

deste grupo figura uma alta proporção de doenças crônico-degenerativas, dentre as quais destacam-se as doenças do aparelho circulatório (com especial incidência de doenças cerebrovasculares e isquêmicas do coração), assim como neoplasias e diabetes, que, por serem agravos associados tanto a fatores inerentes à própria constituição do indivíduo como ao estilo de vida da população, são de difícil tratamento preventivo.

Se esse processo não implica necessariamente em maior custo *per capita* de internação e tratamento, por outro lado, na medida em que não é possível modificar-se, em ampla escala, as causas subjacentes das enfermidades entre os idosos, são expressivos os custos envolvidos com internações prolongadas, cuidados médicos, equipamentos e medicamentos. Deste modo, a medicina geriátrica demanda gastos significativos em saúde, na medida em que depende de tecnologia médica avançada e recursos humanos e físicos mais qualificados (SAAD, 1990).

Num segundo plano, esse quadro representa um grande desafio para as políticas públicas também pelo fato de que, segundo a PNAD, 63,0% das pessoas de 60 anos ou mais de idade na Bahia viviam em famílias com renda familiar *per capita* de até 1 salário mínimo mensal no ano de 2004, não dispondo, portanto, de recursos financeiros para fazer frente (no setor privado) aos vultosos gastos com saúde demandados por esse grupo etário, conforme mencionado anteriormente.

Outro desafio no âmbito do envelhecimento populacional guarda relação com o fato de que, a partir dos 60 anos, observa-se um amplo predomínio de mulheres, em decorrência do significativo diferencial de longevidade feminina entre os idosos. Com efeito, segundo estimativas do IBGE, a esperança de vida ao nascer na Bahia era de 71,2 anos em 2004, sendo de 68,0 anos para os homens e de 74,5 anos para as mulheres (6,5 anos a mais).

Tal diferencial de longevidade ratifica ainda mais o desafio e a necessidade de se planejar o envelhecimento da população mediante uma perspectiva de gênero. Além de especificidades no padrão de morbilidade, as mulheres idosas são mais pobres em relação aos homens, pelo fato, sobretudo, de recebe-

O jovem vem enfrentando sérias dificuldades tanto para encontrar seu primeiro emprego quanto para se manter num emprego regular

rem aposentadorias menores – herança das iniquidades de gênero no mercado de trabalho. Ademais, tanto pelo fato de possuir maior longevidade quanto em decorrência da “pirâmide da solidão” – fenômeno no qual os homens tendem a se relacionar com mulheres da mesma idade ou mais jovens, enquanto ocorre o oposto com o lado feminino – as mulheres vivenciam a viuvez com maior intensidade.

A estrutura etária da população também repercute no sistema de previdência social por intermédio das taxas de dependência, relação pensionistas/contribuintes, a idade de saída do mercado de trabalho e esperança de vida da população. Neste sentido, o aumento da esperança de vida, no caso de estar associado a uma frágil estrutura previdenciária, pode propiciar um aumento do tempo de permanência no mercado de trabalho, ocasionando dificuldades de inserção para os grupos de menor idade. Além disso, tratando-se das constantes exigências e mudanças do atual paradigma produtivo, surge a demanda por requalificação profissional para esses grupos que tendem a permanecer no mercado de trabalho e cuja formação se configure obsoleta.

Os desafios das políticas sociais no âmbito do envelhecimento populacional também se fazem presentes em diversas outras áreas, a exemplo do lazer, turismo e entretenimento, habitação, mercado de trabalho, equipamentos públicos, transporte e prestação de serviços, dentre outros. Ademais, trata-se também de desenvolver instrumentos efetivos para detectar e penalizar os maus tratos e fomentar a criação de redes de apoio.

Algumas das diversas oportunidades

Transpondo-se a análise da ótica das oportunidades e desafios das políticas públicas para a ótica privada é possível constatar que as mudanças sociodemográficas em curso também engendram excelentes oportunidades de negócios. A seguir serão mencionadas apenas algumas destas possibilidades.

Com a redução da fecundidade, daqui para frente, ter-se-á um menor número de crianças a escolarizar no Ensino Fundamental e a atender nas suas necessidades básicas de saúde, de cuidados pessoais e de lazer. Neste contexto, os recursos poderão ser

priorizados na melhoria da qualidade do ensino e das condições de vida das crianças.

O declínio da fecundidade também diminuirá a pressão e custos relacionados aos serviços de assistência pré-natal e de saúde materno-infantil.

Os numerosos contingentes de estudantes egressos do Ensino Médio representam uma grande oportunidade para a expansão da rede privada de ensino superior, na medida em que a oferta de vagas na rede pública é bastante insuficiente frente à demanda.

Em decorrência do processo de envelhecimento populacional, o constante incremento absoluto e relativo da população idosa representa uma excelente oportunidade de criação de novos negócios em diversas áreas e, conseqüentemente, para a promoção do desenvolvimento. Com efeito, tal processo se tornará ainda mais intenso a partir das próximas décadas. As projeções populacionais elaboradas pelo IBGE/UNFPA/SEI indicam, para o ano de 2020, que o Estado da Bahia contará com aproximadamente 1,65 milhão de idosos, o que já corresponderá a 11,0% da população estadual.

De modo geral, o setor privado ainda apresenta timidez em relação ao mercado consumidor de bens e serviços para a população idosa. Alguns segmentos do setor empresarial e dos investidores ainda desconhecem o significado efetivo do processo de envelhecimento populacional e as diversas oportunidades de negócios que daí decorrem.

Ao contrário do que normalmente se pensa, em função dos preconceitos e da desinformação, as pessoas idosas não se caracterizam como penosas, apáticas e onerosas. A conscientização e a mobilização da sociedade vêm demandando cada vez mais que seja internalizado o conceito de *envelhecimento ativo* adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que consiste num processo que busca otimizar as oportunidades de saúde (bem-estar físico, mental e social), participação e segurança, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas que envelhecem. Diante deste contexto, a chegada às idades mais avançadas será considerada uma efetiva conquista, sendo cada vez mais marcada pela atividade e busca contínua pela qualidade de vida, demandando, portanto, novos produtos e serviços.

Além do tamanho da população idosa – que já assume proporções significativas, conforme visto an-

teriormente – e de sua tendência de crescimento, juntamente com a internalização da vertente do *envelhecimento ativo*, o perfil e o nível da renda da população com 60 anos e mais também representam potencialidades para o surgimento de novas oportunidades de negócios que possam suprir a demanda ainda não satisfeita.

Um primeiro aspecto importante guarda relação com o fato de que a renda dos idosos assume caráter mais permanente – sendo menos sujeita a oscilações – em relação aos demais grupos demográficos (a exemplo dos jovens) tanto pela composição da renda, que é predominantemente decorrente de aposentadorias e pensões, quanto pela acumulação de ativos ao longo da vida por motivos de precaução.

De um modo geral, as transferências de recursos previdenciários aos idosos são analisadas apenas do ponto de vista do gasto público. No entanto, tais transferências são estratégicas e possuem grande capacidade de dinamizar a economia, sobretudo nos municípios de menor porte. Na Bahia, por exemplo, em 79,0% dos municípios, o volume total de recursos provenientes do pagamento de benefícios da previdência social superava o valor da sua principal fonte de renda – o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Vale destacar que uma parcela expressiva dos recursos previdenciários dos idosos é empregada no consumo de bens e serviços essenciais para o bem-estar e saúde do conjunto da família.

Ademais, conforme destacam Camarano e Pasinato (2004) e Saad (2004), as transferências de apoio entre gerações no Brasil estão assumindo, cada vez mais, um caráter bidirecional. Em decorrências das sucessivas crises econômicas, dos elevados níveis de concentração de renda, do crescimento do desemprego (sobretudo juvenil) e da instabilidade das uniões, um expressivo contingente de filhos adultos, vem se tornando cada vez mais dependente dos recursos dos seus pais idosos. De fato, na Bahia, 45% dos idosos contribuíam com mais de 50% do rendimento médio mensal familiar – vale ressaltar que 29,2% contribuíam com mais de 90%, com base nos dados do Censo 2000. No Brasil, tais proporções eram de 43,8% e 27,3%, respectivamente.

O constante incremento absoluto e relativo da população idosa representa uma excelente oportunidade de criação de novos negócios em diversas áreas

Diante deste contexto, de pretensamente dependente dos recursos dos demais membros da família, o idoso passou a ser um dos seus principais provedores. Com efeito, em 2004, na Bahia, cerca de 70,0% das pessoas de 60 anos ou mais de idade eram pessoas de referência em relação à condição na família.

Acerca dos níveis de rendimento, as informações dos microdados⁶ da PNAD de 2004 revelavam que o rendimento médio mensal da população idosa baiana com rendimento (R\$ 503,21) era cerca de 12,0% superior àquele auferido pela população de 18 a 59 anos de idade (R\$ 448,89). Já na Região Metropolitana de Salvador (RMS) tal relação era ainda mais expressiva, dado que o rendimento dos idosos (R\$ 885,42)

superava em 16,0% o do restante da população.

A potencialidade do mercado da população idosa, em função da renda, também pode ser apreendida ao levar-se em conta a massa total de rendimentos da população idosa e a sua respectiva participação perante o total de rendimentos auferidos pelas pessoas com 18 anos ou mais de idade. Na Bahia, em 2004, o somatório do rendimento médio mensal do conjunto da população idosa perfazia cerca de R\$ 588 milhões e representava 20,0% da massa total de rendimentos (cerca de R\$ 2,98 bilhões⁷) percebida pela população com 18 anos ou mais. Vale ressaltar que tal participação da renda dos idosos era superior à proporção deste segmento (14,5%) na população total com mais de 18 anos.

Outro ponto a ser enaltecido guarda relação com o fato de que há uma parcela de idosos com níveis de renda elevados, o que abre uma grande perspectiva para a formação de um diversificado mercado de bens e serviços para a população com 60 anos e mais. Na RMS, por exemplo, em 2004, 14,0% da população idosa recebia mais de 5 salários mínimos mensais (acima de R\$ 1.300,00 na época e 6,6% acima de 10 salários mínimos – mais de R\$ 2.600,00).

⁶ Microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, na forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares, criar as suas próprias tabelas de dados numéricos, conforme procedimentos adotados nesse estudo.

⁷ O valor do salário mínimo na data de referência da pesquisa (25 de setembro de 2004) era de R\$ 260,00.

Do ponto de vista da renda familiar, ou seja, considerando-se a família como uma unidade solidária de consumo e rendimento, os dados da PNAD apontavam que 11,0% dos idosos baianos viviam em famílias com rendimento médio familiar *per capita* acima de 2 salários mínimos mensais no ano de 2004. Na RMS, tal proporção alcança 26,4% enquanto, no Brasil, atinge 26,6%.

O potencial de consumo da população idosa foi ampliado ao longo dos dois últimos anos em decorrência do empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), serviço ofertado por 33 instituições financeiras. Segundo informações da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), foram efetivadas na Bahia 495 mil operações de crédito entre maio de 2004 e janeiro de 2006, que somadas totalizam o expressivo montante de R\$ 745 milhões.

O tamanho já alcançado pela população idosa e o seu contínuo processo de crescimento nas próximas décadas, aliado ao seu efetivo potencial de consumo e às diversas demandas não atendidas indubitavelmente engendram um contexto amplamente favorável para o surgimento de novos negócios. A seguir serão apresentadas apenas algumas dentre as mais diversas oportunidades de negócios.

Uma área de grande potencial, mas ainda adormecida é o setor imobiliário. A construção de moradias especialmente projetadas para idosos, com infra-estrutura física e de serviços, ainda não se estabeleceu devidamente, sendo incipiente, ou até mesmo desconhecida, em diversas regiões do Brasil.

Na cidade de Salvador (capital do Estado da Bahia), por exemplo, embora abrigue uma população idosa de aproximadamente 170 mil pessoas, há somente um empreendimento imobiliário (com apenas um edifício) projetado para atender às particularidades deste grupo.

As habitações especialmente projetadas para idosos visam facilitar o dia-a-dia e evitar o risco de acidentes. Dentro dessa concepção, o domicílio deve possuir poucos desníveis, apoios e corrimãos no banheiro, pisos e escadarias antiderrapantes, fogão e aquecedores elétricos, alarme de emergência e sistemas inteligentes de segurança. A estrutura da moradia deve privilegiar também objetos e elementos domésticos

ergonômicos, como maçanetas de alavanca em vez de esféricas, gavetas, armários e janelas mais fáceis de abrir etc. Além disso, deve haver na moradia a oferta de um *mix* de serviços, a exemplo de serviços pessoais, cuidados no domicílio (*home care*), serviços de assistência (*assisted living*), serviços de enfermagem (*nursing home*), lazer e entretenimento. Cabe ainda mencionar a potencialidade decorrente da necessidade de hotéis e pousadas contarem com apartamentos que atendam às necessidades dos idosos.

No setor de saúde, será plenamente viável o investimento em clínicas privadas especializadas nas áreas de geriatria e gerontologia e formação de recursos humanos voltada para a saúde integral do idoso.

Neste contexto destacam-se os centros de diagnóstico e treinamento para partes específicas do corpo; oferta de serviços com técnicas e tratamentos voltados para o antienvelhecimento; constituição de *cuidadores*, enfermeiros e fisioterapeutas com formação específica que contribuam para que idosos com problemas crônicos de saúde possam dispor de independência no lar; medicina teleassistida; terapias rejuvenescedoras; terapêutica hormonal; sexualidade em idades avançadas.

A demanda por profissionais auxiliares de enfermagem, de saúde no lar e de cuidados no lar, dentre outras ocupações crescerá significativamente em decorrência de algumas mudanças sociodemográficas em curso. Com efeito, vai diminuir a capacidade da família como provedora de cuidados e amparo ao idoso. Primeiramente, pelo fato de que a redução da fecundidade vai diminuir o número de filhos e, conseqüentemente, sua disponibilidade para cuidar dos seus pais idosos, ou seja, nas gerações futuras, os idosos pertencerão a famílias menores. Ademais, o contínuo processo de inserção da mulher no mercado de trabalho também afeta as possibilidades de amparo familiar para a população idosa, na medida em que, tradicionalmente, a função de cuidados básicos aos idosos tem sido delegada às mulheres, conforme enfatiza Saad (2005). Tais processos irão ampliar significativamente o mercado de trabalho para cuidadores e acompanhantes de idosos.

A oferta de serviços de proximidade, específicos para o grupo populacional idoso, também demonstra grande potencial para o desenvolvimento de negócios. Neste contexto, merece destaque os serviços de

ajuda a domicílio, dado que, segundo informações da PNAD de 2004, na Bahia, cerca de 171 mil idosos (13,4% do total) viviam sozinhos. Esta modalidade engloba serviços internos pessoais e de gestão doméstica – cuidados pessoais, cozinhar, limpar, lavar, passar, efetuar reparos na residência – e externos – compras, trâmites bancários, serviços de correio etc.

Outra área que apresenta grande potencial é a de turismo, lazer e entretenimento. O incremento da população idosa, sobretudo aquela já afastada do mercado de trabalho e que vive de aposentadorias e pensões, representa um grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística, pelas seguintes razões:

- constitui um grupo populacional que possui maior tempo livre, em função da estabilidade na vida financeira e dos filhos já estarem criados;
- a disponibilidade dos idosos para viajar na baixa temporada, o que propicia uma maior ocupação dos equipamentos turísticos e demanda de serviços e, conseqüentemente, rentabilidade, em períodos de baixa ocupação, fazendo com que sejam mitigados os impactos econômicos negativos da sazonalidade;
- o período de viagem e hospedagem dos idosos costuma ser mais prolongado;
- geralmente viajam acompanhados, o que contribui para o aumento dos gastos nos locais visitados;
- é um grupo mais propenso e mais fácil de se fidelizar aos produtos turísticos de qualidade.

Diante deste contexto plenamente favorável, há potencialidade para a oferta dos mais diversos produtos turísticos, a exemplo de roteiros culturais com “retorno ao passado”, viagens de aventura a locais inusitados (inclusive em companhia da família), turismo religioso, entre outros. Dado que o turismo direcionado às idades mais avançadas estará cada vez mais atrelado ao *turismo saúde*, surge o potencial para se ampliar a cadeia de outros tipos de estabelecimentos nas localidades turísticas, a exemplo de centros e casas de saúde, *spas*, hotéis lazer, hotéis históricos, entre outros.

É importante destacar que a atratividade dos idosos à oferta destes produtos turísticos estará diretamente condicionada à qualidade dos serviços, com ênfase no atendimento particularizado, receptividade, acessibilidade, segurança e conforto, demandando, portanto,

mão-de-obra qualificada e especialmente treinada para estas finalidades. Logo, o fomento ao turismo direcionado à população idosa apresenta também a capacidade de gerar empregos direta e indiretamente.

A área de tecnologia representa um outro importante filão, na medida em que a oferta de equipamentos e serviços de infra-estrutura domiciliar que propiciem maior autonomia pessoal, segurança, conforto e qualidade de vida aos idosos encontram grande apelo junto a este segmento. Exemplo de equipamentos nesta perspectiva é o elevador de banheiro com funcionamento elétrico (baterias) que permite ao idoso (incapacitado ou não) tomar banho de forma cômoda e segura, sem riscos de queda. Ademais, o funcionamento com baterias dispensa a necessidade de instalação elétrica e os riscos decorrentes.

Há ainda outras áreas que se revelam potenciais para a oferta de bens e serviços aos idosos, a exemplo do setor de transporte (serviços de traslado especialmente projetados para idosos incapacitados), mercado editorial e disseminação de informações de interesse desse público e mercado de trabalho (agência de empregos especializada no atendimento à formação e intermediação para aqueles que desejam permanecer e/ou se reinserir no mercado laboral).

Em suma, estes são apenas alguns exemplos das mais diversas oportunidades e desafios propiciados pelas mudanças sociodemográficas em curso. Diante desse contexto, urge internalizar o efetivo conhecimento desses processos e o uso das informações sociodemográficas no planejamento, para que se possa implementar políticas públicas condizentes com esta nova realidade e fomentar o surgimento de novos e potenciais negócios em prol do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BORGES, Ângela. Sobre o atraso do processo de urbanização na Bahia. *Bahia Análise & Dados*. Salvador, CEI, v.3, n.1, p.57-71, 1993.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, T. Introdução. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

_____; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 621).

FRANCO, Ângela. Bahia: quadro demográfico 2000. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador: SEI, n. 80, p. 15-19, jan. 2001.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. *Condições de vida, pobreza e dinâmica demográfica na Bahia durante a década de 1990*. 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – ENCE/IBGE: Rio de Janeiro, 2004.

_____. A insustentável leveza da urbanização e do êxodo rural na Bahia. *Bahia Análise & Dados: retrospectiva e perspectivas* 2002, Salvador, SEI, v. 12, n. 3, p. 179-189, dez. 2002.

IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: Departamento de População e Indicadores Sociais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2006.

_____. *Indicadores sociais municipais 2000*. Rio de Janeiro: Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002

_____. *Síntese de indicadores sociais 2000*. Rio de Janeiro: Departamento de População e Indicadores Sociais, 2001

SAAD, Paulo Murad. Envelhecimento populacional: demandas e possibilidades na área de saúde. In: WORKSHOP DEMOGRAFIA DOS NEGÓCIOS, Salvador, *Anais...*. Campinas: ABEP, 2005.

_____. Transferência de apoio intergeracional no Brasil e na América Latina. In: CAMARANO, A. A. (org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*. Rio de Janeiro: IPEA, p.169-209, 2004.

_____. O Envelhecimento populacional e seus reflexos na área de saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7. v. 1, 1990, Caxambu *Anais...* São Paulo: ABEP, 1990.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. 2v (Série Estudos e Pesquisas, 60).

_____. *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999. (Série Estudos e Pesquisas, 42).

_____. *Projeções de população por sexo e idade*. Bahia - 1991-2020. Salvador: SEI, 1999. 40 p. (Série Estudos e Pesquisas, 44).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mudanças sociodemográficas recentes*: Extremo Sul. Salvador: SEI, 1998

Configuração territorial da Bahia

*José Eli da Veiga**

Resumo

Este texto procurar apresentar a configuração territorial da Bahia, fazendo uso de novas formas de classificar a hierarquia urbano-rural, testando uma tipologia microrregional anteriormente proposta para o Brasil, e comparando os resultados com a definição das "cidades estratégicas".

Palavras-chave: configuração territorial, Bahia, urbanização, ruralidade, desenvolvimento territorial

Abstract

This text aims to present the territorial configuration of Bahia, using new ways to classify the urban-rural hierarchy, testing a micro-regional typology previously suggested for Brazil, and comparing the results with the definition of "strategic cities".

Key words: territorial configuration, Bahia, urbanization, rurality, territorial development.

INTRODUÇÃO

No debate científico internacional sobre o desenvolvimento territorial no mundo contemporâneo, foi desfeito há muito tempo o equívoco de se identificar a agropecuária com o rural, como se alguma vez tivesse havido coincidência entre tal grupo de atividades econômicas e o espaço (físico e social) no qual elas, necessariamente, mais ocorrem. Além disso, a dinamização de muitas áreas rurais por atividades que pouco ou nada têm a ver com a agropecuária faz com que passem a ser investigadas as características e tendências do que tem sido chamado de "nova economia rural". Nos países mais desenvolvidos, chega a ser comum que tal ruralidade seja caracterizada como "pós-industrial", "pós-moderna" ou "pós-fordista".

* Professor Titular do Departamento de Economia da FEA/USP. www.econ.fea.usp.br/zeeli/. zeeli@usp.br.

A imensidão territorial do Brasil e a profunda desigualdade de seu desenvolvimento fazem com que abrigue situações rurais extremadas. Se por um lado foi possível preservar, nas vastas florestas amazônicas, formas de pressão antrópica que mantêm um metabolismo pré-neolítico com a natureza, por outro, várias manifestações de uma economia rural sofisticada já ocorrem em algumas áreas de clima temperado do domínio da mata atlântica e, sobretudo, dos campos e florestas meridionais. Não há motivo, portanto, para que o caso brasileiro seja excluído desse crucial debate sobre os possíveis destinos da ruralidade. Este texto aborda o caso específico da Bahia. Para tanto, faz, na primeira seção uma breve revisão das novas formas de classificar a hierarquia territorial, e, na segunda, uma explicitação dos pressupostos da tipologia microrregional proposta para o Brasil em Veiga (2004).

MANEIRAS DE SUPERAR A INÉRCIA DA “DICOTOMIA URBANO-RURAL”

Sob a égide do Conselho da *International Union for the Scientific Study of Population* (IUSSP), ocorreram, entre 1999 e 2003, os mais importantes e intensos debates internacionais sobre as novas formas de urbanização. O maior desafio desse grupo de trabalho liderado por Tony CHAMPION (presidente), Graeme HUGO e Alfredo LATTES era ultrapassar a “simples dicotomia urbano-rural”. E foi unânime entre os especialis-

tas que participaram desse esforço a necessidade de rever as classificações usadas nas estatísticas e em pesquisas demográficas. Todavia, segundo os principais coordenadores, não foi representativa entre os participantes a dúvida sobre o primeiro e mais fundamental aspecto da questão: tais classificações deveriam procurar categorizar as pessoas ou os lugares? (CHAMPION; HUGO, 2004).¹

No centro desse debate só podem estar alterações dos ecossistemas provocadas pela espécie humana. Afinal, não pode haver nada de mais rural do que ecossistemas quase inalterados (ou mesmo “intactos”²), e nada de mais urbano do que os ecossistemas dos mais artificializados. As Tabelas 1 e 2 trazem estimativas que permitem esse tipo de comparação. Fica bem evidente o contraste entre o grau de artificialização dos ecossistemas da Europa e do resto do mundo. Estão intensamente alterados uns 65% do território europeu (tanto por assentamentos humanos quanto por agropecuária intensi-

Tabela 1
Habitat e alteração humana por continente

| Continente | Área total Milhões de Km ² | Praticamente inalterada ¹ % | Parcialmente alterada ² % | Fortemente artificializada ³ % |
|--------------------|--|--|--|---|
| Europa | 5,8 | 15,6 | 19,6 | 64,9 |
| Ásia | 53,3 | 43,5 | 27,0 | 29,5 |
| América Norte | 26,2 | 56,3 | 18,8 | 24,9 |
| África | 34,0 | 48,9 | 35,8 | 15,4 |
| América do Sul | 20,1 | 62,5 | 22,5 | 12,0 |
| Australásia | 9,5 | 62,3 | 25,8 | 12,0 |
| Total s/Antártica | 148,8 | 49,7 | 26,6 | 23,8 |
| Antártica | 13,2 | 100,0 | 0,0 | 0,0 |
| TOTAL MUNDO | 162,1 | 53,8 | 24,4 | 21,8 |

Fonte: Hannah *et al.* (1994).

¹ Praticamente inalterada: áreas com vegetação primária e com baixíssimas densidades humanas.

² Parcialmente alterada: áreas com agropecuária extensiva, vegetação secundária e outras evidências de alteração humana, como pastoreio acima da capacidade de suporte ou exploração madeireira.

³ Artificializada: áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos, nas quais foi removida a vegetação primária, ou com desertificação e outras formas de degradação permanente.

va). Nos demais continentes, essa fração não chega a um terço, e atinge mínimos 12% na América do Sul e na Australásia. Em seguida, é importante notar que mais da metade dos territórios das Américas e da Australásia foram considerados praticamente inalterados, pois mantêm a vegetação primária, com baixíssimas densidades demográficas. Finalmente, pode-se dizer que metade da área planetária permanece praticamente inalterada, e mais uma quarta parte parcialmente alterada com formas extensivas de exploração primária. Ou seja, apenas uma quarta parte da área global está mais artificializada pela urbanização e pelas formas mais intensivas de agropecuária.

A despeito de a situação brasileira ser semelhante à da América do Sul, continente no qual há a maior ocorrência de áreas pouco alteradas, são extremas suas disparidades regionais. Como mostra a Tabela 2, a configuração de sua macrorregião Nordeste é mais próxima da sulista do que das demais.

Todavia assumir um ponto de vista estritamente ecológico para abordar a configuração territorial seria tão errado quanto adotar abordagens exclusivamente sociais ou econômicas. Mais adequado é procurar critérios que possam dar conta, simultaneamente, dos aspectos ecológicos e socioeconômicos da utilização dos espaços pela espécie humana. E foi exatamente esse o formidável desafio assumido pelos pesquisadores do Serviço de Desenvolvimento Territorial da *Organization for Economic Cooperation*

¹ “Logically, the first and most fundamental issue relates to whether settlement classifications should seek to categorize people or places. In practice, this issue has not received a great deal of attention from the contributors to this volume. This can be attributed to the primary aim and starting-off point of research in this area. While terms such as ‘urban population’ suggest that we are classifying people, our approach is determined by our central hypothesis that where people reside is a significant factor in explaining their demographic characteristics and behavior.” (CHAMPION; HUGO, 2004, p. 366).

² Relatório do Imazon, divulgado na 8ª. Conferência das Partes (COP 8) da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, em Curitiba, revelou que “só 53% da Amazônia permanece intacta”, cf. O Estado de São Paulo, 29 de março de 2006, p. A23.

Tabela 2**Habitat e alteração humana no Brasil por macrorregiões**

| Macrorregião | Praticamente inalterada ¹ | Parcialmente alterada ² | Fortemente artificializada ³ |
|---------------|--------------------------------------|------------------------------------|---|
| Sudeste | 24 | 21 | 56 |
| Centro-oeste | 53 | 7 | 41 |
| Sul | 40 | 39 | 21 |
| Nordeste | 40 | 47 | 13 |
| Norte | 90 | 6 | 4 |
| Brasil | 63 | 18 | 19 |

Fonte: Embrapa Monitoramento por Satélite: <http://www.cobveget.cnpm.embrapa.br/>
Notas:

¹ praticamente inalterada: florestas, campos e savanas.

² parcialmente alterada: outros tipos de cobertura vegetal, corpos d'água, rochas e solos nus ou com vegetação dispersa.

³ artificializada: áreas urbanizadas e com agropecuária intensiva dominante.

and Development (OCDE), ao procurarem estabelecer indicadores territoriais de emprego, com foco no desenvolvimento rural (OCDE, 1996). Mas, para maior clareza expositiva, melhor começar por tentativas semelhantes que obtiveram resultados menos esclarecedores.

Desde os anos 1970 haviam sido feitas insistentes recomendações internacionais para que a população passasse a ser classificada em quatro categorias: “metropolitana urbanizada”, “metropolitana rural”, “não-metropolitana urbanizada” e “não-metropolitana rural”. No entanto essa disposição de aprofundar a dicotomia acabou dando resultados heterogêneos e bem diferentes da intenção original.

No caso dos Estados Unidos, coexistem duas classificações oficiais: a do *U.S. Census Bureau* e a do *Office of Management and Budget* (OMB). Para o primeiro, as áreas urbanas são as mais adensadas, mas não correspondem a divisões político-administrativas. E podem ser de dois tipos: áreas urbanizadas, ou simples *clusters* urbanos. Numa área urbanizada, deve haver mais de 50 mil pessoas (mesmo que não haja uma cidade específica com esse número de habitantes), e um núcleo (*core*) com densidade superior a 386 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²), podendo ter uma zona adjacente com um mínimo de metade dessa densidade (193 hab/km²). Já os *clusters* urbanos – noção adotada somente a partir do censo de 2000 – são localidades com população inferior (entre 50 mil e 2,5 mil), mas que atinjam os mesmos níveis de densidade

de demográfica. Assim, para o *Census Bureau*, a população rural é a que está fora, tanto de áreas urbanizadas, quanto de *clusters* urbanos. Em 2000, 68% da população americana vivia em 452 áreas urbanizadas, 11% em 3.158 *clusters* urbanos, e os restantes 21% viviam nas imensas áreas rurais (59 milhões).

Contrariamente ao que ocorre com essa classificação censitária, cujos dados são decenais, a do OMB fornece estimativas anuais de população, emprego e renda. Ela é de ordem político-administrativa e separa essencialmente condados metropolitanos (*metro*) e não-metropolitanos (*nonmetro*). Um condado é considerado economicamente ligado a uma aglomeração metropolitana se 25% dos trabalhadores residentes estiverem ocupados nos condados centrais, ou se 25% de seus empregados fizerem o movimento pendular inverso (*reverse commuting pattern*). Além disso, os condados *nonmetro* são agora subdivididos em duas categorias: as *micropolitan áreas*, centradas em núcleos urbanos com mais de 10 mil habitantes, e *noncore* para o restante dos condados. Para propósitos analíticos, o Serviço de Economia Rural, vinculado ao Departamento de Agricultura (ERS/USDA), utiliza um híbrido que resulta de uma mescla das duas classificações normativas oficiais. As Tabelas 3 e 4 mostram os últimos resultados dessa abordagem.

Tabela 3**Comparação dos padrões de residência EUA, 2000**

| | Rural | | Urbano | | Total | |
|-----------------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|
| | Milhões | % | Milhões | % | Milhões | % |
| Nonmetro | 29,0 | 49,2 | 20,2 | 9,0 | 49,2 | 17,4 |
| Metro | 30,1 | 50,8 | 202,2 | 91,0 | 232,3 | 82,6 |
| Total | 59,1 | 100,0 | 222,4 | 100,0 | 281,5 | 100,0 |

Fonte: Cálculos do ERS/USDA com dados do Censo de 2000.

Tabela 4**Participação dos residentes *metro* e *nonmetro* vivendo em áreas rurais e urbanas EUA, 2000**

| | Rural (%) | Urbano (%) | Total (%) |
|-----------------|-----------|------------|-----------|
| <i>Nonmetro</i> | 58,9 | 41,1 | 100,0 |
| <i>Metro</i> | 12,9 | 87,1 | 100,0 |
| Total | 21,0 | 79,0 | 100,0 |

Fonte: Cálculos do ERS/USDA com dados do Censo de 2000.

Pode-se dizer, portanto, que o caso dos Estados Unidos é bem ambíguo. Por um lado, a dicotomia urbano-rural foi substituída pelo *Census Bureau* por uma interessante tricotomia formada pelas categorias “áreas urbanizadas”, “clusters urbanos”, e “áreas rurais”. Por outro, o OMB preferiu uma nova dicotomia – *metro versus nonmetro*. E para efeitos analíticos, o ERS/USDA intensificou a visão dicotômica, ao propor uma mescla que faz desaparecer a tricotomia recentemente introduzida pelo *Census Bureau*.

Bem diferente foi a solução encontrada pela OCDE. Após minuciosa análise das estatísticas referentes a 50 mil comunidades das 2 mil microrregiões existentes nos 26 países membros, a equipe de seu Serviço de Desenvolvimento Territorial passou a distinguir dois níveis analíticos. Ao nível local, foram classificadas apenas como urbanas ou rurais as menores unidades administrativas, ou as menores unidades estatísticas. Por exemplo: *kreise* na Alemanha, *municípios* na Espanha, *counties* nos EUA, *cantons* na França, *comuni* na Itália, *concelhos* em Portugal, e *districts* no Reino Unido. Numa segunda etapa, de nível microrregional, agregações funcionais – como províncias, *commuting zones*, ou *Local Authority Regions* – foram classificadas como mais urbanas, mais rurais, ou intermediárias.

A OCDE considera rurais, as localidades que tenham densidade populacional inferior a 150 hab/km² (ou, no caso específico do Japão, 500 hab/km²). Conforme esta definição, cerca de um terço (35%) da população da OCDE vive em espaços rurais que cobrem mais de 90% de seu território. Claro, essas participações variam bastante conforme o país considerado. Os habitantes de comunidades rurais são menos de 10% em países como a Holanda e a Bélgica, e mais de 50% nos países escandinavos.

Todavia, como as opções e oportunidades abertas para essas localidades rurais dependem essencialmente do relacionamento que possam manter com centros urbanos, o que realmente importa é a abordagem microrregional. Assim, para os propósitos analíticos da OCDE, suas 2 mil microrregiões foram classificadas em três categorias, conforme a participação da população que vive em comunidades rurais. Em regiões consideradas predominantemente rurais, essa participação é superior a 50%. Nas

consideradas significativamente rurais, ela fica entre 15% e 50%. E nas regiões predominantemente urbanas, a população que vive em comunidades rurais deve estar abaixo de 15%.

Cerca de um quarto (28%) da população da OCDE vive em regiões predominantemente rurais, em geral bastante remotas, nas quais a maioria das pessoas pertence a pequenas povoações pulverizadas pelo território. No extremo oposto, cerca de 40% da população da OCDE está concentrada em menos de 3% do território, nas regiões predominantemente urbanas. O terço restante (32%) vive nas regiões da categoria intermediária, que são chamadas de significativamente ou relativamente rurais. Enfim, cada um dos três tipos de região contém comunidades rurais e urbanas, só que em diferentes graus. Enquanto em alguns países escandinavos as participações relativas das regiões predominantemente ou significativamente rurais são superiores, ocorre exatamente o contrário em países como a Bélgica, o Reino Unido ou a Alemanha. Em 1996, só 30% dos habitantes dos EUA viviam em *commuting zones* predominantemente urbanas. As predominantemente rurais abrigavam 36% dos habitantes, e 34% estavam nas de tipo intermediário. Além disso, 44% da população americana viviam em condados rurais, com menos de 150 hab/km² (OCDE, 1996).

Resumindo, pode-se dizer que a dicotomia urbano-rural foi mantida ao nível local pela OCDE como uma etapa a ser superada ao nível microrregional por uma tricotomia formada por áreas essencialmente urbanas, ambivalentes e essencialmente rurais.

O PECULIAR CASO BRASILEIRO

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes.

Nada grave se fosse extravagante exceção. No entanto, é absurdo supor que se trate de algumas

poucas aberrações, incapazes de atrapalhar a análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse desatino, segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

Muitos estudiosos procuraram contornar esse obstáculo pelo uso de uma outra regra. Para efeitos analíticos, não deveriam ser considerados urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 1950, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%.

A grande vantagem desse critério é a simplicidade. Todavia, há municípios com menos de 20 mil habitantes que têm altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações. Dois indicadores dos que melhor caracterizam o fenômeno urbano. Ou seja, para que a análise da configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. Não há habitantes mais urbanos do que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos identificados pela pesquisa que juntou excelentes equipes do IPEA, do IBGE e da Unicamp (Nesur) para produzir a *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (1999 e 2002). Nessa teia urbana, formada pelos 455 municípios dos três tipos de concentração, estavam 57% da população em 2000. Esse é o Brasil inequivocamente urbano.

Nada pode ser mais rural do que as áreas de natureza praticamente inalterada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles

O problema, então, é distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que não poderiam ser considerados urbanos dos que se encontravam no “meio-de-campo”, em situação ambivalente. E para fazer este tipo de separação, o critério decisivo é a densidade demográfica. É ela que estará no âmago do chamado “índice de pressão antrópica”, quando ele vier a ser construído. Isto é, o

indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Nada pode ser mais rural do que as áreas de natureza praticamente inalterada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do

grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios.

A maior dificuldade não está, contudo, na seleção desse critério. A principal incógnita é a “dose”. Como saber qual seria o melhor corte (ou os melhores cortes)? Isto é, qual seria, por exemplo, o limite de densidade demográfica com base no qual um território deixaria de pertencer à categoria mais rural e passaria a alguma outra categoria? Durante muito tempo foi considerado razoável 60 hab/km² como um bom critério de corte. Foi a convenção adotada por Davidovich e Lima (1975) à luz dos dados do Censo de 1970. No entanto, um exame dos dados do Censo de 2000 parece justificar uma atualização dessa convenção para 80 hab/km².

Quando se observa a evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho populacional dos municípios, não há como deixar de notar duas quedas abruptas. Enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes, considerados centros urbanos pela citada pesquisa IPEA/IBGE//Unicamp, a densidade média é superior a 80 hab/km², na classe imediatamente inferior (entre 75 e 100 mil habitantes), ela desaba para menos de 20 hab/km². Fenômeno semelhante ocorre entre as classes superior e inferior a 50 mil habitantes (50-75 mil e 20-50 mil), quando a densidade média torna a cair, desta vez para 10 hab/km². São esses dois “tombos” que

permitem considerar de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km², e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes.

Com a ajuda desses dois cortes, estima-se que 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios, não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra (em vigor) – criada pelo Decreto-lei 311/38 no período mais totalitário do Estado Novo – esta tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades.

O principal, contudo, não é a abordagem instantânea da configuração territorial do Brasil. Mais importante é ressaltar uma tendência que não deveria ser tão ignorada. Mesmo que se acrescente ao Brasil urbano todos os municípios intermédios, considerando-os como vilas de tipo ambivalente que poderão se transformar em centros urbanos, chega-se a um total de 1.022 municípios, nos quais residiam, em 2000, quase 118 milhões de pessoas. Nesse subconjunto ampliado, o aumento populacional entre 1991 e 2000 foi próximo de 20%, com destaque para as aglomerações não-metropolitanas e para os centros urbanos. Em ambos houve crescimento demográfico um pouco superior.

Mas não se deve deduzir daí, como se faz com extrema freqüência, que todos os outros municípios – de pequeno porte e características rurais – tenham sofrido evasão populacional. Isto ocorreu na metade desses municípios. Todavia, em um quarto deles houve um aumento populacional de 31,3%, bem superior, portanto, aos que ocorreram no Brasil urbano. E mais do que o dobro do crescimento populacional do Brasil, que foi de 15,5% no período intercensitário de 1991-2000.

Muito pouco se sabe sobre os fatores que levaram esses 1.109 municípios com características rurais a terem um crescimento populacional tão

significativo. Há casos que se explicam pelo dinamismo econômico de pequenas empresas do setor de serviços, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Há casos que se explicam pelo dinamismo político de Prefeituras, particularmente no Nordeste. Mas se está muito longe de uma interpretação satisfatória sobre esse fenômeno, espalhado por todo o território nacional.

Mesmo assim, o que já se sabe é suficiente para que se rompa com a visão de que todo o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando. Não é admissível que se considere a maior parte do território brasileiro, 80% de seus municípios, e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem milhares de cidades imaginárias.

Resumindo, esta primeira abordagem propõe que os municípios brasileiros sejam separados em cinco escalões, dos quais os três primeiros correspondem exatamente à caracterização da rede urbana feita pelo estudo do IPEA/IBGE/Unicamp e os dois outros distinguem os municípios que ficaram fora da rede urbana como “ambivalentes” e “rurais”, mediante combinação do tamanho e da densidade populacionais. Resultam, portanto, cinco tipos de municípios, cuja classificação decorre do cruzamento de três critérios: a localização, o tamanho e a densidade. Estimou-se, assim, que algo como 4,5 mil sedes de municípios brasileiros sejam cidades imaginárias.

Todavia, mesmo que esta hierarquia em cinco andares permita concluir que o Brasil rural está concentrado em algo como 4,5 mil municípios, nos quais residem pouco mais de 30% de seus habitantes, isso ainda não é suficiente para que se tenha uma boa visão da configuração territorial do país. Para tanto, parece ser bem melhor a hierarquia de suas microrregiões.

É simples perceber que as 12 aglomerações metropolitanas afetam diretamente 22 microrregiões, que as 37 outras aglomerações afetam diretamente 41 microrregiões, e que os 77 centros urbanos estão localizados no interior de 75 microrregiões. Bem mais difícil é estabelecer distinções no interior das outras 420, isto é, de 75% das microrregiões. É inevitável que se pergunte, então, qual poderia ser um bom critério de classificação desse oceano de

microrregiões que não abrigam sequer um centro urbano. Provavelmente nunca haverá resposta consensual a esta questão, pois ela depende dos inevitáveis pressupostos que condicionam qualquer construção de tipologia. O fundamental, então, é que tais pressupostos sejam bem explicitados na justificação do critério adotado.

Esta estimativa admite que a densidade demográfica também é um critério razoável para diferenciar essas microrregiões que sequer abrigam um centro urbano. Por isso, no exercício proposto mais adiante será usado o mesmo critério de corte – 80 hab/km² – para separar essas microrregiões que não contêm sequer um centro urbano. Isto é, diferenciar as 420 microrregiões distantes de aglomerações e de centros urbanos em duas categorias separadas por esse corte de densidade demográfica. Disso resulta uma tipologia das microrregiões que está apresentada na Tabela 5.

Tabela 5
Tipologia das Microrregiões do Brasil
e crescimento populacional
1991-2000

| Tipos de MRG | Número | População 1991 (milhões) | População 2000 (milhões) | Variação % |
|---------------------------------|--------|-----------------------------|-----------------------------|---------------|
| Metropolitanas | 22 | 48,1 | 57,0 | 18,5 |
| Não-metropolitanas | 41 | 21,7 | 26,1 | 19,9 |
| C/Centros Urbanos | 75 | 23,5 | 27,7 | 18,0 |
| Mais de 80 hab/km ² | 32 | 5,6 | 6,4 | 14,8 |
| Menos de 80 hab/km ² | 388 | 47,9 | 52,4 | 9,3 |
| TOTAL | 558 | 146,8 | 169,6 | 15,5 |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 6
Configuração territorial básica do Brasil
2000

| Tipos de MRG | Número | População 2000 (milhões) | Variação 1991-2000 (%) | Peso relativo em 2000 |
|--------------------------------|--------|-----------------------------|---------------------------|--------------------------|
| Marcadas por aglomerações | 63 | 83,1 | 19,0 | 49,0 |
| Significativamente urbanizadas | 107 | 34,1 | 17,4 | 20,1 |
| Predominantemente rurais | 388 | 52,4 | 9,3 | 30,9 |
| TOTAL | 558 | 169,6 | 15,5 | 100,0 |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Todavia a última coluna dessa tabela mostra que o comportamento populacional do quarto tipo (formado por microrregiões que não têm centros urbanos,

mas que têm mais de 80 hab/km²) é mais próximo do constatado para os anteriores, onde há centros urbanos e aglomerações. Ou seja, essas poucas 32 microrregiões certamente têm significativo grau de urbanização, mesmo na ausência de um município com mais de 100 mil habitantes, critério usado pelo estudo IPEA/IBGE/Nesur-IE/Unicamp para definir centro urbano.

Parece mais razoável, portanto, que a estratificação das microrregiões agrupe esses cinco tipos em apenas três grandes categorias: a) microrregiões com aglomeração (metropolitana ou não); b) microrregiões significativamente urbanizadas (com centro urbano ou com mais de 80 hab/km²); e c) microrregiões rurais (sem aglomeração, sem centro urbano e com menos de 80 hab/km²). A Tabela 6 resume os resultados desse exercício, mostrando que o peso populacional relativo do Brasil rural estava, em 2000, em torno de 30%, como também havia indicado a abordagem anterior de caráter municipal. O que parece poder variar bastante é o peso das outras categorias, a depender dos critérios que se utilize para hierarquizar o Brasil urbano. Mas o lado rural do Brasil tende, nos dois casos, a se situar em 30% da população.

É preciso enfatizar que o uso dessa tricotomia para visualizar a configuração territorial do Brasil baseia-se numa hierarquia que combina vários critérios funcionais e estruturais. Começa pelo reconhecimento de que as aglomerações são fatores marcantes – seja em termos funcionais como estruturais – e que este é um critério suficiente para definir o topo da hierarquia. O extremo oposto é definido pela menor pressão antrópica, razoavelmente detectada pelo critério da densidade populacional e, de certa forma, também pelo menor crescimento populacional.

Finalmente, na categoria intermediária estão microrregiões que atingiram um grau ainda ambivalente de urbanização ou, o que dá no mesmo, mantêm-se relativamente rurais.

CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA BAHIA

Pelos critérios utilizados na citada tipologia, a configuração territorial baiana tem uma dimensão rural maior que a do Brasil, o que não é de se estranhar. Como mostra a Tabela 7, a proporção rural da população da Bahia ultrapassa os 37%, contra uma média nacional pouco superior a 30%. Todavia, é, sim, surpreendente a pequena importância relativa do mais alto nível hierárquico, formado pelas microrregiões com aglomerações: apenas três, e com menos de 35% da população.

Tabela 7

Configuração territorial preliminar da Bahia 2000

| Tipos de MRG | Número | População 2000 | Variação 1991/2000 (%) | Peso relativo em 2000 |
|--------------------------------|-----------|-------------------|------------------------|-----------------------|
| Marcadas por aglomerações | 3 | 4.521.129 | 13,9 | 34,6 |
| Significativamente urbanizadas | 7 | 3.651.195 | 14,2 | 27,9 |
| Predominantemente rurais | 22 | 4.894.586 | 4,1 | 37,5 |
| TOTAL | 32 | 13.066.910 | 10,1 | 100,0 |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 8

Configuração territorial “atualizada” da Bahia 2000

| Tipos de MRG | Número | População 2000 | Variação 1991/2000 (%) | Peso relativo em 2000 |
|--------------------------------|-----------|-------------------|------------------------|-----------------------|
| Marcadas por aglomerações | 5 | 6.259.030 | 14,8 | 47,9 |
| Significativamente urbanizadas | 5 | 1.913.294 | 11,9 | 14,6 |
| Predominantemente rurais | 22 | 4.894.856 | 4,1 | 37,5 |
| TOTAL | 32 | 13.067.180 | 10,1 | 100,0 |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 9

As cinco microrregiões mais urbanas da Bahia

| MRG | População 2000 | Variação 1991/2000 (%) | Densidade Hab/km ² |
|----------------------|------------------|------------------------|-------------------------------|
| Salvador | 3.018.285 | 20,9 | 1.290,1 |
| Ilhéus-Itabuna | 1.095.622 | -3,0 | 51,4 |
| Feira de Santana | 895.010 | 11,6 | 71,0 |
| Porto Seguro | 633.093 | 26,6 | 22,9 |
| Vitória da Conquista | 617.020 | 17,3 | 33,0 |
| Total | 6.259.030 | 14,8 | - |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

No entanto, há na Tabela 7 uma óbvia subestimação da importância relativa das microrregiões urbanas de primeiro escalão, que certamente decor-

re da desatualizada classificação das aglomerações e centros urbanos na qual se baseia: a excelente *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* (IPEA/IBGE/Nesur-IE/UNICAMP, 1999, IPEA/IBGE/Nesur-IE/UNICAMP, 2002). Por ter se baseado em dados da contagem populacional de 1996, pode não ter atribuído devida importância a fenômenos como Feira de Santana, Porto Seguro, e Vitória da Conquista, ao mesmo tempo em que exagerou a relevância de Juazeiro.

Antes mesmo de entrar em mais detalhes sobre as características das microrregiões urbanas baianas que se situam nos dois primeiros escalões – o das “marcadas por aglomerações” e o das “significativamente urbanizadas” – vale a pena ver a diferença que faz a introdução das mencionadas alterações. Isto é, a passagem das 3 microrregiões citadas para o primeiro escalão e da transferência da microrregião de Juazeiro para a segunda linha da tipologia (Tabelas 8 e 9).

As microrregiões baianas que compõem o primeiro escalão certamente estarão hoje com populações totais superiores a 700 mil habitantes, que crescem a taxas próximas à da Metropolitana de Salvador, com a óbvia exceção da MRG de Ilhéus-Itabuna. O segundo escalão pode conter as cinco microrregiões que aparecem na Tabela 10. Todavia, em uma MRG – Jequié –, a baixa densidade combinou-se a baixo crescimento populacional semelhante ao das demais, bem abaixo da média estadual. Se tal disparidade não estiver sendo alterada nesta década, é bem provável que essa microrregião venha a ser considerada rural em 2010.

Já as 22 microrregiões rurais podem ser decompostas em três grupos básicos:

• Em primeiro lugar, um grupo de cinco MRG que se mostraram “atraentes” durante a última década do século passado, pois tiveram acréscimos populacionais em proporções superiores à média estadual, além de comparáveis aos das microrregiões urbanas (Tabela 11).

• Em seguida, um grupo intermediário formado por

• Em primeiro lugar, um grupo de cinco MRG que se mostraram “atraentes” durante a última década do século passado, pois tiveram acréscimos populacionais em proporções superiores à média estadual, além de comparáveis aos das microrregiões urbanas (Tabela 11).

Tabela 10**As cinco microrregiões significativamente urbanizadas da Bahia**

| MRG | População 2000 | Variação 1991/2000 (%) | Densidade Hab/km ² |
|-----------------------|-------------------|---------------------------|----------------------------------|
| Jequié | 514.993 | 4,5 | 29,6 |
| Sto. Antônio de Jesus | 505.412 | 8,8 | 91,5 |
| Juazeiro | 407.222 | 18,9 | 7,3 |
| Alagoinhas | 279.834 | 13,7 | 51,1 |
| Barreiras | 205.833 | 25,2 | 3,9 |
| Total | 1.913.294 | 11,9 | - |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 11**As cinco microrregiões rurais “atraentes” da Bahia**

| MRG | População 2000 | Variação 1991/2000 (%) | Densidade Hab/km ² |
|--------------|-------------------|---------------------------|----------------------------------|
| Entre Rios | 103.210 | 26,3 | 23,7 |
| Itapetinga | 208.088 | 15,8 | 18,3 |
| Paulo Afonso | 149.595 | 13,7 | 12,3 |
| Jeremoabo | 105.734 | 10,5 | 12,8 |
| Brumado | 261.614 | 10,1 | 17,0 |
| Total | 828.241 | 14,0 | - |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 12**As sete microrregiões rurais “estáveis” da Bahia**

| MRG | População 2000 | Variação 1991/2000 (%) | Densidade Hab/km ² |
|-------------------|-------------------|---------------------------|----------------------------------|
| Bom Jesus da Lapa | 159.773 | 8,8 | 10,2 |
| Barra | 159.081 | 8,6 | 4,9 |
| Catu | 188.721 | 8,6 | 67,6 |
| Seabra | 251.629 | 7,8 | 12,5 |
| Euclides da Cunha | 293.526 | 6,7 | 14,7 |
| Ribeira do Pombal | 292.122 | 6,1 | 39,3 |
| Livro do Brumado | 91.542 | 6,0 | 16,3 |
| Total | 1.436.394 | 7,4 | - |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 13**As dez microrregiões rurais “esvaentes” da Bahia**

| MRG | População 2000 | Variação 1991/2000 (%) | Densidade Hab/km ² |
|-----------------------|-------------------|---------------------------|----------------------------------|
| Boquira | 179.108 | 5,2 | 10,4 |
| Guanambi | 353.778 | 4,5 | 15,7 |
| Valença | 237.415 | 4,4 | 41,9 |
| Irecê | 349.614 | 2,4 | 20,1 |
| Sta. Maria da Vitória | 178.506 | 2,1 | 4,35 |
| Cotegipe | 110.678 | - 0,2 | 4,82 |
| Itaberaba | 247.533 | - 1,0 | 14,8 |
| Serrinha | 386.106 | - 3,2 | 36,0 |
| Jacobina | 317.234 | - 4,6 | 17,3 |
| Senhor do Bonfim | 269.979 | - 8,5 | 16,5 |
| Total | 2.629.951 | - 0,4 | - |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

7 MRG, nas quais os acréscimos populacionais foram inferiores à média estadual, mas não chegaram a configurar situações de “esvaziamento”. Na falta de termo melhor, essas 7 microrregiões serão aqui classificadas como “estáveis” (Tabela 12).

- Finalmente, o maior grupo, com 10 microrregiões, que está mais próximo da imagem dominante de uma ruralidade fortemente marcada pelo “êxodo” (Tabela 13).

Feita essa caracterização das microrregiões baianas, torna-se imperioso compará-la à aposta feita no “Plano Estratégico da Bahia” (BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, 2003), segundo a qual 34 municípios, chamados de cidades estratégicas, “se consolidarão como pólos de desenvolvimento econômico e centros provedores de equipamentos e serviços sociais, assumindo um papel de articulação a gestão das políticas de desenvolvimento regionais.” (BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, 2003, p. 137).

No tocante às seis cidades da “Grande Metrópole” (área urbana conurbada), todas manifestaram forte atração populacional no período considerado. A capital Salvador, onde houve o menor crescimento populacional, teve um aumento de 17,6%, muito próximo do comportamento de toda a microrregião, que foi de 20,9%.

Já não se pode dizer o mesmo quanto ao comportamento das 12 “Cidades Comerciais de Porte Interestadual” (CCPI). Apenas em metade houve atração superior à da respectiva microrregião. E nos casos de Jequié e Ilhéus, tanto o município quanto a microrregião foram “esvaentes” (Tabela 14).

O mesmo fenômeno foi mais agudo entre as “Cidades Comerciais de Abrangência Local” (CCAL). É verdade que também em metade delas houve atração superior à da respectiva microrregião, mas em apenas três – Valença, Irecê e Bom Jesus da Lapa – isso ocorreu em microrregiões com crescimento populacional positivo, embora “letárgico”. O que mais chama a atenção é o grupo de microrregiões atraentes formado por Itapetinga, Alagoinhas, Ipirá e Brumado – nas quais os supostos “centros” ou “pólos” sequer acompanharam a tendência microrregional. Há até um caso especial – o de Ipirá – um município esvaente de uma microrregião tão atraente como parece ser a de Feira de Santana (Tabela 15).

Tabela 14

Variação populacional das doze “Cidades Comerciais de Porte Interestadual” (CCPI) e de suas respectivas Microrregiões, 1991-2000 (%)

| CCPI | MRG | MUNICÍPIO | MUN - MRG |
|----------------------|------|-----------|-----------|
| Porto Seguro | 26,6 | 176,0 | 149,4 |
| Barreiras | 25,2 | 41,8 | 16,6 |
| Juazeiro | 18,9 | 35,2 | 16,3 |
| Santo Ant. de Jesus | 8,8 | 20,2 | 11,4 |
| Feira de Santana | 11,6 | 18,4 | 6,8 |
| Itabuna | -3,0 | 6,0 | 9,0 |
| Teixeira de Freitas | 26,6 | 25,2 | -1,4 |
| Eunápolis | 26,6 | 19,7 | -6,9 |
| Vitória da Conquista | 17,3 | 16,7 | 0,6 |
| Paulo Afonso | 13,7 | 11,3 | -2,4 |
| Jequié | 4,5 | 1,6 | -2,9 |
| Ilhéus | -3,0 | -0,8 | 2,2 |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Tabela 15

Variação populacional das doze “Cidades Comerciais de Abrangência Local” (CCAL) e de suas respectivas Microrregiões, 1991-2000 (%)

| CCPI | MRG | MUNICÍPIO | MUN - MRG |
|-----------------------|------|-----------|-----------|
| Valença | 4,4 | 15,7 | 11,3 |
| Irecê | 2,4 | 12,7 | 10,3 |
| Bom Jesus da Lapa | 8,8 | 11,1 | 2,3 |
| Alagoinhas | 13,7 | 10,9 | -2,8 |
| Barra | 8,6 | 9,6 | 1,0 |
| Itaberaba | -1,0 | 9,5 | 10,5 |
| Guanambi | 4,5 | 9,4 | 4,9 |
| Serrinha | -3,2 | 9,4 | 12,6 |
| Ribeira do Pombal | 6,1 | 8,8 | 2,7 |
| Itapetinga | 15,8 | 8,1 | -7,7 |
| Brumado | 10,1 | 7,8 | -2,3 |
| Seabra | 7,8 | 4,1 | -3,7 |
| Euclides da Cunha | 6,7 | 3,9 | -2,8 |
| Ibotirama | 8,6 | 3,7 | -4,9 |
| Jacobina | -4,6 | -0,1 | 4,5 |
| Sta. Maria da Vitória | 2,1 | -0,6 | -2,7 |
| Ipirá | 11,6 | -1,5 | -13,1 |
| Senhor do Bonfim | -8,5 | -18,9 | -10,4 |

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE.

Em terceiro lugar, é preciso registrar que não foram selecionadas quaisquer “cidades estratégicas” em meia dúzia de microrregiões. No entanto, duas delas – Entre Rios e Jeremoabo – chamam a atenção por serem ambas formadas por municípios rurais atraentes (com a única exceção da própria “cidade” de Jeremoabo). A população do município de Entre Rios aumentou 35,3% e a da respectiva microrregião 26,3%.

Finalmente, também deve ser lembrado que uma boa classificação dos municípios rurais segundo o desempenho de suas atividades econômicas mostrou que 39 poderiam ser considerados dinâmicos (COUTO FILHO; MACHADO, 2004). Destacou-se a Região de Planejamento 2, “Sul da Bahia”, onde estavam 16 desses municípios, seguida pela Região 4, “Sudoeste e Serra Geral”, com 10. Mas nenhum deles foi entendido como “cidade estratégica”, ao contrário de Ipirá, um município rural classificado como “deprimido”.

CONCLUSÃO

A principal conclusão deste exercício tipológico é que a configuração territorial da Bahia pode ser caracterizada em três escalões básicos, contendo o último três subdivisões. Na data do último censo, pouco mais de 6,2 milhões de habitantes estavam nas 5 microrregiões mais urbanizadas do estado, com óbvio destaque para a metropolitana de Salvador, com quase a metade. Quase 2 milhões estavam em cinco outras microrregiões significativamente urbanizadas, mas uma (Jequié, com meio milhão de habitantes) dava sinal de possível “rebaixamento”. E dos quase 5 milhões que estavam em 22 microrregiões do terceiro escalão, quase 1 milhão pertenciam a 5 microrregiões rurais “atraentes” (talvez também com algum “dinamismo econômico”) e mais 4 milhões pertenciam a 17 microrregiões rurais com tendências demográficas que também poderiam ser indicadores de excessiva especialização, ou de mera decadência econômica.

A idéia de dar tratamento especial a um conjunto de trinta cidades estratégicas certamente poderia ter uma influência positiva em tais tendências do desenvolvimento territorial. E não há dúvida de que a seleção dessas trinta cidades não pode se basear apenas em critérios demográficos de tamanho, densidade ou variação na década de 1990. É claro que o porte econômico e a existência de estrutura administrativa estadual já implantada, como escritórios regionais de órgãos públicos, são fatores que devem influenciá-la. Também é verdade que municípios de pequeno porte, mas com localização adequada à tentativa de “induzir o crescimento” também pode ser justificativa para que sejam selecionados.

Todavia, é bem menos robusta a opção de apresentar as trinta cidades estratégicas em três categorias que nada têm de homogêneas. Mesmo que tenha sido razoável a seleção dos seis municípios metropolitanos, o mesmo não pode ser dito sobre a distinção dos demais em dois grupos de “cidades comerciais”, um de “porte interestadual” e outro de “abrangência local”. E é exatamente no estabelecimento dessa hierarquia que poderia ser aconselhável uma interpretação mais cuidadosa das tendências demográficas que permitem distinguir as microrregiões por seu grau relativo de urbanização, e, sobretudo, pela diferenciação das rurais em atraentes, letárgicas e esvaentes.

REFERÊNCIAS

- CHAMPION, Tony; HUGO, Graeme (Ed.). *New forms of urbanization: beyond the urban-rural dichotomy*. International Union for the Scientific Study of Population & Ashgate, 2004.
- CIPOLLA, Carlo M. *Before the industrial revolution; European society and economy 1000-1700*. 3 ed. Londres: Routledge, 1993. [c1976].
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde; MACHADO, Gustavo Bittencourt. *Análise territorial da Bahia rural – Relatório final do diagnóstico*. Salvador: SEI, 2004, p. 109-222. (Série de Estudos e Pesquisas, 71)
- DAVIDOVICH, Fany R.; LIMA, Olga M.B. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 50-84, 1975.
- DUBY, Georges. *Guerriers et paysans; VII-XII^e siècle; Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1978 [c1973].
- UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. Economic Rural Service. Disponível em: <http://www.ers.usda.gov/briefing/rurality>. Acesso em: 2006.
- GALSTON, William A.; BAEHLER, Karen J. *Rural development in the United States; Connecting theory, practice, and possibilities*. Washington, D.C.: Island Press, 1995
- BAHIA. Secretaria do Planejamento. *O futuro a gente faz*. Plano Estratégico da Bahia. Salvador: SEPLAN, 2003.
- HANNAH, L.; LHOSE, D.; HUTCHINSON, C.; CARR, J.; LANKERANI, A. A preliminary inventory of human disturbance of world ecosystems. *Ambio*, v. 23, n. 4-5, p. 246-250, 1994.
- IBGE. *Atlas do censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- _____. *Perfil dos municípios brasileiros*, Gestão Pública, 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- IPEA/IBGE/Nesur-IE/Unicamp. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999. 2v.
- IPEA/IBGE/Nesur-IE/Unicamp. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil* Brasília: IPEA/IBGE/Unicamp/CEF/Finep, 2002. 6v.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Territorial indicators of employment; Focusing on rural development*. Paris: OCDE, 1996
- VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 12, n. 1, p. 71-93, abr. 2004.

Características gerais dos gastos e dos rendimentos das famílias brasileiras e baianas

Jorge Tadeu Dantas Caffé*
Zélia Abreu Góis**

Resumo

Partindo de uma base de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003, do IBGE, o artigo analisa as características gerais dos gastos e dos rendimentos das famílias brasileiras, particularmente as baianas, mostrando as diferenciações sociais e os condicionantes do consumo.

Palavras-chave: pesquisa de orçamentos familiares, consumo familiar, rendimentos monetários e não monetários.

Abstract

Starting from an IBGE database - Family Budget Research - POF 2002-2003, this paper analyzes the general expenditures and revenue characteristics among Brazilian families, especially Bahian families, presenting social differences and consumption conditionings.

Key words: family budget research, family consumption, monetary and not monetary revenue.

INTRODUÇÃO

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003 do IBGE tornou possível não somente identificar e conhecer em detalhes o que as famílias brasileiras e baianas têm por hábito demandar, segundo as classes de rendimentos monetários e não monetários, mas também permitiu a caracterização de suas condições socioeconômicas. Com base nesse quadro de realidade é possível ainda municiar os agentes econômicos com informações sobre o consumo de bens e serviços, que, de certa forma, poderiam influenciar a orientação dos investimentos para

o mercado interno, a política de crédito ao consumidor, a distribuição de renda, entre outros aspectos.

No Brasil, foram pesquisados 48.470 domicílios, representativos de 48.534.638 famílias ou unidades de consumo¹ estratificadas em dez classes de rendimentos monetários e não monetários, com seus equivalentes em salário mínimo da época da pesquisa,² identificando-se a origem dos tipos e os valores dos rendimentos que determinam, em última análise, o potencial de realizar consumo.

* Analista Técnico da SEPLAN/SEI, Especialista em Desenvolvimento Agrícola e Meio Ambiente. tadeu@sei.ba.gov.br

** Analista Técnica da SEI, Mestre em Administração e Professora Universitária. zelia@sei.ba.gov.br

¹ De acordo com o IBGE, é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos familiares. A unidade de consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos em que não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu por meio das despesas com moradia.

² Considerou-se o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) vigente em 15 de janeiro de 2003, data referencial da POF.

Para a Bahia, foram investigados 2.228 domicílios, correspondendo a 3.418.174 famílias ou unidades de consumo. Um conjunto de gráficos, elaborados com base nos dados disponíveis na POF 2002-2003, auxiliou na realização desta tentativa, preliminar e provisória, de desvendamento dos gastos das famílias brasileiras comparativamente às baianas, como importantes agentes do circuito econômico para a sustentação da demanda agregada de uma economia de mercado periférica como a nossa.

A abordagem que norteia a presente análise dos dados da POF 2002-2003 está vinculada à teoria econômica que considera que o consumo de determinada população é função da renda que as famílias recebem (segundo classes de rendimentos monetários e não monetários) por unidade de tempo (mensal). Entretanto, reconhece-se que existe um viés na economia de mercado que dificulta muito uma explicação mais consistente da função consumo frente a sua renda, pois o sistema de crédito, cada vez mais presente na economia doméstica, faz com que não se gaste somente o que se ganha, mas se ultrapasse normalmente as possibilidades financeiras das famílias. Ademais existe um vasto campo de pesquisa envolvendo o comportamento subjetivo do consumidor, diante de seus desejos e das imposições do mercado, que cria opções de indução para forçá-lo a agir de maneira impulsiva (ROSSETTI, 2002).

Esta abordagem, portanto, orientou a formulação do presente artigo, que se encontra estruturado em duas seções. Na seção denominada *Quanto e Como se Ganha o Rendimento*, são analisados os dados referentes aos rendimentos monetários e não monetários auferidos pelas famílias brasileiras e baianas, segundo sua posição na estrutura de classe de renda e a natureza dos rendimentos, de acordo com as diferentes modalidades de remuneração dos fatores de produção; na seção intitulada *Quanto e Como se Gasta o Rendimento*, são analisadas as despesas realizadas por essas famílias, condicionadas pela magnitude e natureza dos rendimentos recebidos; por fim, são apresentadas as Considerações Finais.

QUANTO E COMO SE GANHA O RENDIMENTO

O quanto e como ganham as famílias brasileiras e baianas, no tocante a rendimentos médios mensais,

podem ser desvendados com os dados da POF 2002-2003. Por meio do Gráfico 1, constata-se, em termos esquemáticos, que há uma forte concentração nos extremos de classes de rendimentos (até R\$ 400,00 em contraponto a mais de R\$ 6.000,00).

Em se tratando de Brasil, quando comparado à Bahia, há uma inversão entre a primeira classe de rendimento e a terceira. A despeito do maior número de famílias brasileiras estar concentrado nas três classes de rendimentos iniciais, a classe mais de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.200,00 tem uma representatividade maior, em torno de 21,0%, com 10.181.484 famílias. A classe de até dois salários mínimos ou até R\$ 400,00 apresenta-se logo em seguida, com 7.949.351 famílias e participação de 16,38%. A classe mais de R\$ 400,00 a R\$ 600,00 detém 13,90%, com 6.747.421 famílias.

Na análise baiana, a classe de menor rendimento (até R\$ 400,00 ou 2 salários mínimos) perfaz 30,12% ou 1.029.503 famílias, incluindo-se as famílias sem rendimentos. Na classe de maior ganho (mais de R\$ 6.000,00 ou mais de 30 salários mínimos), apenas 2,76% ou 94.319 famílias auferem em torno desse valor médio mensal.

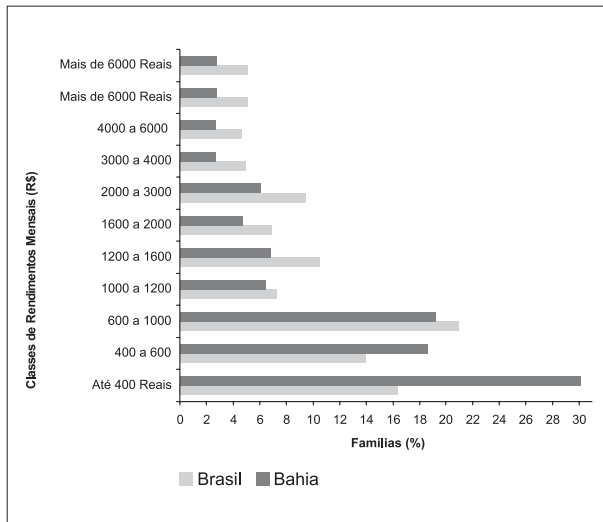
Além dessas três classes extremas de rendimentos, de forte assimetria entre si, existem ainda sete classes de rendimentos intermediários, fixadas pela pesquisa, que são integradas pelos contingentes de famílias da massa trabalhadora (mais de R\$ 400,00 a R\$ 1.200,00), representando no Brasil 34,88% e na Bahia 37,82%, e da controversa classe média³ em seus variados matizes: a “baixa classe média” (percebendo mais de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00), equivalente, no Brasil, a 34,95% e, na Bahia, a 23,95%; e a “média classe média” (auferindo mais de R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00), expressa, para o Brasil e Bahia, respectivamente, 9,58% e 5,35% (Gráfico 1).

No que diz respeito aos tipos de origem dos rendimentos médios mensais das famílias brasileiras e baianas, ou como elas “ganham a vida”, na análise do Brasil, os rendimentos do trabalho representam 61,99%; os rendimentos de transferência apresentam 15,02%; os de aluguel 1,83%; outros rendimentos

³ Trata-se, como é sabido, de um conceito pouco rigoroso e que encerra múltiplas ambigüidades, porém, muito utilizado em pesquisas sobre o potencial do consumidor.

Gráfico 1

Características das Famílias, Segundo as Classes de Rendimentos Mensais
Brasil / Bahia, 2002 / 2003

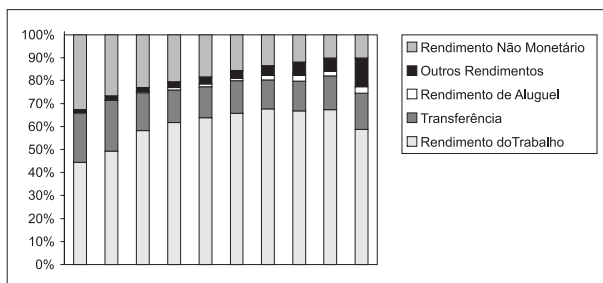


Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

6,58%, aí incluídos os rendimentos de vendas esporádicas (3,79%), os empréstimos (0,76%), as aplicações de capital (1,39%) e outros (0,64%); e, por fim, os rendimentos não monetários, que representam 14,58% (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2

Origem dos Rendimentos, Segundo as Classes de Rendimentos Mensais Familiares
Brasil, 2002 / 2003

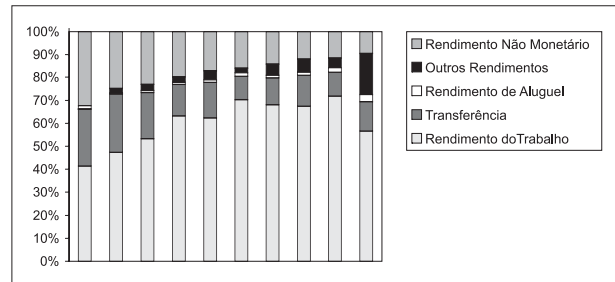


Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

Na Bahia, 60,02% são remunerações do trabalho, nas condições de empregado (40,16%), empregador (7,98%) e autônomo (11,88%). Em segundo lugar, com 16,33%, aparece a condição de rendimentos não mo-

Gráfico 3

Origem dos Rendimentos, Segundo as Classes de Rendimentos Mensais Familiares
Bahia, 2002 / 2003



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

netários, “estimados a partir do uso e do consumo de produtos adquiridos através da produção própria, retirada do negócio, troca, doações, pagamentos em espécie, entre outros” (IBGE, 2006). A terceira posição diz respeito às transferências, representando 15,06% dos rendimentos totais das famílias, provenientes, sobretudo, de aposentadorias públicas (10,45%), seguidas das pensões alimentícias mesadas ou doações – identificadas como fluxos interfamiliares de rendimentos (1,74%) – das transferências transitórias (1,35%), das bolsas de estudos (0,81%) e aposentadorias privadas (0,71%). Por último, os rendimentos provenientes de aluguel de bens imóveis e móveis e outros rendimentos, compreendendo vendas esporádicas, empréstimos, aplicação de capital e outros, apresentam as menores contribuições na composição dos rendimentos médios das famílias baianas, 1,57% e 7,01%, respectivamente.

Analisando-se as diferentes classes de rendimentos provenientes das várias formas de remunerações das famílias, levantadas pela POF 2002-2003, observa-se que a estrutura de distribuição é bastante desigual e assimétrica em quaisquer das modalidades, em se tratando tanto de Brasil quanto de Bahia.

No Brasil, essa observação pode ser constatada pela remuneração do trabalho, em que a razão entre o menor e o maior rendimento médio mensal é 55,5 vezes e também nos níveis das transferências, em que a razão entre os extremos de classes de rendimentos considerados (até R\$ 400,00 e mais de R\$ 6.000,00) é da ordem de 30,6 vezes.

Quando se examina a Bahia, o rendimento do trabalho apresenta um quociente entre a maior e a me-

nor classe de 57,3 vezes e de 21,5 vezes, respectivamente, quando relacionado ao rendimento de transferência. Como era de se esperar, pela própria natureza dos ganhos, em que a existência de uma conexão entre propriedade de ativos e diferenciação de classes é mais orgânica, as desigualdades na distribuição dos rendimentos provenientes dos bens rentistas são mais acentuadas, aqui representados pelos ganhos de aluguel de bens móveis e imóveis, cuja diferença entre os extremos de classes considerados é de 972,1 vezes, e outros rendimentos, envolvendo vendas, empréstimos e aplicações de capital, dos quais razão é de 580,7 vezes.

Na categoria “rendimento não monetário”, a razão entre as faixas extremas de rendimentos médios mensais das famílias brasileiras é da ordem de 13,1, enquanto a das famílias baianas é de 12,1 vezes. Quando se considera a distribuição desse tipo de rendimento dentro de cada classe, entretanto, constata-se que é relativamente mais expressivo nas classes de menores valores. A título de exemplo, tanto no Brasil quanto na Bahia, constata-se que, enquanto o rendimento não monetário, na classe de até R\$ 400,00, assume percentuais mais significativos, de 32,73% e 32,45%, respectivamente, na classe de rendimento de mais de R\$ 6.000,00, representa apenas 10,21% para o Brasil e 9,37% para a Bahia. A explicação para este fato estaria dada pela precariedade das ocupações nas classes de menores rendimentos.

QUANTO E COMO SE GASTA O RENDIMENTO

As despesas totais constituem-se de despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do passivo. Segundo dados da POF 2002-2003, o valor médio mensal das despesas totais é da ordem de R\$ 1.778,03 para o Brasil e de R\$ 1.299,58 para a Bahia, no tocante às despesas correntes, assim distribuído: R\$ 1.658,27 para o Brasil e R\$ 1.221,37 para a Bahia ou 93,26% e 93,98%, respectivamente. As despesas relativas às parcelas destinadas ao aumento do ativo das famílias brasileiras são de R\$ 84,59 ou 4,76% e das famílias baianas de R\$ 60,72 ou 4,67%. Para as despesas referentes à diminuição do passivo, a média mensal de gastos para as famílias brasileiras é de aproximadamente R\$ 35,00 ou 1,39%, enquanto para as famílias baianas é de R\$ 17,49 ou 1,35%.

Sob a ótica da estrutura e distribuição das despesas totais mensais, segundo as classes de rendimentos monetários e não monetários, as famílias brasileiras mais pobres, que ganham até R\$ 400,00, destinam 97,15% para as despesas correntes, 2,22% para o aumento do ativo, que é traduzido pela possibilidade de despesas com aquisição ou reforma de imóvel e outros investimentos, e apenas 0,62% para a diminuição do passivo familiar mensal, que se referem àqueles gastos com o pagamento de carnês, empréstimos e prestações do imóvel. Considerando as famílias situadas na classe de rendimento de mais de R\$ 6.000,00, estas reservam 88,89% para as despesas correntes, 8,65% para as despesas com aumento do ativo e 2,47% com as relacionadas à diminuição do passivo.

A Bahia segue a mesma tendência, ou seja, as famílias baianas situadas na classe de menor rendimento, a de até R\$ 400,00, despendem 97,54% para as despesas correntes, 2,15% para as despesas referentes ao aumento do ativo e 0,31% para as despesas com a diminuição do passivo. Por outro lado, as famílias mais bem aquinhoadas de rendimentos, que percebem mais de R\$ 6.000,00, têm suas despesas correntes mensais em torno de 90,37%, aumento de ativo de 8,32% e diminuição de passivo de 1,32%. Essas famílias gastam relativamente menos em despesas correntes e mais no aumento do ativo e na diminuição do passivo, acumulando, portanto, mais bens patrimoniais e bens duráveis de consumo. Em termos comparativos, as famílias situadas na faixa de rendimento médio mensal de mais de R\$ 6.000,00, embora gastem relativamente menos em despesas correntes, desembolsam, em termos absolutos, 21,8 vezes mais que as famílias que auferem em média até R\$ 400,00 mensais.

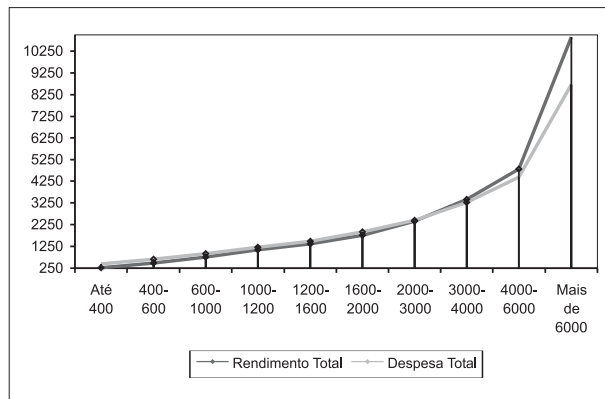
É importante fazer uma leitura crítica com base nesses números, já que a diferença na proporção entre as despesas correntes e a capacidade de poupança (aumento de ativo e diminuição de passivo) apresentada por famílias de menor e maior rendimento, na escala adotada na POF 2002-2003, traduz simultaneamente sua posição socioeconômica na estrutura social e sua inserção no mercado de consumo.

O cruzamento dos dados da POF 2002-2003 demonstra ser o valor da despesa total maior que o valor do rendimento total em sete das dez classes de rendi-

mentos, excetuando-se apenas as classes de mais de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00, mais de R\$ 4.000,00 a R\$ 6.000,00 e mais de R\$ 6.000,00. A presença de déficit orçamentário nos estratos mais baixos pode significar, entre outros aspectos, um possível endividamento das famílias brasileiras e baianas,⁴ pois os rendimentos não têm sido suficientes para fazer frente às despesas totais mensais de uma família formada, em média, por 3,9 pessoas (Gráficos 4 e 5).

Gráfico 4

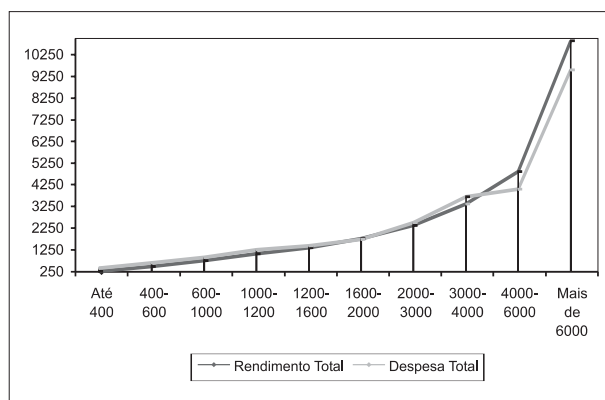
Níveis de endividamento das famílias, por classes de rendimento mensais Brasil, 2002-2003



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

Gráfico 5

Níveis de endividamento das famílias, por classes de rendimento mensais Bahia, 2002-2003



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

⁴ 85% das famílias brasileiras referiram algum grau de dificuldade para chegar ao final do mês com o rendimento familiar.

Segundo o conceito adotado na POF 2002-2003, as despesas correntes são compostas por dois tipos de gastos:

1. despesas de consumo, constituídas por alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e despesas diversas;
2. outras despesas correntes, integradas por impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários, pensões, mesadas, doações e outras.

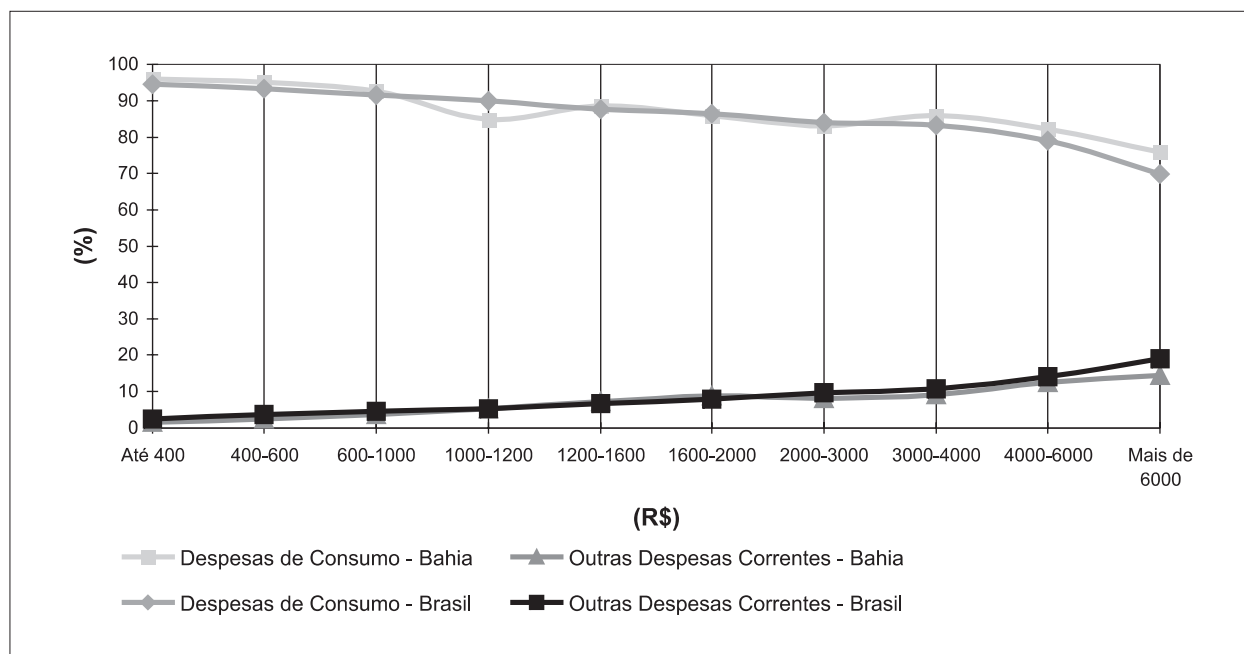
As despesas de consumo representam a maior parcela dentre os componentes formadores da estrutura de despesas das famílias tanto das brasileiras quanto das baianas. As famílias brasileiras atingiram uma média mensal de 82,41% da despesa total e as baianas de 86,07%. Em valores absolutos, as famílias brasileiras, cuja faixa de rendimento familiar está situada na classe de rendimento de mais de R\$ 6.000,00, apresentam gastos com consumo mensal em torno de R\$ 7.752,50 ou 69,89%, para R\$ 7.251,71 ou 75,88% das famílias baianas. A faixa de rendimento até R\$ 400,00 figura com gastos de consumo mensal da ordem de R\$ 430,16 ou 94,69% para as famílias brasileiras e R\$ 389,74 ou 95,93% para as baianas. Entretanto, à medida que aumentam os rendimentos médios monetários e não monetários das famílias, diminuem, em termos relativos, os valores dessas despesas ou sua propensão para o consumo.

Na análise de “outras despesas correntes”, observa-se um comportamento contrário ao das despesas de consumo. As outras despesas correntes, para o Brasil, equivalem a 10,85% e as da Bahia, a 7,92% do total dessas despesas. Apresenta-se uma relação unívoca, isto é, à medida que aumentam as classes dos rendimentos médios mensais familiares, aumentam também os desembolsos com essas despesas. Na Bahia, essa relação é percebida, sobretudo, nas despesas destinadas ao pagamento de impostos (2,81%), contribuições trabalhistas (2,08%) e pensões, mesadas e doações (1,64%), além dos serviços bancários, previdência privada e outras (Gráfico 6).

Analisando a participação dos gastos médios mensais dos diferentes componentes das despesas de consumo, pode-se observar que os gastos familiares são majoritariamente comprometidos com o trinômio: habitação, alimentação e transporte.

Gráfico 6

Distribuição percentual das despesas médias familiares de consumo e outras despesas correntes, por Classes de Rendimentos
Brasil / Bahia, 2002-2003



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

No Brasil, as três despesas representam 61,55% das despesas de consumo totais, sendo despendidos 29,26% com habitação, 17,10% com alimentação e 15,19% com transporte. Na Bahia, a participação das despesas com habitação é da ordem de 26,51% ou R\$ 344,53, a de alimentação 22,53% ou R\$ 292,85 e a de transporte 14,13% ou R\$ 185,97 (Gráficos 7 e 8).

A despesa com habitação se constitui no item que mais pesa no orçamento familiar do brasileiro e do baiano, representando, em média, mais de $\frac{1}{4}$ do total das despesas de consumo. Na análise das famílias baianas, pode-se observar a composição das despesas incluídas neste item, como as de aluguel – que figura com o maior percentual de gasto (12,13%) –, as de serviços e taxas, as de contas de consumo (água e esgoto, eletricidade, gás e telefone), as de manutenção do lar, as de artigos de limpeza, mobiliários e eletrodomésticos, dentre outras.

As despesas com alimentação ocupam a segunda posição nos gastos de consumo das famílias tanto brasileiras quanto baianas, sendo distinguidas quanto ao local de sua realização, isto é, se dentro ou fora do domicílio, e segundo os estratos de rendimentos.

Quando realizadas dentro do domicílio, as despesas com alimentação das famílias brasileiras representam, em média, 75,95% e as das famílias baianas, 75,59%, se fora do domicílio, 24,05% e 24,41%, respectivamente. Quando se considera a estratificação dos rendimentos auferidos por estas famílias, estes percentuais, evidentemente, mudam de valores. Constatase que as despesas do consumo médio de alimentos diminuem relativamente, à medida que os rendimentos familiares são mais elevados; e quanto maior o rendimento familiar maior também o hábito de consumo de alimentos fora do domicílio, inclusive e principalmente o consumo de bebidas.

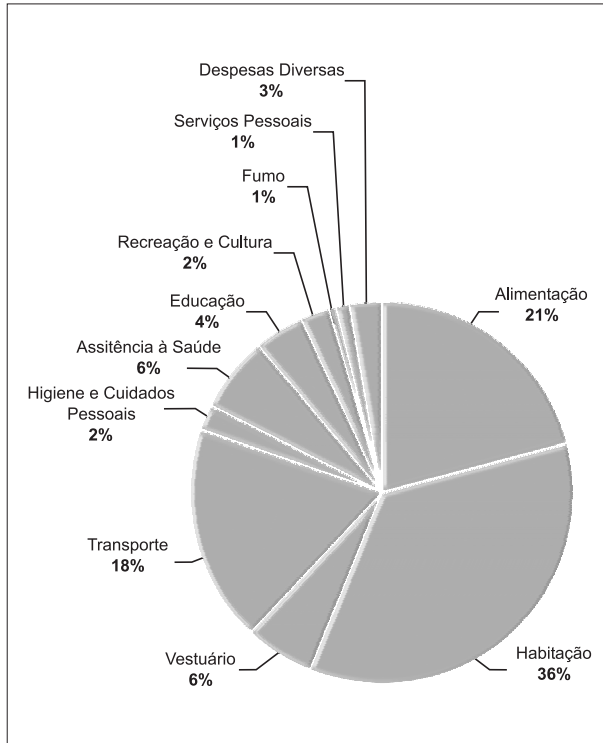
As despesas com alimentação dentro dos domicílios brasileiros e baianos traduzem-se em um cardápio diversificado, embora existam gastos preferenciais sobre determinados tipos de alimentos. O item de maior peso, disparado na dieta dessas famílias, independente das classes de rendimentos, é o das carnes, vísceras e pescados⁵ (13,93% e 16,62%, respectivamente).

⁵ Carne de boi de primeira, carne de boi de segunda, carne de suíno, carnes e peixes congelados, pescados frescos e outros.

Gráfico 7

Distribuição percentual das despesas médias mensais familiares de consumo, por componentes

Brasil, 2002 / 2003



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

Para o Brasil, seguindo a ordem de consumo, destacam-se, imediatamente, o item leite e derivados (9,07%), o de panificados (8,29%), e o de cereais, leguminosas e oleaginosas (7,87%).

Na análise das famílias baianas, depois do item das carnes, vísceras e pescados, aparecem o de cereais, leguminosas e oleaginosas (8,85%); o de panificados (8,77%); o de leites e derivados (7,21%); o de farinhas, féculas e massas (6,19%); o de aves e ovos (5,34%), entre outros.

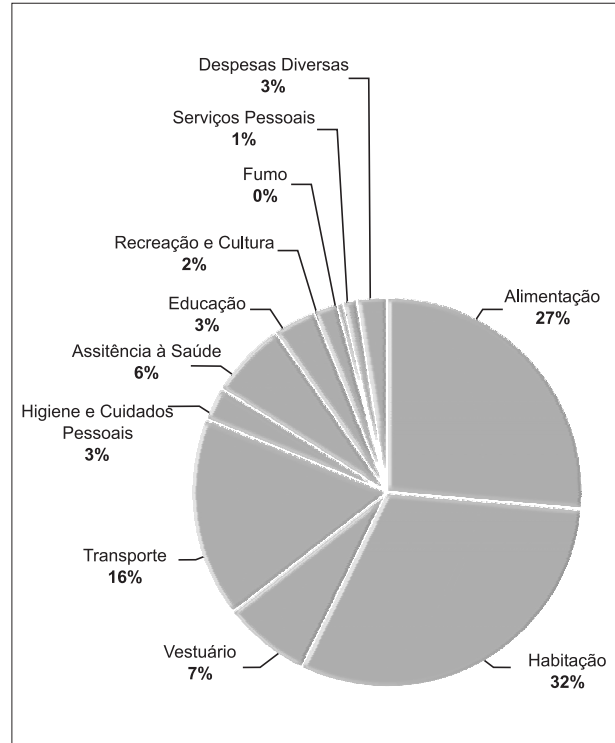
No Brasil e na Bahia, as frutas (3,17% e 2,82%) e os legumes e verduras (2,25% e 2,28%, respectivamente) são relativamente pouco consumidos pelos diferentes grupos de famílias. Já as bebidas e infusões são responsáveis, no Brasil, por 6,44% e, na Bahia, por 4,54%. (Gráficos 9 e 10).

Em se tratando de Brasil, as despesas com alimentação fora do domicílio representam 24,05% das despesas totais com alimentação, destacando-se as relativas

Gráfico 8

Distribuição percentual das despesas médias mensais familiares de consumo, por componentes

Bahia, 2002 / 2003



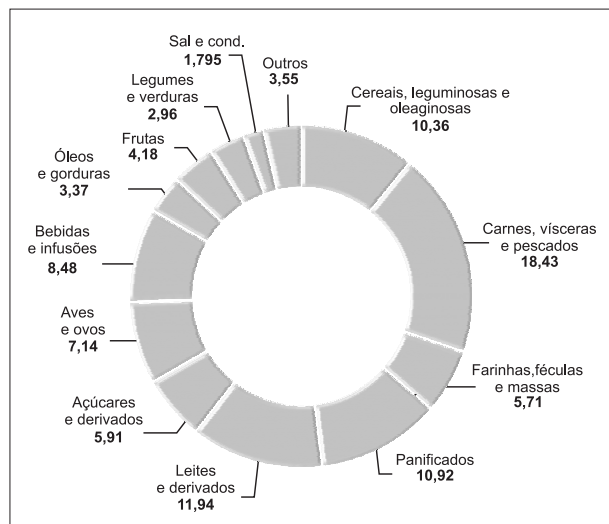
Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

a: almoço e jantar, com 10,05%; lanches, 3,81%; e cervejas, chopes e outras bebidas alcoólicas, 3,34%.

Para as famílias baianas, ainda no que se refere às despesas com alimentação fora do domicílio, as mais significativas em termos percentuais são aquelas desembolsadas na aquisição de almoço e jantar (7,16%), seguidas do consumo de cervejas, chopes e outras bebidas alcoólicas (5,73%), lanches (4,38%), refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas (2,57%), sanduíches e salgados (2,20%). Somando-se os gastos médios de consumo de bebidas alcoólicas e não alcoólicas – cervejas, chopes e outras bebidas alcoólicas (5,73%), bebidas e infusões (4,54%), refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas (2,57%) – dentro e fora do domicílio, chega-se a um valor total que representa 12,84% das despesas com alimentação na Bahia, o que significa afirmar que a fatia de renda familiar gasta com bebidas alcoólicas e não alcoólicas chega a ser maior do que todos os itens do cardápio

Gráfico 9

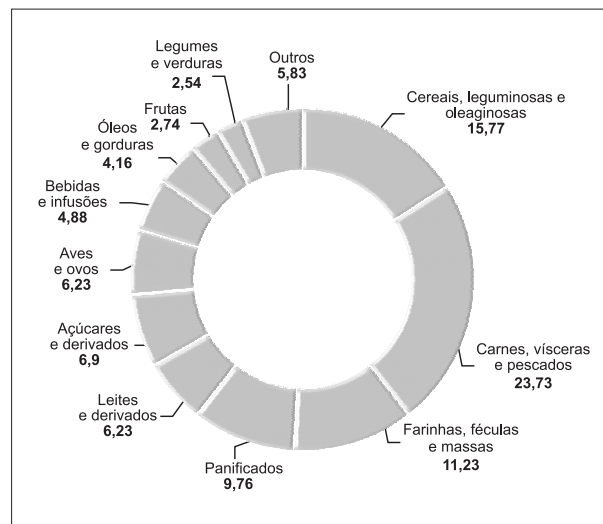
Distribuição percentual das despesas de alimentação no domicílio
Brasil, 2002 /2003



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

Gráfico 10

Distribuição percentual das despesas de alimentação no domicílio
Bahia, 2002 /200



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

de alimentos, excetuando-se apenas o grupo carnes, vísceras e pescados (16,62%).

No tocante às despesas com transportes, no Brasil, representam o terceiro maior dispêndio mensal das famílias (15,19%). Na Bahia, as despesas com transportes são também bastante significativas, ocupando a mesma posição no *ranking* das despesas de consumo. A despesa com transporte das famílias baianas (14,13%) tem, nas aquisições de veículos (4,97%), nas passagens urbanas de coletivos (3,39%) e na aquisição de gasolina (2,20%), seus mais expressivos itens de dispêndios.

As demais despesas de consumo mensais para as famílias baianas, seguindo uma ordem relativa de grandeza, são: vestuário (6,34%), destacando-se neste grupo as despesas com confecções femininas, masculinas e calçados; assistência à saúde (5,50%), que tem seus principais gastos dirigidos para a aquisição de remédios e planos e seguros de saúde; educação (2,96%), que tem seu gasto basal dirigido para os cursos regulares (pré-escolar, fundamental e médio); higiene e cuidados pessoais (2,47%), compreendendo gastos, principalmente, com perfumes, produtos para cabelos e sabonete; despesas diversas (2,23%), envolvendo gastos com jogos e apostas, festas e cerimônias, serviços profissionais etc.; recreação e cultura

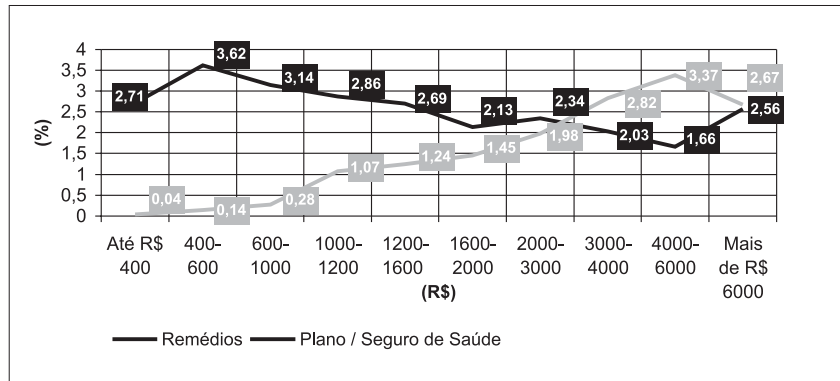
(1,95%), cujo principal gasto inclui diversões e esportes, serviços pessoais (0,90%), este último voltado primordialmente para cabeleireiro, manicuro e pedicuro; e fumo (0,36%), envolvendo gastos com cigarros, charutos, fumo para cachimbo e outros artigos para fumantes (isqueiros e fósforos).

A título de ilustração, os gastos com remédios e plano/seguro de saúde das famílias baianas apresentam, em termos relativos, comportamento inverso, isto é, à medida que se elevam os rendimentos médios mensais das famílias diminuem os gastos com medicamentos e aumentam as despesas com plano/seguro de saúde (Gráfico 11).

Por outro lado, os dados do Gráfico 12 mostram que, nas famílias com menor renda, tanto as brasileiras quanto as baianas, o gasto com fumo apresenta maior percentual do que nas de maior renda. A despesa média mensal com fumo das famílias brasileiras (R\$ 10,20) e das famílias baianas (R\$ 4,66) muitas vezes significa a renúncia do consumo de bens essenciais à família. Neste sentido, os dados da POF 2002-2003 sugerem que se poderia consumir alternativamente, com a supressão do gasto mensal de fumo, alguns itens que compõem a cesta de consumo alimentar das famílias, como por exemplo: tubérculos e raízes (batata inglesa, cenoura), legumes

Gráfico 11

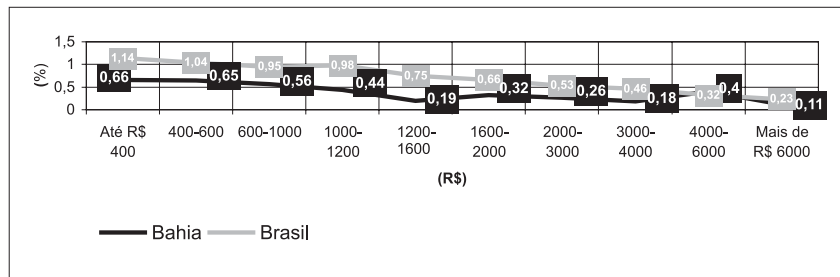
Distribuição percentual dos gastos com remédios, plano e seguro de saúde, por classes de rendimentos
Bahia, 2002-2003



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

Gráfico 12

Distribuição percentual dos gastos com fumo, por classes de rendimentos
Brasil/Bahia, 2002-2003



Fonte: IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

e verduras (tomate, cebola, alface), pescados frescos, ovo de galinha, queijos, azeite, café moído etc.

Completando o universo estatístico de investigação, a POF 2002-2003 abordou também a percepção subjetiva da população quanto a alguns aspectos referentes à qualidade de vida. Os dados até então disponíveis para o Brasil e Bahia estão ligados, entre outros aspectos, à *avaliação do tipo e à suficiência do alimento consumido*. Esses dados de opinião, de conteúdo subjetivo, complementam as análises de informações quantitativas.

Depreende-se desses dados que as famílias brasileiras e baianas, em sua maioria (73,19% e 80,74%, respectivamente), nem sempre ou raramente consomem o tipo preferido de alimento. Os motivos para que isso ocorra estão ligados majoritariamente à restrição dos rendimentos – 93,01% das famílias bra-

sileiras e 94,47% das baianas. Em outras palavras, poder-se-ia especular que a maioria das famílias brasileiras e também baianas *comem o que não gostam porque não podem comprar*. Confirmando a regra acima, apenas 19,26% das famílias baianas e 26,81% das brasileiras sempre consomem o tipo preferido de alimento. Os motivos para o não consumo decorrem de sua indisponibilidade no mercado, o que corresponde a 1,93% para as famílias baianas e 2,17% em se tratando das famílias brasileiras. Quando o motivo do não consumo é outro, as famílias brasileiras respondem com 4,81% e as famílias baianas com 3,60%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou fornecer algumas contribuições para a compreensão do comportamento dos gastos das famílias brasileiras e baianas e de suas fontes de rendimentos mensais,

mediante a análise dos dados disponíveis na POF 2002-2003 do IBGE, para a Bahia, os quais se constituem numa importante base de dados ainda muito pouco explorada.

A análise dos rendimentos e dos gastos das famílias brasileiras e baianas pôde ser feita em conjunto, já que a maior parte ou uma grande parte das conclusões são comuns a ambas as pesquisas. Ficaram evidenciados os seguintes aspectos gerais sobre os rendimentos e as despesas das famílias brasileiras e baianas:

- existe uma forte concentração de rendimentos monetários e não monetários nos extremos de classes das famílias;
- a maior parte dos rendimentos provém da remuneração do fator trabalho, principalmente dos assalariados (empregados) e autônomos (por conta própria);

- a segunda mais importante fonte de recursos provém dos rendimentos não monetários, compreendendo: produção própria, retirada do negócio, troca, doações, pagamentos em espécie, entre outros;
- as transferências, sobretudo as aposentadorias, constituem-se na terceira mais importante fonte de recursos familiares;
- a diferença na proporção das despesas correntes e da capacidade de poupança (aumento de ativo e diminuição de passivo) traduz simultaneamente a posição socioeconômica ocupada pelas famílias na estrutura social e sua inserção no mercado de consumo;
- a maioria das famílias ganha pouco e gasta mais do que ganha; o resultado mais provável dessa dramática situação é seu endividamento;
- as despesas de consumo representam a maior parcela dentre todos os gastos das famílias;
- à medida que se elevam os rendimentos das famílias, diminuem, em termos relativos, os valores das despesas de consumo ou a propensão para o consumo;
- à medida que se elevam os rendimentos das famílias, aumentam as despesas com impostos, contribuições trabalhistas e pensões, mesadas e doações, serviços bancários, previdência privada;
- a despesa com habitação constitui-se no item que mais pesa no orçamento familiar, representando 29,26% (famílias brasileiras) e 26,51% (famílias baianas) do total das despesas de consumo;
- as despesas com alimentação (17,10% e 22,53%, Brasil e Bahia, respectivamente) ocupam a segunda posição nos gastos de consumo das famílias;
- quanto maior o rendimento familiar, maior também o hábito de consumo de alimentos fora do domicílio, inclusive e principalmente o de bebidas;
- o item de maior peso disparado na dieta das famílias é constituído de carnes, vísceras e pescados, independente das classes de rendimentos;
- as frutas, legumes e verduras são pouco consumidas pelas famílias;
- as principais despesas com alimentação fora do domicílio são dirigidas ao almoço e jantar, consumo de cervejas, chopes e outras bebidas alcoólicas;
- os gastos médios de consumo de bebidas alcoólicas e não alcoólicas – cervejas, chopes e outras bebidas alcoólicas, bebidas e infusões, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas – dentro e fora do domicílio, chegam a ser maior do que todos os itens do cardápio de alimentos, excetuando-se apenas o grupo carnes, vísceras e pescados;
- a despesa com transporte (15,19% para o Brasil e 14,13% para a Bahia) representa o terceiro maior dispêndio mensal das famílias;
- o gasto médio mensal com fumo, muitas vezes, significa a renúncia do consumo de bens essenciais à família;
- à medida que se elevam os rendimentos médios mensais das famílias baianas diminuem os gastos com medicamentos e aumentam as despesas com plano/seguro de saúde;
- a maioria das famílias nem sempre ou raramente consome o tipo preferido de alimento; os motivos para que isso ocorra estão ligados majoritariamente à restrição dos rendimentos.

REFERÊNCIAS

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. *Pesquisa de orçamentos familiares (POF)*. Disponível em <http://www.dieese.org.br/pof>. Acesso em 07 mar. 2005.

IBGE. *Pesquisa de orçamentos familiares (POF) 2002-2003*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 set. 2006.

ROSSETTI, J. Paschoal. *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pesquisa de orçamentos familiares (POF) 2002-2003: Bahia*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 2005.

Considerações sobre o mercado de música independente em Salvador¹

*Archimedes Ribas Amazonas**

*Carmen Lúcia Castro Lima***

*Carolina Santos Petitinga****

*Mércia Aquino Queiroz*****

Resumo

Este artigo tem por objetivo fazer um breve panorama do mercado de música independente em Salvador. Para tanto, foram apresentadas as principais características da produção musical independente e sua evolução no Brasil. De forma mais detalhada, discutem-se as especificidades do mercado musical independente soteropolitano e, por fim, são feitas considerações sobre as perspectivas deste segmento na cidade.

Palavras-chave: economia da música, independentes, produção musical, indústria fonográfica, Salvador.

Abstract

This paper aims to give a brief overview on the independent music market in Salvador. Therefore, we present the main characteristics of the independent music production and its evolution in Brazil. We discuss, with more details, the peculiarities of the independent music market in Salvador and, finally, several considerations are made regarding the perspectives of this segment in the city.

Key words: music economy, independents, music production, phonographic industry, Salvador.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, verificou-se, no mundo todo, a expansão do mercado de música independente. Dois fatores contribuíram para este fenômeno: a crise da indústria fonográfica, em que vários artistas foram alijados da grande mídia e das gravadoras multinacionais (denominadas de *majors*) e o barateamento dos equipamentos de gravação musical, que possibilitou produzir discos com baixo custo de produção.

No Brasil, nesse período, verificou-se um processo de profissionalização da produção de música independente. Esta passou a disputar espaço no mercado fonográfico nacional com as grandes gravadoras, ao mostrar-se altamente diversificada e mercadologicamente competitiva.

Em Salvador, desde os anos 80 do século passado, há uma produção fonográfica, fora do mercado do eixo Rio-São-Paulo, em que foram criadas gravadoras que trabalham, principalmente, com os produtos

¹ Os autores compõem o Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia da Cultura (GEPEC-BA). Agradecem a Márcio Pereira pelo auxílio nas entrevistas com os músicos e a César Franca, Iara Gonzaga, João Paulo Matta e Rachel Ramos pelas contribuições ao texto.

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, da Faculdade de Comunicação (FACOM), Universidade Federal da Bahia (UFBA). a2a@uol.com.br

** Doutoranda do PPG em Cultura e Sociedade, da Faculdade de Comunicação (FACOM), Universidade Federal da Bahia (UFBA); e Professora

da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Universidade Católica do Salvador (UCSal). lima-carmen@uol.com.br

*** Mestranda do PPG em Cultura e Sociedade, da Faculdade de Comunicação (FACOM), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora-bolsista da FAPESB. carolpeti@hotmail.com

**** Mestranda do PPG em Cultura e Sociedade, da Faculdade de Comunicação (FACOM), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora-bolsista da FAPESB. merciaqz@svn.com.br

da denominada “Axé-Music”. Embora a Bahia seja reconhecida como um importante celeiro musical, uma boa parte da produção independente do Estado não é do conhecimento do grande público. Nos últimos anos, contudo, verificou-se um movimento voltado ao fortalecimento da música independente local, buscando criar alternativas de meios de produção e distribuição para contemplar a diversidade cultural e artística da cidade. Neste contexto, a música independente soteropolitana vem consolidando seu espaço no mercado fonográfico nacional.

Este artigo apresenta uma breve discussão sobre o mercado de música independente em Salvador. Para a realização da pesquisa, foram feitas coletas de dados em jornais e revistas e em sites relativos ao setor – de companhias, associações e feiras setoriais. No que tange ao mercado soteropolitano, devido à escassez de publicações optou-se, além da coleta de informações e dados em sites, pela realização de entrevistas com as próprias produtoras locais.

Além desta introdução, este artigo contempla mais três seções. Na primeira, são apresentadas as características da produção independente e como se configura no Brasil. Na segunda, foram feitas considerações sobre o atual cenário da produção independente em Salvador. Na terceira, estão expostas as principais estratégias de vendas e de divulgação da produção de música independente

na capital baiana. Finaliza-se com a apresentação das Considerações Finais.

CONCEITO DE PRODUÇÃO MUSICAL INDEPENDENTE E O PANORAMA NO BRASIL

A produção fonográfica costuma ser classificada em dois tipos: as *majors* e os independentes. As *majors* são as gravadoras que têm uma grande participação nas vendas anuais de música e outros tipos de mídias gravadas como DVDs, além de um sistema de distribuição próprio. São conglomerados que, além de trabalhar com a produção e distribuição de música, investem em outros ramos do entretenimento. O grupo das *majors* é formado pelas gravadoras Universal, Sony/BMG, EMI e Warner.

Além das mega-companhias, outra forma de organização produtiva da música são os independentes. Não há um único critério para definir uma produtora independente. Estas apresentam uma grande diversidade de características com variedade de tipos, estruturas e tamanhos. Geralmente, utiliza-se a expressão *independente* para definir toda e qualquer gravadora não relacionada às chamadas *majors*. O Quadro 1 apresenta as diferenças mais comuns entre *majors* e independentes.

Quadro 1

Comparação entre os modelos *major* e independentes

| Modelo <i>major</i> de negócios | Modelo independente de negócios |
|---|---|
| Conglomerado multimídia diversificado. | Empresa com pouca ou nenhuma diversificação, com interesses no ramo fonográfico. |
| Grande empresa com importante número de filiais. | Empresário individual. Empresa predominantemente nacional com nenhuma ou poucas filiais. |
| Importante participação no mercado mundial. | Insignificante participação no mercado mundial. |
| Empresa líder nos principais mercados regionais. | Participação pequena ou importante no mercado nacional, mas raramente líder. |
| Produtos homogêneos, previstos para comercialização no mercado internacional. | Produtos concebidos em função do mercado nacional, eventualmente exportados. |
| Importante participação de produtos internacionais no volume global de negócios. | Pequena participação das exportações no volume de negócios. |
| Geralmente distribuidor. Grandes estrelas. | Raramente distribuidor. Gêneros especializados. |
| Segmento produto-mercado bem estruturado e independente do segmento finanças/estratégias. | Segmento produto-mercado mais ou menos independente; segmento finanças/estratégias pouco constituído. |
| Predomínio de critérios comerciais. | Predomínio de critérios estéticos |
| Grandes verbas para a promoção. Divulgação global e multimídia de seus produtos. | Poucas verbas de promoção, baseada principalmente em contatos pessoais. |
| Estratégias tipo <i>blockbuster</i> . | Estratégias de vendas regulares. |

Fonte: Observatório da Indústria Cultural (2005)

Entre 1993 e 2004, as *majors* detinham de 70% a 80% das vendas do mercado mundial de música; no ano de 2004, o *market share* global estava subdividido da seguinte forma: a Universal, mantendo sua posição como a maior gravadora, com 25,5%; Sony-BMG em seguida, com 21,5%; a EMI em terceiro, com 13,4%; e a Warner, com 11,3%. Para este mesmo ano, as vendas dos independentes representaram 28,4% do total comercializado (IFPI... ,2005).

No Brasil, considera-se como marco da produção musical independente o lançamento, em 1977, do disco *Feito em Casa*, por Antonio Adolfo. Vicente (2005) considera que este fato inicia a formação de uma cena musical autônoma e razoavelmente articulada. A partir de 1979, realizou-se o *Encontro de Independentes de Curitiba*, quando existiam apenas cinco produtores independentes de música popular: Antonio Adolfo, Danilo Caymmi, Francisco Mário, Luli e Lucina, e o grupo Sambachoro.

A criação do projeto Lira Paulistana, em 1979, foi outro fator considerado de maior destaque da cena independente no Brasil.² O Lira não foi apenas um movimento musical, mas, principalmente, uma ação empresarial para estruturação de um núcleo de produção e difusão artística formado por um teatro, uma gráfica e um selo fonográfico (VICENTE, 2005).

Nos anos 80, verificou-se no país a expansão da produção fonográfica realizada fora das *majors*. Devido a razões estéticas ou mercadológicas, muitos músicos passaram a produzir e comercializar seus discos e vários selos independentes surgiram.³ “A criação desses novos selos independentes contribuiria para o estabelecimento de um novo cenário, que mudaria as relações entre artistas e gravadoras e atuaria na reestruturação da indústria fonográfica no Brasil.” (LOPES, 2005, p.1).

No Brasil, em um primeiro momento, a produção fonográfica dita independente significava, principalmente,

uma atuação empresarial relacionada à defesa das “minorias culturais” no mercado fonográfico brasileiro. Portanto este termo era interpretado como uma forma de ‘resistência’ ao sistema de produção praticado pelas *majors*.

No final dos anos 1980 e início da década de 1990, a produção independente se fortalece como uma estratégia possível dentro da carreira do artista e não necessariamente um questionamento da estrutura da indústria da música

Diante disso, trabalhar o conceito de independente como antagonismo às grandes gravadoras se tornou insuficiente. Marchi (2005) aponta para uma complexidade do mercado fonográfico brasileiro, em que há outros modelos que escapam às duas definições. O autor cita três casos: a) gravadoras que possuem uma história relacionada aos meios de comunicação em determinada região do país, desenvolvendo características peculiares em relação ao contexto mercadológico do eixo Rio – São Paulo. Não há uma postura de contestação direta às *majors*, contudo, os empresários da região possuíam uma autonomia na produção cultural e um circuito comercial próprio. Ele cita o caso da Bahia, com os produtos da “Axé-Music”; b) produções fonográficas que lidam com produtos culturais específicos, distribuem em mercados alternativos às estruturas tradicionais de comércio fonográfico, porém não aderem necessariamente ao discurso de resistência cultural. Este exemplifica os produtores do Funk Carioca que, devido à falta de interesse das grandes gravadoras e dos meios de comunicação em geral, investiram em meios de produção próprios; e c) modelos que dividem o ciclo da produção com as grandes gravadoras, ao mesmo tempo, mantendo-se

² Até seu advento, os nomes de destaque nesse campo eram Antônio Adolfo, Francisco Mário, Boca Livre, Céu da Boca e Luli & Lucinha. O Lira trouxe a público um novo grupo, formado por artistas como Arrigo Barnabé, Itamar Assumpção, Premeditando o Breque, Passoca e Língua de Trapo (VICENTE, 2005).

³ Vicente (2005) discute que a crise econômica enfrentada pelo país na

década de 80 obriga a indústria fonográfica a aumentar sua seletividade e racionalizar sua atuação. Como consequência, há um processo de exclusão de artistas menos identificados com sua lógica. Este fato teria contribuído para vários artistas buscarem espaços alternativos às *majors*, o que foi facilitado pelo desenvolvimento das tecnologias de gravação musical que reduziram o tamanho e os custos dos equipamentos.

separados daquela estrutura. Haveria um processo de terceirização da distribuição e divulgação dos produtos. Estes empreendimentos buscariam uma atuação intermediária no mercado fonográfico. Podem-se citar artistas consagrados que têm adotado esta estratégia como: Djavan, Milton Nascimento e Fernanda Abreu.

Na década de 1990, há um movimento de profissionalização da produção independente, visando disputar espaço no mercado fonográfico nacional com as grandes gravadoras.⁴ Este partiria da premissa de que o setor no Brasil não possuiria uma estrutura que assegurasse a produção musical local. Assim, a produção independente começou a focar seu interesse na viabilidade comercial de sua produção (VICENTE, 2005). Três fatores vão consolidar esta tendência no Brasil: a criação da Trama, a fundação da Biscoito Fino e o surgimento da Associação Brasileira de Música Independente (ABMI).

A gravadora Trama surgiu em 1998 e apresentou-se como uma gravadora independente, de capital nacional, tendo como principal objetivo a reformulação do sistema de produção de discos no Brasil, ou seja, a criação de um mercado independente “bem estruturado”. A gravadora enfatizava a necessidade de criar mecanismos e instituições que agregassem as iniciativas autônomas. Um exemplo disso é a Distribuidora Independente, derivada do departamento comercial da gravadora (MARCHI, 2005).

Em 2001, foi fundada a companhia Biscoito Fino.⁵ A gravadora carioca adota um modelo híbrido que foge dos cânones comerciais estabelecidos pelas multinacionais, sem, contudo, abrir mão do rigor administrativo. A Biscoito Fino possui estúdio próprio e equipamentos à disposição dos artistas. Cinco anos depois do primeiro CD, já ultrapassou os cento e cinquenta lançamentos (BISCOITO FINO, 2006).

Uma outra iniciativa para esta nova produção independente foi a formação da Associação Brasileira de Música Independente (ABMI), em 2002. A ABMI surgiu após vários encontros dos independentes para discutir a organização deste setor, com o propósito de reunir o maior número possível destes selos e ser

um espaço propício para trocas de informações. Sua proposta é ser uma entidade capaz de proporcionar o fortalecimento da representatividade destes selos, visto que eles não possuiriam a mesma penetração de mercado que uma *major*.

O cenário musical brasileiro está passando por uma fase de mudanças, por conta de muitos músicos consagrados estarem saindo das grandes multinacionais, migrando para as produtoras independentes. A primeira iniciativa foi de Lobão, que criou seu próprio selo para administrar seu nome e sua marca. Depois dele, nomes como Maria Bethânia, Gal Costa, Milton Nascimento, Djavan, Alceu Valença e Chico Buarque migraram para as gravadoras independentes.⁶ Devese a isto o fato de que os artistas estariam principalmente em busca de maior autonomia, algo difícil de se obter nas *majors*.

Num panorama altamente competitivo entre as produtoras, as independentes vêm crescendo, apostando na diversidade, em novos meios de comunicação e distribuição e na segmentação de seu público. As desvantagens reduziram, até porque, com o crescimento dos independentes, aumentou-se o poder de barganha, facilitando o processo de distribuição dos CDs, antes considerado a grande desvantagem das independentes em relação às *majors*. Tais desvantagens, porém, têm sido superadas. Neste sentido, foi criada a Tratore, empresa especializada na distribuição dos selos independentes no Brasil. Conforme o site da empresa:

A Tratore não é uma gravadora e não tem produtos próprios. O que a gente faz é levar os discos das gravadoras até as lojas perto de você. Há centenas de selos independentes no país, com um catálogo artisticamente expressivo, mas sem um número suficiente de títulos para manter uma equipe de vendas com dedicação exclusiva. Aí entra a Tratore com sua equipe de 16 representantes de vendas atuando em 18 estados brasileiros. Esta equipe é formada por gente que entende e gosta de música, e que conhece e se relaciona com suas praças com credibilidade e agilidade (TRATORE, 2006, p.1).

Outro fator que não deve ser descartado com relação à distribuição diz respeito às novas mídias digitais e internet. Por conta destas tecnologias modernas é possível promover e divulgar o artista por um novo ca-

⁴ Marchi (2005) denomina este movimento de Nova Produção Independente.

⁵ Esta companhia é fruto de uma sociedade entre a cantora Olívia Hime e a empresária Kati Almeida Braga, proprietária do Banco Icatu.

⁶ Chico Buarque, por exemplo, rompeu um elo de 35 anos com a multinacional Sony & BMG e foi para a produtora Biscoito Fino.

nal de distribuição – a internet. Artistas independentes também conseguem, de certa forma, minimizar os efeitos da pirataria, por meio de ações como venda de CDs em bancas de revistas, em *shows*, na internet, pela MP3 e até nos próprios camelôs.

Em síntese, os independentes vêm liderando uma reconfiguração no mapa das expressões artísticas e dos grandes negócios da música nacional. Atualmente, cumprem o papel de descobrir e desenvolver novos talentos que podem ser assumidos posteriormente com menor risco pelas *majors*. Além disso, a produção independente prospecta novos estilos, acompanhando com mais agilidade as constantes mudanças do mercado fonográfico.

PRODUÇÃO DE MÚSICA INDEPENDENTE EM SALVADOR

O mercado fonográfico de Salvador possui uma característica própria, uma vez que não conta com todas as etapas da cadeia musical. Sua área de atuação predominante é a produção. Existe muita criatividade na cidade – não é por acaso que grandes nomes da música nacional surgiram e foram lançados em Salvador – no entanto é necessário destacar um fato: em Salvador – e na Bahia – não existem companhias de distribuição; normalmente, os selos daqui se associam a outro selo nacional e/ou multinacional que cumprirá este papel.

Segundo Fábio Almeida, sócio/diretor da Tag Produções:

Aqui não existem todas as etapas do processo fonográfico. Existem boas editoras musicais, bons estúdios, bons artistas e bons profissionais técnicos em música e, recentemente, selos com infra-estrutura de produção para viabilizar os produtos feitos na Bahia. A distribuição não é sustentável; a Bahia é distante do eixo consumidor de música. Chegou a produzir em meados dos anos 90, 25% do que era consumido no país, no entanto, consome só 4% do total produzido em vendas de CD – fora *shows*. É difícil ter alguma distribuidora sediada na Bahia com abrangência nacional. Boa parte da receita das *majors* instaladas no Brasil tem origem na distribuição de selos (ALMEIDA, 2006).

Em Salvador não existem companhias de distribuição; normalmente, os selos daqui se associam a outro selo nacional e/ou multinacional que cumprirá este papel

Também não é possível falar de uma indústria fonográfica na Bahia justamente pelo fato citado de não existir todas as etapas do processo fonográfico. Segundo Almeida e Pessoti (2000, p. 101):

(...) é preciso deixar bem claro que quando se fala de indústria fonográfica na Bahia, entenda-se indústria de produção musical. No Estado, não existem fábricas de CDs ou sedes de gravadoras multinacionais. O que existe é um mercado de estúdio de gravação. Nas palavras de Rangel [sócio do estúdio WR], “o que existe na Bahia é um mercado produtor de matéria prima acabada em nível de produção, onde uma gravadora como a Polygram, BMG ou Warner, contrata o artista e a produção de seu disco”. Esta é a atividade fonográfica baiana: produzir discos em estúdios ou *shows* ao vivo

Em Salvador existem cinco selos associados a Associação Brasileira de Música Independente (ABMI): Cooperarte, Maianga Discos, Estrela do Mar, Tag Discos e Pelourinho. Esta associação busca melhores condições para a produção e distribuição da música independente brasileira, porém nem todos a vêem de forma tão satisfatória. Fábio Almeida, da Tag Produções (empresa proprietária da Tag Discos), por exemplo, acredita que a parceria não tem funcionado como deveria e que isto fica mais notório para quem é do Nordeste. “Apesar de eu ir todo mês ao Rio e São Paulo e ter tentado reuniões no sentido de uma maior parceria, fica tudo ‘fechado’ no eixo Rio/São Paulo. Os acordos e reuniões com a APEX (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos), que coordena a exportação, não têm chegado de forma democrática.” Outro fator de insatisfação se deveu ao fato da Tag tentar associar o selo Caco Discos (fruto da parceria entre a Tag e a Caco de Telha Produções) à ABMI e esta ter exigido 10% do ECAD. Segundo ele, uma proposta absurda (ALMEIDA, 2006).

Além destas produtoras, outras não associadas à ABMI merecem destaque e foram fontes de pesquisa e estudo, a saber: Candyall Music, Estrela do Mar e Caco de Telha Produções. Estes selos possuem padrão de qualidade comparável a qualquer outro nacional e pertencem a músicos renomados como é o caso da Candyall Music, de Carlinhos Brown, da Caco de Telhas Produções, de Ivete Sangalo, e da Estrela do Mar, de Margareth Menezes. Algumas destas

empresas possuem seu próprio estúdio – segundo Spinola, Salvador contava com mais de uma centena de pequenos estúdios caseiros e com 19 estúdios de médio e grande porte – como a Candyall Music, com o estúdio Ilha dos Sapos, considerado hoje o maior e mais moderno estúdio baiano, com qualidade similar aos melhores do país. Outras, porém, terceirizam a gravação de seus CDs em estúdios que consideram mais adequados a seu perfil (SPINOLA, 2006).

Algumas dessas produtoras também têm se beneficiado de leis de incentivo fiscais – federais e estaduais – para promover seus artistas. Foi o que aconteceu com a Tag Discos, nas palavras de Fábio Almeida (2006):

[...] os primeiros discos de artistas foram viabilizados através de leis de incentivo. Estas, quando bem utilizadas, atingem sua finalidade. Permitem a oportunidade de viabilizar a arte de quem quer que seja. O músico Alexandre Leão foi através da Lei Rouanet, com projeto financiado pelo Banco Capital. Todos os demais artistas da TAG foram viabilizados pelo FazCultura – programa de incentivo à cultura do Estado da Bahia.⁷

Em Salvador, encontrou-se uma das principais características dos selos independentes, que é a atuação em nichos de mercado. Alguns selos de rock *heavy metal* ilustram bem isto: Maniac Records, Atalho Discos, Bigbross Records e Estopim Records. Segundo João Carlos,⁸ da Maniac Records, os CDs normalmente são gravados no estúdio Vértice (que é de Jerônimo Cravo, da Atalho Discos). É interessante notar que o selo só faz lançamento de bandas baianas. Todos os representantes dos selos de rock citados destacam como principal, o compromisso com a qualidade. Ao contrário da Tag Discos, eles não utilizam os mecanismos das leis de incentivo, devido à dificuldade de acesso e por não quere-rem esta “dependência de ter sempre que fazer CD via lei de incentivo”.

⁷ Entrevista concedida por Fábio Almeida, sócio/diretor da Tag Produções, aos autores do artigo, em 15/02/2006.

⁸ Entrevista concedida por João Carlos da Maniac Records, Rogério Britto da Bigbross Records, Jamile Vasconcelos da Pônei Records, Fabiano Passos da Estopim Records e Muv Discos e Jerônimo Cravo do Atalho Discos, à Carolina Petitinga, em 25/04/2006.

É importante destacar entre esses independentes pesquisados o fato de não possuírem exclusividade com artistas e bandas. O selo faz contrato para cada CD. O artista possui total autonomia estética e artística.

Uma outra forma de produção se dá quando ocorre a associação entre um selo local – por exemplo, o “Cavaleiros de Jorge”, de J.Velloso – e uma gravadora de outro estado, que no caso citado foi a Eldorado, ligada ao grupo de comunicação paulista, “Estado de São Paulo”. E ainda, contando com a parceria na distribuição da Trama.

Com o objetivo de organizar o mercado musical independente baiano, a Independência Musical Associada (IMA) – uma iniciativa de diversos artistas locais – em parceria com o SEBRAE/BA promoveram, em maio de 2006, o 1º POMBA - Encontro do Pólo da Música Independente da Bahia. O acontecimento reuniu músicos independentes, artistas, pesquisadores, produtores e profissionais do setor de distribuição e da mídia. Durante o evento, foi apresentado um diagnóstico do cenário da música independente na Bahia. Foram discutidas estratégias para a criação de parcerias que possibilitassem a expansão do mercado independente local, uma vez que a produção independente baiana não chega ao conhecimento do grande público. O SEBRAE/BA, ao apoiar esta iniciativa, mais uma vez mostrou que manifestações e produções culturais podem ser ótimas estratégias para bons negócios, sendo a instituição um dos parceiros do Programa de Apoio à Exportação de Música (Pró-Música), lançado no ano passado pelo Ministério da Cultura.

Salvador tem também presenciado o surgimento de novos movimentos musicais – como o “Arrocha” – que emergem com bastante força da periferia para o que se costumou chamar de “centro”, com seus ritmos e sons que alcançaram toda a cidade. Inicialmente, foi uma música feita nas bordas da cidade para a própria periferia, que se expandiu de maneira surpreendente e própria. Fez isto por meio de canais quase nunca formais e institucionalizados, mas, de certo modo, propiciou a muitos maior inclusão no “mercado”, com a produção e distribuição de CDs di-

Salvador tem também presenciado o surgimento de novos movimentos musicais que emergem com bastante força da periferia para o que se costumou chamar de “centro”, com seus ritmos e sons que alcançaram toda a cidade

tos *genéricos*, como são chamados por alguns baianos os discos produzidos e comercializados informalmente.

Essa produção musical soteropolitana – e baiana – produz efeitos positivos em diversos setores da economia local, tais como: o turismo – principalmente na época do Carnaval –, aí inclusas as diversas atividades que compõe o sistema; a indústria editorial e gráfica; o comércio de instrumentos musicais, discos e equipamentos musicais; e ainda, no que tange à prestação de serviços, montagem de palcos, iluminação, sonorização, produção de *shows* e espetáculos, e aquela realizada por estúdios e artistas, entre outras.

As oportunidades do mercado musical independente, a despeito de serem restritas, existem e têm chegado também ao mercado baiano, que vem se profissionalizando e encontrando formas alternativas para ganhar participação neste mercado. Mesmo com as peculiaridades encontradas em Salvador, é possível desenvolver um trabalho de qualidade, em que a criatividade é peça fundamental. Neste ambiente são encontradas formas alternativas de divulgação e vendas, como será apresentado a seguir.

ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E VENDAS NO MERCADO DE MÚSICA INDEPENDENTE

O que se pode observar é que não existe espaço suficiente para atender à produção crescente que atua na esfera musical. Este fato contribui para que os profissionais da música busquem formas alternativas de conquistar participação no mercado. Os independentes em Salvador, a exemplo de uma tendência nacional, têm procurado estratégias alternativas para divulgação de seus artistas e o conseqüente incremento na venda de seus produtos.

Eventos

A realização de eventos envolve setores complexos e mobiliza cadeias produtivas e recursos, além de ser um importante instrumento para impulsionar a economia e gerar emprego e renda – principalmente associado ao desenvolvimento do Turismo (*Marketing de Destino*). Este fato tem favorecido sua

proliferação em todo o mundo, particularmente, dos eventos de grande porte, que reúnem milhares de pessoas simultaneamente, promovidos geralmente por uma rede de parceiros – que envolvem organizações públicas, privadas e produtores/artistas associados – em encontros, festivais, feiras nacionais e internacionais de música.

No caso dos independentes, a participação em eventos tem possibilitado a oportunidade de contato direto com públicos de perfil semelhante, reafirmando valores e significados partilhados; além da possibilidade de promoção comercial.

O evento tem sido ainda uma importante ferramenta para aproximar o artista de futuros parceiros – sejam eles distribuidores, patrocinadores, divulgadores, produtores ou outros artistas – locais, nacionais e internacionais, possibilitando sua participação como convidado em outros eventos e também uma forma de gerar novos produtos, como a gravação de CD e/ou DVD ao vivo.

Encontros internacionais

Estes encontros têm se revelado uma boa oportunidade de articulação para os independentes, como a *World Music Expo* (Womex), realizada no Reino Unido, na qual vários selos independentes de todo o mundo expõem e vendem seus produtos – catálogos – e promovem suas marcas; e a *The World's Music Market* (Midem), que reúne profissionais e companhias de vários países, como aconteceu em janeiro de 2006, em sua 40ª edição em Cannes, França (MIDEM, 2006) Nessa edição, estiveram presentes representantes da América Latina, inclusive do Brasil, como a ABMI – que possui 90 associados, sendo cinco de Salvador – ao lado de outros representantes da Europa, Austrália, etc (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MÚSICA INDEPENDENTE, 2006).

Projeto Música no Porto

Realizado desde 2001, o projeto, já em sua sexta edição, objetiva criar um espaço para o artista independente. É direcionado a todos os gêneros musicais. Segundo sua coordenadora, Virgínia da Rin, “a idéia é

mesmo misturar”. Instalado no Porto da Barra, já passaram pelo palco do Música no Porto mais de 30 bandas locais e nacionais durante esses seis anos, para um público de mais de 5.000 pessoas (DA RIN, 2006).⁹

O Festival de Verão Salvador

O Festival de Verão Salvador, em sua oitava edição em 2006, reuniu um público médio de 250 mil pessoas em cinco dias de evento. Foram 125 atrações em quatro palcos. Não obstante a divulgação ficar mais restrita ao palco principal, no qual se apresentam os artistas conhecidos do grande público, existem também os palcos alternativos, que contam com a participação dos músicos independentes. Parcerias firmadas com as gravadoras independentes Deck Disc e Trama proporcionaram ao público apresentações de seus músicos mais expressivos. Para Maurício Magalhães, realizador do evento à época, o festival é uma “chance perfeita para o público, acostumado aos medalhões, conhecer outras possibilidades musicais de qualidade.” (ECLÉTICO..., 2006). Estes palcos possuem um público específico, que faz questão de prestigiar os músicos independentes. E tendo o evento um público de perfil bastante variado, fato característico de festivais, é interessante manter este segmento independente.

Os palcos para as produções independentes recebem os nomes dos patrocinadores. Cada espaço contempla um gênero musical específico, como samba, reggae, rock e música eletrônica. Além de trazer artistas do cenário independente nacional, contempla muitos nomes da música independente local.

A novidade da edição de 2006 foi um evento realizado por Carlinhos Brown com a participação do músico rapper MV Bill que, assim como ele, possui grande interesse em descobrir novos talentos, sons e as novidades em termos técnicos, instrumentais e de arranjo. Segundo Brown:

A idéia do Mercado Cultural surgiu com as redes, como uma estratégia para implementar a circulação de projetos inovadores, com pesquisa de linguagem, bem como realizar distribuição de arte contemporânea que não tinha mercado

O Festival Guetho Square é um festival dentro do festival onde me proponho a aprender. Vou ver as pessoas que estão fazendo música no chamado underground, ou na garagem, ou na rua. Na verdade, eles é que estão me dando uma oportunidade de conhecer o que está acontecendo de novo na música (ALVES, 2006).

O interessante neste depoimento é ver o público não como consumidor passivo, mas como alguém que é capaz de produzir e manifestar sua própria cultura. Assim, quando um músico já consagrado como ele aposta nesta parcela de mercado, ele divulga aquele artista que, de outra forma, não teria um acesso facilitado a este espaço.

Mercado Cultural

Uma outra estratégia é a associação em redes, a exemplo do Mercado Cultural, evento realizado anualmente em Salvador pelo Instituto Cultural Casa Via Magia e parceiros, que, embora não seja voltado exclusivamente para a música, é uma vitrine para os músicos independentes.

A idéia do Mercado Cultural, criado em 1999, surgiu com as redes, como uma estratégia para implementar a circulação de projetos inovadores, com pesquisa de linguagem, bem como realizar distribuição de arte contemporânea que não tinha mercado. De acordo com Ruy Cezar Silva, idealizador e coordenador do evento, a estratégia era ocupar um vazio, um espaço para promoção da diversidade cultural e a necessidade de um ponto de encontro, no qual a arte brasileira e latino-americana pudessem ter um lugar especial (SILVA, 2003).

Avaliando o sucesso das primeiras edições do evento, Silva (2003, p. 201) observa que, inicialmente, o Mercado tinha um “papel de resistência”, mas agora é mais de “afirmação”:

Antes nossos artistas iniciantes viajavam quase que pedindo para os produtores locais. Hoje, podemos sonhar que um artista iniciante possa alcançar um mercado para ele, com cachê, passagem, um bom hotel, uma boa apresentação. Porque quando você cria um mercado, você cria uma referência mercadológica, e essa produção tem valor...

⁹ Entrevista concedida por Virginia da Rin, produtora cultural à Mércia Queiroz, em 26/08/2006.

O eixo central do evento acontece nas Mostras Artísticas (música, dança, teatro e artes visuais), que ocupam os principais teatros, salas de espetáculos e galerias de Salvador, buscando privilegiar uma produção autoral de alta qualidade, de caráter mais independente, desvinculada da grande indústria cultural (INSTITUTO CULTURAL CASA VIAMAGIA, 2005, p. 13).

O Mercado Cultural também conta com a Feira de Artes e Oportunidades (FALA), um espaço para a promoção direta do artista junto aos diversos produtores nacionais e internacionais participantes do evento, possibilitando o diálogo entre eles e a realização de projetos em parcerias.

No que se refere à mostra musical do VI Mercado, realizada em 2005, apresentaram-se 48 grupos nacionais e internacionais, sendo o grande destaque nesta edição o Samba de Roda da Bahia, com a participação de 20 grupos de Salvador e do interior. O crescente sucesso, tanto de público quanto de participantes, aponta para a necessidade e a importância da criação de outros eixos conectados com a diversidade cultural, e demonstra que essa possibilidade é real e que tem público e demanda por essa oferta plural.

Iniciativas do governo do estado da Bahia

Algumas iniciativas da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT) têm contribuído para o segmento de música independente no mercado de Salvador. Como exemplo, pode-se citar os selos fonográficos *Sons da Bahia*, *Emergentes da Madrugada* e *Ponto de Partida*, que são relevantes para a divulgação de artistas que possuem pouco espaço na mídia (BAHIA. SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO, 2006).

Outros projetos de relevância da SCT, nesta perspectiva, são: *Sua Nota é um Show*, que objetiva valorizar e divulgar os artistas locais, reservando-lhes espaço na abertura do espetáculo e o *Pelourinho Dia & Noite*, projeto criado em 1995, que proporciona oportunidade de artistas novos e consagrados mostrar seus talentos a um público diversificado nas praças do Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador.

Outras contribuições vêm das duas emissoras estaduais: a rádio Educadora FM e a TV Educativa da Bahia, ambas vinculadas ao Instituto de Rádio Difusão

Educativa da Bahia (IRDEB). A Rádio Educadora FM, cujo lema é “tocar o que as outras não tocam”, demonstra, por meio de uma programação diversificada, que é possível para os artistas baianos fazer MPB de boa qualidade e ter seus trabalhos divulgados. Na TV Educativa da Bahia, destaca-se o programa *Soterópolis*, de programação diversificada, que exibe “especiais” e *shows* de novos nomes da cena musical baiana.

Há ainda a lei estadual de incentivo à cultura – Fazcultura – que contribui para o fortalecimento do mercado da música independente, a despeito de sofrer críticas, uma vez que tende a privilegiar um determinado estilo musical ou tipo de artista. O estado conta também com algumas iniciativas que valorizam os músicos independentes como o *Projeto Música no Parque* e o *Panorama Percussivo Mundial* (PercPan).

Entende-se que deve haver um esforço conjunto, não apenas por parte do governo, mas também da iniciativa privada, dos organismos não governamentais, dos gestores e produtores, dos atores musicais e da própria sociedade civil, no que se refere à criação e geração de oportunidades para a música na cidade de Salvador.

Importância das novas tecnologias de comunicação

As novas tecnologias de comunicação e informação, a exemplo da Internet, representam uma excelente oportunidade para fazer circular a produção de novos artistas. Com o crescimento expressivo de lojas *on-line*, abre-se uma porta para a venda de produtos musicais nos *sites*. No entanto esta estratégia mercadológica requer uma estrutura adequada para cobrança e faturamento – boletos bancários, cartão de crédito etc., que poucos possuem. Em Salvador, as empresas independentes que não possuem esta estrutura normalmente terceirizam este serviço para distribuidoras, como a Tratore e a Tag Discos, que disponibilizam a venda do produto nos *sites*.¹⁰

Existem ainda outras formas de aquisições nas lojas de música *on-line*, que são: a) a subscrição, na qual o usuário paga um valor fixo para ter acesso ao acervo musical por tempo determinado (mensal, anu-

¹⁰ Sites que vendem estes produtos: www.fenac.com, www.submarino.com e www.americanas.com.

al) e tem que renová-la ao expirar o prazo; b) “por música”, quando o usuário adquire as trilhas determinadas pela sua preferência (customização); e c) de forma gratuita, que ocorre principalmente quando as músicas e os artistas são desconhecidos do público. Esta modalidade se converte em uma excelente opção de *marketing*, bastante utilizada pelos independentes. Alguns selos de Salvador já estão estudando e buscando criar a base tecnológica para a venda em MP3, exclusivamente pela Internet, como é o caso da Tag Discos.

Para divulgação e promoção de artistas e de produtos, destacam-se ainda os sites para segmentos específicos, como o *Bahia Rock*, onde se tem conhecimento das novidades do rock; e o “boca a boca” digital (*blogs* e e-mails), uma das principais ferramentas nesse mercado.

Um outro aspecto importante relativo às novas tecnologias e à abertura de fronteiras para a circulação da produção musical é a possibilidade do artista disponibilizar sua música na Internet, adotando a licença *Creative Commons*.¹¹ Esta estratégia é importante para democratizar a informação pela Internet, convertendo-se numa forma promissora de divulgação.

Essa aliança entre as novas tecnologias de comunicação e a produção cultural tem favorecido a circulação da produção musical, podendo gerar ainda outros desdobramentos, como tornar o artista conhecido não apenas junto ao consumidor/público, mas também possibilitar que ele seja convidado para tocar em eventos, como festivais e encontros, no país e no exterior.

Outras estratégias

Além da divulgação via Internet, da participação em eventos – de médio e de grande porte – e de *shows* individuais, uma outra estratégia utilizada por alguns independentes para promoção dos artistas e distribuição de produtos são as revistas especializadas, como a revista do músico Lobão ou revistas para segmentos específicos, e os programas de rádio voltados para

¹¹ A licença Creative Commons substitui o modelo “todos os direitos reservados” por um mais flexível, em que somente “alguns direitos são reservados”. Na prática, isto significa permitir à sociedade que a obra seja reproduzida, distribuída e que, a partir dela, possam ser realizadas outras derivadas, desde que para fins não-comerciais (VIANNA, 2006).

públicos determinados. A distribuição do produto no mercado fonográfico de Salvador depende do tipo de produto, de acordo com Fábio Almeida, sócio-diretor da Tag Discos, em entrevista acima citada.

De acordo com Jerônimo Cravo¹², da Atalho Discos, as vendas nacionais e internacionais funcionam de três formas: a) troca de material entre gravadoras: por exemplo, uma banda de São Paulo vem tocar aqui em Salvador e leva os CDs das bandas soteropolitanas para serem vendidos em seus *shows*; b) as próprias vendas em *shows*; e c) licenciamento.

Ainda sobre a distribuição, que é a etapa da cadeia produtiva em que se encontram os maiores problemas para os independentes, ela acontece de forma horizontal e vertical. No sentido horizontal – no mercado baiano – ela tem funcionado nas lojas de discos ou de artigos diversos, em que, geralmente, o disco é deixado em consignação; da venda em banca de revistas – dependendo do relacionamento de cada artista ou produtor com o dono da banca, e ainda da venda feita por ambulantes, contratados especificamente para essa finalidade em acordo com o artista ou produtor. No sentido vertical – relativo à distribuição no país – a distribuição tem sido realizada por meio de associações com grandes distribuidoras e atacadistas.

É possível constatar, no mercado fonográfico de Salvador, no que diz respeito aos independentes, que esteja ocorrendo o mesmo fenômeno detectado pelo antropólogo Hermano Vianna, em relação ao “tecnobrega” de Belém: “os sucessos são produzidos pela atuação conjunta de todos esses empreendedores, quase todos eles informais” (VIANNA, 2006) De forma inovadora, este fenômeno estaria subvertendo a lógica centro-periferia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou fazer uma caracterização geral dos independentes no mercado musical soteropolitano. Para tanto, esboçou-se previamente como se dá sua inserção no mercado nacional e internacional.

¹² Entrevista concedida à Carolina Petitinga, em 25/04/2006.

De forma alguma se almejou esgotar o assunto, até porque ele envolve temas extremamente atuais e de grande complexidade, como é o caso do debate sobre a pirataria e os direitos autorais, não abordados neste trabalho. A opção por não contemplar estes temas deveu-se a sua extensão, que acabaria levando a uma discussão além do escopo deste artigo.

O mercado fonográfico tem sofrido inúmeras mudanças e o aparecimento e fortalecimento dos selos independentes são parte delas. Para driblar as crises, as opções ficaram por conta de muita criatividade e formas alternativas de divulgação e distribuição, além de parcerias – as chamadas redes.

Observou-se que, na última década, houve, na produção independente, um processo de internalização do *modus operandi* da indústria. Isto vem significando a junção de experimentos artísticos e estéticos e uma gestão mais profissionalizada da produção e comercialização do produto musical.

O mercado soteropolitano tem acompanhado estas mudanças e tentado se posicionar neste ambiente de grande competitividade. Para isso, é necessário ter uma dimensão deste mercado no estado e seus impactos sobre a economia. Espera-se que iniciativas como o Pólo da Música Independente da Bahia resultem em ações concretas para o segmento.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MÚSICA INDEPENDENTE. *Quem somos*. Disponível em: < <http://www.abmi.com.br/> >. Acesso em 10 jan 2006.
- ALMEIDA, F. *O mercado fonográfico na Bahia*. Digital Voice Recorder CX-R188 - COBY® Entrevista concedida a Carolina Pettinga e Archimedes Amazonas. 15 fev. 2006. (32,25min.).
- ALMEIDA, P. H.; PESSOTI, G. C. A evolução da indústria fonográfica e o caso da Bahia. *Bahia Análise e Dados*, Salvador: SEI, v. 9, n. 4, p. 90-107, mar. 2000.
- ALVES, C. O falcão MV Bill: o rapper carioca, que participa da oitava edição do Festival de Verão, vê a arte engajada como saída para a marginalidade. *A Tarde On Line*, Salvador, 02 fev. 2006. cad. 2. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/materia.php3?mes=02&ano=2006&id_materia=152>. Acesso em: 11 mar. 2006.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Secretaria da Cultura e Turismo 1995-2004*. Salvador, 2005. 270p. II. Disponível em: < http://www.sct.ba.gov.br/relatorio_atividades >. Acesso em: 08 ago. 2006.
- BISCOITO FINO. *Quem Somos*. Disponível em: < <http://biscoitofino.uol.com.br/bf/texto.php?t=1&tc=&tm=>> >. Acesso em: 20 jul. 2006.
- CARLOS, J. et al. *O mercado fonográfico na Bahia*. Maniac Records. Entrevista concedida à Carolina Pettinga. 25 abr. 2006.
- ECLÉTICO por natureza: com sua grade variada, o Festival de Verão consolidou este ano um público de 234 mil pessoas. *Correio da Bahia*, Salvador, 25 jan. 2005. Folha da Bahia. Disponível em: < <http://www.correiodabahia.com.br> >. Acesso em: 11 mar. 2006.
- DA RIN, Virginia *O mercado fonográfico na Bahia*. Digital Voice Recorder CX-R188 - COBY®. Entrevista concedida a Mércia Queiroz. 26 ago. 2006. (20,30min.).
- IFPI releases definitive statistics on global market for recorded music. Disponível em: http://www.ifpi.org/content/section_news/20050802.html >. Acesso em 15 fev. 2006.
- INSTITUTO CULTURAL CASA VIA MAGIA. *Mostras Artísticas/Artistic Performances*, Catálogo do VI Mercado Cultural 6 a 11 de dezembro 2005. Salvador, p. 13.
- LOPES, A. A música independente e a vanguarda paulista. In: FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA EM ARTE, 3. 2005. Escola de Música e Belas Artes do Paraná. *Anais ...* Curitiba, 2005.
- MARCHI, L. G. D. Indústria fonográfica independente brasileira: debatendo um conceito. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28. 2005, Rio de Janeiro. *Anais ...* São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.
- MIDEM. The world's music market. Database. Disponível em: < <http://www.midem.com/App/homepage.cfm?apname=100456&moduleid=2444> >. Acesso em: 20 fev. 2006.
- _____. List of companies participating at Midem 2006. Disponível em: < http://www.midem.com/images/100508/pdf/midem2006_participating_companies.pdf >. Acesso em: 20 fev. 2006.
- MOURA, M.; GUERREIRO, G. *Criatividade e trabalho no cenário musical da Bahia*, Relatório de Pesquisa. Salvador: Universidade Federal da Bahia, jul. 2004.
- MÚSICA (de fato) popular brasileira: fenômeno musical das periferias das grandes cidades vira série no 'Fantástico'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 set. 2005. Caderno 2.
- OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA CULTURAL. *A indústria do disco: economia das pequenas e médias gravadoras da indústria fonográfica de Buenos Aires*. Buenos Aires: Observatório da Indústria Cultural, 2005.
- SILVA, R. C. Resistência é não perecer. Curta linguagem. In: NATALE, E.; OLIVIERI, C. *Guia brasileiro de produção cultural*. São Paulo: Zé do Livro, 2003. p. 197-202.
- SPINOLA, N. D. *A economia cultural em Salvador*. Salvador: UNIFACS, 2006, 170 p.
- TRATORE. A distribuidora dos independentes. *Apresentação*. Disponível em: <http://www.tratore.com.br/apresentacao.asp>. Acesso em: 20 fev. 2006.

VIANNA, H. Há uma produção cultural grande que não circula. *A Tarde*, Salvador, p. 1, 12 jul. 2006. Caderno 1.

VIANNA, L. F. Nomes consagrados reforçam mercado das "independentes": Migração de Chico Buarque para a Biscoito Fino e Gal Costa para a Trama acentua mudança. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 ago. 2005. Índice de Notícias.

VICENTE, E. A música independente no Brasil: uma reflexão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28. 2005. Rio de Janeiro. *Anais ...* São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

WOMEX. *About Womex*. Disponível em: http://www.womex.com/realwomex/main.php?id_headings=22&id_realwomex=8. Acesso em: 20 jan. 2006.